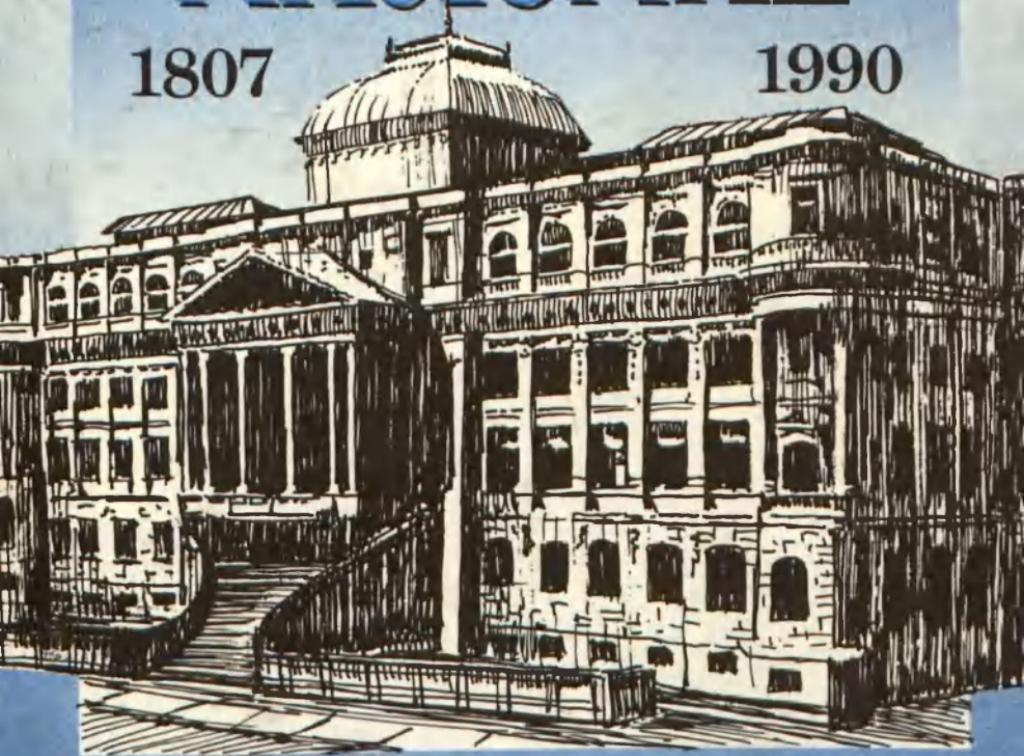


GILBERTO VILAR DE CARVALHO

BIBLIOTECA NACIONAL

1807

1990



B I O G R A F I A



BIOGRAFIA DA BIBLIOTECA NACIONAL

Com esta *Biblioteca Nacional: uma biografia* vindo à estampa, preenche-se uma lacuna. Parece lugar-comum, mas não é, pois jamais existiu um livro que contasse a história de uma das maiores e mais ricas bibliotecas do mundo, que é a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Conseqüência do entusiasmo do historiador **GILBERTO VILAR DE CARVALHO**, é obra rara para ser comemorada, lida, relida e meditada. Ao se debruçar sobre as vicissitudes dessa importante instituição **GILBERTO VILAR DE CARVALHO** acaba desvendando a própria trajetória das relações do Estado brasileiro com a questão cultural. O que salta aos olhos, antes de mais nada, é o encolhimento dos investimentos dos governos em aparelhos culturais duradouros como a Biblioteca Nacional. Vemos que na própria origem da instituição, quando o jovem país arvorou-se em guardar para sempre o precioso acervo bibliográfico para cá trazido pelo príncipe regente e futuro rei D. João VI, não se pouparam esforços em dispensar a vultosa quantia emitida a título de indenização pedida por Portugal. Gastou-se o que proporcionalmente hoje seria um investimento impensável quando comparado ao produto interno do país.

É claro que o trabalho de **GILBERTO VILAR DE CARVALHO** não se limita aos primórdios, porque ele passeia com desenvoltura pelos tempos imperiais, pelos idos da república velha, através dos anos negros da ditadura, apresentando-nos uma surpreendente tradição de resistência e amor aos livros vivida pelos seus funcionários. De outro lado, esta obra

DINF

ex 2

BIOGRAFIA
DA
BIBLIOTECA NACIONAL
(1807 a 1990)



287 DR

8006 - P.O. 46

© 1994 - Oficina Vilar da Carvalho

E-books available at <http://www.ubatuba.unicamp.br/~vilar/>

GILBERTO VILAR DE CARVALHO

CAPA

ANEXOS

ÍNDICE

RESUMO

OBRA GRÁFICA

BIOGRAFIA DA BIBLIOTECA NACIONAL

DA FORMAÇÃO

ATÉ OS DIAIS

DE 1807 A 1990

BIOGRAFIA DA BIBLIOTECA NACIONAL (1807 a 1990)

Editora Irradiação Cultural
Rio de Janeiro, 1994



5.229.521 DL

24.09.2008

© 1994 - Gilberto Vilar de Carvalho

É proibida a duplicação ou reprodução desta obra ou de partes da mesma,
sob quaisquer meios, sem autorização expressa da Editora.

CAPAS
Artes e Artistas

REVISÃO
Gisele Sampaio

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E
DIAGRAMAÇÃO
Delta Line Comp. e Edições Ltda.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Carvalho, Gilberto Vilar de, 1928-
C323b Biografia da Biblioteca Nacional (1807 a 1990) /
Gilberto Vilar de Carvalho. - Rio de Janeiro: Irradiação Cultural,
1994.
225p.

Apêndices
Bibliografia.
ISBN 85-85677-01-5

1. Biblioteca Nacional (Brasil) - Biografia - História e crítica. I.
Título.

94-0338

CDD - 027.581

CDU - 027.54 (81)

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORAS E DISTRIBUIDORA IRRADIAÇÃO CULTURAL LTDA.
Rua Visconde de Santa Isabel, nº 46 - fds - Vila Isabel
Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20.560-120
Tel.: (021) 577-3522 - Fax: (021) 577-1249

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Índice

Apresentação 11
Agradecimentos 13

I - O que é uma Biblioteca. E o que é uma Biblioteca Nacional 15

- Como nasceram as bibliotecas 15
- Bibliotecas públicas 21
- Biblioteca Nacional 23
- As oito maiores bibliotecas do mundo atual,
segundo a UNESCO 26
- Notas 27

II - As Origens 31

- A Real Bibliotheca e o incêndio de Lisboa 31
- Início do século XIX. O Brasil recebe a Real
Bibliotheca, orgulho de Portugal 33
- O primeiro pouso. Data oficial da fundação 38
- Formação do acervo. Os primeiros “arranjadores
e conservadores” 40
- A Independência. A compra da Biblioteca 50
- Primeiras tentativas de organização. Frei Camillo
de Monserrat 52

- Um novo prédio para a Biblioteca. Rua do Passeio, Lapa 57
- Prédio novo, velhos problemas 63
- Ramiz Galvão. Liberdade para agir. A Biblioteca cresce 65
- A Biblioteca começa a publicar 69
- E a República foi proclamada. O velho Imperador, ao contrário do seu avô, D. João VI, não nos deixou de mãos vazias 72
- E chegamos ao fim do século XIX 75
- Notas 79

III - Século XX. Grandes Esperanças. Grandes Reformas. Um Prédio Novo, Bonito, Imponente, Construído sob Medida 83

- A questão dos Direitos Autorais e do “Depósito Legal” 86
- Uma nova casa para a Biblioteca 90
- “Documentos Históricos.” A Biblioteca continua com o seu programa de publicações 96
- Revolução em São Paulo, Intentona Comunista, Estado Novo (ascensão e queda) 98
- Borba de Moraes, um rito de passagem 100
- Obras raras: glória de uma biblioteca, motivo de suas preocupações 102
- Uma divisão de obras raras e publicações 110
- Um hiato na história 112
- Enquanto isso, na parte técnica e administrativa... 117
- Notas 122

IV - Autonomia, uma Luta sem Quartel 125

- “Quem manda sou eu e mais ninguém” 127
- O começo da maior de todas as crises. O cipoal burocrático 131

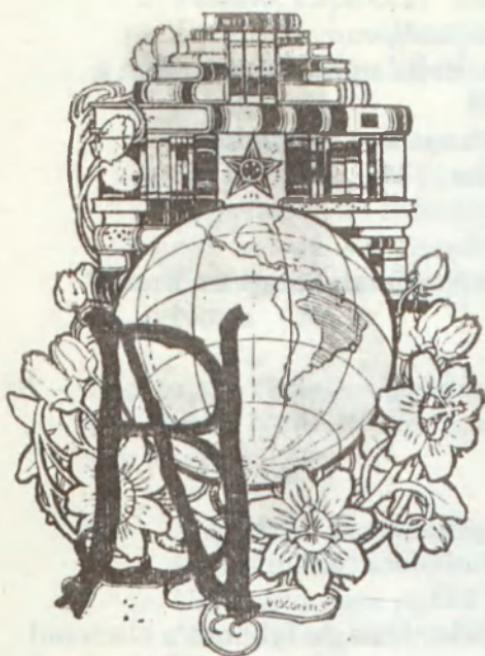
- O vaivém continua. A Biblioteca Nacional nunca foi tão humilhada 133
- Um interlúdio estratégico 135
- O ápice da crise. Volta a preocupação com a autonomia 138
- Uma nova estrutura. Novas e maiores responsabilidades 143
- Notas 147

**V - O Brasil e a Biblioteca Nacional. Por que o Brasil?
Um Resumo... 149**

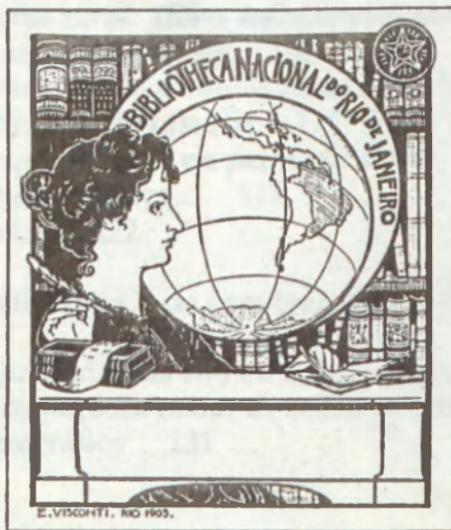
- Em Resumo... 154

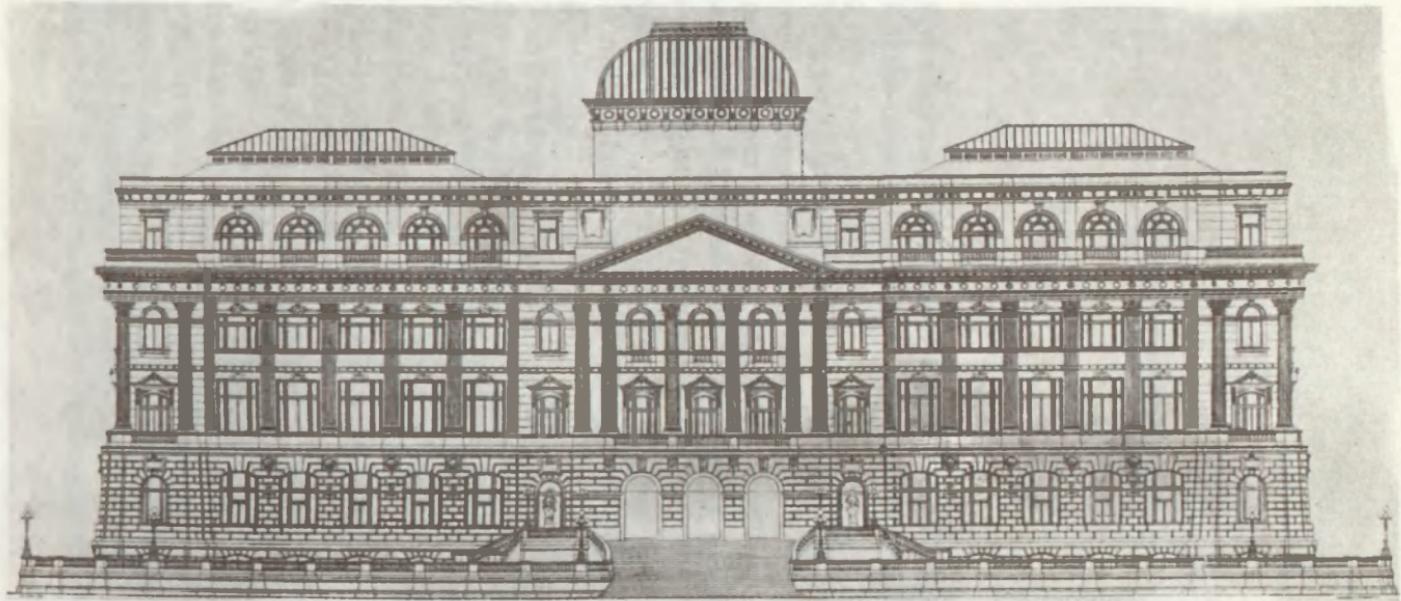
VI - Apêndices: 161

1. Lendas e casos pitorescos 162
2. Dirigentes da Biblioteca Nacional (1810 a 1990) 183
3. Dirigentes e funcionários da Biblioteca Nacional com posição relevante na vida cultural do Brasil 190
4. A Biblioteca Nacional na era da informática 199
5. Um roteiro de visitas 207
6. Obras consultadas 221



Emblema e Ex-Libris da Biblioteca Nacional aprovados em 16 de novembro de 1903.
Projeto e desenho por Eliseu Visconti.





Biblioteca Nacional – Prédio nº 213 a 231
Proprietário: Próprio Nacional

Architecto e Constructor: General Francisco Marcelino de Souza Aguiar
Frente: 103^M Altura geral sobre o sólo: 31,^M 49 Máxima altura: 44,^M 37

Apresentação

Relacionar o capitalismo à história da Biblioteca Nacional de nosso país pode parecer uma estranha abordagem.

A presente obra permite ao leitor compreender e, porque não dizer, conhecer melhor a trajetória da Biblioteca Nacional e a sua relação com esse regime, o capitalismo, que impulsionou o desenvolvimento econômico das nações e estimulou o confronto entre ingleses e franceses – que, buscando ampliar seus domínios através da absorção do Reino Português, propiciou ao Brasil o maior legado do conhecimento humano no novo Continente.

Convém observar que esse gesto, aparentemente generoso, teve alto preço. Devidamente paga à Coroa Portuguesa, atendendo ao tratado de paz e amizade de 29 de agosto de 1825, a então *Real Bibliothcca, Bibliotheca Real do Rio de Janeiro, Bibliotheca Imperial e Pública da Corte* e, finalmente, *Biblioteca Nacional* prosseguiu, ao longo desses anos, preservando seus tesouros bibliográficos e documentais.

A obra *Biografia da Biblioteca Nacional (1808 - 1990)*, de Gilberto Vilar de Carvalho, nos possibilita conhecer em detalhes a origem das bibliotecas, a história da nossa Biblioteca Nacional – seu valioso acervo, bem como seu enriquecimento através da compra e/ou doações de coleções relevantes, suas publicações oficiais, suas lendas, seus ilustres funcionários e administradores, entre outros – e nos permite uma reflexão sobre a tradição

cultural já existente neste país, frente à cultura que chegava de além-mar.

Desde sua fundação, em 27 de junho de 1810, a Biblioteca Nacional vem contando com o esforço e a dedicação de bibliotecários – “régios” e “republicanos” – que, responsáveis pelo “arranjoamento e conservação” do acervo, permitiram que ao longo desses anos pudéssemos sentir o orgulho de dispor do maior acervo da América Latina e o oitavo do mundo.

Seguindo a sua vocação de reunir obras de relevância cultural, de preservar e difundir o conhecimento humano sob sua guarda, a Biblioteca Nacional, nas sucessivas gestões – através da adoção de políticas administrativas eficazes – tem institucionalizado vários programas e projetos que a posiciona no cenário cultural do país.

Através de suas relevantes publicações tem-se acesso aos trabalhos intelectuais produzidos no passado e presente. Dar a conhecer a totalidade do seu acervo, ampliar e aperfeiçoar os serviços oferecidos aos seus usuários, asseguram à Biblioteca Nacional o cumprimento do seu importante papel de agente disseminador de informação.

Também, a evolução dos processos técnicos adotados no tratamento e na recuperação da informação contribuem para agilizar o acesso ao conhecimento e conduzem ao desenvolvimento institucional, assegurando à Biblioteca Nacional uma posição de destaque perante os organismos biblioteconômicos internacionais.

As vésperas de seu bicentenário, a Biblioteca Nacional reestrutura-se para integrar a era computacional e dá lugar à informática e às demais tecnologias de transferência da informação, posicionando-se como uma biblioteca sem fronteiras.

SUELY DIAS

Diretora do Deptº de Referência e Difusão
Fundação Biblioteca Nacional

Agradecimentos

Agradeço, de modo especial, a ajuda que me foi dada pelo professor Waldir da Cunha, da Divisão de Manuscritos da BN, pela presteza em me fornecer todo o material raro de que necessitei para a feitura deste trabalho e pelos seus inteligentes conselhos; à assessora Maria Regina Sales, pelo apoio e pela manutenção de uma infra-estrutura sem a qual este trabalho não teria sido possível; à bibliotecária Ana Fanfa, que me ajudou a reunir documentos e muito enriqueceu esta biografia com o relato oral e escrito de fatos por ela mesma vividos, nestes tempos mais recentes; à ex-diretora-geral Jannice Monte-Mór, pelas sugestões, pela paciência em colher dados, pela sua experiência de nove anos na chefia da Casa. Não poderia, também, deixar de agradecer a essas heróicas bibliotecárias da Biblioteca Nacional, fanáticas (no melhor sentido da palavra) guardiães dos nossos tesouros, que, com dentes e garras afiadas, quais falcões de caça, os defendem da nossa imperícia em abri-los, pegá-los, manuseá-los e copiá-los. Sem elas e sem aqueles que há quase dois séculos as precederam, não teríamos hoje esses livros raros, esses códices preciosos, essa riquíssima iconografia que são o nosso orgulho.

I

O que é uma Biblioteca. E o que é uma Biblioteca Nacional

Não é difícil definir uma biblioteca. Pequena, média ou grande, ela é essencialmente uma coleção de livros – que pode ser privada ou pública –, organizada de modo a conservá-los e guardá-los para serem consultados e lidos com relativa facilidade. Antigamente essas coleções incluíam sobre-tudo manuscritos, uma vez que os livros propriamente ditos são uma invenção bem mais recente. Hoje, pelo contrário, só as bibliotecas mais antigas guardam manuscritos. Com o correr do tempo, as bibliotecas passaram a guardar, também, e a pôr à disposição dos leitores, revistas, periódicos, filmes, microfilmes, vídeos e discos de computadores. Não duvidamos de que outros meios para a conservação das mensagens aparecerão e passarão a fazer parte dos acervos das bibliotecas.

Como nasceram as bibliotecas

As mais antigas bibliotecas registradas pela história nasceram no Oriente. Se é que podemos chamá-las de bibliotecas, pois naquele tempo ainda não havia livros¹. Eram coleções hititas e assírio-babilônicas em que a escrita era gravada em tijolinhos

de barro, em caracteres cuneiformes, datando, os mais conhecidos, de pelo menos 4 mil anos. Da forte cultura egípcia pouca coisa chegou até nós, uma vez que os seus escritos eram gravados em papiro, um material excessivamente frágil e pouco resistente ao tempo e ao manuseio. A maior parte daquilo que essa civilização nos legou veio até nós depois da invenção do pergaminho, um suporte bem mais resistente, largamente utilizado pelos gregos.

A antiguidade grega, com os seus grandes filósofos e teatrólogos, e com a difusão plena do pergaminho, foi a que mais trabalhou pela guarda e conservação dos seus escritos, deixando-nos grandes e valiosíssimas coleções. Um desses colecionadores foi Aristóteles, que, além de ter sido um dos homens mais inteligentes do mundo e um dos maiores pensadores da humanidade, foi também um dos primeiros a colecionar escritos, os seus e os dos principais pensadores do seu tempo. Dizem que ele gastava quase tudo o que ganhava na compra de livros preciosos. Sua coleção foi, depois, dividida entre as bibliotecas de Alexandria e de Pérgamo, os dois mais importantes centros da cultura grega².

Com a invasão dos exércitos de Roma e a conquista militar do mundo grego, essas bibliotecas foram incendiadas e foi espoliado o que delas restou. A Grécia foi transformada em mera província romana e aconteceu aquilo que todos sabem: a Grécia, vencida pelas armas, venceu Roma pela cultura. E Roma se tornou uma cidade culta. Com o advento de Júlio César (101 - 44 a.C.), nasceu a primeira idéia da fundação de uma biblioteca pública. Escritor, historiador e autor de algumas peças teatrais, César confiou a sua idéia a Terencius Varronius, que, morrendo cedo, a transmitiu a Asinius Polianus, que a assumiu e a levou a termo. A partir de então, tomou enorme surto essa feliz fusão das duas culturas, grega e latina, e as bibliotecas ganharam enorme impulso. Em pouco tempo a Roma imperial chegou a ter 28 bibliotecas públicas, sendo a mais famosa delas a de Ulpia, situada no foro Trajanus e algumas particulares, que chegaram a contar com 60 mil livros.

Esse apogeu, porém, não durou muito. Com a queda do Império Romano e a barbarização das cidades, o povo perdeu o hábito da leitura e o zelo pela guarda e conservação dos

escritos dos seus pensadores. A salvação das bibliotecas deveu-se, então, ao nascimento e à disseminação do cristianismo. Toda a cultura viu-se obrigada a refugiar-se nos conventos e mosteiros, que, tanto no médio Oriente como na própria Europa, passaram a ser os únicos refúgios dos escritores, dos copistas e dos guardiões de seus trabalhos. Cada mosteiro passou a ser um centro de cultura, cada um deles passou a ter a sua biblioteca e o seu *scriptorium*, onde monges entusiasmados e abnegados se dedicavam à escrita, à cópia, à guarda e à conservação dos livros. Um dos mais célebres *scriptoria* desse tempo foi o do mosteiro de Monte Cassino, cujas valiosas e belas obras foram fruto da infinita paciência e do incomparável senso artístico dos seus monges copistas. Uma outra biblioteca que ficou famosa foi a de Bobbio, já no século VI, fundada pelo monge irlandês São Columbano. Desta só nos restou o catálogo, conservado na Biblioteca Ambrosiana de Milão. Não nos esqueçamos destes fatos, cada vez que escutarmos os repetidores de frases-feitas se referirem à Idade Média tachando-a de "Idade das Trevas".

A partir do século XIII, com o nascimento das cidades e das universidades na Europa, as bibliotecas começaram a sair dos mosteiros e a surgir nessas novas instituições. Não queremos dizer, contudo, que os mosteiros tivessem perdido os seus livros e as suas valiosas coleções. De fato, as universidades, que na sua maior parte ainda pertenciam à Igreja e aos seus monges, pouco a pouco assumiam a sua independência e começavam a organizar as suas próprias bibliotecas.

Mas, só a partir do século XV, com a invenção da imprensa, é que o livro foi-se tornando um objeto prático, com produção mais fácil e mais rápida, forçando as bibliotecas a se desenvolverem com novos critérios e num ritmo também mais ágil. Entre as maiores e mais famosas bibliotecas da Europa, surgidas entre os séculos XV e XVIII, podemos citar a Vaticana, fundada pelo papa Nicolau V, em 1455, a Colombina, de Sevilha, fundada em 1551 por um filho de Cristóvão Colombo, e a Ambrosiana, já em 1609, iniciada pelo cardeal Frederico Borromeu, de Milão, onde permanece guardado um manuscrito de Virgílio, anotado por Petrarca. Mais ou menos na mesma época, Thomas Bodley funda a Biblioteca Bodliana, de Oxford; em 1643, por ordem do

cardeal Mazarino, é aberta a Biblioteca Mazarina, em Paris; é desse tempo, também, a Biblioteca de Cambridge e a de Berlim. Em 1712 é fundada a Biblioteca de Madri e, no final desse século, a Biblioteca do British Museum de Londres. A famosa Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos foi aberta em 1789, sofreu dois incêndios, foi reconstruída e é, hoje, uma das maiores e das mais bem organizadas do mundo.

Voltemos um pouco no tempo, para falar da França, que tanta influência teve, no passado, na cultura brasileira. A primeira coleção de livros de que se tem notícia nesse país pertenceu ao rei Carlos V, O Sábio (1338-1380), grande mecenas, que gostava que os artistas e intelectuais freqüentassem a sua corte. Dessa coleção só resta hoje o catálogo, pois o seu filho, o rei Carlos VI, O Louco, a vendeu ao duque de Bedford, que dispersou os seus livros e manuscritos pela Inglaterra. O rei Luís XI, neto de Carlos VI, O Louco, e filho de Carlos VII, O Vitorioso, reiniciou a coleção, que foi enriquecida, posteriormente, pelas endêmicas pilhagens que os reis faziam nos conventos medievais.

Em Portugal, diz-se que o rei D. João I, cognominado O Boa Memória (1356-1433), tinha uma biblioteca ou livraria, como se dizia na época. D. Duarte, O Eloquente (1391-1438), que sucedeu a D. João I, desenvolveu as letras portuguesas, e era ele mesmo bom poeta e escritor. Mandou traduzir obras e nomeou um cronista oficial do reino, Fernão Lopes. D. Duarte colecionava livros. D. Afonso V, O Africano (1432-1481), sucessor de D. Duarte, continuou a sua obra, e, apesar de ter passado a metade de sua vida em guerras e conspirações, conseguiu reunir tantos livros valiosos, que a sua biblioteca, ou livraria, passou a ser considerada uma das melhores da Europa. Mas, existe uma velha tradição que diz: não foram os mosteiros, nem esses reis do século XIV e XV, os primeiros colecionadores de livros de Portugal. Em 959, uma lendária D. Mumadona já transmitia no seu testamento, não se sabe para quem, uma coleção de livros. Mas, nesse tempo, Portugal ainda não existia como país, nação ou reino. Mas, havia o território, o chão. Além do que, lendas são lendas. Entretanto, duzentos anos antes, em 770, já existia a abadia beneditina de Santo Tirso, que só adquiriu fama entre os séculos XVII e XVIII e, como todas as demais, tinha a sua

biblioteca. Foi, a partir, porém, de 1128, quando Portugal se tornou reino independente, pois cristão já era, que os grandes mosteiros foram-se multiplicando, com as suas bibliotecas e os seus *scriptoria*. Até hoje são famosos o de Alcobaça, cujas coleções, valiosíssimas, estão depositadas na Biblioteca Nacional de Lisboa, o de Santa Cruz de Coimbra, o de Lorvão, o de Taroca e tantos outros.

No Brasil, como em todo o Ocidente, na era cristã, as bibliotecas, públicas ou particulares, começaram também pelas casas religiosas. Os primeiros religiosos que aqui chegaram se dedicaram antes de tudo ao apostolado junto aos silvícolas, depois junto aos negros, sem nunca deixarem de lado o serviço religioso junto aos portugueses. Tinham, portanto, uma vida nômade, ou habitavam em aldeias primitivas e malformadas. Logo, porém, que as cidades foram nascendo e crescendo, e que esses padres, por força do seu múnus pastoral, iniciaram a construção de igrejas maiores e de conventos fixos, começaram também a colecionar livros e a montar arquivos. Onde nasceu um convento, nasceu também uma biblioteca. E um fato. São famosas as dos conventos de Olinda, do Recife, de Salvador. Não existe, entretanto, ao que saibamos, um estudo específico sobre a história das bibliotecas brasileiras, nos seus primórdios. É certo que os frades e padres tinham a mania dos livros e, mesmo sem um estudo histórico que o comprove, ninguém pode duvidar da existência de uma boa biblioteca no convento em que morava, estudava e escrevia um padre Vieira, cuja erudição é incompatível com estantes vazias. O seminário de Olinda é um outro exemplo: desde o século XVII era um centro de cultura e de erudição que só podia existir com uma boa biblioteca. Enfim, em todos os velhos conventos brasileiros, e são numerosíssimos, existem velhas coleções de livros e de manuscritos, daqui ou vindos da Europa.

De nosso conhecimento, o mais antigo documento a falar de biblioteca no Brasil data de 25 de agosto de 1703: é um breve do núncio proibindo que sejam emprestados os livros da "livraria" dos padres oratorianos do Recife. Em relatório aos seus superiores, um padre dessa Casa diz, textualmente: "Não é grande a nossa livraria, mas se reputa pela maior e melhor de Pernambuco." Esta afirmação dá a entender que havia outras

bibliotecas em Pernambuco, mas não encontramos qualquer outra documentação que o confirme. Em 1757, o padre Inácio da Silva lastima a destruição quase total dessa biblioteca por duas enchentes havidas na cidade. Mas, logo a biblioteca se refez, e pouco tempo depois já contava com “4 ou 5 mil livros”. Essa biblioteca, situada no convento anexo à Igreja da Madre de Deus, que ainda hoje está de pé, no centro do Recife, foi incorporada à biblioteca do Curso Jurídico de Olinda, em 1831, quando a Congregação Oratoriana foi expulsa de Pernambuco. Em seguida, ela foi vendida aos padres jesuítas, que, sendo também expulsos de Pernambuco, por Pedro II, por se terem envolvido demais com a “Questão Religiosa”, a levaram consigo para a Casa da cidade de Itu, em São Paulo. Sabe-se, ainda, que esses livros foram transportados depois para o Colégio São Luís, da cidade de São Paulo, onde sofreram um processo de dispersão. Consta que existe, na Torre do Tombo, um catálogo dessa biblioteca, elaborado em 1770³.

Em 1815, no Recife, o padre João Ribeiro, naturalista e líder da Revolução Republicana de 1817, “já começava a formar uma (biblioteca) particular na sua habitação, que a todos era aberta; não abundava ainda em (quantidade de) volumes, eram, porém, de preço inestimável pelas matérias que continham” – relata o Mons. Muniz Tavares⁴.

Em 1881 a Biblioteca Nacional enviou aos 800 municípios brasileiros existentes na época um longo questionário sobre a situação geográfica, industrial, comercial e cultural de cada um deles. Pretendia, com isso, redigir e publicar um grande *Dicionário Geográfico Brasileiro*, a partir das respostas ao questionário. O dicionário não foi escrito, pois apenas 129 municípios responderam ao apelo. Estas poucas respostas estão depositadas na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional e constituem um material valiosíssimo para o conhecimento de boa parte do Brasil dos fins do século XIX. Só agora essa documentação está sendo publicada, aos poucos, nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Lendo o item “Instrução” das respostas de alguns desses 129 municípios, descobrimos que vários deles possuíam bibliotecas particulares e públicas, cuja existência não consta nos documentos oficiais. São bibliotecas pequenas, quantitativamente, mas

muitas delas bastante grandes se comparadas com a população a que serviam. Chega a ser comovente saber que nesse Brasil adentro, sem estradas, carente dos mais primitivos meios de comunicação, não poucas cidades, mais de um século atrás, já tinham a sua biblioteca e dela se orgulhavam. Como a documentação, já dissemos, está sendo publicada aos poucos, não podemos fazer ainda um estudo exaustivo sobre as bibliotecas existentes então. Citemos, porém, alguns casos, dentre os mais interessantes: Ponta Grossa, no Paraná, orgulha-se de ter duas bibliotecas "franqueadas ao público", com um total de 2 400 livros, para uma população de 11 mil habitantes; Ponta de Cima, ainda no Paraná, com 1 626 habitantes, possui um "Club de Leitura" e uma biblioteca, com 1 321 livros; Areia, na Paraíba, tem um "Gabinete Litterario" e uma biblioteca franqueada aos sócios; Mossoró, no Rio Grande do Norte, dispõe de duas bibliotecas, para uma população de 5 mil habitantes; Barreiros, em Pernambuco, conta com uma biblioteca que, apesar de pertencer ao "Club Litterario", está aberta ao público em geral, gratuitamente; ainda em Pernambuco, a cidade de Afogados de Ingazeira descreve, orgulhosamente, a sua biblioteca, onde, aos domingos, são promovidas conferências culturais. Infelizmente nenhum município declara a data de fundação de suas casas.

Atualmente, há bibliotecas em quase todas as cidades do Brasil. Em muitas delas, é certo, dá-se o nome de biblioteca a uma meia-dúzia de livros praticamente desprezados em carcomidas prateleiras, à espera mais de fungos destruidores do que de leitores ávidos de cultura. Entretanto, são inumeráveis as boas bibliotecas conventuais, de associações e sobretudo universitárias. Não vamos citá-las, pois seria um nunca-acabar. E não é este o nosso escopo.

Bibliotecas públicas

Este é um capítulo à parte. Falamos de bibliotecas conventuais, de bibliotecas de associações, de bibliotecas universitárias, todas elas mais ou menos restritas a um determinado público. A biblioteca pública é de origem tipicamente norte-americana. Na Idade Média, quando surgiu a maior parte das bibliotecas, todo um contexto histórico fazia com que elas fossem entidades fecha-

das. O povo, o público, aliás, não era lá muito dado a leituras. E o costume faz a lei. Na Europa, as bibliotecas, mesmo quando saíram dos mosteiros, passaram para as mãos dos reis. Não escancararam as suas portas. Mesmo a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, como veremos, era uma biblioteca de reis, de príncipes e de nobres, e foi o Rio de Janeiro que forçou as suas portas e a democratizou. A América do Norte, desenvolvendo-se por fora das tradições e vínculos sociais e políticos europeus, tinha outra mentalidade. Enquanto na Europa o livro era um objeto precioso a ser guardado, protegido e, com tantas guerras e tantas pilhagens, escondido da sanha do povaréu e dos nobres rapaces – em Coimbra os livros eram “presos por cadeias” para evitar roubos –, na América do Norte ele se tornou uma necessidade para o povo. Foi assim que, no ano de 1700, surgiu, na Carolina do Sul, a primeira biblioteca pública, protegida, igualmente, pela primeira e, portanto, a mais antiga lei de proteção às bibliotecas, que passariam a ser públicas, gratuitas e os seus regulamentos regidos pelo poder local, com total independência do poder central. Em pouco tempo esse sistema se difundia por todo o território norte-americano e o seu exemplo foi seguido por outros países da própria América, da Europa, alcançando a Nova Zelândia e o resto do mundo. Mesmo assim, só nos meados do século XIX apareceu na Europa a primeira biblioteca pública: na Bélgica.

No Brasil, o nascimento e a difusão das bibliotecas públicas não parece ter tido como modelo o sistema americano. Sabe-se, contudo, que a primeira biblioteca pública, oficialmente declarada em nosso país, nasceu na Bahia, em 4 de agosto de 1811, bem antes do que na Europa. A seguir, foram fundadas a do Maranhão (1829), a de Sergipe (1848), a de Pernambuco (1852), a de Santa Catarina (1855), a do Espírito Santo (1855), a da Paraíba (1857), a do Paraná (1857), a de Alagoas (1865), a do Ceará (1867), a do Amazonas (1870), a do Pará (1871), a do Rio de Janeiro (1873) e a do Piauí (1883), para ficarmos só com o século XIX. Hoje o Brasil conta com cerca de 4 mil bibliotecas públicas e a própria Biblioteca Nacional, através do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, vem trabalhando pelo seu desenvolvimento numérico e melhoria técnica.

Outros tipos de bibliotecas se formaram, a partir do século XIX, com o desenvolvimento das escolas e das especializações, cada vez mais numerosas. É assim que temos hoje bibliotecas escolares, para todos os graus de escolaridade, adaptadas ao nível cultural dos alunos; bibliotecas infantis, nascidas em 1803, na Inglaterra, mas desenvolvidas e aperfeiçoadas por Jesse Torrey, que fundou a primeira biblioteca infantil realmente especializada em New Lebanon, no Estado de Nova Iorque; bibliotecas especializadas em faculdades, em fábricas, em empresas: de Química, de Física, de Filosofia, de Arquitetura etc.

Biblioteca Nacional

Quando se fala em biblioteca nacional, os conceitos mudam. Não se trata mais de meras coleções de livros e de outros papéis, não se fala de biblioteca pública propriamente dita, não se fala de biblioteca infantil, escolar ou especializada, simplesmente. A definição clássica é a seguinte: *"Biblioteca Nacional é, em princípio, sinônimo de memória da cultura de um país; é, no seu sentido mais alto, museu de toda a sua produção bibliográfica, nos mais diversos campos culturais, através da sua história."* Biblioteca nacional, frisemos, é a memória documental da cultura de um país, é um museu da sua produção bibliográfica. O conceito de biblioteca nacional parece ter surgido, ou pelo menos amadurecido, na França, na época da Revolução Francesa. Consistia em um acervo que conservasse a memória cultural do país. Segundo Anthony Panizzi, da biblioteca do Museu Britânico, o acervo de uma biblioteca nacional deveria permitir aos leitores o acompanhamento do progresso de todo o conhecimento humano. Trata-se de uma afirmação um tanto exagerada, e cada vez mais utópica, diante do rápido e imenso progresso do conhecimento. Mais adequada parece ser a proposta do Colóquio de Bibliotecas Nacionais de Viena, organizado pela UNESCO, em 1958: as bibliotecas nacionais "são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações impressas no país e funcionam como *biblioteca de depósito*" (o grifo é nosso).

Não vamos aprofundar mais o assunto. O que expusemos é suficiente para mostrar que uma biblioteca nacional não é uma biblioteca como as outras. O acervo nela depositado constitui

um material de pesquisa e de consulta para especialistas. Não se trata mais de uma biblioteca para nobres, príncipes e reis, como antigamente, mas também não se trata de uma biblioteca popular. Defende-se ainda o seu uso para uma elite, porém, não mais de uma elite de sangue ou de prestígio, mas de saber, de cultura. Não se mede a *cultura geral* de um país pela quantidade de consultas a uma biblioteca nacional, sobretudo quando este país conta com uma boa rede de bibliotecas públicas, escolares e especializadas. As consultas a uma biblioteca nacional podem medir, sim, a especialização da cultura, sobretudo aquela que procura fontes históricas. Podemos até avançar esta hipótese: o número de consultas feitas numa biblioteca nacional deve diminuir à medida que cresce o número de consultas às bibliotecas públicas e especializadas. O que deve fazer uma biblioteca nacional, e a do Rio de Janeiro tem tentado fazê-lo, é, além de documentar, guardar, conservar a cultura do país, procurar, por todos os meios ao seu alcance, facilitar o seu acesso às elites culturais. Isto se processa por vários caminhos (entraremos em detalhes adiante, no correr deste trabalho): colocando o acervo à disposição dos pesquisadores cadastrados, seja pelo seu museu direto, seja através de microfilmes, no caso de o material ser por demais frágil; publicando textos antigos com transcrição diplomática ou em fac-símile; fomentando o trabalho dos escritores contemporâneos, a fim de que, no futuro, a Biblioteca Nacional tenha um acervo representativo da época corrente; controlando o *depósito legal*, que obriga a que todos os escritos produzidos no país sejam enviados à Biblioteca Nacional.

Falamos da evolução do conceito de biblioteca nacional e tentamos dar ao leitor uma idéia bem sumária, mas suficientemente precisa da história das bibliotecas. Para tanto, fizemos um vôo rasante pelas principais bibliotecas do mundo, na Antiguidade e no mundo moderno. E não falamos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, considerada oficialmente, pela UNESCO, a oitava mais importante do mundo, pelo seu valor histórico e quantidade de peças do seu acervo. É que essa Biblioteca será o tema deste livro. Tentaremos contar a sua história, antes e depois da sua chegada ao Brasil, as aventuras por que ela tem passado – que não são e não foram poucas, os detalhes da sua formação, a sua organização, alguns casos pito-

rescos e até as lendas que a têm acompanhado nesses quase dois séculos de existência nos trópicos. Terminaremos com um detalhado roteiro para que o visitante possa entendê-la melhor e melhor apreciar a sua riqueza.⁵

Resta desta resumida história das bibliotecas deixar registrado que toda uma grande parte da humanidade sempre demonstrou um grande amor aos livros, à cultura escrita em geral. A "biblio filia" (*biblion + philia*) é muito antiga. Tijolinhos de barro, pedras, papiros, folhas de seda, pergaminhos, papel... desde a mais remota Antiguidade o livro, isto é, o conjunto unitário desses diversos materiais, sempre foi considerado algo de precioso, de quase divino. É divina a Bíblia, O Livro dos Livros. O texto escrito, diz uma antiqüíssima inscrição egípcia, é o "tesouro dos remédios da alma". A tal ponto que a sua guarda e manuseio era apanágio dos reis e sacerdotes. E, mais recentemente, na Idade Média, quando a civilização ocidental a desprezou, a Bíblia passou a ser conservada, guardada, copiada, encadernada, enfeitada com toda a arte pelos monges cristãos. Muitos dos mosteiros medievais quase que só viveram para a conservação do livro. O livro medieval era praticamente um ofício sacerdotal, pois guardava a palavra de Deus, possibilitava a sua difusão, a sua interpretação e a suá imortalidade, pois conservava a memória de toda a sabedoria dos povos, obra de Deus. Em algumas antigas civilizações asiáticas, os devotos abriam e fechavam os livros, sem sequer lê-los, num ato litúrgico de pura veneração. Copiar livros era, para budistas antigos, um trabalho que agradava aos céus⁶.

No Renascimento, a invenção da imprensa e a fácil difusão do livro não diminuiu o amor que lhe foi sempre dedicado. A biblio filia partiu então para a procura da obra rara, seja pela sua própria raridade, seja pela sua encadernação, pelos seus editores, pela beleza de suas ilustrações e iluminuras ou até mesmo pelo assunto de que tratava. Quando a Revolução Francesa fechou os conventos, os seus preciosos livros começaram a aparecer no comércio, valorizando-os ainda mais, desta feita, como objeto colecionável e lucrativo – às vezes mais do que pelo valor dos seus temas. As bibliotecas nacionais surgiram então

como um meio seguro de conservar essas preciosidades da ganância dos comerciantes e da rapina oficializada.

Hoje, quando são tantos e tão imprevisíveis os meios apropriados para guardar-se a mensagem cultural, o livro continua amado e valorizado. A disseminação das bibliotecas facilitou o seu acesso, mas não diminuiu a vontade de se possuí-lo. Os bibliófilos nunca foram tão numerosos. Há uma ou duas décadas, pensou-se que o livro seria forçosamente desbanhado pelos meios audiovisuais, mas tal não aconteceu. O livro conservou o seu mistério, o seu atrativo inexplicável, a sua aura quase divina. Em 1992, a Biblioteca Nacional, premida pelos altos custos de suas publicações, enviou a mais de 2 mil bibliotecas do mundo inteiro um questionário em que formulava duas perguntas: *Vocês têm máquina para ler microfichas? Em caso positivo, preferem receber as publicações da Biblioteca Nacional em microfichas ou em livros?* As respostas, vindas dos cinco continentes, foram impressionantes: mais de noventa por cento das bibliotecas consultadas têm máquinas leitoras de microfichas e de microfilmes; mais de oitenta por cento delas, entretanto – e se tratavam das maiores e mais modernas – disseram preferir receber livros. Parece incrível, mas, das pouquíssimas bibliotecas que solicitaram o envio de microfichas, várias delas pediram para receber as microfichas e também os livros. Parece que a telinha iluminada tão cedo não vencerá o charme do velho papel impresso, mesmo amarelado, frágil, volumoso e atravancador.

*

As oito maiores bibliotecas do mundo atual, segundo a UNESCO⁷

Bibliotecas Nacionais:

- 1 – Rússia – Gosudorstvennaya Ordena Lenina Biblioteka. Moscou.
- 2 – EUA – Library of Congress, Washington, D.C.
- 3 – França – Bibliothèque Nationale, Paris.
- 4 – China – Biblioteca Nacional da China, Pequim.

- 5 - Grã-Bretanha - British Library, Reference Division, Londres.
- 6 - Alemanha - Bayerische Staatsbibliothek, Munique.
- 7 - Japão - Kokuritsu Kokkai, Toshokan, Tóquio.
- 8 - Brasil - Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Bibliotecas Universitárias:

- 1 - EUA - Harvard University Library, Cambridge, Mass.
- 2 - EUA - Yale University Library, New Haven, Conn.
- 3 - Rússia - Biblioteca Científica A. M. Gorki, da Universidade Lomonosov, Moscou.
- 4 - Inglaterra - Bodleian Library, Oxford.
- 5 - Inglaterra - Cambridge University Library.
- 6 - França - Bibliothèque de la Sorbonne, Paris.
- 7 - China - Biblioteca da Universidade Quing Hua, Pequim.
- 8 - Argentina - Universidade de Buenos Aires.

NOTAS

1. *Biblos* e, posteriormente, *biblion* são palavras gregas que significam livro. Se bem que, na realidade, significavam, no início, casca, película de papiro. Posteriormente, Ésquilo, Demóstenes e Aristóteles já lhes davam o sentido de "escrito", de "conjunto de escritos" e de "livro". O termo foi usado também na antiga Grécia, com o sentido de "divisão de uma obra escrita". *Biblioteca* vem de duas palavras gregas: *biblio* + *téke*, isto é, prateleira ou depósito para guardar livros, escritos, rolos de papiros, de pergaminho etc. Havia ainda a palavra *biblio-pôles*, significando "livraria" ou, mais precisamente, "venda de livros". "Depósito de livros", ou de "escritos", ou de "arquivos", era dito pelos gregos *biblio-fülákion* (de *fülaké* = guarda, conservação). É interessante observar que, apesar de serem foneticamente tão dispares, as palavras *biblia*, *livro* (*libro*, espanhol e italiano, *livre*, francês) e *book* (*buch*, alemão) têm a mesma origem etiológica: tanto *biblion*, em grego, quanto *liber* (*librum*), em latim, e *boka*, em gótico, significavam casca ou entrecasca de árvore, fina película vegetal.
2. A biblioteca de Alexandria foi fundada pelo primeiro governante grego do Egito, Ptolomeu I. Com o aporte das coleções de Aristóteles, chegou a contar

400 mil volumes. A de Pérgamo (onde veio a palavra pergaminho) chegou a ter 700 mil. O seu declínio começou quando o imperador Marco Antônio, por motivos nada intelectuais, a deu de presente à sua amante Cleópatra, rainha do Egito.

3. Lima, Ebion de, *A Congregação do Oratório no Brasil*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.
4. Tavares, Mons. Francisco Muniz, *História da Revolução em Pernambuco em 1817*, Recife, 1840, in *Rev. Trim. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*, T. LX, B. I., 1897, p. 107. "... (no Recife) não havia biblioteca pública, necessidade absoluta de país civilizado; conservam-se alguns livros, mas pouco escolhidos e aferrolhados no interior dos conventos, onde nenhum profano ousava penetrar" (*ib*).
5. Monte-Mór, Jannice, in *Anais da Biblioteca Nacional*, "A Biblioteca Nacional em 1971", v. 91, 1971, p. 360.
6. Katzenstein, Úrsula E., *A Origem do Livro...* São Paulo, Edit. Huicitec INL, 1986, cap. 2 e cap. 4.
7. Pela ordem descendente da quantidade de livros. Levantamento feito em 1985.



Embarque do Príncipe Regente de Portugal para o Brasil, trazendo na bagagem a Real Biblioteca, origem da Biblioteca Nacional.
Gravura de Francisco Bartolozzi, datada de 1807 (Biblioteca Nacional – Seção de Iconografia).

II

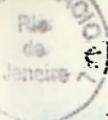
As Origens

A atual Biblioteca Nacional – que, em 1810, no Brasil Colônia, chamava-se Real Bibliotheca, às vezes do *Rio de Janeiro*, às vezes *da Corte*; que, com a Independência, em 1822, passou a ser chamada, mesmo em documentos oficiais, ora de Bibliotheca Publica, ora de Nacional, às vezes de Imperial, outras de Imperial e Publica, ou de Imperial e Nacional; que, em 4 de março de 1876 assumiu, oficialmente, o título de Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, até 1948, quando passou a ser simplesmente Biblioteca Nacional –, teve uma origem acidental e cheia de aventuras que vale a pena contar¹.

A Real Bibliotheca e o incêndio de Lisboa

Já dissemos, no capítulo anterior, como nasceu e floresceu esta biblioteca, que, um dia, chegou a ser orgulho de Portugal e uma das melhores coleções bibliográficas da Europa. O fogo, gerado por um terrível terremoto, quase acabou com essa glória. Foi no dia 1º de novembro de 1755, “anno eternamente fatal na Historia Portugueza, ás nove horas e quatro minutos da manhã, estando o Céo limpo, o ar sereno e o mar em calma; se vio Lisboa surpreendida com um terremoto dos mais horrorosos, que a

tradição conserva, ou descrevem os livros”². O Palácio da Ribeira, onde se localizava a Livraria d’El Rei, foi destruído e, com ele, quase toda a Real Bibliotheca da Ajuda. Candide, personagem de Voltaire, depois de múltiplas aventuras, chegava a Lisboa, ele e seus amigos, justamente nesse dia: “Mal puzeram os pés na cidade sentiram a terra tremer sob os seus passos; o mar espumante começava a invadir o porto e a arrebentar os navios ancorados. Turbilhões de chamas e de cinzas cobrem as ruas e as praças públicas; as casas desmoronam sobre os seus alicerces e os alicerces se desmancham; 30 mil habitantes, de todas as idades e sexos ficam esmagados sob as ruínas.” Pouco sobrou de Lisboa. Muito pouco sobrou da bela Livraria juntada pacientemente por D. João I, D. Duarte e D. Afonso V. Fora-se quase toda junto com o palácio. D. José I (avô de D. João VI), sem tardar, tratou de juntar as sobras do incêndio e a organizar uma nova biblioteca. Logo no ano seguinte, adquiriu a coleção de Nicolau Francisco Xavier da Silva e, em 1757, os manuscritos do colecionador 2º Conde do Redondo. Em 1760 juntou à sua biblioteca os livros deixados por José Maria Montarroio Mascarenhas e, entre 1770 e 1773, recebeu, como presente, “a numerosa e rica livraria pacientemente amontoada pelo douto abade de Santo Adrião de Séver, o padre Diogo Barbosa Machado”³, composta de 4 301 obras, em 5 764 volumes. Ainda em 1773 foram incorporados à Biblioteca os livros do Dr. Miguel Franzini (192 volumes), e o artista inglês G. Dugood doou ao rei os seus inúmeros códices manuscritos e estampas preciosas, de sua propriedade. Em 1779 foi comprado um caixote de livros ao Dr. Bartholomé Ulchoa, de Madri, e, em 1793 foram igualmente incorporados os livros e códices do Cardeal da Cunha. Com a prescrição dos padres jesuítas, em Portugal, a biblioteca do Colégio de Todos os Santos, na Ilha de São Miguel, nos Açores, veio também se incorporar à Real Biblioteca. Num folheto intitulado *Processos célebres do Marquês de Pombal* (1882), relata-se que a Biblioteca Real da Ajuda, menina dos olhos d’El Rei, nunca parou de crescer: seja com os livros dos Cônegos de São Vicente de Fora, quando estes foram transferidos para o Mosteiro de Mafra e ficaram privados de suas coleções, seja com os numerosos espólios de bibliófilos condenados à morte ou ao exílio.



Bem cedo, a nova biblioteca real estava recomposta e Portugal, mais uma vez, podia ter orgulho do seu feito. De fato, já em 1741, Antonio Caetano de Souza podia escrever: "Não havia no Paço mais que um pequeno resto da Livraria antiga da Sereníssima Casa de Bragança: El Rey (D. João V) o fez collocar em esta Real Bibliotheca, que se compõe de muitos mil volumes, que quasi não cabem no grande edificio..."⁴

Início do século XIX. O Brasil recebe a Real Bibliotheca, orgulho de Portugal

Ingleses e franceses ambicionavam repartir o mundo entre si, cada um pretendendo mais capital e mais mercado na Europa e no resto do mundo. "O capitalismo nascente levava à guerra."⁵ Ao Bloqueio Marítimo Inglês imposto por Canning, Napoleão respondia com o seu Bloqueio Continental. A Inglaterra via-se isolada e proibida de comerciar com a Europa dominada por Napoleão. Para o Império Britânico a saída era Portugal, com suas colônias na América, onde podia satisfazer a sua sede de poder e de... matérias-primas. O que Portugal ganharia em troca? Os ingleses prometiam apoio total à Casa de Bragança, o que significava a sobrevivência do reino luso. Mas havia algumas condições, dessas que só os fortes "oferecem" aos mais fracos: a sede da monarquia portuguesa deveria transferir-se para o Brasil, a esquadra portuguesa ficaria sob o comando inglês, a Inglaterra teria plena liberdade comercial no Brasil. Ao mesmo tempo – tendo em vista fins idênticos –, fomentar-se-ia a independência das colônias espanholas na América, para abater o poderio hispânico, um eterno perigo para Portugal e o Reino Unido.

D. João, príncipe regente (não era rei, pois continuava viva a rainha, sua mãe, D. Maria I, a Louca), sonhava com uma neutralidade impossível em face das duas potências. A França, unida à Espanha pelo Tratado de Fontainebleau, tinha as mesmas ambições do Reino Unido, e decidira, sem tardar, invadir Portugal. O ano de 1807 chegou ao fim com as tropas de Napo-

* O autor refere-se aos restos da Biblioteca incendiada (N. do A.).

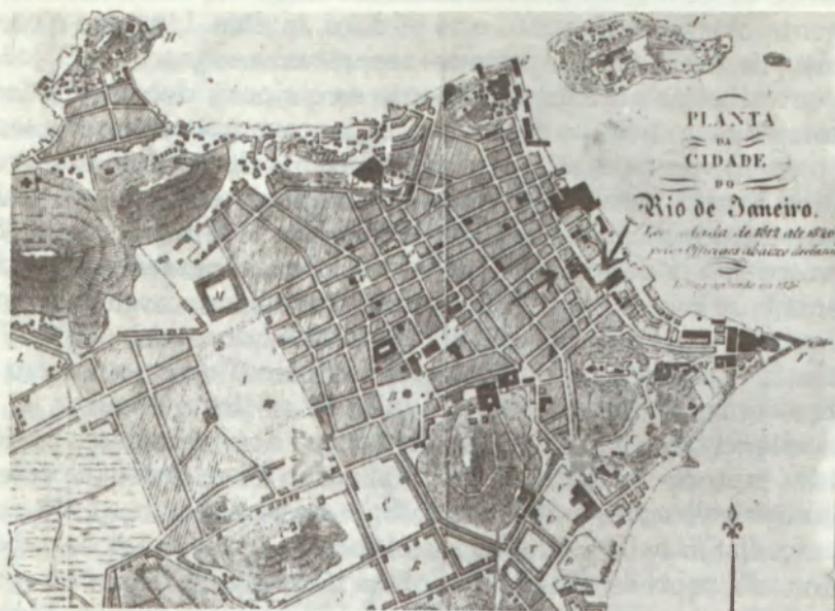
leão atravessando as fronteiras lusas, pelo Norte. E os ingleses, agindo ainda mais rápido, bloqueavam o Tejo e tomavam a iniciativa de “proteger” Lisboa. Para D. João não havia grande margem de escolha. A solução era a fuga para o Brasil.

Ingleses de um lado, franceses do outro, o pânico instalou-se na cidade. “Com a pressa que o momento exigia, foi organizado um verdadeiro saque no país. Os fidalgos embarcaram com mais de oitenta milhões de cruzados, em ouro e diamantes, e com a metade do dinheiro em circulação no Reino! Depois disso, a fuga dos governantes, sendo que o Regente seguiu disfarçado para o cais, sem nenhuma despedida. Alguns regimentos recusaram-se a embarcar e outros autodissolveram-se. O pavor inspirava cada gesto. Era gente querendo embarcar a força, eram senhoras distintas afogando-se nas águas do Tejo, era o povo apupando os que se retiravam. Diz-se mesmo que a única pessoa disposta a resistir era D. Maria I, a demente Rainha-Mãe, que respirava o ar das ruas após dezesseis anos de reclusão: ‘Não corram tanto! Vão pensar que estamos fugindo!’, gritava do coche que a conduzia, célebre.”⁶ E foi assim que no dia 30 de novembro de 1807, pelo amanhecer, as tropas francesas de Napoleão, comandadas pelo marechal Junot, entraram em Lisboa, “para só avistar, a sumirem-se no fundo do horizonte, as últimas velas da esquadra do príncipe D. João” (Rocha Pombo). O mau estado das estradas e a chuva impediram Junot de chegar a tempo. Com o príncipe vinham para o Brasil quase toda a nobreza local (uma multidão de cerca de 15 mil nobres), com seus respectivos lacaios, bens, tralhas,seguranças e ainda quase toda a Real Biblioteca da Ajuda, que, na verdade, era composta de duas bibliotecas: a Biblioteca do rei e a da Casa do Infandado, esta destinada ao uso dos príncipes⁷. Além dos livros, os navios traziam, também, “três volumes de estampas, brasões de diversas famílias, titulares e nobres, brasões abertos em madeira e em metal e desenhos originais com iluminuras” e mais os “instrumentos de física e matemática do real gabinete”⁸. A viagem não foi fácil, não por causa dos franceses, cuja Marinha não se sentia forte o bastante para enfrentar a poderosa defesa inglesa que comboiava os navios portugueses, mas por causa das tempestades e da falta de comodidade e de higiene, que, se não afetavam os velhos e experientes mari-

nheiros, habituados às longas aventuras e travessias – outro orgulho de Portugal –, não perdoaram aquela nobreza requintada e de costumes mais delicados. Foram três meses de sofrimento. A água era pouca e os piolhos, muitos. Limpeza e conforto, nenhum. As tempestades separaram a esquadra, e D. João aportou antes na Bahia, enquanto os cariocas, decepcionados, festejavam a chegada de navios que lançavam suas âncoras sem o príncipe regente, sem a nobreza do mais alto escalão e, sobretudo, sem a Rainha Louca, de quem já se contavam as mais pitorescas e picantes histórias. Só no dia 7 de março de 1808, quatro meses depois da partida de Lisboa, chegaram ao Rio de Janeiro os barcos do príncipe com a sua preciosa carga de livros e outras peças do seu acervo. No volume I dos *Anais* (1876-77), Ramiz Galvão faz uma descrição minuciosa dessa bagagem e acrescenta: “Não se sabe o que mais se deva admirar, si a excellencia das edições raras si a belleza dos exemplares preferidos pelo donto colleccionador, si enfim a boa ordem e perfeição das collecções facticias, prodigo de perseverança e de cuidado. Estão nella reunidas quasi todas as provincias do saber humano, representadas pelas obras mais dignas de nota e estima.” O acervo da Real Bibliotheca não veio por inteiro. Tinha sido dividido em três lotes. O primeiro chegou com D. João, o segundo chegaria mais tarde, em 1810, com o bibliotecário Luís Marrocos, de quem falaremos mais tarde, e o terceiro, talvez porque a situação em Portugal tenha melhorado, nunca foi despachado. Ambos devem ter ficado muito bem escondidos, em Lisboa, pois, como era a praxe de todas as guerras, as tropas de Napoleão não se furtaram à clássica pilhagem. Os livros, mapas, desenhos, medalhas e manuscritos escaparam da rapina, o que não aconteceu com outros bens culturais portugueses, como, por exemplo, o famoso herbário do cientista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, que até hoje está em Paris, no Laboratoire de Phanérogamie⁹.

– Não se dispõe de inventário exato de quantos livros vieram de Portugal, nas duas remessas de que falamos. Sabe-se, porém, que, em 1814, a Bibliotheca Real do Rio de Janeiro já contava com mais de 60 mil livros, como testemunha o padre Luiz Gonçalves Santos, sendo, então, “a primeira, e a mais insigne, que existe no Novo Mundo”¹⁰.

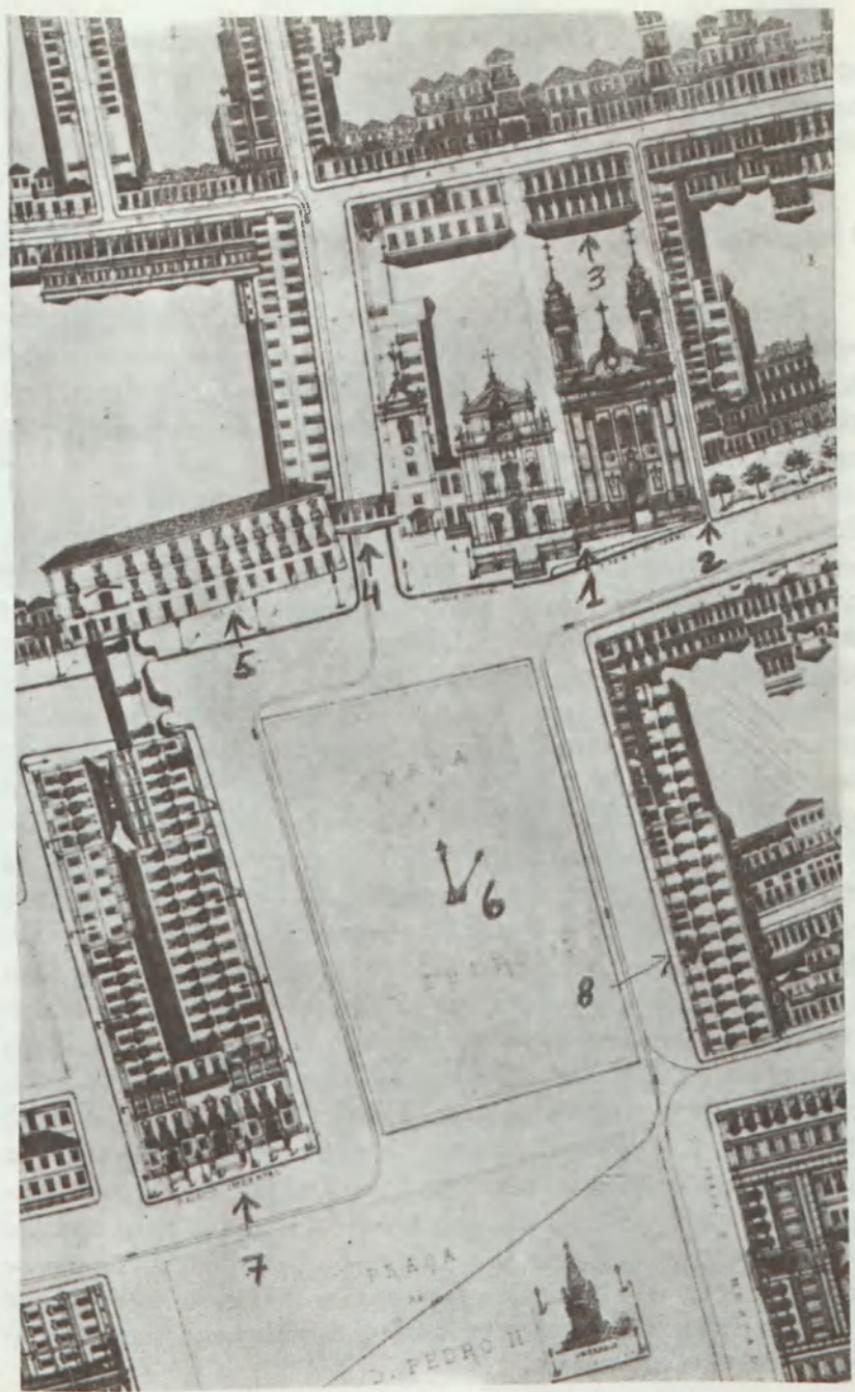
Planta da Cidade do Rio de Janeiro elaborada entre 1812 e 1820



As setas indicam a atual Praça XV, vendo-se, à direita, as duas igrejas germinadas, sendo a segunda a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em cujos fundos foi instalada a *Real Bibliotheca*, em 1808 (Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras).

Legenda da foto da página 37

- 1 - Beco do Carmo.
- 2 - Beco dos Barbeiros.
- 3 - *Real Bibliotheca*. Sua primeira localização. Tanto a fachada como o corpo do prédio ainda hoje em idênticas condições.
- 4 - Passagem que levava do Paço Imperial à *Real Capela*. Não existe mais.
- 5 - Prédio ainda existente. Atual reitoria da Universidade de Cândido Mendes.
- 6 - Atual Praça XV.
- 7 - Entrada do Paço Imperial, tal qual ainda existe.
- 8 - Arco do Telles.



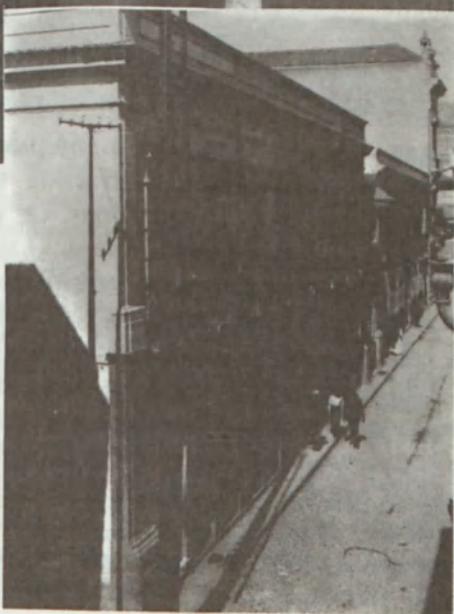
Estava salvo o grande acervo cultural português, salvo do incêndio, salvo da destruição e da pilhagem próprias de uma guerra, salvo dos perigos de uma longa e incerta travessia marítima.

O primeiro pouso. Data oficial da fundação

Para acomodar o precioso acervo, foi requisitado, por decreto real de 27 de junho de 1810, o andar superior do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, nos fundos da igreja do mesmo nome, entre os atuais Beco do Carmo e Beco dos Barbeiros, com entradas pela Rua Direita, hoje Rua Primeiro de Março, e pela Rua do Carmo. Era o primeiro pouso da Biblioteca Nacional. Alguns meses depois, informado de que esse espaço era insuficiente e muito escuro, o príncipe regente revogou o decreto acima e determinou que, "sem embargo de quaisquer leis", a Biblioteca passasse a ocupar também as "catacumbas" ou porões do mesmo edifício, onde se podia ter "uma mais própria e decente acomodação para a dita livraria". O novo decreto foi assinado em 29 de outubro de 1810, e essa data foi oficializada como a da fundação da Biblioteca Nacional. Teria sido mais lógico ter-se arbitrado como a data oficial da fundação da Biblioteca o dia 27 de junho de 1810, quando ela foi realmente instalada, depois de ter ficado encaixotada, em diversos lugares, por mais de dois anos. Em 19 de outubro de 1810 ela apenas passou a ocupar mais um andar do Hospital da Ordem Terceira do Carmo. No ano seguinte, em 13 de maio de 1811¹¹, a Biblioteca foi franqueada ao público, se bem que ainda de maneira seletiva, isto é, "aos estudiosos, que para isso obtinham, com facilidade, prévio consentimento régio". O autor do documento anônimo aqui já citado (*Anais*, v. 19, 1897, p. 232) afirma que essa concessão especial "nunca era regateada", o que vem provar, como veremos adiante, que a mentalidade elitista vigente na Metrópole portuguesa já sofria o seu primeiro revés, nesse contato com os ares do Brasil. A partir de 1814 essa necessidade de prévia autorização foi suprimida e a Biblioteca ficou plenamente aberta à população.



Beco dos Barbeiros. Vista da Real Bibliotheca (à direita) tomada da Rua do Carmo. Ao fundo, a Rua Direita, atual Rua Primeiro de Março, e uma das torres da Igreja da Ordem Terceira do Carmo.



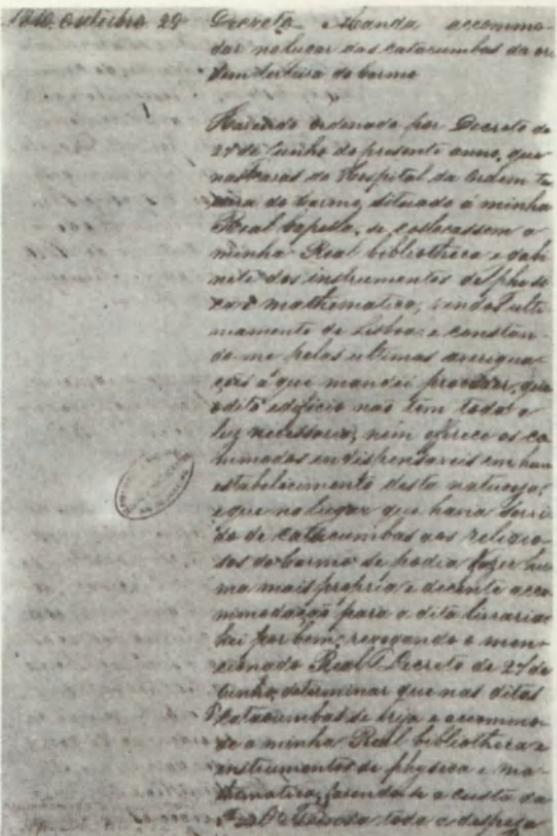
Rua do Carmo. À esquerda, fachada da Real Bibliotheca.

D. João VI, sempre descrito como um simples e bonachão comedor de franguinhos fritos, tinha lá suas qualidades intelectuais, diga-se, a bem da verdade. Já o cuidado e a preocupação em livrar a Biblioteca da sanha do exército francês o comprova. Em carta aos seus pais, em Portugal, Luís Marrocos, aqui chegado com a segunda leva de livros, e que foi muito elogiado pelo bom acondicionamento que lhes proporcionou, diz que o príncipe não economizava verbas especiais, mandava contratar carpinteiros e pedreiros para que a casa e a livraria ficassesem "muito lindas e arranjadas"; e que sua alteza era bondosa e magnânima e freqüentava sempre a biblioteca, interessando-se pelas "coisas de artes e ciências"¹². Em 1816, Marrocos afirma que a Biblioteca chegara "a um auge de esplendor e grandeza como talvez se não encontre em muitos Tribunais de primeira consideração do Reino" (*Ib.* Carta 98, p. 269). Em 1819 assegura que a Biblioteca "acha-se hoje mui rica e respeitável pelas impressões e compras, que tem tido, estando toda classificada em grandes salas" (*Ib.* Carta 148, p. 380).

Formação do acervo. Os primeiros "arranjadores e conservadores"

Quatro homens, todos portugueses, foram muito importantes nos vinte primeiros anos da Biblioteca: frei Gregório José Viegas, franciscano; padre Joaquim Dâmaso, do Oratório de Lisboa; frei Antônio de Arrábida, também franciscano; e Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Os três primeiros chegaram ao Brasil junto com a família real. O último deles, Luís Marrocos, aqui aportou mais tarde, em 1811, acompanhando a segunda leva de livros e peças para a Real Bibliotheca e logo foi designado zelador oficial dos Manuscritos da Coroa.

Para alojar essas novas peças e livros, o príncipe ordenou, em Aviso de 3 de novembro de 1812, que a Biblioteca tomasse, também, o andar térreo do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, onde já ocupava os porões e o andar de cima, terminando por invadir todo o prédio. Os doentes, ainda por ordem do Príncipe, foram transportados para outro local, na então Rua dos Ourives.



Transcrição:

1810. outubro. 29—Decreto — Manda acomodar no lugar das catacumbas da Ordem Terceira do Carmo.

Havendo ordenado por
 Decreto de 27 de Junho do presente anno, que nas casas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, situado à minha Real Capella, se collocasssem a minha Real Bibliotheca e gabinete dos instrumentos de physica e mathematica, vindos ultimamente de Lisboa: e constando-me pelas ultimas averiguacões a que mandei proceder, que o dito edifício não tem toda a luz necessaria, nem oferece os commodos indispensaveis em hum estabelecimento desta natureza, e que no lugar que havia servido de catacumba aos Religiosos do Carmo se podia fazer huma mais propria e decente accommodaçao para a dita livraria: hei por bem, revogando o mencionado Real Decreto de 27 de Junho, determinar que nas ditas catacumbas se erija e accommode a minha Real Bibliotheca e instrumentos de physica e mathematica fazendo-se à custa da Real Fazenda toda a despesa conducente ao arranjoamento e manutenção do referido estabelecimento. O Conde de Aguiar, do Conselho de Estado, Presidente do Real Erario, o tenha assim entendido e faça executar por este Decreto somente, sem embargo de quaequer leis, regimentos ou disposições em contrario. — Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Outubro de 1810.
 — Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.

**Aviso real concedendo
permisão para consulta
à Bibliotheca.**

O Principe Regente Nosso Senhor Ha por bem permitir q o Sargento Mór de Artilheria, e Deputado da Real Junta da Fazenda dos Arcenaeos do Exercito João Gomes da Silveira possa consultar na Sua Real Bibliotheca, as Obras de Ciencias. Valores que elle trouxe e facultando lhe Vm.ce para este fim, os Livros q elle pedir. O que exigirei Vm.ce para q affam se execute.

Deos Guarde a Vm.ce Paço em 3 de Dezembro de 1811

Córcio de Aguiar

Sr Joaquim Damazo

da dos Arcenaeos do Exercito João Gomes da Silveira, possa consultar na Sua Real Bibliotheca, as Obras de Sciencia Naturaes, q nella houverem; a facilitando-lhe Vm.ce para este fim, os Livros q elle pedir. O que participo a Vm.ce para que assim se execute.

Deos Guarde a Vm.ce Paço, em 3 de Dezembro de 1811.

Conde de Aguiar.

(Ao) Sr Joaquim Damazo.

**Aviso real mandando que
se transfiram para a Real
Bibliotheca livros e
manuscritos que ainda não
estavam lá depositados.**

O Principe Regente Nosso Senhor mandou q
os q se achão na Caza onde estãos os
Volumens de Folio desde o Numero 92 ate o Numero 96 inclusive,
e q se achaõ na Caza onde estãos os
manuscritos da Coroa sejam mudados para a Bibliotheca Real onde existem
os mais do Infantado a q pertence, e q os trezentos e quarenta e tres Volumes
Impressos q pertencem à Coroa, e q se achaõ na mesma Caza sejaõ tambem
incorporados na Bibliotheca das obras impressas da mesma Coroa.
Deos Guarde a Vm.ce Paço em 2 de Fevereiro de 1812.

Córcio de Aguiar

Joaquim Damazo

**"O Principe Regente
Nosso Senhor attenden-
do ao q Vm.ce lhe repre-
sentou he Servido ordenar q os quarenta e oito Volumes de Folio desde o**

**Numero 92 ate o Numero 96 inclusive, q se achaõ na Caza onde estãos os
manuscritos da Coroa sejam mudados para a Bibliotheca Real onde existem
os mais do Infantado a q pertence, e q os trezentos e quarenta e tres Volumes
Impressos q pertencem à Coroa, e q se achaõ na mesma Caza sejaõ tambem
incorporados na Bibliotheca das obras impressas da mesma Coroa.**

Deos Guarde a Vm.ce Paço em 2 de Fevereiro de 1812.

Conde de Aguiar.

(Ao) Sr Joaquim Damazo.

Frei Gregório e o padre Joaquim Dâmaso, ambos bibliotecários régios foram, juntos, os primeiros encarregados do “arranjoamento e conservação” da Real Bibliotheca, com o título de *Prefeitos*. Frei Gregório foi, em seguida, nomeado Bispo de Pernambuco (abril de 1820). Como a bula papal que oficializava essa nomeação demorasse demais a chegar, ele declinou do cargo e, em 1821, voltou com D. João VI para Portugal. O padre Dâmaso ficou mais um ano e, em 1822, recusando-se a aderir à Independência do Brasil, retornou à Europa onde, alguns anos depois, veio a falecer, vítima de uma epidemia de *cholera morbus* que grassava em Lisboa. Essa recusa à Independência, por parte do padre Dâmaso, nos custou caro. “Este padre, não querendo aderir à Independência do Brasil, voltou para Portugal, levando, nessa ocasião, senão todos os manuscritos que lhe estavam confiados, boa cópia deles, ou talvez, a sua máxima parte.”¹³ Isto é, dos mais de 6 mil códices aqui existentes na época, o padre Dâmaso levou de volta mais de 5 mil. Não conhecemos qualquer documento que narre a possível luta que sem dúvida deve ter havido, então, sobre o destino do acervo da Biblioteca, a não ser que o padre Dâmaso levou de volta aqueles manuscritos, “pensando-lhe, segundo dizia, de não poder fazer outro tanto aos impressos”¹⁴. Pode-se, entretanto, imaginar o que terá havido de pressões para que o rico acervo na sua totalidade voltasse para Portugal junto com D. João VI ou com o padre Dâmaso, ou até que poderosas forças o terão retido no Rio de Janeiro. O fato é que o Brasil ganhou essa batalha, pois a Biblioteca ficou.

Luís Marrocos também ficou. Não era o que ele pretendia, como dizia em suas cartas, mas foi ficando, casou-se, teve muitos filhos e aqui morreu, idoso e bem de vida. No dia 18 de dezembro de 1838 o *Jornal do Commercio* publicou esta nota: “Faleceu hontem o Sr. Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, official-maior da Secretaria de estado dos negócios do Imperio.” A Biblioteca Nacional muito lhe deve. Foi ele, também, quem deixou escrito o primeiro problema que a Biblioteca teve em relação aos salários dos seus funcionários: “A grande intriga, que ha, entre o Conde de Aguiar e o Visconde de Va. Na. da Ra. sobre jurisdição e governo da Bibliotheca, tem embaracado a cobrança do novo aumento de Ordenado, que ja estava arbitrado; quando os gran-

des brigam, padecem os pequenos" (*Ib.*, Carta 15, 29 de fevereiro de 1812). Quatro anos depois, em 19 de julho de 1819 (Carta 144), o problema ainda estava por resolver: "Desde que fui nomeado Official de Secret^a, ainda não recebi couza alguã dos meus Ordenados da Livraria, cujo Emprego todavia continúo a exercer, por Ordem de S. Exa., apezar de que o Visconde tem feito grde. força pa. me esbulhar delle, encaixando no meu lugar os seus afilhados (...) reputando o Emprego vago." Em outra de suas cartas, Marrocos relata o trabalho que teve para fazer "uma memoria litterária e critica" sobre os manuscritos da Coroa aqui chegados, uma vez que, transportados de trambolhão e pela pressa em livrá-los da sanha dos franceses invasores, ninguém sabia o que encerravam. Devemos a ele, também, a notícia de que, em 1818, por sua iniciativa, foram enviados para a "Bibliotheca Publica da cidade da Baia" os "livros dobrados" (i. é, em duplicita) da Bibliotheca Real, quase todos versando sobre Teologia, "no total de trinta e sete caixões" (*Ib.*, p. 10). Foi Marrocos ainda quem forjou o nosso primeiro plano sistemático de classificação para o arranjo dos códices (*Ib.*, p. 10).

Frei Antônio de Arrábida foi o primeiro a receber o título de Bibliotecário, título que substituiu o de *Prefeito*, depois da Independência. Desde os 28 anos de idade frei Antônio era conselheiro real e, no Brasil, foi preceptor dos príncipes D. Pedro e D. Miguel. Sua nomeação foi referendada por José Bonifácio. Em 1831, este frade, que chegou a acumular a direção da Real Bibliotheca com a de reitor do Colégio Pedro II, renunciou à direção da Biblioteca, passando o cargo ao cônego Felisberto Pereira Delgado, encarregado oficial da classificação e conservação dos manuscritos e Bibliotecário interino. Essa interinidade do cônego Delgado iria trazer um sério problema para a instituição. Por decreto imperial, de 12 de agosto de 1833, ele foi substituído pelo padre Francisco Goulart. Alegando, porém, que não existia interinidade na sua função, e que o cargo de Bibliotecário era vitalício, o cônego Delgado se recusou a dar posse ao novo titular e não lhe passou nem as chaves, nem os papéis da Biblioteca, nem desocupou os alojamentos destinados ao Bibliotecário. Não adiantaram os conselhos nem as ameaças. O cônego não cedia. Dizia que tinha lá os seus direitos. Em 28 de setembro ele foi intimado, "por aviso do Ministério do Im-

pério", entregue pessoalmente pelo chefe de polícia da Corte, a desocupar os alojamentos e a dar posse ao seu sucessor, mas, mesmo assim, o cônego não se abalou. Só em 21 de outubro, por força "de mandado de despejo" exarado pelo juiz da 1^a Vara Cível da Corte, com prazo fixo de 8 dias para ser executado, é que o cônego Delgado se dignou a ceder os seus alojamentos ao Pe. Goulart¹⁵.

Apenas para que se tenha uma idéia do que foi o trabalho desses pioneiros, vamos anotar algumas das suas mais importantes aquisições que, junto com o que veio de Portugal, constituem o núcleo do acervo atual da Biblioteca Nacional.

A principal aquisição feita no Brasil foi, sem dúvida, a obra de frei José Mariano da Conceição Veloso, o famoso Frei Veloso, grande botânico, professor e desenhista, que voltou de Portugal para morrer no Rio de Janeiro. Frei Veloso era mineiro, da cidade de Tiradentes. Em 1811, o superior do Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro, doou os impressos e manuscritos do sábio frade ao príncipe regente, que certamente os recebeu. Com a volta de D. João para Portugal, a obra não foi mais encontrada e chegou a ser dada como perdida. Só em 1825 frei Antônio de Arrábida a encontrou na própria Biblioteca e, por ordem de D. Pedro I, mandou imprimir parte dos manuscritos, incluindo aí a *Flora Fluminense*, em 11 volumes. O texto foi impresso na Tipografia Nacional do Rio de Janeiro, e as estampas, em Paris, na Oficina Litográfica de Senefelder (*Anais*, v. XI, 1883, p. 569 e ss).

Em 1815, foi comprado o espólio do Dr. Manuel Ignacio da Silva Alvarenga, e, em 1818, a riquíssima coleção do arquiteto José da Costa e Silva, uma "coleção de desenhos feitos a mão, estampas, camafeus, moldes etc.", da qual faziam parte numerosos originais de obras de grandes artistas italianos.

Em 1819, foi comprada a valiosa coleção do conde da Barca. Esta compra ficou famosa por ter sido cercada de fatos no mínimo escusos, para não falarmos de roubo, por parte dos herdeiros do conde e do próprio governo português. Os *Anais da Biblioteca*, nos volumes II e XI (1876 e 1883), em três longos estudos, relatam minuciosamente o caso. Em primeiro lugar, a coleção contava com 2 365 obras, raras e valiosas, em 6 329 volumes, pelos quais a Biblioteca pagou a quantia exorbitante

de 76 mil contos de réis. Isto porque o representante jurídico da família do morto "provou" que a quantidade de livros era de 74 mil e não apenas de 6 mil e algo. É bom que não se esqueça do nome do astucioso causídico: Dr. João Piombino. Estudos posteriores revelaram que, sem sombra de dúvida, o total dos livros era, realmente, de 6 mil e poucos volumes. A segunda empulhação não foi menos grave: a coleção do conde da Barca foi arrematada por D. João VI, ficando, assim, arrolada como um bem pertencente a Portugal. Ora, quando a Biblioteca Nacional foi comprada e paga, pelo Brasil, ao reino português, esses livros, assim como tudo o mais que pertencia à Biblioteca, ficaram juridicamente quitados. Como é que o Brasil teve de, novamente, pagar por esses livros? Em resumo: pagamos duas vezes por 74 mil livros que, na realidade, não chegavam a 7 mil! Mas, veremos adiante, quando tratarmos da compra da Biblioteca, que este não foi o único nem o menor de todos os calotes que D. Pedro I engoliu para que Portugal "reconhecesse" a nossa Independência¹⁶.

A Biblioteca, antes disso, não cessava de crescer.

Em 1824, foram comprados mais 1 590 volumes do espólio do Dr. Francisco de Mello Franco, onde se contavam obras de teologia, direito, ciências, artes, belas-artes, história e clássicos.

Em 1832, foi incorporada a coleção do marquês de Sto. Amaro, contendo 115 pastas de material relativo ao Gabinete do próprio marquês e à administração do príncipe regente; e mais 122 outras pastas, enviadas por Francisco Gomes da Silva, o famoso Chalaça, com papéis de expediente secreto de secretarias de Estado de Portugal, que foram posteriormente trocados, com o governo português, por papéis de maior valia para o Brasil.

Em 1838, a Biblioteca recebeu cerca de 5 mil volumes dos herdeiros de José Bonifácio de Andrada e Silva, na maior parte obras alemãs, sobre diferentes ramos das ciências naturais, literatura, manuscritos e cartas autografadas por personagens de diversos países, que mantiveram correspondência com o chamado "patriarca" da Independência.

Daí até 1852, inclusive, não há documentação referente a novas aquisições de grande monta.

Em 1853, foram adquiridos em leilão 2 785 livros, de 1 717 títulos, e mais 1 291 documentos manuscritos do bibliófilo italiano, que morava na Argentina, Pedro De Angelis, coleção esta rica em obras sobre viagens, história em geral, fatos e estudos sobre o Rio da Prata e o Uruguai, depois da sua separação das províncias argentinas, livros de filosofia, mapas, planos e plantas de diversos territórios e rios da América Meridional, e periódicos publicados tanto no Uruguai como na Argentina. Enfim, uma coleção riquíssima, que até hoje tem sido uma inesgotável fonte de estudos.

Nesse mesmo ano foram ainda incorporados, por disposição testamentária, 42 volumes de valiosos manuscritos do espólio do médico naturalista Antônio Corrêa de Lacerda, onde se encontram estudos inéditos sobre história natural, notadamente sobre vegetais do Pará e do Maranhão e suas aplicações medicinais e econômicas, enriquecidas com 208 estampas coloridas..

Entre 1854 e 1870 não houve aquisições de maior vulto. O acervo continuava a crescer através de assinaturas de periódicos estrangeiros, de peças oficiais e à base das propinas. Antes que o leitor conclua, erradamente, que essas *propinas* eram um tipo de esperteza ou de empulhação – que é o sentido vulgar que a palavra tem hoje –, digamos que nessa época dava-se ao termo a sua significação primitiva na língua latina: *dádiva, oferta*. Por força de alvará de 12 de outubro de 1805, de toda e qualquer edição publicada em Portugal, e depois, na *Impressão Régia* do Rio de Janeiro, devia-se “ofertar” pelo menos um espécime à Biblioteca da Corte. Este alvará era a semente do que viria a ser, pelo Decreto de 20 de dezembro de 1907, o atual *Depósito Legal*¹⁷.

Foram estes, resumidamente, os primeiros anos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O seu primeiro instrumento administrativo oficial só veio aparecer em 1821, com os *Estatutos da Real Bibliotheca*. Em 13 de setembro de 1824, o Brasil já independente, foi aprovado um novo regulamento – *Artigos Regulamentares para o Regimento da Bibliotheca Imperial e Publica* – redigido por frei Antônio de Arrábida¹⁸. Além da troca da palavra *Real* por *Imperial*, o novo regulamento mudou, também, o título do seu Administrador maior, que, em vez de prefeito ou zelador, passou a chamar-se

Primeiros Estatutos da
Real Bibliotheca, no
Brasil, aprovados por
D. João VI. 1821. (Bibi.
Nac. Seç. de Obras
Raras.)

ESTATUTOS

DA

REAL

BIBLIOTHECA.

MANDADOS ORDENAR POR SUA MAGESTADE.



RIO DE JANEIRO.

NA REGIA TYPOGRAPHIA.

Folha de rosto e al-
guns dos 32 parágra-
fos que compõem os
Estatutos.

1821.

§. I.

A Real Biblioteca, Alfaia preciosa da Coroa de Portugal, que tantos disvellos tem merecido, e de que tantos benefícios, e honra pode resultar ao Estado (e já se tem experimentado) estará sempre debaixo das Ordens, e direção do Mordomo Mór, ou Ministro Secretário d'Estado dos Negocios do Reino que servir de Mordomo Mór; e todas as dependencias, e negocios relativos à dita Real Biblioteca correrão privativamente, e com inteira independencia d'outro qualquer Ministro; e por isso elle

ouvirá as propostas dos encarregados, e lhes dará as resoluções que julgar mais adequadas.

§. III.

Haverá em a Real Biblioteca hum Prefeito, hum Ajudante, dois Escreventes, e os Serventes que forem precizos.

§. XXVII.

Sempre que para o serviço das Pessoas Reaes se fôr buscar á Biblioteca alguma obra se entregará logo fazendo-se assento da Pessoa Real para que foi, e de quem a levou.

Manuscrito 2º de Mayo de 1749 - em que o Rei de Espanha declara guerra ao Rei de Portugal - que é decretado o Estado de Guerra.
Ordens Regias para o Governo da Espanha
Placencia 30 de Abril de 1704.

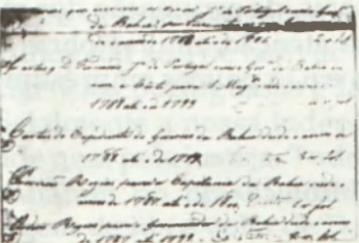
Carta de S. Francisco Xavier Appostolo da India, sobre a sua vinda a Portugal, para ser nomeado Arcebispo de Braga.
Lisboa 1706.

Noticia do Nascimento e Baptismo da Snr^a D. Maria
Princesa da Beira. Lx^o 1734.

Carta de S. Francisco Xavier Appostolo da India, escrita ao Seren^{mo}. Rey D. João V em 1723.

Decreto de 30 de Julho de 1749 pelo qual S.M. Manda chamar por S^r. a D. Joao de Bemposta, filho ilegitimo do Infante D. Francisco, para ser nomeado Arcebispo de Braga.

Brasão das Armas da Espanha, que é o escudo de Espanha, que é o escudo de Portugal, que é o escudo de Castela e Leão.



Exertos do 1º Catálogo da Biblioteca Nacional, organizado por Frei Antônio de Arrábida, seguindo determinação dos Estatutos de 1821, no seu § XVI.

Transcrição:

- Manifesto do Rey de Espanha, em que declara por inimigos do Estado ao Rey de Portugal, e ao Archiduque d'Austria, pela successaõ á Coroa de Espanha. Placencia, 30 de Abril de 1704.
- Noticia Breve da vinda a Portugal do Archiduque Carlos d'Austria, sobre a Successaõ da Coroa Castilhana. 1706.
- Noticia do Nascimento e Baptismo da Snr^a D. Maria Princeza da Beira. Lx^o 1734.
- Carta de S. Francisco Xavier Appostolo da India, escripta ao Seren^{mo}. Rey D. Joao 5º em o anno de 1723.
- Decreto de 30 de Julho de 1749, pelo qual S.M. Manda chamar por S^r. a D. Joao de Bemposta, filho ilegitimo do Infante D. Francisco.
- Todas estas Obras estão encorporadas no 2º tomo=Noticias Politicas, que existe na Caixa 105. Gabinete 6º, que está fixado.
- Portarias que escreveo D. Fern^{do} J^o. de Portugal sendo Gov^r. da Bahia, pertencentes ao seu Governo desde o anno de 1788 até o de 1796. 2v. fol.
- Cartas q D. Fernando J^o. de Portugal sendo Gov^r. da Bahia enviou a Côrte para S. Mag^{de}, desde o anno de 1788 até o de 1799. 4v.fol.
- Cartas do Expediente do Governo da Bahia desde o anno de 1788 até o de 1799. 4v. fol.
- Provisões Regias para a Capitania da Bahia desde o anno de 1787 até o de 1800. 1v. fol.
- Ordens Regias para o Governador da Bahia desde o anno de 1777 até o de 1799. 2v. fol.

Bibliotecário. Lendo os dois textos, o de 1821 e o de 1824, não se nota muita diferença entre um e outro, em termos de organização. Ambos contêm uma regulamentação básica, pouco técnica, apenas as regras essenciais para a administração da Casa e do acervo. Os prefeitos, zeladores ou bibliotecários zelavam mais pelo aumento, pelo crescimento do acervo, do que pela sua conservação, pela sua manutenção ou mesmo pela sua organização técnica. Não economizando os maiores elogios a esses primeiros "arranjadores" e "conservadores", pelo seu capricho em enriquecer o acervo, muitas críticas foram lançadas, posteriormente, contra o desmazelo, a falta de uma classificação mesmo primária das peças, e contra a ausência de um catálogo. Os estatutos e regulamentos, como dissemos, não ultrapassavam os limites das generalidades, do arranjo do prédio, dos títulos outorgados aos administradores, da arrumação dos móveis. Por falta de conservação e de atenção, muitas obras de grande valor acabaram inutilizadas e não poucos empréstimos deixaram de ser recuperados.

A Independência. A compra da Biblioteca

Em 29 de agosto de 1825, a então Bibliotheca Imperial e Publica da Corte estaria mais uma vez no centro de graves decisões políticas. Proclamada a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, Portugal apresentou uma série de exigências, em forma de indenizações, totalmente descabidas, uma vez que eram feitas a um país já independente e soberano, que por mais de três séculos sustentara e pagara quase todas as despesas de uma metrópole então pobre e decadente. Não fosse o imperador do Brasil filho do rei de Portugal e não sonhasse esse imperador colocar um dia, em sua cabeça, a coroa do reino paterno, na certa tais exigências não teriam sido tomadas em consideração. Enfim, atendendo à Convenção Addicional ao Tractado de Paz e Amizade, de 29 de agosto de 1825, D. Pedro I se submeteu à exigência de seu pai, e pagou, a título de indenização à Família Real Portuguesa, por suas propriedades que ficaram no Brasil, a quantia, naquela época exorbitante, de dois milhões de libras esterlinas, tomadas por empréstimo à Coroa britânica, com juros de 5% ao ano¹⁹. Entre essas proprie-

dades encontrava-se justamente a Biblioteca Nacional, que foi definitivamente incorporada ao Império do Brasil.

Existe uma lenda, aqui e em Portugal, segundo a qual a Biblioteca Nacional teria sido um dom do príncipe, ou um presente magnânimo dos portugueses, ou, até mesmo, que ela aqui ficou, não voltando portanto ao seu lugar de origem, Lisboa, por esperteza e malandragem dos cariocas.

Tudo isso é falso. A publicação portuguesa *Panorama*, de 1844, na página 229, aceita essa lenda e vota pela primeira alternativa: "Deve a Cidade do Rio de Janeiro a bibliotheca publica que hoje possue á generosidade do príncipe regente." * É falso. A Biblioteca Nacional foi comprada ao príncipe, e regiamente paga, tendo sido o seu preço avaliado, em moeda da época, em 800 contos de réis, quantia considerada, então, exorbitante. A discussão em torno de alguns detalhes da Convenção Adicional ao Tractado de Paz e Amizade, que poria um fim às exigências portuguesas e faria com que Portugal reconhecesse oficialmente a nossa Independência, não brilhou pela cordialidade nem pela justiça. Tudo o que os portugueses trouxeram ou ganharam no Brasil, durante a época colonial, até mesmo a viagem de ida e volta de D. João VI e da sua corte foi pago pelo Brasil, e muito bem pago, regiamente pago, e em moeda forte. O Brasil teve de pagar, ainda, todos os bens e objetos que os portugueses não puderam ou não quiseram levar para a sua terra, como as fazendas, ranchos e quintas que aqui possuíam, metade da dívida pública de Portugal, a Biblioteca Nacional, as equipagens, as pratas, os navios, os soldos atrasados dos militares, as armas que não se puderam transportar etc. etc. O historiador português Rocha Martins, escandalizado com as exigências dos seus compatriotas e a ingenuidade dos brasileiros em aceitá-las, diz que só faltou os portugueses exigirem do Brasil, e os brasileiros pagarem, "as suas árvores gigantescas, as suas aves polícromas, as suas vastas águas e as minas profundas, a cintilação do seu sol e dos olhos de suas mulheres, as cristas

* Bem mais recentemente, 1992, os historiadores portugueses Manuela D. Domingos, Inês Lopez e A. Braz de Oliveira escreveram, em artigo conjunto, que "no regresso a Portugal, D. João VI trouxe apenas os 'Manuscritos da Corte', tendo doado ao Brasil a Biblioteca Real" (in *Boletin da ANABADA*, Madri, nº 3-4, jul.-dec. de 1992, p. 370).

dos seus montes, os animais exóticos das suas florestas"²⁰. O mesmo historiador é explícito quando se trata da Biblioteca: "Venda-se-lhe, por 800 contos, a bibliotheca real." E ainda se pagava duas vezes e por um preço superfaturado, a coleção de livros do conde da Barca.

Barida Sua Magestade o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio que a Bibliotheca da Bibliotheca Imperial e Publica desta Corte, Frei Antonio da Arribalzaga, procedendo à formação de seu catalogo das obras duplicadas, que existem na mesma Bibliotheca, e à sua competente avaliação em preços comodos e racionais, segundo a sua raridade e conservação; anuncia a sua venda ao Publico, distribuindo as mencionadas obras em lotes, formados promiscuamente das de maior a menor estimação, e cujo produto se rá applicado a beneficio da referida Bibliotheca. Palacio do Rio de Janeiro em 22. de Novembro de 1822.

João Bonifácio de Andrada e Silva.

1822. Normas para a venda de livros da Biblioteca Nacional.

Primeiras tentativas de organização. Frei Camillo de Monserrat

A Biblioteca, não se pode negar, já era uma realidade, pelo menos em termos de acervo. Era tempo de galgar uma nova etapa, em busca de uma organização mais moderna, o que exigia a presença de uma pessoa competente, com grande visão daquilo que deveria ser uma Biblioteca Nacional, e que tivesse um temperamento forte e estivesse decidido a enfrentar os problemas estruturais da Casa e a falta de perspectiva cultural dos políticos, patenteada nos endêmicos cortes de verba e em descabidas interferências na vida interna e nas mais banais rotinas da Biblioteca. Esse homem providencial foi frei Camillo de Monserrat, que presidiu a Casa de abril de 1853 até a sua morte, em novembro de 1870, dezessete longos e sofridos anos. Sua luta pela organização técnica da Biblioteca, por um

novo prédio mais bem adaptado às suas necessidades e por um mínimo de autonomia em sua gestão – uma luta cheia de derrotas, porém incansável –, foi eternizada por seu sucessor, o Dr. Ramiz Galvão, num alentado estudo biobibliográfico de 520 páginas, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* (Vol. XII, 1884-85).

Dissemos há pouco que entre 1854 e 1870, justamente durante a gestão de frei Camillo, não tinham havido aquisições de grande vulto que aumentassem sensivelmente o acervo da Casa. Teria sido frei Camillo culpado por essa súbita parada na formação do acervo da Biblioteca Nacional? Não, afirma o seu biógrafo. É também falsa outra acusação, segundo a qual frei Camillo teria deixado de lado, talvez por desânimo, o seu múnus de administrador, aproveitando-se das facilidades oferecidas pela Biblioteca para se dedicar a um trabalho pessoal de historiador, paleólogo e pesquisador de textos clássicos. Síamos, passo a passo, o depoimento do seu biógrafo, no capítulo VII desse estudo.

Os administradores da Biblioteca anteriores a frei Camillo, como já dissemos – frei Antônio de Arrábida, cônego Delgado, padre Goulart, cônego Barbosa e Dr. Moniz Barreto –, foram quase todos grandes compradores de livros e de outras peças importantes para o acervo – e não podemos diminuir os seus méritos neste particular –, mas, também, foram mestres em generalidades, muito mais políticos do que administradores. Ramiz Galvão é bastante severo: “pouco fizeram em verdade a bem da instituição, limitando-se as mais das vezes ao ordinário expediente, a mandar copiar alguns velhos catálogos ou a fazer novos índices incompletos, sumários e incorretíssimos” (p. 112). Um mês depois de ter tomado posse, frei Camillo já dirigia ao governo um longo ofício, datado de 7 de maio, em que destacava os principais problemas da Biblioteca e apontava soluções adequadas. Achamos interessante transcrever o resumo de Ramiz Galvão, não apenas por ser um retrato das deficiências e do triste estado em que a Biblioteca se encontrava, como também por revelar “o perfeito conhecimento profissional com que frei Camillo encetou a sua administração” (pp. 112-114).

"Começamos por lamentar a imperfeição dos velhos regulamentos já quase derrogados pelo uso, e propondo-se a offerecer um projeto de nova lei orgânica, passou frei Camillo aos pormenores seguintes (...):

- redigir quanto antes um inventário descriptivo da Bibliotheca;
- modificar o processo de inscripção dos livros emprestados, legalmente depositados, dos comprados e offerecidos, substituindo a ordem alphabetic a pela chronologica;
- alterar o methodo na disposição material dos livros, de modo a evitar a confusão dos formatos, e a das materias tanto quanto possível;
- restituir os polygraphos aos seus lugares competentes;
- reunir os clássicos antigos, que não se achavam distribuidos conforme o uso a que eram destinadas as edições, mas segundo a natureza dos escriptos;
- encher os espaços vazios nas estantes, para não sacrificar ao desejo de seguir uma classificação ilusória os interesses mais preciosos da boa conservação dos livros, e visto que o catálogo systemático é o verdadeiro e unico representante da ordem lógica;
- alterar o sistema de numeração dos livros então adaptado, e substituí-lo pelo processo, que depois se executou e ainda hoje vigora;
- redigir inventário especial de cada um dos generos de riquezas, de que se-compunha a Bibliotheca, isto é, 1 de livros impressos; 2 de manuscritos; 3 de mapas, planos e estampas; 4 de desenhos originaes, pinturas, estatutas e mais objetos d'arte;
- proceder à restituição immediata das obras raras e preciosas, manuscritos e até desenhos originaes de Fra. Mauro, que haviam sido emprestados a particulares, com grave risco de extravio ou estrago;
- preencher quanto antes as numerosas lacunas existentes nas colleções de Leis e Decretos do Imperio, de Relatórios dos vários ministérios e das presidências de província, que por singular anomalia se-achavam incompletos e truncados;
- substituir boa parte dos grosseiros móveis da repartição, adquirir outros e reparar o edifício arruinado;

- finalmente, prover a Bibliotheca do material necessário para o catálogo systemático, e até comprar um sinete para estampar livros, que não existia."

Desculpamo-nos por ter imposto ao leitor esta longa citação. Achamos importante, insistimos, mostrar o quanto se pode inserir deste texto, no tocante ao estado precário e mesmo primitivo da Biblioteca, relativamente aos seus métodos de catalogação, de organização e até de segurança. Num único texto, repetimos, podemos ver as deficiências da Casa e, ao mesmo tempo, a visão ampla, precisa e técnica de frei Camillo.

Estamos diante de um homem inteligente e, sobretudo, persistente. Ele não teve resposta a este seu primeiro pedido. Mas não desanimou. Uma semana depois enviou novo ofício ao governo imperial na tentativa de aperfeiçoar o Decreto nº 433, de 3 de julho de 1847 (determinando a remessa à Biblioteca de um exemplar de todos os "impressos"), que se prestava a diferentes interpretações; alerta sobre o fato de não haver corretivo suficiente para coibir as infrações a esse decreto (uma multa insignificante); critica o fato de o decreto se referir apenas às remessas dos impressos produzidos na Corte, o que privava a Biblioteca do valioso contingente de publicações regionais. Em vez de uma resposta positiva e pessoal, frei Camillo foi brindado por um decreto e instruções que simplesmente confirmavam todos os erros do Decreto 433.

Em 23 de julho do mesmo ano, a duras penas, frei Camillo conseguia a aprovação de um contrato para a importação de livros da Europa, através dos livreiros Didot, Belin e L. & Marizot, que teve de ser rescindido, por não terem os comerciantes cumprido a sua parte do contrato.

Em 4 de novembro o frei solicitou ao Governo que ordenasse às províncias e às delegações brasileiras nos diversos países das Américas o envio de informações sobre periódicos e publicações oficiais e particulares, assim como sobre manuscritos existentes nos arquivos das delegações. Foi mais uma deceção: "das províncias foi sempre diminutissimo o número de publicações que lhe remetteram, e das nossas legações não obteve jamais uma só relação de manuscritos... É um facto hoje reconhecido, que, salvo casos bastante raros, os nossos diplo-

matas se preocupam muito pouco com objetos dessa natureza" (p. 118). Em janeiro de 1856, frei Camillo, sempre persistente, teve a idéia de solicitar cópia de documentos existentes nos arquivos municipais, que tivessem interesse histórico ou administrativo, para catalogá-los. Mais uma vez não obteve resposta. Enquanto isso, não era difícil encontrar esses papéis nas mãos de colecionadores particulares, que os compravam ou os recebiam como brinde por favores interesseiros. Quis obter cópia de todas as inscrições existentes nos monumentos públicos da Corte e das províncias, para um catálogo epigráfico. Nada conseguiu. Quanto ao grande catálogo planejado por frei Camillo – "é esse o primeiro dever do offício, nem se pode conceber Bibliotheca sem essa fonte de luz e sem esse fio conductor, que o público estudioso reclama com razão. Maus catálogos fazem de uma riquíssima colleção de livros um thesouro imprestável; bons, duplicam o valor de uma bibliotheca às vezes mediocre" (p. 121) –, foi mais um sonho que não se realizou. Se não faltava competência ao administrador, faltava interesse da parte dos poderes públicos, que negavam verbas e ainda enviavam para trabalhar na Biblioteca pessoas que, "salvo poucas excepções, eram todas destituidas de habilitações clássicas, e algumas d'ellas verdadeiros illiteratos, que só por ironia se achavam empregados em tractar dos livros... e nem havia hypothese de fazer aquisições de homens mais habilitados, porque os ordenados eram ridículos" (p. 122). Em nota, o autor acrescenta: "eram mais bem retribuidos os porteiros de Secretarias, e mais valia sem dúvida ser ajudante de pedreiro do que pesquisador, amanuense ou bibliothecário".

Era uma situação desanimadora. Durante 17 anos frei Camillo solicitou ao Governo um orçamento próprio para a Biblioteca, "mas os poderes públicos foram surdos". Teimoso e sempre esperançoso, ele continuava enviando os seus ofícios às autoridades: "representou, rogou, suplicou e tudo isso foi um cansar-se de balde, porque os nossos administradores tinham questões eleitorais a resolver com preferencias, tinham interesses particulares a patrocinar, tinham política d'aldêa a discutir – só não tinham tempo nem coragem para reclamar da Assembléia um pouco de verba afim de melhorar o setor da Bibliotheca Pública, cheia de quasi analphabetos" (p. 123).

A Biblioteca estava ligada diretamente ao Império, não a uma autoridade qualquer. E a arrogância e a centralização do poder eram tantas que, além de esses nobres senhores nada concederem à instituição, se excediam no cuidado de, acima de tudo, ressaltar a sua autoridade. Imiscuíam-se nas coisas menos relevantes, interferiam nas mais simples resoluções tomadas pelo Bibliotecário, tiravam-lhe qualquer iniciativa, independência e autonomia. O biógrafo de frei Camillo anota alguns casos bem significativos, um dos quais vale a pena citar: o Marquês de Olinda, por aviso de 11 de abril de 1863, como se não tivesse coisa mais importante a fazer, repreendeu, asperamente, e por escrito, o bibliotecário por ter este mandado encadernar alguns livros sem a sua expressa autorização (p. 126). Transformava-se desta maneira o diretor da Biblioteca em mero encarregado "de sacudir o pó dos incunábulos", não por sua culpa, pois frei Camillo foi um dos diretores que melhor percebeu os problemas da Biblioteca e um dos que com mais acuidade e persistência lhe apontaram soluções tecnicamente plausíveis. Ramiz Galvão resume: "impuseram-lhe a mais rigorosa tutella, e elle não teve em 17 anos liberdade de comprar um livro, de assignar uma revista estrangeira, de encadernar uma brochura, de dar nome ás proprias salas da Bibliotheca, e o que mais é, de aceitar um presente offerecido por quem fôsse á sua repartição, sem pedir o beneplacito á Secretaria de Estado" (p. 127).

Um novo prédio para a Biblioteca. Rua do Passeio, Lapa

Aproximando-se do seu cinqüentenário, a Biblioteca já não cabia no velho prédio, acanhado e impróprio, do Beco do Carmo. Além do que, os provedores do Carmo, proprietários do prédio, reclamavam há tempos a sua devolução. O infatigável frei Camillo, no meio de tantas desilusões, começou uma nova luta, dessa vez pela transladação da Biblioteca para um prédio mais bem adaptado ao seu fim próprio, e não queria aceitar soluções paliativas ou remendos que simplesmente adiassem a solução dos problemas existentes. Por medida de economia lhe



Segunda localização da Biblioteca Nacional, entre 1858 e 1910, na Rua do Passeio, local onde se encontra hoje a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Três ambientes da Biblioteca Nacional da Rua do Passeio



Sala de Leitura



Sala de Mapas e Iconografia



Sala de Periódicos

foi indicado o Recolhimento de N. Sa. do Parto. Frei Camillo não aceitou, achando-o igual ou pior do que o prédio do Beco do Carmo. Foi-lhe oferecido então um quartel, que, nesse ano de 1854, entrava em fase de reconstrução. O frei também não o aceitou, por não ser adequado a uma biblioteca daquela envergadura. Havia um belo e espaçoso prédio na esquina da Rua do Passeio com a Rua das Marrecas, construído segundo planos de Grandjean de Montigny, que agradava ao frei Camillo. Desta vez foi o Governo que não quis. A simples promessa, porém, da doação de um novo prédio já parecia um milagre, obra de alguma força superior que havia trazido essa Biblioteca de Portugal para o Rio de Janeiro, livrando-a de uma guerra e das fúrias do mar, e a conservava viva, quase cinqüenta anos depois, apesar de tanto descaso e de tanta incompreensão. A materialização desse milagre se produziu pela oferta de um edifício situado no Largo da Lapa, hoje Rua do Passeio, onde atualmente funciona a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)²¹. O prédio era de construção sólida, com vastas acomodações, de certa beleza arquitetônica e facilmente adaptável àquela finalidade.

No dia 20 de fevereiro de 1855, foram entregues as chaves do novo prédio ao frei Camillo, que imediatamente tratou de fazer as reformas internas mais urgentes. Três anos duraram esses aprontos, três anos de canseiras, de orçamentos sempre podados, do vaivém de ofícios e de reclamações, de muita firmeza e diplomacia, para que o Governo fizesse pelo menos parte do prometido. A arrogância do Marquês de Olinda continuava, nos menores detalhes, quando, por exemplo, enviou ofício ao frei Camillo, "extranhando a conta paga pelo transporte dos livros, feito por tilburis", durante os nove meses que durou a mudança. A resposta do frade, em ofício de 4 de agosto de 1857, a tão mesquinha e ridícula censura, é um modelo de moderação e de raiva contida. Enfim, no dia 5 de agosto de 1858, o novo prédio foi inaugurado e aberto ao público. Não era o que frei Camillo desejava: continuava sendo uma adaptação, o gás de iluminação não fora ligado, não fora comprada a modesta casa, ao lado, destinada à guarda, não haviam feito as obras necessárias para a segurança das portas dos armários e, final-

mente, não fora comprado, como prometido, o terreno contíguo ao jardim da Biblioteca, na previsão de um possível desdobramento do seu espaço.

Trinta anos depois dessa inauguração, Ramiz Galvão já podia dar este depoimento, depois de ter-se exonerado do cargo de Bibliotecário: "Em rigor não era aquillo que se deveria ter feito; muito melhor fora iniciar a construcção de um edifício appropriado ao destino especial, ocupando terrenos então baldios ou procedendo a desapropriações outrora menos custosas. Com uma verba decretada no orçamento para as obras respectivas, ter-se-hia em 5, ou quando muito em 10 annos, erguido um monumento publico para atravessar os séculos, dando às letras o palacio que ellas ainda hoje reclamam. Além de todas as outras vantagens faceis de imaginar, houvera o Governo poupado despezas, que mais tarde foi coagido a fazer, quando a Bibliotheca cresceu, e não estaria hoje esta importantíssima repartição sem espaço para acomodação de livros, e quasi condemnada a guardar dentro de caixões os preciosos volumes, que por milhares se aggregam cada anno às aquisições anteriores. Como sair actualmente da grande dificuldade sinão fazendo o que se não fez há 30 annos passados? Havemos de amontoar livros sobre livros, com grave risco da conservação d'elles, e prejuizo da ordem indispensável, e até da decencia? A seção de manuscripts, onde já não cabem os papéis preciosos, ha de desfalecer da asphyxia, e a riquíssima e interessante seção de estampas não terá mais um metro quadrado para guardar cuidadosamente os seus thesouros artisticos, que valem centenas de contos de reis? Ter-se-há de despedir o publico estudosso por não caber na sala imprópria e acanhada, onde já se-acotovella em algumas noites de frequência mais considerável? É portanto forçoso tomar agora a heroica resolução de executar um bom plano, e levantar edifício novo e idoneo. Por que então se não fez em 1855 com menor dispendio? Mas, em summa fez-se alguma cousa, e esta victoria não foi pequena; o ministro do Império que realizou a compra do novo predio, si não merece hosannas, fez jus todavia á nossa gratidão pelo acto corajoso de applicar algumas parcellas do orçamento á nobre causa da Bibliotheca Publica" (pp. 130-131).

Prédio novo, velhos problemas

Procedida a inauguração, aberta a Biblioteca novamente ao público, os velhos problemas de antes, como era de se esperar, recomeçaram: são cortadas as verbas para aquisição de livros, o grande catálogo sonhado por frei Camillo continuou a ser um sonho, "os illiteratos" funcionários por lá ficaram. "E no meio de tudo isso o espírito lucido e entusiasta de frei Camillo de Monserrat a doer-se da improficiude de seus esforços, como um archeologo consumado, que tivesse os pés sobre ruínas de uma acrópole sem auxiliares para cavar a terra nem instrumentos para descobrir os monumentos ambicionados" (p. 132). O máximo que o grande Bibliotecário conseguiu foi a assinatura de alguns periódicos estrangeiros e, mesmo assim, ainda teve de usar de toda a sua paciência e argúcia para livrá-la da guilhotina, quando teve de responder ao aviso do Conselheiro José Joaquim Fernando Torres, que perguntava "si aqueles periódicos *não eram dispensáveis*". Não se sabe o que mais admira: se a pobreza de espírito do Governo, se a persistência de frei Camillo, que continuava a fazer planos, a pedir verbas como quem pedia esmolas, e a receber recusas, ou simplesmente o silêncio como resposta. Citemos alguns dos seus últimos pedidos, todos negados e que, se atendidos, teriam enriquecido sobremaneira a Biblioteca e a nossa cultura: a compra de livros especiais sobre o Brasil e a América; a formação de um arquivo de obras sobre línguas indígenas do Brasil e das Américas em geral; a formação de uma equipe de estudiosos para levantarem "todos os problemas que se referem aos habitantes indigenas do nosso continente, antes e depois de sua descoberta pelos Europeus, exigindo a analise comparada das diversas linguas americanas e a previa fusão dos vocabularios d'ellas"; a formação de uma coleção heráldica de brasões; a coleta de moedas e medalhas; a colheita de notícias sobre as personagens históricas brasileiras; a cópia, em Portugal e Espanha, dos manuscritos relativos à nossa história; a fundação de uma tipografia na Biblioteca, uma oficina de encadernação, a organização de cursos sobre paleografia, arqueologia, etnografia e filologia americana.

Oferecer tais planos ao estudo dos ministros e conselheiros da época, conclui Ramiz Galvão, "equivalia a solicitar o diploma de vesario" (p. 134).

Essa foi a luta de frei Camillo, um dos maiores diretores que a Biblioteca Nacional já teve e que foi, paradoxalmente, o que menos fez. "Nada lhe deram em 17 annos, e tal foi a razão porque o melhor de seus projectos ficou sempre na expectativa de dias mais felizes" (p. 125). Os seus pedidos, porém, eram um retrato daquilo de que a Biblioteca necessitava, e ao mesmo tempo revelavam um plano de trabalho dos mais eficientes.

Nascido em Paris, em 14 de novembro de 1818, Jorge Estanislas Xavier Camille Cléau era filho natural do Duque de Berry e de sua amante, uma italiana da qual nada se sabe, além do sobrenome de Malatesta. Por motivos óbvios, o Duque escondeu a sua paternidade e entregou o recém-nascido ao casal Jorge Cléau de Freitas e Anna Périer d'Angevilliers, que o adotou e lhe deu o sobrenome. Chegou ao Rio de Janeiro em maio de 1844, depois de accidentada carreira na França como pesquisador e professor. Dois anos depois, já naturalizado brasileiro, fez-se monge beneditino, e no mosteiro do Rio de Janeiro recebeu o nome de frei Camillo de Monserrat. Faleceu em novembro de 1870, aos 52 anos, na Ilha do Governador (RJ), onde sempre se refugiava quando sufocado por freqüentes e graves crises de asma. Morreu como diretor da Biblioteca Nacional. Calógeras, seu amigo e admirador, fez esculpir seu busto em bronze e o colocou na sala de leitura da Biblioteca²². Frei Camillo organizou também a biblioteca do mosteiro beneditino do Rio de Janeiro, foi paleógrafo do Arquivo Público e membro do Conselho da Instrução Pública. A impossibilidade de organizar a Biblioteca Nacional o levou, nos seus últimos anos de vida, a recolher-se à sua sala e a dedicar-se à pesquisa e ao acolhimento aos estudiosos e pesquisadores que procuravam os tesouros de seu valioso acervo.

Não queremos terminar sem transcrever um último testemunho de Ramiz Galvão sobre o grande Bibliotecário, a respeito desse trabalho complementar:

"As delicadas funcções de um bibliothecario não de limitam a ordenar e classificar os thesouros confiados á sua guarda.

Mais do que tudo é elle o auxiliar diligente dos estudiosos, o guia natural dos que fazem investigações de qualquer natureza, o catalogo vivo em summa, que esclarece e aplana o caminho dos homens de letras. Nesta parte de suas obrigações não carece de animações do Governo, não precisa de verbas, e pouco se-lhe-dá que os ministros comprehendam ou não as elevadas atribuições de uma bibliotheca publica. Por isso também neste particular, fr. Camillo foi um bibliothecario inexcedivel e um verdadeiro modelo a imitar-se. Não se-lhe-approximava um homem estudioso, que não colhesse fructos de similhantes consultas (...). Quantas vezes penetrei naquele gabinete do sabio benedictino, tantas sahi mais admirador do seu grande talento, e mais captivo de sua gentileza" (pp. 138-39).

Ramiz Galvão. Liberdade para agir.

A Biblioteca cresce

Um mês depois da morte de frei Camillo, exatamente no dia 14 de dezembro de 1870, foi nomeado Bibliotecário o seu biógrafo, o Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que ficou no cargo durante 12 anos, ou seja, até julho de 1882. Segundo o seu próprio testemunho, essa nomeação foi efetuada por um ministro com outra mentalidade, o conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, que o honrou com total confiança e lhe deu todos os meios para "transformar a criança trôpega e linfática em um adolescente vigoroso, sanguíneo e capaz de um grande futuro" (p. 182). A verba do orçamento foi logo multiplicada por cinco, os salários foram aumentados, sendo possível contratar pessoal idôneo, com o qual foi iniciada a organização de novos catálogos, de acordo com os ditames mais modernos da época, e fez-se enfim a reforma geral da Biblioteca, tão sonhada por frei Camillo. O novo conselheiro era dotado de raros dotes administrativos, sabia ouvir as reclamações e não tinha aquele vício "da velha escola autoritária e centralizada" (p. 129).

Foi possível, então, trabalhar em paz e com a necessária liberdade para agir sem entraves, sem reprimendas governamentais ridículas e dispondo de razoável folga no orçamento;

fazer profundas reformas estruturais na Casa, aumentar o acervo com a compra de coleções inteiras, viajar pela Europa para estudar a organização das suas melhores bibliotecas, participar de leilões internacionais de livros e outras obras de valor. Ramiz Galvão promoveu também o primeiro concurso público para o cargo de bibliotecário, no qual se destacou o grande historiador Capistrano de Abreu. A "abertura" da Biblioteca e a compra de novas coleções aumentaram também a confiabilidade da instituição, o que reverteu em um bom número de doações que só vieram valorizar o seu acervo. Do trabalho anônimo já citado, transcrevemos as principais aquisições de Ramiz Galvão:

"Em 1872, o Dr. Alexandre José de Mello Moraes offertou á Bibliotheca, aproximadamente, 200 volumes manuscriptos encadernados, contendo muitos documentos officiaes. Nesse mesmo anno, a 14 de junho, o conselheiro Filipe Lopes Netto doou-lhe uma magnifica colleção de obras escriptas e impressas na República do Chile, abrangendo 2 172 volumes; versam ellas sobre o que de mais valia se tem alli impresso, relativamente a varios ramos dos conhecimentos humanos, e que muito abonam a civilização d'aquelle paiz. Fizeram-se acompanhar de mappas geographicos de grande valor, e de documentos valiosíssimos para a história do Chile. À viúva do commendador Manuel Ferreira Lagos comprou o governo para a Bibliotheca, em março de 1873, por 28.000\$000 de réis, a maior e mais valiosa parte da variada, escolhida e primorosa livraria d'aquelle bibliophilo brasileiro, e toda a sua importante collecção de manuscripts, que passavam de 300. Os volumes impressos provenientes d'essa fonte orçam por 3 475 e 146 mappas geographicos. Dizem respeito, em sua maioria, á América, e notadamente ao Brasil, sobresahindo todos pelo criterio da escolha e primor da encadernação. Nelles acham-se incluidas as conscientiosas e inestimáveis memorias, manuscripts e ineditas, do insigne naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, relativas á sua viagem Scientifica pelo Para, Amazonas e Mato Grosso. Ao conselheiro Lopes Netto deve ainda a Bibliotheca a mais abundante colheita, que porventura se haja feito, de obras e opúsculos relativos ao sistema pennitenciário, cuidadosamente reunidos pelo ilustre diplomata brasileiro na Europa e na America. Compõe-se de 182 obras em 319 volumes; e deu-se-lhe entrada,

no registro do estabelecimento, em março de 1882. A essa dadi-va acompanhou magnifico e nitido exemplar do soberbo *Mapa Geographico da America Meridional* levantado pelo cosmographo regio D. Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, em 1775, documento preciosissimo, por irrecusavel, no litigio de fronteiras com a Republica Argentina (...) De 1873 a 1874, em comissão á Europa para estudar a organização das suas principais bibliothecas, colheu o Dr. Ramiz Galvão, então bibliothecario, para a Biblioteca Nacional copioso numero de excellentes obras que lhe faltavam, no valor de cerca de 12.000\$000; entre ellas, tratados classicos e iconografia, monographias e catalogos, que hoje guarnecem as estantes do gabinete especial da respectiva secção, o qual possue uma colleção de estampas, em numero superior a 100 000, de todas as escolas e dos afamados mestres, que em todo o tempo, illustraram a arte da gravura. Para formar uma idéia das acquisitiones, posteriormente feitas, de estampas de valor, basta consultar a minuciosa resenha historica do labroioso chefe, o Dr. Brum, no *Catalogo da Exposição Permanente dos Cimelios*²³, trabalho digno de detida leitura pelas informações fidedignas que ministra.

Em setembro de 1878 entraram, para a respectiva secção, manuscriptos que o governo comprara, em Lisboa, no leilão do espolio de Rodrigo José Lima Felner; e, em outubro do mesmo ano, 64 volumes manuscriptos, cedidos, pela quantia de 7.000\$000, pelo Dr. Mello Moraes, entre os quaes se sobrelevam as *Cartas Andradinas* (1824 - 1838), hoje integralmente publicadas nos *Annaes da Biblioteca Nacional*.

No ano seguinte, em maio, adquiriu-se por compra, em Lisboa, no leilão da livraria da casa dos marqueses de Castello-Melhor, preciosa e bem cuidada colleção de 41 manuscriptos de real merecimento.

Em dezembro de 1880 a Biblioteca recebeu do conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa 38 interessantes manuscriptos, e no anno seguinte, adquiriu curiosa colleção de papeis, documentos e cartas colligidos pelo visconde do Rio Branco em suas missões diplomaticas ao Rio da Prata, principalmente durante a guerra do Paraguay, offertados por seu filho o Dr. José Maria da Silva Paranhos, actualmente ministro plenipotenciario do Brasil em Washington. Recebeu, quasi por esse tempo, do

Dr. Vic. da Salvador.

LIVROS I E II

DA

Historia do Brasil

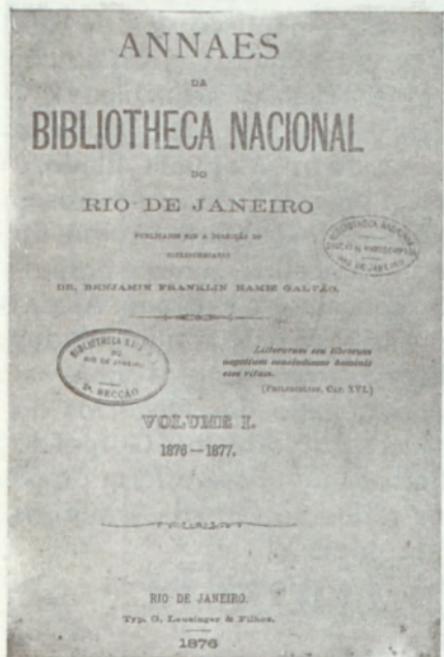
[*1ª PARTE DO N.º DOS MATERIAES E ACHEGAS PARA A HISTORIA
E GEOGRAPHIA DO BRASIL*]

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1887

livreiro João Martins Ribeiro 18 volumes manuscripts, de bastante valor, que haviam sido do espolio do marques de Olinda, vindo entre elles, por excellente copia, a *História do Brazil*, de frei Vicente Salvador, já hoje divulgada pelos *Annaes da Bibliotheca*; e a parte inedita do *Valeroso Lucidene*, de frei Manuel Callado; e recebeu do Dr. Francisco Antonio Pimenta Bueno numerosos documentos sobre a provincia hoje Estado de Matto Grosso; do Dr. Candido de Oliveira Lins de Vasconcellos, genro e possuidor dos papeis que pertenciam ao conselheiro Pedro de Alcantara Bellegarde, 48 valiosos manuscripts; e do commendador Joaquim Norberto de Souza e Silva 32 manuscripts sobre assuntos nacionaes. Do então encarregado dos Negocios do Brasil nos Estados Unidos da América do Norte, José Gurgel do Amaral Valente, recebeu a Bibliotheca a valiosa offerta de 68 qbras em 117 volumes, relativos todos ao Canada, e alguns mappas estatisticos e cartas geographicas.”²⁴

A Biblioteca começa a publicar

Uma das missões de uma Biblioteca Nacional é colocar à disposição dos pesquisadores os seus tesouros. Isto não vem, de maneira alguma, de encontro à sua vocação principal que é guardar e conservar. O problema é resolver o impasse que muitas vezes surge, como um dilema, entre conservar e guardar, por um lado, e, por outro, mostrar, expor, deixar manusear. Muitos documentos, de extremo valor histórico, não podem ser mostrados, porque o seu estado físico não mais permite que sejam expostos à luz, à umidade, ao manuseio. A primeira solução (e muitas vezes a única) é publicar esses documentos. Hoje existem diversas maneiras e técnicas seguras de colocar esses documentos nas mãos dos pesquisadores. Não nos esqueçamos, porém, de que estamos falando da gestão de Ramiz Galvão, isto é, dos anos de 1870 a 1882. Nessa época nada havia de mais moderno do que a tipografia. Ramiz Galvão foi o autor de duas iniciativas que bastariam para enobrecer o seu mandato: dispondo de uma excelente equipe de pesquisadores e historiadores, como Menezes Brum, Saldanha da Gama, Valle Cabral, Capistrano de Abreu e outros, deu início à publicação dos



Anais da Biblioteca Nacional, cujo primeiro número foi lançado em 1876. A finalidade dos *Anais* é “a divulgação de documentos preciosos, que até então jazeram desconhecidos ainda de nós mesmos: dando notícia, assim, dos livros raros e altamente estimáveis que povoam as estantes da Biblioteca, como das peças mais curiosas que compõem o seu gabinete de estampas, estudos biobibliográficos sobre os mais célebres escritores nacionais, enfim, tudo o que importe não só à bibliografia em geral, mas ainda à brasileira em

particular”²⁵. Este texto é uma explicitação do Decreto nº 6 141 de 4 de março de 1876, § 10, que aprovava o Regulamento da Biblioteca: “Ao bibliotecário compete: (...) Dirigir a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional*, revista periódica onde deverão ser publicados os manuscritos interessantes da Biblioteca, e trabalhos bibliográficos de merecimento, compostos pelos empregados da repartição, ou por indivíduos estranhos a ela.” Publicado pelo menos uma vez por ano, os *Anais* têm sempre cumprido sua missão principal, que é esta de levar aos estudiosos que não podem freqüentar a Biblioteca, ou àqueles a quem, mesmo tendo essa possibilidade, não é permitido o acesso a documentos por demais frágeis, a oportunidade de ver, de ler e até de possuir suas cópias fac-similares ou transcrições fidedignas; de levar aos estudiosos trabalhos elaborados em torno desses documentos; de publicar matérias referentes à Biblioteca, sua organização, suas técnicas de conservação e manutenção de documentos antigos; notícias e, às vezes, o texto integral de cursos e conferências científicas e literárias feitos no recinto da instituição etc. Os *Anais da Biblioteca Nacional* são uma prova

viva de que, havendo boa vontade e esforço, as coisas no Brasil podem ser duráveis: os *Anais* talvez sejam a única revista brasileira publicada, sem interrupção, há mais de cem anos. Nos *Anais*, nesses cento e tantos anos de existência, está quase toda a história da Biblioteca Nacional, uma rica documentação de mais de um terço da nossa história pátria e um reflexo de toda a sua evolução cultural. A publicação dos *Anais* foi a primeira tentativa de levar ao público os tesouros da Biblioteca, os antigos e os contemporâneos. A Biblioteca guarda o passado; e também o presente, para que, no futuro, se venha a saber o que o presente também produziu.

O segundo grande feito, durante essa gestão, foi a elaboração e a publicação do famoso *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, em 1881, com 1 758 páginas de texto, mais 98 de índices e um Suplemento, este publicado em 1883. Até hoje este *Catálogo* é o orgulho da Biblioteca. Os especialistas modernos, com toda a tecnologia de que dispõem, ficam boquiabertos com o tamanho, a envergadura, a abrangência desse trabalho, elaborado e publicado há mais de cem anos, e que ainda é o que de melhor se publicou no Brasil sobre o assunto, e ainda é consultado como instrumento essencial de pesquisa por historiadores, sociólogos, geógrafos, economistas etc. A propósito de sua publicação, o seu organizador conta que, apesar de ele ter sido fruto de um decreto imperial, não foi fácil realizá-lo, e se não ficou mais completo, foi devido ao desleixo e à má vontade que sempre o cercou. Houve quem chegasse ao cúmulo de esconder peças valiosíssimas que, evidentemente, não constam no catálogo, ou só constam através de citações de segunda mão. Tinham medo de quê? Talvez temessem que o Imperador as requisitasse para a sua coleção particular, ou as doasse à Biblioteca. O relatório de Ramiz Galvão fala de uma biblioteca, cujo nome não declina, mas diz ser muito conhecida pela sua riqueza, "d'onde não obtivemos siquer a nota de um manuscrito de valor, quanto mais a remessa de qualquer documento"; foi enviado um questionário a mais de 800 câmaras municipais e apenas 128 responderam, tendo as demais brilhado apenas pelo silêncio e pela ausência.

Outras grandes realizações dessa gestão foi a publicação do *Catálogo da Exposição Camonianana* (1880), por ocasião do tricen-

tenário da morte do grande poeta lusitano; a fundação do Gabinete de Numismática; a reedição da *Prosopopéia*, de Bento Teixeira, cuja 1^a edição, de 1610, acabara de ser encontrada na Biblioteca; a reedição da *Arte da Gramática da Língua Brasileira na Nação Kiriri*, do Padre Mamiani, e a publicação dos dois primeiros volumes do grande *Catálogo de Manuscriptos relativos ao Brazil*, obra prevista para 16 grandes volumes²⁶. O sucessor de Ramiz Galvão, o Dr. João de Saldanha da Gama, que exerceu a função até pouco tempo após a Proclamação da República, quando foi aposentado (12 de dezembro de 1889), fez substituir a iluminação a gás da Biblioteca pela luz elétrica (1^o de julho de 1885)²⁷ e criou a Exposição Permanente de Cimelios, da qual resultou um imponente e magnífico catálogo, com mais de mil páginas, até hoje imprescindível como instrumento de trabalho²⁸. Em sua gestão foram elaborados dois inventários da Biblioteca. Em maio de 1885 foram contados 140 mil volumes impressos, não incluindo nesse cômputo nem os manuscritos, nem o acervo iconográfico; em julho de 1888 a quantidade de livros já chegava a quase 171 mil²⁹.

**E a República foi proclamada.
O velho Imperador, ao contrário do seu avô,
D. João VI, não nos deixou de mãos vazias**

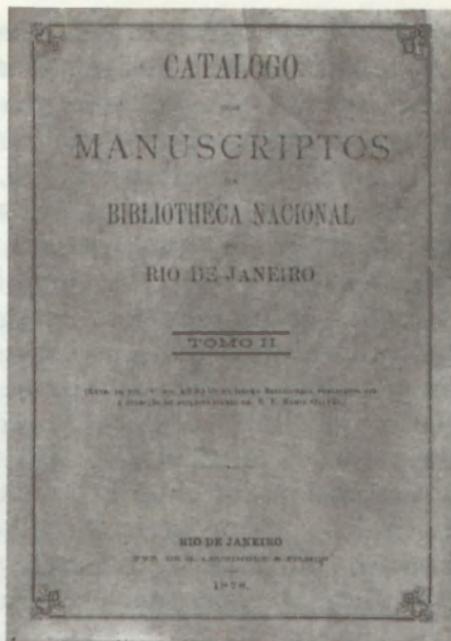
Ao voltar para Portugal, D. João VI raspou até o fundo os nossos baús e deixou o Brasil a zero. Já vimos um pouco da verdadeira rapinagem que recebeu o belo (e falso) título de Tratado de Paz e Amizade. Não vimos, pois este não é um livro de história econômica do Brasil, que, como consequência disso, teve "início a penosa acumulação da dívida externa brasileira"³⁰, e, poucos anos depois, o próprio Banco do Brasil sofreria um vergonhoso processo de insolvência. Tudo com a aprovação e a chancela de D. Pedro I.

Mas, D. João VI e D. Pedro I eram portugueses e tinham sonhos e a cabeça no além-mar. O velho D. Pedro II era brasileiro e não é proibido pensar que, ao partir para o exílio, sonhasse com uma possível volta. Levou consigo um caixote com terra do Brasil, de lembrança, e, até a morte, sempre falava com carinho

e respeito da terra que lhe tinha sido ingrata. Bem diferente da sua avó, a Rainha Dona Carlota Joaquina, que, ao chegar a Lisboa, bateu as suas sandálias, gritando que do Brasil nada queria, nem o pó que trazia em suas solas. Já lhe bastavam o ouro, as pedras preciosas, as madeiras finas, o açúcar, o algodão e as libras esterlinas tomadas de empréstimo pelo Brasil para pagar contas de Portugal.

Ao partir, D. Pedro II doou à Biblioteca Nacional o que ele tinha de mais caro: a sua riquíssima coleção de livros, fascículos, folhetos, revistas, estampas, partituras musicais, fotografias, mapas, manuscritos, mais de 48 mil volumes encadernados, sem contar as brochuras. Sua única exigência foi que essa coleção não fosse dispersada e recebesse o nome de *Coleção Teresa Cristina Maria*, em honra de nossa última Imperatriz, sua esposa. Foi a maior doação que a Biblioteca já recebeu e o seu valor cultural é inestimável. D. Pedro II, além de grande leitor e colecionador de livros, era um amador entusiasta da fotografia, a mais nova invenção da época. Colecionava fotos e negativos que ele mesmo tirava e recebia fotos e negativos dos amigos e dos mais famosos fotógrafos estrangeiros que vinham ao Brasil, as mais das vezes a seu convite. Tudo foi doado à Biblioteca. O velho monarca quase nada levou consigo. Nessas fotos está contada a história da própria arte fotográfica e também todo um período da história do Brasil e do mundo³¹.

Mas, como dizíamos, a República tinha sido proclamada. E alguma coisa tinha de ser mexida, na Biblioteca, para que o evento ficasse marcado. O primeiro administrador da Biblioteca teve mudado o nome do seu cargo: em vez de Bibliotecário, passou a ser chamado de Diretor. Parece ter sido um dos poucos



atos de “republicanização” que atingiu a Biblioteca Nacional. Mudou-se também o nome da instituição: deixou de ser Biblioteca Imperial e passou a ser chamada Biblioteca Nacional. Que bom que não se chamou Biblioteca Republicana! Um ano depois, em 13 de outubro de 1890, o Coronel Benjamin Constant, ministro da Instrução Pública, assinou um decreto de reforma da Biblioteca, sem qualquer significação prática, que não passou de um superficial verniz republicano sobre as velhas paredes. As coisas continuaram como antes, os mesmos problemas persistiram, muitos deles se intensificaram, e a Biblioteca continuou a viver e a crescer como sempre o fez, por obra e graça do esforço dos seus diretores, de seus funcionários, das *propinas* e das doações particulares. Não arrefeceu a gana autoritária do governo, a querer interferir em tudo, em cada ato da direção da instituição, e que tanto humilhou os diretores “imperiais”. A luta pela autonomia da Casa teve de continuar, com pouquíssimas vitórias e não poucas derrotas.



Exemplares da Coleção Teresa Cristina Maria, da Seção de Obras Raras.

A propósito, é interessante observar que nos *Anais*, nos volumes referentes aos anos de 1888, 1889 e 1890, não conseguimos encontrar uma única palavra sobre dois grandes acontecimentos da nossa história: a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Não há uma pista sequer onde o mais arguto pesquisador possa deduzir que tenha havido no país mudanças tão radicais. E como se esses dois fatos, tão importantes, não tivessem tido lugar... a uma distância de dois ou três quilômetros do próprio prédio da Biblioteca. Pena que nessa época ainda não eram escritos e publicados os Relatórios Anuais de Diretoria, onde teríamos talvez a oportunidade de sentir a reação "official" da Casa em face desses eventos e qual a repercussão que eles poderiam ter causado³². Só no volume nº 22 dos *Anais*, já no ano de 1900, vamos encontrar a primeira referência à República, mesmo assim indireta. É quando o diretor Teixeira de Mello deixa consignado o seu agradecimento ao ministro da Justiça, Epitácio Pessoa, pela volta à Biblioteca do busto em mármore de D. João VI, que tinha sido retirado do seu pedestal pelos republicanos, "por preocupações de seita philosophica e de preconceitos políticos". Felizmente a Biblioteca conservou, mesmo assim, a sua força de guardiã da história: ela conseguiu recuperar, em silêncio, talvez a maior e mais completa coleção existente de documentos originais sobre a República e a escravidão.

E chegamos ao fim do século XIX

Em 31 de julho de 1892, toma posse como diretor da Biblioteca o Dr. Mahuel Cícero Peregrino da Silva. Será um grande diretor, como veremos.

Até lá, o século vai findando, vão desfilando novas administrações, uma ou outra ala vai sendo construída no velho prédio, que se mostra cada vez mais acanhado e insuficiente.

Em 1894, calcula-se que a Casa já possui cerca de 228 mil livros e que o seu crescimento chega a ser de mais mil peças por ano. Em 1895, faz-se um novo inventário, obtendo-se o seguinte resultado:

Livros impressos	231	132
Manuscritos:		
— documentos biográficos	23	516
— documentos históricos avulsos	23	519
Códices encadernados	115	513
Moedas e medalhas	22	863
Total de peças	416	543

Esse aumento do acervo torna cada vez mais patentes as deficiências do prédio da Rua do Passeio. Puxam-se duas novas alas pelos terrenos dos fundos, aluga-se um anexo na Rua Maranguape. Nada disso é suficiente. A situação é calamitosa. A Presidência da República muda-se para o Palácio do Catete, desocupando o prédio onde funcionava, na Rua Larga, hoje Marechal Floriano, o atual Palácio Itamarati. Faz-se uma grande campanha para que esse prédio seja cedido à Biblioteca. A campanha não tem o menor êxito, apesar do apoio dado pela imprensa, sobretudo pelos jornais *O Paiz* e *Jornal do Commercio*. Oferecem-se paliativos: dois corredores do segundo pavimento da Casa são convertidos em salas, para desafogar a Seção dos Manuscritos; é construída uma nova galeria na parte sul do prédio; colocam-se mais estantes, "embaraçando o trânsito de pessoal e a livre passagem do ar"³³. Ainda não é suficiente, pois continuam as doações, as compras, o intercâmbio e o Depósito Legal. Ocupa-se outra galeria, desta vez na parte norte do edifício, "na parte em que outrora residiam os bibliothecários, e nella foram collocados os livros doados pelo ex-Imperador, que a ocuparam litteralmente, sendo ainda preciso, ou dispor estantes no centro da galeria, como em parte se fez, ou transferir a mór parte das brochuras"³⁴.

O século XIX chega ao fim com o prédio da Biblioteca completamente entulhado, e com o seu acervo total com um superávit de cerca de 300 000 peças novas em relação ao inventário de 1895.

Mais livros, mais manuscritos, mais estampas e mapas preciosos não param de chegar. A Biblioteca continua a inspirar confiança e as doações se multiplicam. Urge fazer-se um novo inventário, sempre dificultado pela falta de pessoal, pelas mu-

danças de critério nas classificações das peças, que se vão acumulando, retardando cada vez mais o trabalho. O inventário acabou não sendo feito. Recentemente, porém, por aproximação, somando aos totais de 1895 as novas peças e coleções de livros que iam sendo adquiridas, podemos estimar que no ano de 1900, cinco anos depois do último inventário, eram estas as quantidades:³⁵

Livros impressos	292 541
Cartas geográficas impressas	7 073
Cartas e planos manuscritos	572
Documentos manuscritos	253 884
Periódicos	6 296
Partituras musicais	368
Estampas e desenhos	116 751
Moedas e medalhas	27 847
Total de peças	705 332

A progressão desses números é impressionante:

1814 60 000 livros impressos

1885 140 000 " "

1888 170 671 " "

1894 228 000 " "

1895 231 132 " " num total de 416 183 peças

1900 292 541 " " num total de 705 332 peças³⁶

O novo século vai se iniciar com a Biblioteca ocupando um prédio que não comporta mais o seu acervo, intransitável para os usuários e ultrapassado sob o ponto de vista técnico. Na gestão do diretor Teixeira de Mello (1895 a 1900), já estava madura a idéia da construção de um novo prédio, dessa vez totalmente idealizado para ser uma Biblioteca Nacional.

Uma coisa, contudo, não se pode negar: a Biblioteca está consolidada, já é conhecida, já é um centro cultural de que o país pode-se orgulhar. Os intelectuais a freqüentam, os grandes

escritores lhe doam seus manuscritos e suas primeiras edições. Nos seus registros de leitores podemos pinçar alguns nomes hoje famosos: Machado de Assis, desde 1855, quando ainda contava apenas 15 anos de idade, era leitor assíduo de *Panorama*, de *A Marmota*, de *O Brazil Illustrado*, do *Jornal do Commercio*, do *Tratado de Geografia*, de Balbi, da *História do Brazil*, de Abreu e Lima; José de Alencar consultava o *Almanaque do Império*, a *Corografia Brasílica*, do Padre Aires do Cazal, a *Flora Fluminense*, de Frei Veloso, a *História do Brazil*, de Abreu e Lima, o *Dicionário da Língua Brazílica*; Fagundes Varela, também desde os 15 anos, lá estava, compulsando as *Poesias*, de Manuel Antônio Alves de Azevedo, os *Primeiros Cantos*, de Gonçalves Dias, as *Méditations*, de Lamartine.

No último Relatório de Diretoria do século, assinado pelo diretor José Alexandre Teixeira de Mello e dirigido "ao Cidadão Dr. Epitácio Pessoa, Ministro de Estado dos Negócios do Interior e Justiça", vários dados mostram a situação de progresso da Biblioteca, ao mesmo tempo em que detalham os problemas da Casa, muitos deles resultantes do seu próprio crescimento³⁷. Logo de início o Relatório lastima a morte de vários funcionários de grande valor, entre os quais Raul Villa-Lobos, falecido em 18 de julho, pai do famoso compositor Heitor Villa-Lobos. Repete-se a reclamação sobre exíguo número do pessoal, o que tem obrigado o Diretor a resolver "essas situações difíceis e embarracosas" aumentando em três horas o turno de trabalho dos funcionários que atendiam à "leitura pública". Não sendo ainda suficiente esta solução, teve-se de apelar para amanuenses que se dedicam à catalogação, com evidente prejuízo para este trabalho, e a pessoas "quasi analphabetas". Isto porque, ao mesmo tempo em que se reduzia o quadro de servidores, crescia consideravelmente a quantidade de livros e de leitores. Para uma cidade na época com uma população que não ultrapassava os 50 mil habitantes, a Biblioteca tinha uma média de 74 leitores diários, que consultavam uma média de 100 livros, "attendendo, sobretudo, a que estas circunstâncias tendem a se agravar com o tempo".

Acresce que a Biblioteca, então, ainda tinha um serviço muito trabalhoso de "consultas domiciliares" (emprestimo),

serviço este que sempre causava grandes preocupações aos seus responsáveis. Nesse último ano do século XIX, a Biblioteca teve um aumento de 3 188 novas obras, entre as compras, doações, permutas e depósito legal. Foi feito o inventário do acervo, foram colocados mais dois pára-raios, perfazendo-se o número de quatro, foi efetuado também o inventário dos móveis da Casa, gessaram-se os tetos, pintaram-se as paredes e "a saleta do mictorio"; consertou-se o motor gerador de luz elétrica, adquiriram-se novos arcazes para a guarda de manuscritos, espalharam-se bancos na entrada principal, mudou-se para o 2º andar o busto de Gutenberg, "onde está (agora) em pedestal condigno, ladeado por mostradores feitos para esse fim, contendo os dous volumes da Biblia de Moguncia de 1462, o mais precioso dos nossos incunabulos" (p. 279)³⁸.

Até 1872, a Biblioteca ficava aberta ao público das 9 às 14 horas. Com a reforma desse ano, o horário foi mudado: das 9 às 15 horas e das 16 às 21 horas, com uma hora para o descanso (das 15 às 16). A partir de 1890, o horário de atendimento aos leitores passou a ser corrido: das 10 às 21 horas³⁹.

NOTAS

1. Cf., *Anais da Biblioteca Nacional*, v. XI, 1883, p. 568. Em Ofício assinado por José Bonifácio, em 10 de dezembro de 1822, a instituição é chamada de Bibliotheca Imperial e Publica; em Aviso de 17 de fevereiro de 1823, o mesmo José Bonifácio a intitula Bibliotheca Imperial e Nacional. Os *Anais*, desde o seu 1º volume, em 1876, sempre tiveram oficialmente o título completo de *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. A partir do volume 66, publicado em 1948, passaram a trazer o simples título de *Anais da Biblioteca Nacional*, omitindo o nome da cidade. Não encontramos nenhum documento oficial que determinasse essa mudança.
2. Freire, Francisco José, sacerd. *Memorias das Principaes Providencias que se derão no Terremoto, que padecço a Corte de Lisboa no anno de 1775...*, por Amador Patrício de Lisboa (pseud.), Lisboa, 1758.
3. Anônimo. *Resumo Histórico, Anais da Biblioteca Nacional*, v. 19, 1897. Separata, p. 5.
4. Souza, Antonio Caetano de, *Historia genealogica da Casa Real Portugueza desde a sua origem até o presente... offerecida a El Rey D. João V*, Lisboa, 1741, t. VIII, p. 273.

5. Alencar, Francisco; Carpi, Lúcia; Ribeiro, Marcus Venicio, *História da Sociedade Brasileira*, Rio, 1979, Ao Livro Técnico, p. 90.
6. *Ib.*, p. 92.
7. *Anais da Bibliotheca Nacional*, v. XI, 1883-84, p. 457.
8. Anônimo, *op. cit.*, p. 5. Em 1818 foi criado, no Rio de Janeiro, o Museu Real, indo para lá a coleção de moedas e medalhas, bem como os instrumentos de física e matemática pertencentes ao Príncipe.
9. O autor deste livro esteve, em maio de 1992, nesse *Laboratoire*, onde pôde constatar a veracidade dessa informação. O herbário de Alexandre Rodrigues lá está, não em local especial, mas incorporado ao herbário geral de plantas americanas, sob a responsabilidade do Professor Philippe Morat.
10. Santos, Padre Luiz Gonçalves dos. *Memorias para Servir á História do Reino do Brazil*, I. 1814, p. 308. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. XI, 1883-84, p. 17: "Esta Real Bibliotheca tem chegado ao estado de ser a primeira, e mais insigne, que existe no Novo Mundo, não só pelo numero dos livros de todas as sciências e artes, impressos nas linguas antigas, e modernas, cujo numero passa de sessenta mil volumes... que cada vez mais se augmentão, mediante a munificencia de sua Alteza Real, que não cessa de enviar novas e selectas obras..."
11. Ordem passada pelo Marquês de Aguiar, em nome do Príncipe Regente. Doc. 556. Carta 10, Bahia. BN, Div. de Manuscritos (v. 1, p. 6). Nem todos os manuscritos e livros foram imediatamente depositados nesse local, como podemos ler no aviso real, aqui reproduzido, de 2 de fevereiro de 1812, à página 42.
12. *Anais*, v. 56, p. 18. Este volume é todo dedicado à transcrição das cartas de Luís Marrocos ao seu pai, entre 1811 e 1821. Essas cartas são uma valiosíssima fonte de referências sobre a vida e costumes do Rio de Janeiro da época. A bem da verdade, diga-se, também, que D. João tinha os seus momentos de perversidade. Foram os impostos excessivos e as perseguições injustas que deflagraram a revolução de 1817, no Nordeste. A repressão foi terrível. Todos os seus líderes foram enforcados e esquartejados. E num requinte de perversidade, os restos dos seus corpos eram arrastados pelas ruas, puxados por cavalos, até o cemitério. Num "ato de paternal bondade" D. João decretou em seguida uma ridícula anistia, exatamente quando não havia mais ninguém para matar.
13. Cabral, Alfredo do Valle, *Anais*, v. 11, 1885, p. 457.
14. Cabral, Alfredo do Valle, *Ib.*, v. I, 1876-77, p. 159.
15. Brum, Dr. José Zeferino de Menezes, in *Anais*, v. XI, 1883-84, p. 572.
16. Transcrevemos trecho de um artigo anônimo publicado em *Panorama*, Lisboa, 1844, p. 229-30: "Por morte do conde da Barca, o governo portugues recebeu em pagamento de dívidas a parte da livraria que esse distinto litterato consigo trouxe de Lisboa, e que poude salvar dos barulhos com que se fizera o embarque da corte na época da invasão francesa. Esta livraria, apesar de estragada, ainda assim se compõe de muitas obras preciosas e raras, que o conde poderá colligir no tempo de suas viagens em diversos estados da Europa." O destaque é nosso e indica o reconhecimento de que

a coleção do Conde da Barca era um bem do governo português e tinha sido adquirida em pagamento de dívidas. O trecho indica, também, a origem e o valor histórico dos livros dessa coleção.

17. *Anais*, v. 11, p. 18.
18. Outros Regulamentos houve, ainda no século XIX, na tentativa de acompanhar o crescimento da BN: o de 4 de março de 1876, o de 13 de outubro de 1890, o de 27 de dezembro de 1892 e o de 8 de agosto de 1894. O mais importante deles só apareceu no século seguinte, em 1911, na gestão de Manuel Cícero. Dele falaremos no momento oportuno. Foi o primeiro que causou um sério impacto cultural na Biblioteca.
19. Alguns autores dizem que esse empréstimo foi de 1,5 milhão de libras esterlinas. No documento original, manuscrito, datado de 29 de agosto de 1825 e assinado por Luiz José de Carvalho e Mello, Barão de Sto. Amaro e Francisco Villela Barboza, a quantia especificada é de 2 milhões de libras. (Bibl. Nacional, Divisão de Manuscritos, I - 31, 33, 22 nº 8.)
20. Rocha Martins, *A Independência do Brasil*, Lisboa, 1926, p. 331 a 394.
21. Há quem afirme, porém, que o velho prédio da Biblioteca foi demolido e que a atual Escola de Música da UFRJ foi construída no mesmo local (Bittencourt Feijó, *Vida de Manuel Cícero Peregrino da Silva*, Rio de Janeiro, MEC/SD, 1967, p. 65).
22. Atualmente o busto de Frei Camillo se encontra na Sala de Periódicos.
23. *Anais*, v. XI, 1883-1884, pp. 502-584.
24. *Ib.* pp. 109-11.
25. *Anais*, v. 11 (1883-84), p. 31.
26. Para que o leitor tenha idéia da monumentalidade desse catálogo, transcrevemos em seguida o seu plano. Trata-se de um trabalho que já atravesou diversas gerações de pesquisadores, e tão cedo não chegará ao seu término tal a quantidade de manuscritos guardados na Biblioteca relativos aos diversos estados brasileiros.
Os títulos sublinhados são os que já foram publicados até o ano de 1992.
Vol. I: *Brazil em Geral* (2 tomos): volumes IV (1877), V (1879), X (1882), XV (1887), XVIII (1896) e XXIII (1901).
Vol. II: *Amazonas e Pará*.
Vol. III: *Maranhão*: volumes 66, 67 (1948) e 70 (1950). Desse vol. fazem parte Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, ainda não publicados.
Vol. IV: *Pernambuco*: volume 71 (1951). Do mesmo volume, ainda em preparação: Alagoas e Sergipe.
Vol. V: *Bahia*: volume 68 (1949).
Vol. VI: *Espírito Santo*: volume 101 (1981) e *Rio de Janeiro*: volumes 102 (1982), 104 (1984) e 106 (1986).
Vol. VII: *São Paulo*: vol. 74 (1953).
Vol. VIII: *Paraná*: volume 74 (1953), *Santa Catarina*, volume 98 (1978) e *Rio Grande do Sul*: volume 99 (1979).
Vol. IX: *Minas Gerais*: volume 65 (1943), I parte. A II parte está em preparo.
Vol. X: *Goiás*.
Vol. XI: *Mato Grosso*.

- Vol. XII: *Questão de Limites - referências*: Volumes 52 (1930) e 53 (1931).
- Vol. XIII: *Obras Várias Brasileiras*: Volume 81 (1961).
- Vol. XIV: Papéis relativos a Brasileiros.
- Vol. XV: Cartas e Autógrafos de Brasileiros notáveis e de estrangeiros de qualidade que estiveram no Brasil ou dele se ocuparam: volumes 78 (1958), 81 (1961), 84 (1964), 86 (1966), 90 (1970), 91 (1971) e 106 (1986).
- Vol. XVI: Índices de matérias e de autores.
27. *Anais*, v. XVIII (1886), p. 471.
 28. *Anais*, v. XI (1883-84).
 29. *Anais*, v. XI (1883-84), p. 34.
 30. Pelaez. C. M. e Suzigan, W., *História Monetária do Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976, p. 55 e ss.
 31. Ver em *Anais*, v. 111 (1991), um estudo de Joaquim Marçal sobre as fotografias da Coleção Teresa Cristina Maria.
 32. Os Relatórios de Diretoria só começaram a ser escritos e publicados nos *Anais* a partir de 1885.
 33. Anônimo, *op. cit.*, p. 18, nota 1.
 34. *Ib.*
 35. Cálculo baseado em levantamento feito pela bibliotecária da BN Lygia Cunha, in "Brasil 1900-1910", p. 158.
 36. Hoje (novembro de 1992), a Biblioteca Nacional possui cerca de 9 milhões de peças, em cujo total se contam mais de 4 milhões de livros impressos. Essa quantidade cresce continuamente, em alguns milhares de peças e livros por ano.
 37. *Anais*, v. XXXII, 1900.
 38. Nesse Relatório de Diretoria, ao transcrever a estatística dos livros mais solicitados, durante o ano, há uma estranha divisão no tocante à língua portuguesa: entre as obras mais consultadas, encontram-se o *português*, o *português-geral* e o *português-botocudo* (p. 262).
 39. Em 1911, o primeiro regulamento do século XX modifica mais uma vez esse horário, que passa a ser das 8 da manhã até as 22 horas, cuidando, porém, que nenhum funcionário tivesse mais de 8 horas diárias de trabalho.

III

Século XX. Grandes Esperanças. Grandes Reformas. Um Prédio Novo, Bonito, Imponente, Construído sob Medida

No dia 13 de julho de 1900 tomou posse como diretor da Biblioteca Nacional o Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva. Sua nomeação se dera quinze dias antes, no dia 30 de junho. Campos Sales era o Presidente da República. Foi o seu ministro da Justiça e Negócios Interiores, Epitácio Pessoa, que trouxe, do Recife, esse homem culto, organizado, trabalhador, de grande visão como administrador de bibliotecas, que havia reformado a Biblioteca, da Faculdade de Direito da capital pernambucana, à frente da qual estivera por 10 anos. Manuel Cícero seria diretor da Biblioteca Nacional por 24 anos (1900-1924).

Nesse longo período grandes acontecimentos culturais e políticos tiveram lugar no Brasil: Joaquim Nabuco publicava *Minha Formação* (1900); em 1902 saía a 1^a edição de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; em 1903 era assinado o Tratado de Petrópolis, que resolvia a questão do Acre; em 1904 saíam do prelo, de Machado de Assis, *Esaú e Jacó* e *Relíquias da Casa Velha*,

coletânea de contos, crítica e teatro; Sílvio Romero terminava de escrever a *Evolução da Literatura Brasileira* (1905); Santos Dumont realizava o seu primeiro vôo (1906); nascia no Rio o poeta Augusto Frederico Schmidt; Capistrano de Abreu terminava os seus *Capítulos da História Colonial* (1907); em 1908 era publicado *Memorial de Aires*, o último romance de Machado de Assis; em 1910, Rui Barbosa iniciava a Campanha Civilista, era inaugurado o atual prédio da Biblioteca Nacional e proclamava-se a República de Portugal; em 1911 começava a ser publicado, em folhetim, no *Jornal do Commercio*, o famoso romance de Lima Barreto *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, cuja primeira edição em livro sairia em 1915; em 1912 Augusto dos Anjos publicava *Eu e Outras Poesias*; em 1917 era editado, de Manuel Bandeira, *A Cinza das Horas*, seu primeiro livro de poesia, com uma tiragem de apenas duzentos exemplares; em 1921 Rui Barbosa publicava a *Queda do Império* e, em 1922, comemorava-se, com toda solenidade, o Centenário da Independência do Brasil. Nesse mesmo ano a Câmara dos Deputados passou a funcionar, provisoriamente, nos Salões da Biblioteca Nacional, enquanto o Palácio Monroe era ocupado pela Exposição Internacional Comemorativa àquele Centenário.

No início não foi fácil. Com a aposentadoria do Diretor a quem Manuel Cícero vinha suceder – conta o seu biógrafo –, alguns funcionários da Casa se achavam com o direito adquirido de ocupar o cargo. Eram na maioria antigos, julgavam-se experientes, prendados, competentes e nada mais normal que um deles fosse o escolhido para função tão importante. Entretanto, o Governo ia buscar um homem de fora, de longe, talvez inexperiente, que chegava ao Rio de Janeiro com a única credencial de ser um protegido político. Estavam enganados. No seu primeiro dia de Biblioteca Nacional, Manuel Cícero quis conhecer a Casa e um dos “candidatos” o acompanhou, como cicerone. Foi contando todos os problemas da instituição, ao mesmo tempo em que lhe mostrava todas as salas e recantos onde os problemas eram maiores. Sublinhou aqueles que pareciam sem solução e, no fim do longo percurso, assim perorou, com ar vitorioso, talvez esperando que o novo diretor, intimidado, desistisse ali mesmo, de assumir o cargo: “*Il faut pour cela être un bon forgeron*” (em francês, para mostrar erudição). Manuel

Cícero teria respondido, também em francês: "*Je suis un bon forgeron.* E (agora em português) gosto muito de malhar até mesmo em ferro frio."

Além de longa, a administração de Manuel Cícero foi das mais fecundas. Acompanhou a construção do atual prédio da Biblioteca, foi o responsável por sua transferência e presidiu a todo o seu novo planejamento estrutural. Ao mesmo tempo intensificou o Serviço de Intercâmbio Bibliográfico, ao estabelecer um acordo com os Correios, que em muito veio facilitar o andamento desse Serviço, e trouxe melhorias para o cumprimento da lei do Depósito Legal. Em 1902 introduziu na Biblioteca a máquina de escrever; em 1904 fez aprovar o projeto do ex-Libris e do emblema da Casa, de autoria do famoso artista Eliseu Visconti¹; em 1909 encomendou e inaugurou os grandes painéis e estátuas existentes no salão principal de leitura e na Galeria da Presidência, da autoria de Modesto Brocos, Rodolfo Amoedo e Eliseu Visconti, grandes artistas de então; conseguiu, pelo Decreto de 20-12-1907, a atual legislação do Depósito Legal².

Em 11 de junho de 1911, pelo Decreto 8835, teve aprovado o novo Regulamento da Biblioteca, com grandes inovações administrativas e culturais. Pela primeira vez criou-se um Conselho Consultivo, órgão auxiliar da administração, do qual faziam parte todas as chefias, que discutia os diversos problemas da Casa, apresentava sugestões no tocante à promoção de funcionários, às reformas e ao planejamento de eventos culturais. Esse Regulamento impunha também deveres ao Diretor que, por sua vez, sempre a ele recorria, nas mais graves decisões. Nesse mesmo ano criou o Curso de Biblioteconomia, dentro da própria Biblioteca Nacional, cujas atividades seriam iniciadas no ano letivo de 1915 –, ao chegar à conclusão de que a Biblioteca tinha de especializar os seus funcionários, formando os seus próprios bibliotecários. Esse curso foi o primeiro da América Latina e o terceiro no mundo. Seguia o modelo da Ecole de Chartres, (França), que era o que havia de melhor, então. Tinha as seguintes matérias básicas: Bibliografia (que abrangia História do Livro, Administração de Bibliotecas e Catalogação); Paleografia e Diplomática; Iconografia e Numismática. O ensino era teórico e prático. A parte prática era feita na própria Biblioteca, utili-

zando os seus serviços, considerados padrão³. Fruto dos esforços dessa diretoria foi também a instalação, em 1902, de uma oficina de encadernação e de uma tipografia que passou a imprimir as obras da Biblioteca.⁴ Instituiu o Catálogo Coletivo das bibliotecas da cidade, a catalogação cooperativa e introduziu a Classificação Decimal Universal (CDU). Ainda por força do novo Regulamento, foi lançado o *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional*, dentro das normas da CDU, que evoluiu para a atual *Bibliografia Brasileira*⁵. Manuel Cícero não descurou da cultura geral dos seus funcionários: além dos cursos de Biblioteconomia, patrocinou séries de conferências, a fim de que os bibliotecários tivessem um contato mais profundo com a cultura e, ao mesmo tempo, fizessem a Biblioteca ser cada vez mais conhecida e útil para o público de fora. Nomes como os de José Veríssimo, Coelho Neto, Juliano Moreira, João Ribeiro, Alberto de Oliveira, Goulart de Andrade, Osório Duque-Estrada, Afrânio Peixoto, Artur Azevedo, Carlos de Laet e muitos outros, hoje famosos, figuraram entre os conferencistas⁶. Antes, em 1907, enviaria funcionários de alto gabarito a diversos países da Europa e aos Estados Unidos, onde houvesse documentos sobre o Brasil, para estudo, compra ou cópia dos mesmos. Outros viajaram à Europa a fim de se atualizarem em novos métodos de classificação e catalogação⁶. E o horário de atendimento ao público leitor passou a ser de 8 da manhã às 10 da noite, sem intervalo, mas de tal modo organizado que nenhum funcionário trabalhasse mais de 8 horas por dia.

A questão dos Direitos Autorais e do “Depósito Legal”

Um dos primeiros problemas que Manuel Cícero teve de enfrentar decorreu da chamada Lei Medeiros, a primeira lei sobre direitos autorais, de nº 496, promulgada em 1º de agosto de 1898. Esta lei, apresentada por Medeiros e Albuquerque, donde lhe veio o nome, atribuía à Biblioteca Nacional o registro das obras literárias, artísticas e científicas. Com esse registro era

* Ver no Apêndice I como o Diretor conseguiu “comprar” as máquinas dessa tipografia (N. do A.).

Projeto de Regulamento

para a.

Biblioteca Nacional



Da Biblioteca, seu gênero e sua organização.

Art. 1º A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro tem por final obter, classificar e expor o conteúdo público das impressas, documentos ou interiores, estampas e peças monumentais.

Art. 2º Como recursos disponíveis estão indicados o registro de obras de ciência, literatura ou arte para garantia dos direitos de autores, a permanecem permanentemente, não quando a Biblioteca em posse de estes gêneros intermediários no Brasil a deposito dos países que forem determinados não só a esse destino e no desprendimento das demais bibliotecárias, nem em despesa, mas também no permanecer nacional.

Art. 3º A Biblioteca deve elevar os seguintes acésios, ou saber: 1º, a de impressões; 2º, a de manuscritos e cartas, grafos, mapas; 3º, a de estampas; 4º, a de monumentos; 5º, a de esculturas, mobiliário, fundo numérico que permanecerá para distinguir.

Projeto de Regulamento para a Biblioteca Nacional em 1902. O Art. 2º determina que cabe à Biblioteca Nacional registrar as obras “de ciência, literatura ou arte para garantia dos direitos de autor”.

firmada, ao mesmo tempo, a propriedade das obras. A formulação da Lei, entretanto, deixava alguns pontos ambíguos, como, por exemplo, o Artigo 13, § 1º, que levantou muita celeuma. Rezava este Artigo ser “formalidade indispensável para entrar no gozo dos direitos de autor o registro da Biblioteca Nacional”. E o parágrafo 1º completava tratar-se de “obras... impressas, fotografadas, litografadas ou gravadas”, das quais era preciso entregar-se à Biblioteca “um exemplar em perfeito estado de conservação”. Não demorou que surgissem interpretações astuciosas que afirmavam que, não sendo a obra impressa, litografada, fotografada ou gravada, não cairia sob o domínio da lei, não podendo, consequentemente, ser registrada. Esta interpretação coloca em grave risco a propriedade literária, numa época em que os diversos tipos de impressão não eram tão comuns e fáceis como o são hoje. O caso mais típico era o das peças teatrais, muitas delas já suficientemente conhecidas, algumas até fartamente exibidas, mas nem sempre impressas e, consequentemente, sem garantia de direitos. A discussão se agravou ainda mais quando alguns teatrólogos portugueses, residentes em Portugal, e cujas peças eram exibidas no Brasil, entraram na Justiça, em defesa dos seus direitos. O advogado Inglês de Sousa, que aceitou e ganhou a causa, alegou uma convenção entre o Brasil e Portugal, e jamais denunciada, pela qual os portugueses tinham no Brasil os mesmos direitos e garantias adquiridos em sua terra. Ficavam, assim, os portugueses, em situação melhor do que os brasileiros. As “instruções”

de 11 de junho de 1901, baixadas pelo Ministro Epitácio Pessoa, não dirimiram a questão, uma vez que repetiam, quase literalmente, em seu Artigo 1º, letra a, o que dizia a lei. Manuel Cícero, como diretor da Biblioteca e responsável pelo registro, o máximo que conseguiu foi a faculdade de poder inscrever, validamente, as obras publicadas em periódicos, em fascículos, as traduções autorizadas e as novas edições alteradas. O problema não foi resolvido, mas tomou uma nova dimensão e as garantias legais dos autores encontraram outros caminhos a seguir⁷.

Quanto ao Depósito Legal, Manuel Cícero obteve vitória absoluta. O Depósito Legal, como já vimos, é a obrigatoriedade, regida por lei, de enviar-se à Biblioteca Nacional todo e qualquer impresso produzido no país. Ele decorre da própria natureza da Biblioteca, que é o memorial da cultura escrita da nação. O primeiro decreto relativo ao Depósito Legal que se conhece foi promulgado em 1537, na França, pelo rei Francisco I⁸. Entre nós ele sofreu uma longa evolução, desde que surgiu, pela primeira vez, em Portugal, por Alvará D'El Rey, de 12 de outubro de 1805, que legislava sobre as propinas obrigatórias de todos os impressos produzidos no Reino, em benefício da Real Biblioteca. Com a vinda de D. João VI e da Biblioteca para o Brasil, o mesmo Alvará passou a valer também para a cidade do Rio de Janeiro, como relatou Luís Marrocos, numa de suas cartas: "Com bom custo, consegui dar-se p^a esta Biblioteca Propina da Impressão Regia de tudo quanto se é aqui impresso e houver de imprimir-se" (Carta 11, *Anais*, v. 56).

Em 12 de novembro de 1822, um Aviso do imperador D. Pedro I, assinado por José Bonifácio, "manda que a Junta Directora da Typographia Nacional faça remeter para a Bibliotheca Imperial e Publica desta Corte (atual Biblioteca Nacional), hum exemplar de todas as Obras, Folhas periodicas, e Volantes, que se imprimirem na mesma Typographia, e de quaesquer reimpressões que alli se fizerem, e na occasião em que se publicarem, ou se exporem á venda". Como podemos ver, este Aviso se refere unicamente à impressora oficial do Império, deixando as demais totalmente liberadas.

Em 3 de julho de 1847, o Decreto Imperial nº 433, dessa vez sob a chancela de D. Pedro II, obriga o envio de "todos os impressos que sahirem da typographia do município da Corte"

para a Biblioteca Nacional, e para as bibliotecas das capitais das Províncias, dos impressos aí produzidos. Se por um lado este decreto já estende a obrigação a todas as impressoras do município, por outro lado privava a Biblioteca Nacional de tudo o que se imprimia no resto do país. Em 14 de maio de 1853, frei Camillo de Monserrat, então diretor da Biblioteca Nacional, enviou ofício às autoridades competentes tentando corrigir esse defeito. Por resposta, o Governo publicou as Instruções de 26 de novembro desse mesmo ano, em que simplesmente ratifica tudo o que tinha sido decidido no Decreto 433: "Art. 5º. Para verificar-se a obrigação de depósito de qualquer obra na mesma Bibliotheca, basta que ella tenha a inscrição da Cidade do Rio de Janeiro, ainda que seus autores ou proprietários alleguem haver sido impressa fora da Corte ou do Imperio." O Artigo 7º confirma a não-remessa para a Biblioteca Nacional das obras produzidas no resto do país: "As presentes instruções são extensivas ás obras que se imprimirem, lithographarem ou gravarem nas Províncias, relativamente ás Bibliothecas das respectivas capitales." O Decreto nº 1 283, também de 26 de novembro de 1853, manda que essas instruções sejam observadas, não tomando em consideração, portanto, as reclamações de frei Camillo.

O fato é que, para que a Biblioteca Nacional pudesse cumprir o seu papel de registradora de direitos autorais e de memória absoluta da produção escrita da nação, esses decretos, ofícios, avisos e alvarás precisavam ser modificados. Só em 1901 foi apresentado à Câmara dos Deputados um projeto de lei, que depois reverteria no Decreto nº 1 925, de 2 de dezembro de 1905 e, posteriormente, transformado no Decreto nº 1 825, de 20 de dezembro de 1907, que até hoje legisla sobre o assunto. Esta é a primeira vez em que se dispõe que "os administradores de oficinas de tipografia, litografia, fotografia ou gravura, situadas no Distrito Federal e nos outros estados, são obrigados a remeter à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro um exemplar de cada obra que executarem" (Art. 1º).

O projeto de lei, como vemos, demorou dois anos para entrar em vigor. Mais de uma vez ele correu o risco de ser torpedeado e simplesmente rejeitado. A Câmara, e a seguir o Senado, argüiram o decreto de constitucionalidade; ele foi salvo pelo senador Coelho de Campos, que conseguiu conven-

cer os seus colegas das grandes vantagens do projeto, tanto para os escritores e artistas, quanto para a própria Biblioteca Nacional. Como escreveu o biógrafo de Manuel Cícero, ainda “foi preciso saber abrir mão, contemporizar, remover dificuldades, deixar o projeto de lei passar no Senado com emendas para ainda voltar à Câmara dos Deputados. Durante todo o tempo que se prolongou, Manuel Cícero insistiu na lei que daria mais significação à Biblioteca Nacional”⁹. Entre 1913 e 1919, o diretor comissionou alguns funcionários de experiência e bom nível cultural comprovados para viajarem por diversos estados da federação, a fim de promoverem a idéia do Depósito Legal e estudar meios, *in loco*, para facilitar a sua execução¹⁰.

A Lei 1 825, de 20 de dezembro de 1907, ainda se encontra em vigor nos dias de hoje, sem ter tido qualquer modificação ou mesmo atualização. É evidente que está ultrapassada, sob diversos aspectos, pois não poderia prever normas para o Depósito Legal relativas aos mais recentes suportes de publicação: discos, microformas, filmes, fitas magnéticas etc. Em 1971 foram iniciados processos, junto ao Governo, visando a sua complementação e atualização, todos, porém, sem qualquer resultado. Além do que, para os faltosos, continua a valer a hoje ridícula e sobretudo incompreensível multa de 50 a 100 mil-réis, imposta pelo Decreto de 1907. São hoje em dia inúmeros os faltosos, que privam a Biblioteca de arquivar grande parte da cultura do país, sem que valha a pena sequer ameaçá-los com as penas... dessa velha lei. As mudanças e complementações propostas que falavam de “gravações sonoras e documentos audiovisuais” não passaram, no Congresso, de um anteprojeto de lei e de um termo de exposição de motivos nº 234, datado de 18 de março de 1971. Não se tocou mais no assunto.

Uma nova casa para a Biblioteca

A obra mais monumental da administração de Manuel Cícero não deixa de ser, evidentemente, a construção do atual prédio da Biblioteca Nacional.

Já vimos em que estado se encontrava o velho prédio da Rua do Passeio: apertado, sem espaço para crescer, sem um



Prédio atual da Biblioteca Nacional, inaugurado no dia 29 de outubro de 1910.

mínimo de conforto para os leitores, pesquisadores e funcionários. Mudar, simplesmente, não seria uma solução adequada. Precisava construir-se algo totalmente novo, feito sob medida para ser uma Biblioteca Nacional e não uma biblioteca qualquer e que, ao mesmo tempo, fosse uma construção bela, monumental, que impressionasse àqueles que ali procurassem o repositório do que de melhor existisse da cultura do país.

E assim foi feito. Quando da sua inauguração, o edifício, além de monumental e de projetar-se como uma verdadeira obra de arte arquitetônica, era provido de instalações e acomodações totalmente de acordo com as mais modernas exigências técnicas da época, desde as suas grandes estruturas até as minúcias, como podemos ler na *Justificação do Projeto* (com cópia

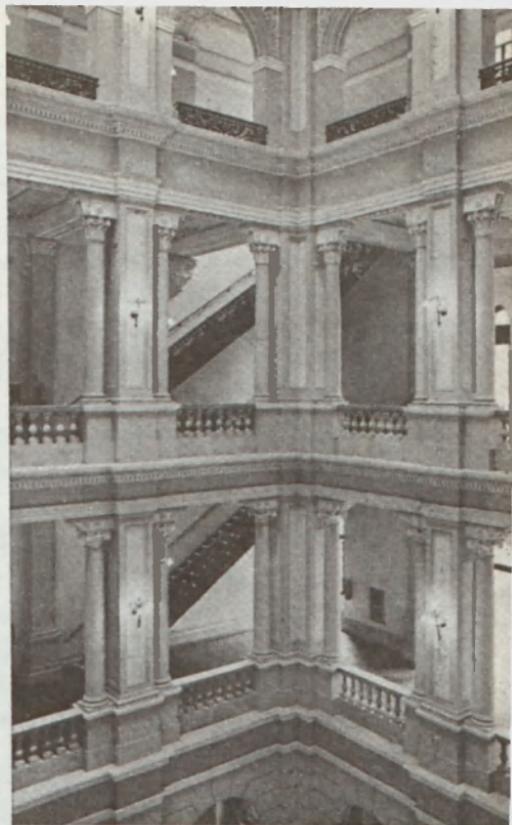
na seção de Manuscritos da BN), assinada pelo projetista, construtor e engenheiro general Francisco Marcelino de Souza Aguiar.

No item 1º das “Especificações” do prédio, Souza Aguiar sublinhava que “a construção projetada tem capacidade para *um milhão de livros impressos* e mais para todo o acervo de manuscritos, estampas, coleção numismatica etc., bem como salas de leitura e estudo para o público, divisões e gabinetes de trabalho para o pessoal da administração e outras dependências... para diversos serviços internos”. Nos itens 59 e 60, calculando a capacidade das prateleiras planejadas para cada depósito a ser construído, ele muda esse total para 1 599 000 livros impressos, mais os diversos itens supracitados. Hoje, como já dissemos, a Biblioteca Nacional é a 8ª maior do mundo, e tem um acervo aproximado de 9 milhões de peças, das quais 4 milhões são livros. Absurdo, diante do cálculo de Souza Aguiar, que previa lugar para 1 milhão e seiscentos mil livros? Não. Nas especificações do prédio, o engenheiro, como ele mesmo diz, referia-se tão-somente aos dois grandes armazéns, um de cada lado do terceiro andar do edifício, cada um deles com seis pavimentos internos. Depois, sempre à procura de mais espaço para comportar o crescimento contínuo do acervo, algumas das salas foram divididas, verticalmente, por mezaninos, divisões estas que quase duplicaram a sua capacidade. Por outro lado, está sendo também utilizada para a guarda dos livros raros a grande sala central que era prevista para salão de reuniões. Esta, assim como a sala de manuscritos e a de iconografia estão igualmente divididas por mezaninos verticais. Hoje, porém, 80 anos depois da sua construção, o prédio que foi calculado para acompanhar o crescimento do acervo por pelo menos 100 anos, como é dito pelo general Souza Aguiar, já está no seu limite. Ele errou por menos de vinte anos. Não é muito. O projetista não poderia prever que se multiplicaria tanto o número de escritores, de livros e de periódicos neste país.

O que mais importava era que se pensava em construir, enfim, um local planejado para abrigar uma biblioteca desse porte. Não se tratava mais de uma adaptação, de um paliativo. Em 1902, o Dr. Manuel Cícero reproduzia no seu relatório

palavras ditas ao Sr. Ministro da Justiça, Dr. Sabino Barroso Jr.: "Peço permissão para manifestar a convicção de que haveis de atender aos justos reclamos da Biblioteca, fazendo levantar o grandioso edifício que há de abrigar o maior tesouro bibliográfico da América Latina." No ano seguinte o Ministro, patenteando o seu interesse, convida e acompanha pessoalmente os membros da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados em visita à Biblioteca, e mostra aos presentes a situação precária em que se encontrava o edifício da Rua do Passeio. Enfim, o Governo tomava a decisão de construir o novo prédio. Faltava escolher o local. Pensou-se na Praça da

República, mas o Diretor contestou por achá-la impraticável. O prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, ajudado pelo urbanista Paulo de Frontin, fazia grandes reformas na cidade, alargando as ruas principais e rasgando novas avenidas, enquanto Oswaldo Cruz debelava no Rio a febre amarela. A sugestão vencedora foi a de que se levantasse a nova Biblioteca Nacional na recém-aberta Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco, junto com outros grandes edifícios que valorizariam a atual Cinelândia. Em 1905 era iniciada a construção, com a clássica festividade do lançamento de pedra fundamental, estando presentes o Presidente da República, Rodrigues Alves, e toda a cúpula do Governo. A ata comemorativa, especialmente desenhada pelo pintor Rodolfo de Amoedo e gravada em água-forte por Modesto Brocos, foi



Vista parcial dos corredores
(3º, 4º e 5º andares).

distribuída às pessoas mais importantes, junto com a medalha comemorativa de autoria de Augusto Girardet¹¹.

Tendo em vista a organização do novo espaço em construção, Manuel Cícero começou a programar a sua ocupação, sua divisão e os seus móveis, de acordo com as mais recentes técnicas utilizadas nas bibliotecas mais modernas. Para isso ausentou-se do país por oito meses (20 de março a 3 de novembro de 1907), visitando as grandes bibliotecas públicas dos Estados Unidos e da Europa, a fim de anotar o que lá havia de mais avançado e mais funcional e também de contratar, pessoalmente, o fornecimento de material adequado ainda inexistente no Brasil¹².

Em 1º de setembro de 1909, foi iniciada a transferência do acervo para o novo prédio, só terminada em 21 de fevereiro do ano seguinte, trabalho este minuciosamente relatado no Relatório de Diretoria de 1910¹³. As minúcias aí descritas não são meras figuras de retórica. Ao Relatório citado nada escapa, como, por exemplo, a marca e a potência do motor de um automóvel (transformado em caminhão), que fez 1 132 viagens para transportar, para o novo prédio, "em 140 dias, 7 270 caixões, além das gavetas com cartas geographicas e estampas avulsas, das machinas e mais material das officinas e de alguns moveis que não puderam ser substituidos, o que formou um total de 784 volumes ou pacotes a acrescentar aos caixões"¹⁴. Foi adquirido "um apparelho conductor de livros (*book-carrier*), semelhante ao que está em uso na Biblioteca do Congresso de Washington, um apparelho pneumático para transmissão de cilindros porta-mensagens, uma machina de limpeza pelo vacuo (...). O mobiliario metalico, fabricado pela Art Metal Construction Company, recebido em 1908, começou a ser montado em 1909, sob as minhas vistas, bem como aquelle que foi objecto de contracto effectuado a 23 de janeiro com Carlos Rayusford e foi fabricado pela Van Dorn Iron Works Company"¹⁵. Segue a lista completa e a descrição de todo o novo mobiliário, de origem norte-americana, "todo de aço esmaltado, com excepção das cadeiras, que teem base de ferro e a parte superior de madeira com assento de palhinha e o encosto forrado de couro"¹⁶. Foi instalada "a rede telephonica, 18 apparelhos Telephonicos



Vista parcial de um dos grandes armazéns de livros.

Ericsson e um centro de 30 linhas para a rede interna da Biblioteca”¹⁷. Foram encomendados a pintores famosos seis retratos a óleo, respectivamente: do Presidente Rodrigues Alves e seu ministro da Justiça José J. Seabra, que aprovaram a construção do prédio e lançaram sua pedra fundamental; do Presidente Affonso Pena e seu ministro Augusto Tavares de Lyra, que não deixaram que a construção sofresse interrupção; e do Presidente Nilo Peçanha e seu ministro Esmeraldino Bandeira, que levaram a obra até o fim e presidiram à sua inauguração, no dia 29 de outubro de 1910, às 3 horas da tarde, exatamente 100 anos depois, dia e mês, da instalação da Biblioteca no velho prédio do Beco do Carmo.

A propósito da mudança do acervo da Rua do Passeio para o atual prédio, que significou o transporte de mais de 400 mil livros, e mais todo o material acima descrito, ela se fez sem que houvesse qualquer interrupção na rotina dos leitores e pesquisadores que freqüentavam a Biblioteca. A mudança foi tão bem planejada e executada, que cada caixote de peças era colocado imediatamente no local definitivo do novo prédio, possibilitando aos usuários a continuação dos seus trabalhos sem solução de continuidade¹⁸. É muito importante citar este fato, pois sabemos que, há cerca de um ou dois anos, uma repartição governamental parou totalmente todos os seus serviços, por mais ou menos seis meses, para transportar 40 mil livros, de um prédio para outro, apesar de toda a moderna tecnologia corrente nos nossos dias. Esta comparação é citada tão-somente para sublinhar a capacidade de trabalho, a criatividade e o esforço quase sobre-humano do Dr. Manuel Cícero e da sua equipe, aparentemente impossível de serem imitados.

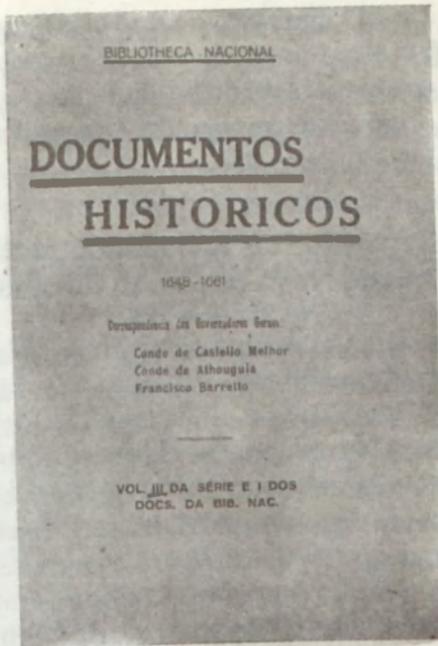
"Documentos Históricos." A Biblioteca continua com o seu programa de publicações

Em fevereiro de 1924 Manuel Cícero deixa a direção da Biblioteca e assume a Reitoria da Universidade do Rio de Janeiro, hoje chamada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Seu substituto foi Mário Behring, que permaneceu no cargo até 1932. Historiador e jornalista, Behring deu início à publicação da série intitulada *Documentos Históricos*, que chegou a ter 110 volumes e está hoje totalmente esgotada. Seus volumes, pelo valor histórico que contêm, são altamente valorizados entre os colecionadores de obras raras. Em 1935 foi publicado o 110º e último tomo dessa obra extraordinária. Ela foi, com certeza, um dos grandes momentos da Biblioteca Nacional, na sua missão de colocar nas mãos dos pesquisadores uma documentação raríssima, muitas vezes única, essencial para a compreensão de importantíssimos fatos da nossa história. Não é por falta de outros documentos de igual valor que a série não teve continuidade; não é por não reconhecer o seu valor que esses cento e dez volumes não são reeditados. Os dois primeiros

volumes dos *Documentos Históricos* foram publicados pelo Arquivo Nacional. A partir do terceiro, a Biblioteca assumiu a sua publicação. Tecnicamente, esses livros apenas publicam os documentos, em transcrição (não em fac-símile), sem qualquer comentário, a não ser uma breve introdução que os coloca no seu contexto. A Biblioteca Nacional está devendo aos pesquisadores, sejam eles historiadores, sociólogos ou economistas, uma reedição dessa obra e a sua continuação, publicando outros inúmeros e preciosos documentos guardados no seu acervo.

Nos oito anos da gestão de Mário Behring foram publicados 19 volumes da série *Documentos Históricos*.

Mas, foi na gestão seguinte, de Rodolfo Garcia, que a publicação dos *Documentos Históricos* bateu o seu recorde: 70 volumes. Vários deles dedicados à documentação até então inédita da Revolução Pernambucana de 1817, com introdução do grande historiador José Honório Rodrigues. Essa gestão, aliás, foi de incrível fertilidade em matéria de publicações históricas. Foram também entregues ao público diversos volumes referentes aos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* e os *Anais da Biblioteca Nacional*, que há 12 anos não eram publicados, alguns com vários tomos, perfazendo um total de 20 tomos. Nos seus últimos quatro anos de diretoria, Manuel Cícero descuidou-se dos *Anais*. E Mário Behring, talvez preocupado em demasia com a publicação dos *Documentos Históricos*, relegou os *Anais* a completo esquecimento. O exemplo de Rodolfo Garcia, porém, não foi seguido. O seu sucessor não publicou um único volume, deixando, mais uma vez, o ônus para o diretor seguinte.



O mandato de Rodolfo Garcia se estendeu de 1932 até 1945. Foi um tempo de graves crises para o Brasil, o que reverteu em problemas de difícil solução para a Biblioteca. Foram 13 anos de orçamento minguado e de grandes reviravoltas políticas e ideológicas no país.

Revolução em São Paulo, Intentona Comunista, Estado Novo (ascensão e queda)

Neste título está o resumo de todo o mandato de Rodolfo Garcia. Ele dirigiu a Biblioteca já sob os rescaldos da Revolução de 1930, quando o presidente da República, Washington Luís, foi deposto pelas forças vindas do Sul, sob o comando de Getúlio Vargas, até a queda do Estado Novo, em 1945. Entre esses dois extremos, não era de se esperar que o Governo tivesse muita disposição para atender às reivindicações da Biblioteca, por mais justas que fossem, uma vez que era a própria crise institucional do país o que mais o preocupava. Entre 1932 e 1945, houve a Revolução Constitucionalista de São Paulo, os movimentos considerados subversivos de 1935 e 1938, a implantação do Estado Novo em 10 de setembro de 1937 – com a sua interminável seqüência de atos ditatoriais –, os cinco longos anos da II Guerra Mundial – que tantos transtornos trouxeram ao Brasil –, e a queda e liquidação do Estado Novo, em 1945. Mesmo assim, Rodolfo Garcia conseguiu recompor o prédio, reestruturar os cursos de Biblioteconomia – seguindo modelo proposto por Josué Montello e que ainda funcionavam no recinto e sob a responsabilidade da Biblioteca –, proceder a uma reforma administrativa (por Decreto-Lei de 24 de julho de 1944), muito criticada, aliás, pelo seu sucessor, por achá-la insuficiente e pouco prática, organizar a Seção de Referências e, sobretudo, dar vida nova à Seção de Publicações, como há pouco vimos.

Esse mandato de Rodolfo Garcia, por ter sido longo, pagou um pesado tributo. Estamos ainda muito perto dos fatos, faltanos o recuo necessário que faz a sua triagem, muitos dos personagens dessa época ainda estão vivos, muita coisa permanece obscura. Não existe uma documentação escrita que esclareça as conexões, os desgostos, as acusações, os comentários que cor-

riam e ainda correm, já esmaecendo, pelos velhos, sombrios e belos corredores da Casa. Uns só fazem elogiar a gestão de Rodolfo Garcia e do seu sucessor, Borba de Moraes, mesmo fazendo a ambos algumas restrições: de caráter técnico em relação ao primeiro, de caráter psicológico em relação ao último. De qualquer maneira, parece que o seu afã pela pesquisa e pelas publicações levou Rodolfo Garcia a esquecer um pouco (muito, demais, dizem uns) o aspecto administrativo e técnico da Biblioteca. Em alguns detalhes e até em coisas bastante graves, a sua gestão passou, ao longo do tempo, a revelar um certo cansaço. Falhas na organização interna, um certo *laissez-faire* em relação à disciplina, uma dose de desleixo no tocante à classificação e catalogação dos livros... foram-se acumulando no correr desses 14 longos anos de mandato, ainda agravados, certamente, pelas seqüelas deixadas pela ditadura Vargas. Não podemos deixar de mencionar, também, um fato novo, recente, nessa época: a disseminação dos cursos de Biblioteconomia que, ao lado de todos os elogiáveis progressos da especialização, foi também início e causa de um certo corporativismo, às vezes, exagerado. E o corporativismo, como quase todos os fatos sociais, tem o seu lado bom e o seu lado... menos bom. Os bibliotecários passaram a tomar consciência do seu valor e a exigir uma presença mais forte na administração das bibliotecas, inclusive da Nacional, o que é bom. Mas o bibliotecário Edson Nery da Fonseca certamente extrapolou, quando escreveu e publicou, em jornais de grande circulação, que só um bibliotecário poderia ser diretor da Biblioteca Nacional. E aproveitou o ensejo para interpretar à sua maneira explosiva e parcial a ausência de Relatórios de Diretoria entre os anos de 1944 e 1971: "Infelizmente, a partir de 1944, os *relatórios* deixaram de ser publicados, talvez pela vergonha de revelar ao público detalhes de uma decadência lamentável, bem como a desídia dos diretores e a omissão dos governos."¹⁹ Houve um grave desleixo, é certo, em relação ao necessário cuidado com os livros antigos, raros, sendo que vários deles, por descuido, se perderam ou ficaram irrecuperáveis. E houve também um lamentável esquecimento em escrever relatórios. Mas não podemos, certamente, falar de "vergonha" e de "decadência lamentável", quando sabemos que, nesse período,

a Biblioteca cumpriu brilhantemente outra parte da sua missão e foi dirigida por alguns homens de grande valor, que fizeram de sua passagem por esta Casa um marco na cultura brasileira. Citemos, entre outros, José Honório Rodrigues, Eugênio Gomes, Celso Cunha e o bibliotecário Rubens Borba de Moraes, que mesmo sendo bibliotecário, e famoso, não escapou da sanha do articulista, uma vez que administrou a Biblioteca justamente entre 1945 e 47. Infelizmente, porém, grande parte dos problemas internos que passarão a perseguir a Biblioteca, doravante, terão muitas vezes como ponto nevrálgico esse tipo de corporativismo exacerbado, exacerbado e pouco construtivo. O bibliotecário é antes de tudo um técnico; um diretor da Biblioteca Nacional é antes de tudo um administrador e um elo entre a instituição e a sociedade. Nada impede que um bibliotecário seja um bom político, assim como nada impede que um bom político, um bom administrador, um intelectual, possa dirigir uma biblioteca, cercando-se de uma boa equipe de bibliotecários e de outros técnicos que lhe dêem um eficiente assessoramento. Isto, porém, nem todos aceitam pacificamente. E o endurecimento desse aspecto menor do corporativismo tem sido ocasião de muitas lutas internas que só fazem prejudicar o bom andamento da Biblioteca. Não, entretanto, a ponto de fazê-la parar, ou de se desviar do seu ideal.

Borba de Moraes, um rito de passagem

Rubens Borba de Moraes (1899-1986) foi o primeiro bibliotecário a assumir a direção da Biblioteca. Sua gestão tem sido muito questionada, não tanto pelo seu perfil cultural, cujo valor é indiscutível, mas por suas atitudes políticas e administrativas. Segundo alguns testemunhos, foi ele o iniciador do preconceito corporativista na instituição.

Com a reforma introduzida por Rodolfo Garcia, em 1944, Borba de Moraes, ex-diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, foi nomeado para chefiar uma das duas Divisões da Casa, cargo estranhamente intitulado de *Preparador*. Espírito combativo, bibliófilo quase fanático, autor de obra de valor internacio-

nal sobre bibliografia e obras raras, Borba de Moraes, poucos meses depois que tomou posse desse cargo, escreveu um relatório confidencial ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, ao qual, no momento, estava ligada a Biblioteca. Era março de 1945, ainda não tinha terminado a II Guerra Mundial, e vigia a ditadura Vargas. Esse relatório ficou conhecido como "o relatório secreto". Não nos cabe discutir a estatura ética desse tipo de relatório, sobretudo quando em tempos de ditadura. Hoje, o famoso "relatório secreto" está guardado na Sessão de Manuscritos, e foi publicado, 30 anos depois, na *Revista de Biblioteconomia* de Brasília (2 (1) jan/jun 1974). É o relatório de um técnico experiente e competente e, ao mesmo tempo, de um homem apocalíptico e destruidor de reputações²⁰. Apresenta uma minuciosa análise dos problemas que afligiam a Biblioteca e uma série de propostas positivas para a sua reforma.

Borba de Moraes ficou apenas 13 meses como diretor da Biblioteca Nacional: de 21 de dezembro de 1945 a 15 de fevereiro de 1947. Terminara a II Guerra e o Estado Novo chegara ao fim, sob pressão dos militares. Assumia o Ministério o Dr. Raul Leitão da Cunha, que, confiando nos planos de reforma do Preparador, demite Rodolfo Garcia e coloca no seu lugar o próprio Borba de Moraes. Em seu primeiro Relatório de Diretoria, em 1946, também não divulgado, o novo diretor resume em cinco pontos o fundamental do seu plano de ação:

"1º – reorganização técnica de todos os serviços; 2º – início de uma recatalogação de todo o acervo, baseada em normas e princípios universalmente adotados; 3º – criação de serviço especial para livros raros; 4º – limpeza e desinfecção dos livros; 5º – reforma do prédio e instalação nova para o público." Tirando proveito de conhecimentos adquiridos quando exerceu o cargo de diretor da Biblioteca das Nações Unidas em Nova Iorque, conseguiu, através da Rockefeller Foundation, sem qualquer ônus para o Tesouro Nacional, "três notáveis especialistas da American Library Association e da Rockefeller Foundation, que, com dedicação e eficiência, trabalharam conosco dia a dia, perscrutando e analisando os mínimos detalhes da Biblioteca Nacional, resultando daí um acabado plano para todos os seus serviços". Um desses técnicos americanos, espe-

cialista em catalogação, encarregou-se de treinar os bibliotecários da Casa nos métodos mais atuais dessa disciplina. Do lado brasileiro, Borba de Moraes teve a ajuda de Sérgio Buarque de Hollanda, "cuja compreensão das necessidades da Biblioteca Nacional e alto espírito público nunca serão demasiado enaltecidos", e também do escritor e crítico Josué Montello e do laureado historiador José Honório Rodrigues. Josué Montello, já em 1944, por solicitação de Rodolfo Garcia, havia planejado uma reforma de base nos cursos de Biblioteconomia.

Quanto aos cinco pontos do plano de Rubens de Moraes, dois deles merecem comentário à parte, por terem sido realmente necessários e inovadores: a catalogação do acervo e a criação de um serviço especial para as obras raras. Quanto à reorganização dos serviços (item 1º), sua reforma consistiu quase simplesmente em ter ampliado o quadro de funcionários de maneira mais funcional, de que resultou o aumento do número de Divisões, de duas para seis, e do número de Chefias, de quatro para dezoito. Dando aos chefes de divisão o título de diretores, Rubens Borba de Moraes fez com que, pela quarta vez, desde a sua fundação, fosse modificada a denominação do mais alto cargo da Biblioteca, que, para não ser confundido com os diretores de divisão, passou a chamar-se diretor-geral. Borba de Moraes foi, portanto, o primeiro diretor-geral da Biblioteca Nacional.

Quanto ao 2º item, deve-se reconhecer que, de fato, a catalogação e classificação do acervo estavam paradas e o trabalho já efetuado era impreciso e seguia métodos heterogêneos. Com o auxílio dos técnicos americanos foi adotado o Método Dewey de Classificação e Catalogação, recatalogada uma acentuada quantidade de livros e refeito um bom número de fichas antigas.

Obras raras: glória de uma biblioteca, motivo de suas preocupações

Uma das maiores riquezas da Biblioteca Nacional são as obras trazidas de Portugal por D. João VI e as suas primeiras aquisições, no início do século XIX. E, temos de reconhecer, uma das grandes falhas das gestões anteriores a Borba de Moraes foi



Vista parcial da Seção de Obras Raras e do Gabinete da Diretoria.



Selo de Gutenberg, reproduzido de um Incunáculo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Bíblia de Mogúncia, 1462. Encadernação moderna no estilo do século XVI (Seção de Obras Raras).

a de não terem organizado um serviço especial e especializado para zelar por elas. São obras raras, em dois sentidos: pela sua quantidade (de um tempo em que a reprodução dos escritos era difícil, lenta, cara e, portanto, sempre feita em pequenas quantidades) e pelo fato de serem muito antigas (constituindo uma fonte de dados autênticos de eras remotas).

A antiguidade faz dessas obras um motivo de grandes preocupações: com o tempo se tornam frágeis e exigem muito trabalho, muito zelo, muita paciência e acurada tecnologia para que não pereçam, para que continuem legíveis. Um dos especialistas norte-americanos contratados por Borba de Moraes era o Dr. William Jackson, diretor da Hough Library, da Universidade de Harvard. Eis como ele descreve as obras raras da Biblioteca Nacional (transcrevemos o texto sem correções):

"Os livros raros agora de propriedade da Biblioteca Nacional, são sem dúvida, mais numerosos e mais preciosos que os pertencentes a qualquer outro país da América Latina. Não somente a coleção de literatura brasileira e de história, incluindo as publicações europeias e as do Brasil, é mais completa que as das demais bibliotecas públicas da América Latina, como no que concerne às coleções gerais da história da América Latina, principalmente as publicações sul-americanas, fora o Brasil, são ultrapassadas apenas pela coleção Medina, na Biblioteca Nacional do Chile. Além disso, nenhuma outra biblioteca nacional da América Latina possui tantos e tão valiosos livros sobre a História de Portugal e Espanha, literatura dos séculos XVI e XVII, ou livros impressos na Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, no século XV. Até o legado recente da biblioteca do rei D. Manuel a Portugal, era pouco provável que alguma biblioteca de Portugal possuísse coleção tão bela de livros portugueses dos séculos XVI e XVII, como a que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. As coleções de manuscritos são ricas não só no que se refere à História do Brasil, pois, na rica coleção de "Angelis", são encontrados inúmeros documentos de suma importância para as histórias da Argentina, Uruguai e Paraguai. Também me parece que as coleções de livros sobre explorações sul-americanas, impressas em Portugal, Itália, França, Espanha, Alemanha, Inglaterra e Holanda nos séculos XVI e XVII, são

maiores e de maior valor que as pertencentes a qualquer outra biblioteca nacional latino-americana."

Este tesouro estava guardado de maneira inadequada e sujeito a condições climáticas mais favoráveis aos insetos e aos invisíveis fungos do que à conservação de velhos papéis. A umidade natural do Rio de Janeiro também exigia um cuidado todo especial, nem sempre na ordem do dia. O Dr. William é patético:

"O Estado atual de muitos livros valiosos e insubstituiveis é tal, que se não forem cuidados imediatamente, dentro em breve estarão completamente perdidos. Em muitos deles o papel está deteriorado e mofado, comido por traças e outros insetos; enquanto que muitas das ricas encadernações - eu contei nada menos que cinqüenta e quatro impressões diferentes de brazões da família real portuguesa-brasileira - estão rasgadas e apodrecendo. Já é impossível uma completa restauração à sua condição original, mas pôde-se rehaver muito ainda, se feito imediatamente e se o Governo brasileiro estiver com vontade de despender uma importancia consideravel."

O Dr. William não vê solução na própria Biblioteca: "talvez seja mais expedito e mais econômico mandar os livros para a Inglaterra ou França para serem restaurados..." E não são somente o clima, as colas utilizadas, os fungos, o desleixo, o tipo de papel e do couro que caem sob a afiada e destruidora espada do doutor norte-americano. Ele confia ainda menos no pessoal: "Quanto ao pessoal, com exceção de muito poucas moças agora trabalhando nos departamentos de Aquisição e Catalogação, não encontrei ninguém que tivesse os requisitos de conhecimentos profissionais *ou ao menos vontade de aprender.*" Que num país pobre e subdesenvolvido não se encontrasse ainda conhecimentos técnicos suficientes para conservar obras tão frágeis, até que se pode compreender. A solução seria relativamente fácil: importação do material e treinamento do pessoal técnico. Mas o Dr. William não acredita nisso. Ele não encontra no pessoal da Biblioteca nem os conhecimentos profissionais nem - o que é mais grave - "*vontade de aprender*". E vai ainda mais longe, no seu radicalismo: "creio não exagerar quando digo que se podia reunir um pessoal melhor se se pudesse pegar as primeiras

quarenta pessoas adultas encontradas passeando na Avenida Rio Branco, em frente à Biblioteca Nacional, a qualquer hora do dia". Compreende-se por que Borba de Moraes não publicava os seus relatórios... e não os deixava cair nas mãos dos seus funcionários.

Hoje, quase 50 anos depois, visitamos a seção de Obras Raras da Biblioteca e lá vemos milhares e milhares de livros e de incunábulos em regular, bom e ótimo estado de conservação. Todos os funcionários são brasileiros e não consta que alguma dessas obras tenha feito a viagem recomendada pelo Dr. William à Inglaterra ou à França. O Dr. William mentiu? Foi apenas exagerado, apocalíptico nas suas conclusões? Como sói acontecer em inúmeros pareceres dados por técnicos do Primeiro Mundo, o Dr. William também acreditava no caráter irrecuperável das civilizações tropicais e subtropicais? O mais plausível, talvez, seja concluir que o especialista norte-americano acertou no diagnóstico (pois, realmente, algumas de nossas obras raras estavam em péssimo estado), mas errou na receita. Por via das dúvidas, mostramos o relatório do Dr. William à Dra. Beatriz Helena da Costa Nunes, bióloga, chefe da Divisão de Conservação e Restauração (DCR) da Biblioteca Nacional, e pedimos a sua opinião sobre o mesmo e perguntamos o que se faz, na Casa, para conservar esses tesouros. Sua resposta, por escrito, é um verdadeiro ensaio que, infelizmente, por ser muito longo, não podemos transcrever na íntegra. Vale a pena tentar resumi-lo, para que o leitor fique a par do essencial.

Num primeiro tópico, a Dra. Beatriz Helena já nos traz uma surpresa, para nós que não somos biólogos: é que o *Dorcatoma bibliophagum*, um ínfimo bichinho especializado em degradar bibliotecas e arquivos, não foi uma descoberta do Dr. William, mas, sim, de um médico baiano, o Dr. Pedro Severiano de Magalhães, em 1905. "A notícia parece não ter interessado a muita gente, nem sensibilizado as autoridades. Em que o metabolismo de um coleóptero poderia alterar o curso da história?" O fato é que, enquanto os responsáveis dormiam, sobre o leito da irresponsabilidade, o *Dorcatoma bibliophagum* continuou, em plena liberdade, a se alimentar de livros e de documentos, destruindo informações e patrimônios escritos. O Brasil é o

Exemplos do trabalho do laboratório de restauração da Biblioteca Nacional



antes



depois

paraíso do *Dorcatoma*, que se dá muito bem num país “com grande parte do seu território situada em região tropical ou subtropical, marcada por temperatura elevada e alto índice de umidade relativa do ar (péssima combinação para conservação de acervos bibliográficos)”. De há muito, entretanto, começou a caça ao *Dorcatoma*, à umidade, à elevada temperatura e a outros espantalhos: “um trabalho conjunto de especialistas de ambientação, conservadores/restauradores, entomólogos, microbiologistas e bibliotecários”. A Biblioteca Nacional, talvez um pouco atrasada em relação a outros importantes aglomerados bibliográficos do Primeiro Mundo, por motivos óbvios, não se perdeu porém nessa luta. Pelo contrário, não fugiu ao modelo clássico e internacional: “fases iniciais de inércia; fases intermediárias



antes



depois

artesanais e empíricas; fase recente técnica e científica". Estamos hoje nesta terceira fase. Dois relatórios deslancharam o processo: o do Dr. William e um outro, feito em 1970 pela diretora-geral Jannice Monte-Mór. Peritos da Biblioteca foram ao exterior se especializar; as obras raras, assim como os manuscritos antigos e o acervo iconográfico foram separados em salas especiais e em estantes arejadas; novos instrumentais foram adquiridos; laboratórios foram montados; especialistas de renome mundial foram chamados a visitar a Biblioteca e a dar o seu parecer teórico e prático; apelou-se para uma ajuda concreta a organismos de conservação e preservação internacionais. Hoje, a participação de peritos da Biblioteca Nacional em seminários e congressos, nacionais e estrangeiros, muitas vezes para dar aulas, é uma rotina. E os resultados não se fizeram esperar: "montada uma estrutura mínima inicial, que evoluiu e recebeu várias denominações no decorrer do tempo, a atual Divisão de Conservação e Restauração tem as seguintes funções: supervisionar

programas, implementar projetos e executar atividades direcionadas para a preservação bibliográfica, com atendimento prioritário para o acervo da Biblioteca Nacional". O trabalho aí feito e desenvolvido tornou-se padrão, em que pese o pessimismo doentio do Dr. William: "prestamos assistência e informação técnica a instituições culturais; emitimos pareceres; promovemos treinamento; desenvolvemos pesquisas em conformidade com a política de preservação". Duas unidades operacionais encabeçam esses processos: o Laboratório de Restauração e o Centro de Conservação e Encadernação. Ainda são fomentadas as rotinas de elaboração de pesquisas bibliográficas e/ou análise bibliológica das obras encaminhadas para restauração, a fim de que sejam preservadas as características históricas de produção dos documentos. Um longo e estafante trabalho de preservação segue também o seu curso, de acordo com o velho ditado que diz ser melhor e mais fácil prevenir do que remediar. O DCR desce a minúcias que muitas vezes espanta aos leigos. Por exemplo, quando um livro antigo tem de ser encadernado ou reencadernado, é feito, no Laboratório de Restauração, um estudo histórico do material usado na sua origem, por técnicos especializados, a fim de que a sua recuperação se processe da maneira a mais autêntica possível. Nada melhor como indicação do alto grau de competência e de eficiência da Biblioteca Nacional nesse particular, do que a criação do Planor (Plano Nacional de Restauração de Obras Raras), pela Portaria Ministerial nº 19, de 31 de outubro de 1983. Ao Planor, entre outras incumbências, compete "dar assistência técnica na instalação de laboratórios de restauração e promover programas de treinamento de pessoal"; "a harmonização de técnicas a serem seguidas na execução de projetos específicos de restauração"; "estabelecer padrões técnicos de serviço e de material a serem seguidos, e zelar pelo seu cumprimento em todo o território nacional".

A Dra. Beatriz Helena conclui: "depreende-se, portanto, que já detemos situação incomparavelmente melhor do que a visão apocalíptica do Dr. William Jackson, em 1946. Felizmente. Mas, ainda temos muito a caminhar. Dependemos principalmente de vontade política para dotar a DCR de estrutura digna da magnitude do acervo da Biblioteca Nacional".

Uma divisão de obras raras e publicações

Talvez o maior mérito da gestão de Borba de Moraes tenha sido o choque causado pelo relatório do Dr. William, que levou o diretor-geral a criar, imediatamente, um organismo especial que se encarregasse de fazer uma rigorosa seleção das publicações que coubessem tecnicamente dentro de definição de "obra rara" e de zelar por elas. Tratava-se, afinal de contas, do mais precioso patrimônio da Biblioteca e, em termos de preciosidades literárias, do maior patrimônio do Brasil. E assim foi criada pelo Decreto-Lei nº 8 679, em janeiro de 1946, a Divisão de Obras Raras e Publicações. A tarefa de dirigir uma divisão como esta não poderia ser entregue a qualquer um. Surgiu o problema: entregá-la a um bibliotecário ou a um historiador? Nem sempre as duas coisas estão juntas. Mas, podem-se juntar. E foi o que se fez: o bom senso levou Borba de Moraes, um bibliotecário, a entregar a diretoria da divisão ao grande historiador José Honório Rodrigues e a chefia da seção correspondente à bibliotecária Vera Leão de Andrade. O trabalho conjunto nos legou a magnífica coleção de obras raras que é motivo de tanto orgulho nosso e de tanta admiração de todos quanto a utilizam²¹.

A tarefa inicial da recém-criada Divisão de Obras Raras consistiu, portanto, em selecionar, separar e juntar num só lugar as inúmeras preciosidades espalhadas pelas diversas salas da Biblioteca, limpá-las, desinfetá-las, catalogá-las e acomodá-las em armários especiais. Esse trabalho se estendeu aos livros raros e também aos manuscritos. Para esta tarefa foram contratados, também, o historiador e paleógrafo Jayme Cortesão e mais três licenciados em História, que receberam "a incumbência especial de catalogar e classificar várias gavetas cheias de documentos até então desconhecidos, e conseguiram catalogar e classificar 13 241 peças", das 600 mil que se calculava existirem na seção. O mesmo trabalho se tentou fazer nas seções de Iconografia e Periódicos. O trabalho não ficou completo, pois não era possível fazê-lo em apenas dois anos, mas a semente tinha sido lançada e cabia às diretorias seguintes fazê-la crescer.

Ao contrário de Rodolfo Garcia, que tanto batalhou pela difusão das obras e das pesquisas da Biblioteca, pondo em dia



Acervo Iconográfico. Sala Aloísio Magalhães. Chamada de "Sala Museu" por conter os móveis mais antigos da Biblioteca Nacional.

os *Anais* e editando 70 volumes dos *Documentos Históricos*, Borba de Moraes não publicou um único volume dos *Anais* e os quatro volumes dos *Documentos Históricos* publicados durante o seu mandato já estavam prontos, tendo sido trabalho da diretoria anterior. No seu relatório de 1946, ele afirma “ter iniciado... mais uma publicação, a do *Boletim Bibliográfico Brasileiro*”²². Dos demais planos e projetos de sua lavra, um não foi sequer iniciado: a construção de mais um novo prédio para a Biblioteca. Parece que os motivos citados para tão grande e absurda tarefa não convenceram as autoridades. Como alternativa, os técnicos norte-americanos propuseram o aproveitamento dos jardins em torno do edifício atual para estender o seu espaço físico. Felizmente, mais uma vez, esta idéia caiu no esquecimento. Em 1973, o prédio, assim como os seus jardins, foi tombado pelo Patrimônio Histórico, livrando-os definitivamente de novas e impensadas investidas.

Dessa gestão ficou, além da Divisão de Obras Raras, a metodologia norte-americana de classificação e catalogação, mais moderna do que os velhos e já ultrapassados gabinetes de origem francesa.

Um hiato na história

Como já foi mencionado, de 1944 a 1971 não foram publicados os relatórios anuais de diretoria, o que vem a ser uma falha lamentável para a história da Biblioteca. Os relatórios de Borba de Moraes, aqui tantas vezes citados, foram apenas datilografados e, mesmo assim, todos eles confidenciais, para uso das autoridades. Não saíram nos *Anais*, que, aliás, ele também não publicou, sequer saíram em separata. Em 1948, o diretor-geral que o substituiu, o escritor Josué Montello, publicou o seu discurso de posse, intitulado *Problemas da Biblioteca Nacional*, com 23 páginas; uma publicação à parte, fora dos moldes e tradições da Casa. Não recebeu o título de Relatório de Diretoria, nem ficou nos *Anais* da Biblioteca. Nesse discurso, Josué Montello expõe os seus planos de desenvolvimento e intensificação das atividades ligadas à catalogação, à conservação e ao expurgo do acervo da Biblioteca e à divulgação das principais

peças iconográficas e à restauração das coleções preciosas. Em três anos de diretoria não fez outro relatório. Nada ficou documentado, portanto, a respeito de suas realizações.

A falta desses relatórios vem a ser uma lacuna muito sentida pelo historiador, que se vê constrangido a fazer apelo tão-somente à memória dos funcionários mais antigos, cujos depoimentos são, na maior parte das vezes, emocionais e contraditórios. Sabemos que não é fácil fazer a história do presente, devido ao excessivo montante de informações; paradoxalmente, a dificuldade se agrava ainda mais quando os seus protagonistas teimam, pelos mais diversos motivos, ou sem motivo aparente, em não fazer história.

Entre 1945 e 1971, o Brasil, por sua vez, continuou no seu longo e acidentado treinamento republicano, com altos e baixos bastante acentuados na curva representativa do seu anseio democrático. Em 1945, as Forças Armadas depõem Getúlio Vargas e a ditadura do Estado Novo; em 1946, é eleito Presidente da República o marechal Eurico Dutra; em 1947, é criada a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, iniciando-se, então, no dizer de Darcy Ribeiro, a grande caçada aos velhinhos para obrigar-los a ler não se sabe bem o que, enquanto as crianças e adolescentes continuam sem escola; em 1951, Getúlio Vargas reassume o Governo, dessa vez eleito pelo povo e não como ditador. Aí, surgiu um incrível paradoxo: Getúlio inicia talvez o mais democrático governo do Brasil até então, e os mesmos militares que o depuseram em 1945 por ser ditador, tentam depô-lo, agora (1954), por ser democrata. Ele prefere o suicídio à deposição. Em 1956, foi eleito presidente da República o Dr. Juscelino Kubitschek, que mudou a capital do país para Brasília e, no meio das intermináveis discussões sobre o que seria e o que não seria transferido para a nova capital, "assumiu o compromisso público de não retirar do Rio a Biblioteca Nacional"²³. Parece incrível, mas existiu, realmente, um movimento para levar a Biblioteca para Brasília. Como se uma Biblioteca Nacional, sobretudo do porte da nossa, fosse algo sujeito aos ventos da política ou, até mesmo, visto o montante numérico do seu acervo, algo de transportável, estrada afora, sem necessidade, sem uma força maior que a impelisse, sem um outro Napoleão

Bonaparte a persegui-la, a fim de tê-la como espólio. Há quem fale – não pudemos ter comprovação – de intermináveis discussões, gravadas em fitas cassete, em que uma possível e absurda mudança da Biblioteca para Brasília teria levado políticos a uma verdadeira queda-de-braços, a defesas de interesses escusos, a palavrões e ameaças. Como dissemos, não tivemos acesso a essas fitas. Mas, como estudiosos da história pátria, não podemos deixar de acreditar nem que seja na verossimilhança desse relato.

Em 1961, Jânio Quadros foi eleito Presidente da República, renunciando sete meses depois, por motivos jamais revelados e que ele levou consigo para o túmulo. No mesmo ano, depois de várias peripécias, o Vice-Presidente João Goulart assumiu a Presidência. Assinou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e foi deposto, em 1964, pelos militares, quando tentava fazer, no Brasil, a reforma agrária. E foi, então, instituída a longa ditadura militar, a mais longa das nossas ditaduras explícitas, que iria durar 21 anos.

Durante esses 20 anos sem relatórios de diretoria, entre a saída de Borba de Moraes e a nomeação, em 1971, de Jannice Monte-Mór, o que aconteceu na Biblioteca? Sete diretores-gerais se sucederam, todos eles lutando contra dificuldades orçamentárias, contra a ingerência indevida das autoridades na gestão da Casa, contra o número sempre insuficiente de pessoal técnico e a consequente impossibilidade de levar avante, com a presteza e eficiência necessárias, as muitas vezes tímidas reformas programadas; e até mesmo de pessoal básico para serviços menores que exigem antes de tudo músculos para um tipo de trabalho manual de arrumação, de subir e descer escadas transportando livros pesados, de abrir e fechar pesadíssimas gavetas e arcizes de aço, carentes de manutenção.

Falamos de reformas. Uma Biblioteca Nacional, com o seu crescimento contínuo e tendo de acompanhar um processo internacional incessante, é um organismo vivo que está sempre em movimento, sempre lutando por adaptar-se a novas técnicas, a novas normas administrativas. Uma direção que pára no tempo é uma direção que se atrasa. É como um velho livro, uma obra rara: não basta um único tratamento. É preciso que ela seja

acompanhada dia-a-dia; ela só será viva se for motivo constante de preocupação e de atenções redobradas.

Nem todos os diretores tiveram uma atuação brilhante, nesse particular, porque nem todos perceberam que a Biblioteca é esse organismo vivo. Muitos, simplesmente, não a deixaram morrer. O que, afinal de contas, já é muita coisa. Uns marcaram sua presença pelas reformas administrativas, outros se dedicaram mais às publicações; uns, mais criativos, fizeram de sua administração um verdadeiro *happening*, enquanto outros se contentaram em assistir ao desenrolar da sua rotina.

Seja como for, em 1951 foi mais uma vez retomada a publicação do *Boletim Bibliográfico*, parado desde 1945; dos *Documentos Históricos*, que não sofreram solução de continuidade até seu volume 110 (1955), quando cessaram de ser publicados; foram realizadas inúmeras exposições de caráter educativo com material do acervo; foram ampliadas as obras dos laboratórios de microfilmagem e restauração; foi encomendado ao famoso arquiteto Lúcio Costa, em 1954,²⁴ o esboço de um edifício que serviria de anexo à Biblioteca, "nos termos da previsão do Regulamento de 1946" do diretor-geral Borba de Moraes (projeto que foi encaminhado ao Ministério da Educação, que o encaminhou ao DASP e do qual daí em diante não se teve mais notícias); foi remodelada a rede elétrica do edifício, seus terraços foram impermeabilizados contra as infiltrações causadas pelas chuvas, foi modernizado o sistema contra incêndio, compraram-se novas máquinas de ar condicionado e expurgo. Sob a direção-geral do filólogo e medievalista Celso Cunha (16-2-1956 a 27-4-1960) houve um incremento nas atividades culturais: exposições da BN no exterior (Madri, Lisboa, Granada etc.), o Festival do Livro da América, em colaboração com a Universidade do Brasil; colaboração no Simpósio de Filologia Romântica, com a Faculdade Nacional de Filosofia, e o I Congresso Brasileiro de Dialetologia, em colaboração com a Universidade do Rio Grande do Sul. Também nesse período foram incorporadas ao acervo obras valiosas, como uma coleção camoniana e a biblioteca do famoso antropólogo Artur Ramos, comprada à sua viúva. Trata-se de um acervo muito grande e valioso, que continua à disposição dos pesquisadores de uma obra ainda não totalmente estudada.

Em 1958, a Biblioteca comprou a grande coleção de música de Abraão de Carvalho, a maior coleção especializada em música da América, composta de mais de 17 mil peças, quase todas raras, com partituras e literatura musical dos séculos XVII e XVIII. A Biblioteca já possuía uma grande e seleta coleção de partituras, pertencentes à imperatriz Teresa Cristina e doadas à Casa por D. Pedro II. Esse riquíssimo acervo continuou a crescer com o arquivamento de enorme quantidade de partituras de músicas populares e clássicas doadas pelos próprios compositores ou por seus familiares, chegando hoje a mais de 70 mil peças. De simples Seção de Música, numa sala da Casa, o acervo atual ocupa parte do antigo prédio do MEC, e passou a se chamar Divisão de Música e Arquivo Sonoro, depois que se intensificou o arquivamento de discos e de fitas magnéticas.

Por ocasião do sesquicentenário da instalação da Biblioteca Nacional (1810-1960) e do cinqücentenário da inauguração do prédio atual (1910-1960), a Biblioteca organizou um programa cultural, dentro do país e em alguns países estrangeiros, digno de nota sob todos os aspectos. No país: Exposição Affonso Celso, no saguão da Biblioteca; Exposição do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Pernambuco; Exposição Frederico Chopin, com farto material manuscrito e iconográfico próprio, e Exposição de Incunábulos. Estas três últimas também no recinto da BN. No estrangeiro: exposição do Livro Brasileiro Contemporâneo, em Paris, em Praga, em Roma, em Assunção, em Utrecht (Holanda), em Nova Iorque e em Wisconsin. Foram instituídos diversos prêmios durante o ano do sesquicentenário: de Bibliologia, de Ecdótica e de Bibliopatologia. No tocante às publicações, segundo Elísio Condé, "o período da gestão de Celso Cunha ultrapassou o número de todas as administrações anteriores"²⁵. Coloquemos em destaque o grandioso *Catálogo de Incunábulos* (1957), terminado pela funcionária Rosemarie E. Horch. Como as comemorações do sesquicentenário eram planejadas para todo o ano de 1960, e Celso Cunha teve de deixar a direção da BN no mês de abril desse ano para assumir a Secretaria de Educação do Estado da Guanabara (atual Estado do Rio de Janeiro), o seu sucessor, o médico e escritor Elísio

Condé identificou-se com o seu programa e o levou a cabo. Realizou todas as exposições programadas e continuou o plano de edições em preparo, tendo publicado, em fac-símile, alguns álbuns com texto original e belas reproduções coloridas do acervo iconográfico da Biblioteca, entre as quais vale citar o *Álbum de Figurinos do Século XVIII* e o álbum *Beija-Flores do Brasil*.

Enquanto isso, na parte técnica e administrativa...

Não se pode afirmar que, sob o ponto de vista de eventos culturais e de publicações, esses vinte e poucos anos tenham sido estéreis. Dirigida às vezes por renomados intelectuais, porém sem a cancha do administrador, ou mesmo, reconhecendo tal carência, mas sem o cuidado de se cercarem de bons técnicos, a Biblioteca Nacional, sob esse aspecto, decaiu bastante. Uma biblioteca nacional, para receber, guardar, conservar e difundir a cultura de um povo, não pode desdenhar e muito menos menosprezar um trabalho de base, às vezes penoso e humilde, de tapar suas goteiras, caçar os seus fungos, fazer com que acendam as suas lâmpadas, brilhe o seu assoalho, deslizem bem azeitadas as dobradiças dos seus armários e corram livres e rápidos os desvãos da sua burocracia. Em 1971, no seu primeiro Relatório como Diretora, a bibliotecária Jannice Monte-Mór²⁶ relata com extrema clareza (crueza?) o descalabro administrativo com que se deparou, logo que assumiu a diretoria da Biblioteca:

- atraso no registro da contribuição legal;
- falta de tratamento técnico adequado das coleções;
- novo (endêmico?) atraso na publicação do *Boletim Bibliográfico*;
- lentidão e rotinas inadequadas ("6 (seis) anos de atraso no tratamento técnico da documentação até ser entregue ao usuário");
- "500 000 volumes em depósito desde os primórdios da instituição, que não haviam recebido ainda qualquer processamento técnico";
- "parte do acervo em estado de verdadeira calamidade", com 50% dos livros precisando de encadernação, 20% de restauração e mais da metade necessitando de lavagem química e

recomposição (“nenhuma providência verdadeiramente eficaz fora tomada contra mofo, fungos, poeiras, insetos, calor e umidade”).

Sob o ponto de vista da organização administrativa, as coisas não estavam melhores, pois submetiam-se a um organograma “não ordenado por critério lógico e funcional”: ambigüidade de serviços; seções criadas pela reforma de 1960 ainda sem atribuições definidas; inadequada localização de seções, dificultando o planejamento orgânico de serviços; um sistema de pessoal quantitativamente insuficiente e qualitativamente por vezes inadequado; falta de espaço conveniente para instalações de serviços, equipamento e acervo; *contribuição legal*, apesar de regida por decreto desde 1907, praticamente esquecida, uma vez que “os editores encaminham à Biblioteca Nacional apenas 20% do que se publica no país”²⁷.

Pelo que se pode perceber neste resumo, a tarefa que surgia à frente da nova diretora-geral era desmedida. Mesmo assim, ela a enfrentou com coragem e venceu em diversas frentes. E foi além: não deixou de enfrentar, também, o aspecto cultural da instituição. Antes de falarmos mais longamente do seu trabalho administrativo, façamos um resumo dessa segunda parte, aquela que se relaciona diretamente com a cultura.

Jannice Monte-Mór não se descuidou das aquisições de valioso material bibliográfico e iconográfico, nem dos programas de integração da Biblioteca no contexto cultural do país, através de cursos, de conferências, de exposições e da participação em congressos. A Biblioteca passou a integrar o Comitê Internacional de Diretores de Bibliotecas Internacionais, recebendo a honrosa incumbência de representar, no órgão, as Bibliotecas Nacionais da América Latina. Visando à preservação da produção jornalística do país, criou o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros (Plano), em 1978, que supervisiona uma rede nacional de microfilmagem; em sua gestão foram lançadas ainda as bases do *Formato CALCO* (“Catalogação Legível por Computador”), “uma metodologia a ser adotada em nível nacional, visando à compatibilidade de normas para a troca de informações em nível internacional”. Foi

mantido o ritmo da publicação do *Boletim Bibliográfico*, dos *Anais da Biblioteca Nacional* e dos Relatórios de Diretoria; foi criado o Centro de Documentação da Música Européia do Século XX, com a participação de diversos países europeus; implantou-se, também em 1978, o Sistema ISBN, de numeração internacional do livro, que beneficia autores e editores e, enfim, para atender ao alto índice de solicitações dos usuários por informações relativas à legislação, foi instalado na Biblioteca um terminal de processamento de dados ligado diretamente ao Sistema do Senado Federal, em Brasília.

Mas, como já dissemos, no terreno da administração é que a luta se tornaria mais difícil. Ciente de que a quantidade e grandiosidade dos problemas não poderiam ser tarefa para uma só pessoa, e exigiriam o auxílio de verdadeiros especialistas, a diretoria solicitou, em 1971, a assistência técnica da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Rio de Janeiro. Aos especialistas da FGV caberia fazer um estudo abrangente da situação da Biblioteca, um estudo crítico e que estivesse acompanhado de um esquema detalhado de soluções práticas. Através do Escritório de Reforma Administrativa, foi assinado um convênio com a FGV, em 9 de março de 1972, sob o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. O acordo previa que os técnicos se comprometeriam, também, a deixar a Biblioteca capacitada para implantar e desenvolver, de maneira auto-suficiente, os projetos e soluções encontrados.

Depois de vários meses de intenso trabalho, foi elaborado um diagnóstico preliminar pela Assistência Técnica, "uma verdadeira radiografia da instituição, pois caracterizava nitidamente a situação real da Biblioteca Nacional, registrando minuciosamente e demonstrando a situação técnico-administrativa da entidade"²⁸.

A partir desse diagnóstico foram indicadas as soluções e levantadas as linhas de ação, resumidas em cinco projetos: *Projeto 1* - Organização administrativa; estrutura organizacional; *Projeto 2* - Organização do sistema de pessoal; *Projeto 3* - Espaço físico; *Projeto 4* - Racionalização do trabalho; *Projeto 5* - Sistema de planejamento.

Quanto ao Projeto 1, tentou-se a montagem de uma estrutura condizente com princípios administrativos de acordo com as mais modernas técnicas biblioteconômicas, visando a uma adequação melhor entre a estrutura e a finalidade da instituição e reformulando grupamentos que estavam criticamente inoperantes ou fora dos padrões. Seriam, dessa maneira, sanadas graves falhas funcionais, como, por exemplo, a já notada incapacidade de a BN competir com outros sistemas semelhantes, o que levava "outros órgãos afins a assumirem trabalhos e atividades que competiriam à BN, no campo da biblioteconomia e da documentação"²⁹; a confusão de funções de seções e de divisões, que prejudicava o atendimento aos leitores; o excesso de burocracia que congestionava o fluxo de informações e de serviços; a duplicidade de funções que levava à confusão e à inação; a auto-suficiência de certos setores, com infra-estrutura própria e normas de procedimento particulares, o que é absolutamente incompreensível numa instituição desse tipo.

O sistema de pessoal – Projeto 2 – obteve propostas de melhor aproveitamento funcional, melhor equilíbrio salarial, reciclagem técnica, ampliação e enriquecimento de certos cargos ("técnico em documentação aglutinando os cargos de bibliotecário e documentarista, que têm a mesma formação profissional (...) técnico em editoração aglutinando os campos de preparador de texto, redator e revisor, tendo em vista que os três cuidam do texto, em grau de maior e menor complexidade"), tudo coroado com intenso programa de treinamento.

O Projeto 3 previa o aumento racional do espaço físico calculado para que a Biblioteca pudesse expandir-se "por um período de 50 anos" e a redistribuição da área interna existente "visando a descongestionar o atual fluxo de trabalho e racionalizar a disposição das seções"³⁰. A Assistência Técnica calculava um aumento de espaço de cerca de 4 mil metros quadrados para atingir esse objetivo. Em Exposição de Motivos nº 0252, de 3 de agosto de 1978, à Presidência da República, assinada pelos ministros da Educação e Cultura (Euro Brandão) e da Justiça (Armando Falcão), foi proposta a demolição do prédio ocupado pela Justiça Federal, ao lado da Biblioteca Nacional, e a construção de um outro edifício, do qual a Biblioteca ficaria com um espaço relativo a 30% da área total e o restante seria ocupado

pelo Tribunal Regional Eleitoral, a Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a Procuradoria da República e a Justiça Federal. Ressaltava o documento dos senhores ministros que o prédio a ser demolido não estava tombado pelo Patrimônio Histórico e que a Caixa Econômica Federal prontificava-se a financiar a construção. O processo foi avistado no Ministério da Fazenda e depois, em 12 de fevereiro de 1979, na Caixa Econômica Federal, e foi enfim arquivado na própria Presidência da República, em nome de interesses mais urgentes. Tentou-se, também, o aproveitamento de um galpão situado no bairro de São Cristóvão, cedido à BN pelo Instituto Nacional do Livro, que poderia servir, mesmo precariamente, "para armazenamento de duplicatas e alojamento da oficina de encadernação". Depois de diversas reformas, uma parte desse galpão foi efetivamente ocupada com duplicatas da BN e com parte do acervo do Conselho Federal de Cultura³¹.

O Projeto 4 procurou racionalizar as rotinas de trabalho da BN, "dando prioridade ao fluxo seguido pelo livro desde sua entrada, sob qualquer forma de aquisição, até a colocação nas estantes, para ser utilizado pelos leitores"³². Complementarmente, o projeto objetivava a viabilidade da aplicação das técnicas de automação e/ou simplificação dos registros em uso e a racionalização do sistema de encadernação. Foram estabelecidos fluxogramas de rotinas e uma minuta de "manual de processamento do livro".

O Projeto 5, enfim, englobava dois pontos: o primeiro fixou "diretrizes e avaliou recursos para a criação de um sistema de controle do acervo bibliográfico da Biblioteca", e o segundo "se referiu à catalogação, classificação e restauração".

Nem tudo, porém, foi conseguido. A gestão de Jannice Monte-Mór durou quase toda a década de 70 (1971-79) e, como ela mesma escreve, algumas metas foram alcançadas, outras não. Comecemos pelos êxitos:

- a implementação pelo menos parcial da pretendida reforma administrativa; tombamento do edifício-sede pelo IPHAN, em 1973, e sua recuperação física; implementação da microfilmagem visando à preservação do acervo; desenvolvimento do Formato CALCO, depois transferido para a Fundação Getúlio Vargas por descuido ou falta de interesse do seu sucessor;

inventário do acervo de periódicos e processamento por computador do catálogo correspondente; inventário das diversas seções e divisões de referência especializada, pela primeira vez realizado na BN, seguindo metodologia moderna e previamente testada; instalação de telex e do terminal de computador Prodasen; implantação no Brasil do Sistema ISBN; designação da BN, pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, como Biblioteca depositária das fitas magnéticas do Projeto MARC-II³³.

Não podemos deixar de mencionar, ainda, que nessa década foram desenvolvidas importantes pesquisas nas áreas de conservação e restauração de documentos (com a participação de técnicos estrangeiros e nacionais, como as que tiveram a participação de biólogos-químicos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) e também na área histórica. A década em que Jannice Monte-Mór dirigiu a Biblioteca Nacional ajudou, de maneira muito significativa, na recuperação da imagem da instituição. Três dos seus projetos, porém, Jannice não conseguiu ver realizados, segundo ela mesma reconhece: o aumento do espaço físico da Casa, o aumento do quadro de pessoal, tanto técnico quanto auxiliar, e a autonomia administrativa da instituição.

NOTAS

1. *Anais*, v. 26, pp. 519-20.
2. *Anais*, v. 33, 1911.
3. Dias, Antônio Caetano, *O Ensino da Biblioteconomia no Brasil*, 2^a ed., IPASE, Rio de Janeiro, 1956, p. 32. Ver também *Anais*, v. 38, 1916, p. 366. Os cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional foram assumidos pela UNIRIO (Universidade do Rio de Janeiro), em 1973.
4. A *Bibliografia Brasileira* publica, trimestralmente, a produção literária do país.
5. Grande parte dessas conferências foram publicadas, na íntegra, nos *Anais*: v. 35 (1913), 38 (1916) e 40 (1918).
6. Bittencourt, Feijó, *Vida de Manuel Cícero Peregrino da Silva*, Rio de Janeiro, MEC/SD, 1957.
7. A Lei nº 496 e as Instruções de 11 de junho de 1901 estão reproduzidas nos *Anais*, v. 33 (1911), pp. 357-61. A legislação atual sobre registro de obras é exposta de maneira didática em Willington, João, *Manual de Registro de Obras Intelectuais*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1991, 32 p.

8. Francisco I (1494-1547) foi um grande mecenazgo. Fomentou as letras e as artes e sustentou o movimento renascentista francês. Entre os benefícios prestados por ele à cultura francesa podemos destacar a fundação da Imprensa Nacional e do até hoje famoso Collège de France.
9. *Op. cit.*, p. 43. O Decreto 1 825 se estende também a folhetos, revistas, jornais, obras musicais, mapas, plantas, planos, estampas e selos. Considera "obras diferentes" e, portanto, como caindo sob a obrigação do Depósito Legal, "as reimpressões, novas edições, ensaios e variantes de qualquer ordem".
10. *Anais*, v. 41-42, 1919, pp. 327-28. Aproveitando a viagem, esses mesmos funcionários foram incumbidos de captar, por onde passassem, "vistas, retratos de pessoas notáveis, medalhas, manuscritos litterarios e publicações officiaes" para enriquecer o acervo da Biblioteca. Por decisão do Ministério da Fazenda, as Delegacias Fiscais foram avisadas de que deveriam abrir os seus arquivos a esses emissários, e lhes permitir escolher o que pudesse interessar à Biblioteca Nacional. De São Paulo e de Minas Gerais foram trazidos todos os documentos do século 18, de valia exclusivamente histórica, que estivessem sob a guarda das mesmas repartições; de Ouro Preto vieram "quatro codices e varios documentos d'entre os muitos que se encontram na antiga Casa dos Contos" (*Id., ib.*).
11. *Anais*, v. 33, 1911, p. 395.
12. *Anais*, v. 31, 1909, Relatório da Diretoria, pp. 677-78.
13. *Anais*, v. 32, 1910, pp. 765-69.
14. *Anais*, *ib.*, p. 768.
15. *Anais*, *ib.*, p. 770.
16. *Anais*, v. 33, 1911, p. 387. Parte desses móveis originais, inclusive as cadeiras aí descritas, encontra-se hoje na Sala de Iconografia, no 2º andar da Biblioteca, por isso chamada de "sala-museu".
17. *Anais*, *ib.*, p. 390.
18. Bittencourt, Feijó, *op. cit.*, p. 63.
19. In *Rev. Bibliotecon.*, Brasília, 2(1) jan/jun 1974, p. 91.
20. Alguns exemplos: a Biblioteca Nacional "principiou a decair há cerca de vinte anos, e em particular no último decênio" (p. 94). "Noventa por cento do pessoal da Nacional é imprestável" (p. 100). Pede ao Ministro uma solução drástica: "1. aposentar todos os funcionários com mais de 30 anos de serviço; 2. transferir para repartições públicas todo o pessoal inadaptável" (p. 105).
21. José Honório Rodrigues, que em 1952 foi por dois meses diretor-geral interino e cujo currículo como historiador poderia encher várias páginas, e outras tantas se quiséssemos nomear todas as sociedades científicas nacionais e internacionais de que foi membro, deixou sua marca na Biblioteca sobretudo pelas pesquisas aqui feitas e aqui mesmo publicadas. Como diretor de Obras Raras, soube aproveitar muito bem a proximidade de uma documentação ímpar, tendo incansavelmente pesquisado e publicado trabalhos de inestimável valor. A ele devemos, por exemplo, a preparação e os estudos introdutórios de diversos volumes da coleção

Documentos Históricos, inúmeros trabalhos publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional* e ainda diversos livros e artigos sobre história e historiografia brasileira.

22. Esta declaração é falsa. Borba de Moraes apenas mudou o nome de uma publicação iniciada em 1886, pelo bibliotecário João Saldanha da Gama. O *Boletim Bibliográfico Brasileiro*, que Borba diz ter iniciado, teve diversas denominações: *Boletim das Aquisições mais importantes feitas pela Biblioteca Nacional* foi o seu primeiro nome; em 1918, ele passou a ser denominado *Boletim Bibliographico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*; em 1946, Borba de Moraes lhe deu o nome de *Boletim Bibliográfico*; de 1984, até hoje, ele se chama *Bibliografia Brasileira*. Sua publicação é regida pelo Decreto nº 1 825, de 20 de dezembro de 1907 que, ao mesmo tempo em que manda que todas as publicações do país sejam enviadas à Biblioteca Nacional, obriga, em contrapartida, a Biblioteca a divulgar, através desta obra, o seu recebimento. Para maiores detalhes ver *Apanhado Histórico do Boletim Bibliográfico da BN*, de Maria Antonieta de Mesquita Barros, in *Boletim Bibliográfico*, 5: 1-3, jan/jun 1955; e de Jannice Monte-Mór, Prefácio ao *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional*, 18 (1): 5-6, jan/mar 1973.
23. *Guia da Biblioteca Nacional*, MEC, 1960, p. 15 (folheto publicado na gestão do diretor-geral Elísio Condé, que escreveu a sua "Apresentação").
24. Sendo diretor-geral o jornalista, poeta e crítico Eugênio Gomes.
25. *Guia da Biblioteca Nacional*, op. cit., p. 20.
26. *Anais*, v. 91, 1971, p. 363.
27. Ib., p. 364.
28. *Anais*, 1971, vol. 91, p. 367.
29. Ib., p. 257.
30. Ib., p. 263.
31. Logo depois, porém (em 1977), suas chaves foram requisitadas pelo Ministério da Educação e Cultura – como um empréstimo por apenas 60 dias –, e nunca mais foram devolvidas à BN, apesar dos seguidos protestos de sua diretoria, que sequer sabe que fim levaram as duplicatas lá armazenadas. (Jannice Monte-Mór, *A Biblioteca Nacional em março de 1979*, Relatório datilografado, p. 3.)
32. Ib., p. 264.
33. Ib., *passim*.

IV

Autonomia, uma Luta sem Quartel

Em 1912, Manuel Cícero clamava por um pouco de autonomia para poder melhor exercer o seu cargo de diretor da Biblioteca Nacional. Um dos seus grandes sonhos, nunca realizado, era constituir um conselho administrativo composto de pessoas livres e independentes em relação ao Governo, sem qualquer vínculo político, com as quais pudesse dirigir a Biblioteca de maneira autônoma. Em 1971, 60 anos depois, no seu último relatório, ao deixar a direção da Casa, Jannice Monte-Mór reconhecia ter fracassado na sua luta por maior autonomia administrativa. Mas o problema vem de mais longe. E não é mais do que o reflexo de uma situação histórica ligada à própria formação política e social do Brasil.

O Brasil é um caso típico de um Estado que nasceu e se formou antes da nação: e disso nos ficou, como uma herança, como uma tara, uma enorme subserviência em relação aos governos, uma eterna covardia em tomar decisões, uma falta de autonomia, enfim, que nos leva, insensivelmente, a deixar para os que estão em cima o ônus de resolver os problemas políticos e sociais, e até econômicos, e até individuais. Aureliano Chaves dizia, resumindo essa situação, que "o brasileiro ainda acredita

que o Governo é uma vaca leiteira alimentada no céu e ordenhada na terra". Acontece que os poderosos gostam dessa situação e sabem muito bem tirar proveito dela. Eles mesmos só se sentem bem quando conseguem concentrar em suas mãos todas ou quase todas as soluções. Quando a nação nasceu, tudo já tinha dono: capitâncias hereditárias, sesmarias, latifúndios, escravos, propriedades dos coronéis. E parece que o povo sempre gostou, ou desde cedo se acostumou com isso. Dispensa o ônus da responsabilidade. Por outro lado, quando parte desse povo percebe a diferença e ousa levantar a cabeça, é logo "pacificada" a ferro e fogo pelos "salvadores da pátria". A nossa história é pródiga desses fatos. De vez em quando aparece um líder – logo tachado de revoltado – pregando a liberdade, uma certa dose de autonomia, à frente de uma massa de reivindicadores: Tiradentes, Padre João Ribeiro, Frei Caneca, Antônio Conselheiro – todos mortos, todos perdedores.

Alguma coisa de positivo, porém, sempre fica. Ao ver a derrota dos seus exércitos malformados, maldirigidos, mal-equipados, diante das forças mais bem treinadas de D. João VI, em 1817, monsenhor Muniz Tavares escrevia, ainda otimista e esperançoso: "É já melhorado o escravo que não beija os ferros."

A Biblioteca Nacional está completando quase dois séculos de existência no Brasil. É mais de um terço da nossa história. Ela tem, também, trilhado todos esses caminhos. É quase um retrato nosso. No início, ela era do rei. Era dele. Propriedade particular. Dele e dos seus familiares e de sua corte. No Brasil, ela se democratizou, passou a ser pública e nacional. Mas o ranço ficou. Ela foi entregue ao povo, mas a ânsia quase doentia de poder, por parte do governo central, ficou encravada, não importando se o peso de suas botas atravancava ou não o seu progresso. O governo era o pai de todos, também da cultura de todos. Autoridade e paternalismo, irmãos gêmeos, farinha do mesmo saco.

Reinado, império, república velha, república nova, novíssima... as mudanças nem sempre foram para valer. É claro que o governo tem de pagar, tem de construir, tem de soltar verbas. Para isso ele cobra impostos. Mas, parece dizer ele, se eu pago, tenho de controlar; o dinheiro é meu (não é!), tenho o direito de

não apenas controlar, mas de mandar e desmandar. O Governo, continuando o pensamento de Aureliano Chaves, adora ser a "vaca leiteira" que sabe, quando quer, quando lhe convém, esconder o leite para não perder a pose.

"Quem manda sou eu e mais ninguém"

Repassemos um pouco os principais fatos dessa luta pela autonomia da Biblioteca Nacional. Vejamos como alguns governos chegavam ao extremo de serem ridículos no exercício da prepotência. E como uma crise maior, já em nossos dias (1990), forçou o governo a dar o primeiro passo no sentido da liberação dessa instituição. Para bem entender o processo, é preciso que se tenha em mente o que é a Biblioteca Nacional, um organismo com estreitas ligações internacionais, que, pelo seu tamanho, pela sua complexidade, pela necessidade que lhe é inata de acompanhar todas as mais modernas e sempre mutantes técnicas de administração, de classificação, de conservação e de recuperação, não pode ficar à mercê de leis, de decretos e de "avisos", sempre lentos e incompletos, de ordens e contra-ordens nem sempre dotadas de um grau suficiente de mobilidade. Alertamos, ainda, que todos os fatos que citaremos a seguir foram descritos nas páginas anteriores e estão fartamente documentados nos *Anais*, no *Diário Oficial da União* e em papéis depositados na própria Biblioteca. Apenas os colocamos sob um novo enfoque.

Quando pensamos que para a simples mudança do seu acervo de um andar para outro, nos fundos do Beco do Carmo, em 1810, foi necessário um decreto real¹; quando sabemos que foi preciso um novo decreto real para que a Biblioteca se abrisse ao público, em 1811; quando vemos o diretor frei Camillo de Monserrat sofrer a humilhação de uma reprimenda, por escrito, do Marquês de Olinda, em abril de 1863, por ter mandado encadernar alguns livros sem pedir a autorização expressa dessa autoridade – compreendemos a explosão do grande diretor Manuel Cícero que, em 1912, escrevia, referindo-se à Biblioteca Nacional: "Biblioteca e serviço oficial são coisas difíceis de conciliar." Em 1945, Borba de Moraes, então diretor, dizia:

"Quem estuda a história da administração da BN verifica que, em cento e trinta e cinco anos de existência, a grande falha de sua organização foi sempre a falta de autonomia, ou melhor, de métodos de administração peculiares ao tipo de serviço que deve prestar. Todos os seus diretores são unâimes em se queixar desse mal congênito." No Relatório de 1946 (p. 29), o mesmo Borba de Moraes desabafa: "A centralização exagerada, a burocracia absorvente, tornam inócuas toda e qualquer providência ou iniciativa que se pretende tomar. Medidas das mais simples e superficiais, mobilizam um sem-número de ofícios e despachos. Uma torneira que se quebra e inunda um cômodo do edifício demanda dias e dias de espera para o conserto, tanta é a quantidade de ofícios e informações necessários para se obter o banalíssimo conserto." Pior é quando essa centralização sai do âmbito das torneiras e afeta os grandes problemas de ordem administrativa, técnica e cultural.

A burocracia estatal sempre foi, em todos os países do mundo, a grande arma dos diversos escalões governamentais – dizem que sobretudo nos países de formação ibérica, como o nosso – para mostrar a sua presença, a sua onipresença e – por que não dizê-lo? – camuflar a sua ineficiência. Compulsando alguns dos documentos mais antigos referentes à BN, poderíamos fazer um verdadeiro e extenso colar de falsas pérolas, cada uma delas representando um ato inútil de interferência descabida das mais altas autoridades do país, do rei, passando pelos imperadores, até os seus regentes, presidentes, ministros, secretários, inventariantes e os mais variados escalões de seus prebostes, todos ansiosos por mostrar os seus quilos ou os seus gramas de autoridade, mandando, se mostrando, as mais das vezes emperrando o andamento das instituições. Algumas dessas pérolas: 20 de outubro de 1811: o diretor, Pe. Dâmaso, se sente na obrigação de pedir instruções a um ministro de S. A. o Príncipe Regente D. João sobre "a que pessoas possamos confiar livros dentro da... Real Biblioteca... e a quem é vontade de S. Alteza que se emprestem"; 22 de novembro de 1822: José Bonifácio acha necessário enviar ao diretor da BN, "como manda Sua Majestade o Imperador", ordens e normas para a confecção de um catálogo de duplicatas e para "a venda do que não

for necessário colecionar", acrescentando detalhes no mínimo ridículos, partindo de tão alto cargo: "distribuindo as mencionadas obras em lotes, formados promiscuamente das de maior ou menor estimação e cujo produto será applicado a beneficio da referida Bibliotheca"; do mesmo José Bonifácio, na mesma data: manda que a Biblioteca seja aberta aos domingos e feriados; 10 de dezembro de 1822: José Bonifácio assina solene e pomposo aviso, pelo qual "Sua Majestade o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império manda participar ao... Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda" simplesmente isto: que se façam tapar alguns buracos no telhado da Casa pelos quais "a chuva tem penetrado com grande risco de destruição dos livros"; para que se façam alguns reparos no edifício danificado pela queda de um raio, no dia 19 de abril de 1823, é preciso aviso do imperador, igualmente assinado por José Bonifácio, no dia 24 do mesmo mês; para se estabelecer o "ponto" dos empregados da Biblioteca, achou-se por bem, em 31 de outubro de 1827, que o Visconde de S. Leopoldo levasse o pedido da diretoria "à Imperial Presença", que o aprovou. No mesmo ofício o diretor solicita à Sua Majestade a demissão de dois empregados – "Sua Majestade Hé Servido que sejam despedidos o Amanuense José Gregório de Pontes e o Servente Thomas Pereira de Sousa". E assim por diante. Os ofícios e decretos se repetem, sempre fazendo ecoar o mesmo refrão autoritário e castrador de qualquer iniciativa. Até num mero recibo de algumas cadeiras recebidas pelo diretor frei Antônio de Arrábida, em abril de 1823, tinha de aparecer a marca do poder. Não se recebiam cadeiras sem autorização do Imperador! "Pela Especial Ordem e Augusta Determinação de S.M. o Imperador, recebi... 12 cadeiras de palhinha." Na República nada mudou. Só que em vez das solenes e majestáticas nomenclaturas, somos hoje brindados com siglas que, no fundo, não passam de outras tantas manifestações da mesma força castradora que regime algum consegue amortecer. Pelo contrário, está sempre mais robusta. Hoje ela é mais conhecida pela nossa burocracia. Como essa força é imortal, a única solução viável seria sair do círculo, cair fora da sua influência. Passemos novamente a palavra a Borba de Moraes: "Não resta a menor

dúvida de que as instituições culturais não podem se enquadrar estritamente dentro das normas burocráticas do serviço público federal. Uma biblioteca é uma instituição *sui-generis*, com necessidades específicas, funcionando com um pessoal técnico muito especializado, que dependem, muitas vezes, de reparo e de qualidade pessoais difíceis de se enquadrar pura e simplesmente dentro da classificação geral dos funcionários públicos. Tenho sempre dito e nunca me canso de repetir: as bibliotecas públicas, especialmente as nacionais, não podem funcionar sob o regime de repartição pública, entrosada ferreamente no organismo burocrático do Estado.”²

Na década atual (1980-1990), a luta não arrefeceu, apesar de a vitória parecer tão utópica quanto nos tempos do reinado e do império. Em 7 de junho de 1971, Jannice Monte-Mór enviou ofício ao governo propondo e apresentando minuta de lei, solicitando “a transformação da Biblioteca Nacional em órgão autônomo, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura”³. É que ela também sentiu na pele o peso do autoritarismo do Governo central, como podemos perceber à simples citação de alguns outros ofícios, em que necessitava do beneplácito desses senhores para cumprir meras rotinas administrativas: solicita redistribuição de funcionários para a BN (9-6-71); pede autorização ao ministro da Educação para contratar estagiários para treinamento na BN (29-6-71); solicita alteração do plano de aplicação de convênio a fim de atender a projetos prioritários como reparo nas instalações, recuperação do laboratório de microfilmes, encadernação de 500 volumes de manuscritos e compra de material (7-7-71); solicita permissão para contratar guardas para vigilância e proteção da BN, providências para inscrever a BN no Serviço Nacional de Telecomunicações e instalação de telex, providências para que possa nomear especialista para chefiar pesquisa em bibliopatologia – isso tudo no seu primeiro ano de gestão. Não podia um diretor-geral resolver sozinho esses problemas? A diretora-geral não cansou na sua luta em prol da autonomia administrativa e financeira da instituição, condições essenciais para melhor cumprir a sua missão e tornar mais ágil e eficiente o seu trabalho.

Pelo *status* adquirido pela BN dentro e fora do país, tornava-se cada vez mais difícil deixá-la à mercê de um rançoso

tratamento político-burocrático que não consegue captar suas reais necessidades; nem submetê-la à eterna disputa por pontas de verbas para suprir suas necessidades mais prementes; nem à humilhação de, a cada vez, ser obrigada a pedir permissão aos superiores para nomear ou substituir funcionários que se apontam ou morrem, ou, até mesmo, para demitir os faltosos; e, em se tratando de cargo eminentemente técnico e cultural, sumamente representativo, continuar a ver os seus diretores-gerais, assessores e diretores eternamente sujeitos às oscilações político-partidárias, interrompendo importantes projetos de trabalho com a queda de um ministro ou não podendo ser demitidos, se ineficazes, por empecilho meramente político-partidário. No relatório (não publicado) enviado ao diretor-geral do Departamento de Assuntos Culturais, em 15 de março de 1979, intitulado "A Biblioteca Nacional em março de 1979", dois meses antes de sua substituição na Direção Geral, por mudança de governo, Jannice Monte-Mór ainda bate na mesma tecla, mostrando que, nesse particular, sua luta havia sido inútil: "Por fim, mas não menos importante, aponto a situação equívoca de subordinação administrativa da BN, Órgão da Administração Direta da SEAC (antigo DAC) como das mais sérias dificuldades de funcionamento da Casa. Ainda consta, em anexo, o Doc. nº 4 - última reivindicação oficial da Direção da Casa, em agosto de 1978, através do Of. BN nº 525/78, onde, mais uma vez, se reivindica a autonomia para a BN (Proc. BN nº 191/79)."⁴

O começo da maior de todas as crises. O cipoal burocrático

Quase como se fosse uma revanche, em vez da necessária autonomia administrativa e financeira tão desejada pela maioria dos diretores e tão batalhada por frei Camillo, Manuel Cícerro, Borba de Moraes e Jannice Monte-Mór, o Governo Federal, com a reforma administrativa ministerial, que separava em dois o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, presenteava a Biblioteca Nacional com mais duas vinculações, mais dois pares de algemas: pela Portaria Ministerial nº 585, de 29 de outubro de 1981, a Biblioteca Nacional foi incorporada à Fun-

dação Nacional Pró-Memória, que, por sua vez, se incorporava à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A Biblioteca dos reis e dos príncipes passava a depender de uma Fundação, que, por sua vez, fazia parte de uma Secretaria. Segundo todos os depoimentos orais consultados, essa vinculação, em terceiro estádio, além de intempestiva, foi uma humilhação e um desastre para a Biblioteca Nacional. As intenções, como sempre, eram as melhores. Sendo ministro da Educação e Cultura o general Rubem Ludwig (estávamos em plena ditadura militar), foi alegada a necessidade de simplificação das estruturas desse Ministério, criando-se a Secretaria da Cultura, órgão central de direção superior, que assumiu duas subsecretarias: a Fundação Nacional de Arte (Funarte) e a Fundação Nacional Pró-Memória, e a esta se atrelou a Biblioteca Nacional. Como a Pró-Memória incluía uma enorme quantidade de outros órgãos governamentais, a briga por pontas de verbas passou a ser uma verdadeira guerra; o tão alentado sonho da autonomia foi reduzido a zero. No Regimento Interno da BN, aprovado em 30 de abril de 1982, pelo presidente da Pró-Memória, os poderes da diretoria-geral da BN reduziam-se a "propor à aprovação do presidente da Fundação Nacional Pró-Memória: a) os planos de trabalho e planos de aplicação de recursos que venham a ser alocados à BN; b) proposta orçamentária anual, elaborada de acordo com o plano aprovado...; c) relatórios parciais e anuais das atividades do órgão; d) modificações que se fizerem necessárias na estrutura administrativa do Órgão" (*Diário Oficial*, 12 de nov. de 1982). O diretor-geral perdia toda a sua autonomia, desta vez por força de Regimento: tudo o que ele podia fazer era propor. Tiravam-lhe toda a sua função cultural, toda a sua autoridade e todo o seu poder de representação. A fim de poder-se encaixar a BN nessa camisa-de-força e atualizá-la de acordo com as exigências dos países mais desenvolvidos (*sic*), foi escolhida, para diretora, Célia Ribeiro Zaher (1982-1984), que tinha experiência internacional, pois ocupava na UNESCO cargo de diretora de promoção do livro. Sua posse foi em 1º de fevereiro de 1982. Durante os seus dois anos de mandato, Célia Zaher conseguiu atualizar e melhorar a estrutura interna da BN, instalando a seção de Música e Arquivo Sonoro em local mais

apropriado; proporcionando aos funcionários treinamento de recursos humanos; restaurando o prédio; introduzindo efetivamente a automação bibliográfica através de trabalho cooperativo com a Fundação Getúlio Vargas (Sistema BIBLIODATA/CALCO); ampliando a sala reservada à Seção de Iconografia; criando o Plano Nacional de Obras Raras (Planor).

Com o apoio financeiro da CAPES, Célia Zaher pôde enviar técnicos da BN para fazer cursos e estágios em grandes centros internacionais de pesquisa em papel e restauração de obras, como o Laboratório de Restauração de Impressos da Bibliothèque Nationalle de Paris, a Biblioteca Nazionale Centrale de Florença, o de Roma, o Centro Nacional de Conservación y Microfilmación Documental y Bibliografía de Madri e o Colchester Institute, em Colchester, Reino Unido, e conseguiu trazer especialistas internacionais em conservação de documentos gráficos para darem outros cursos na própria Biblioteca. Outros cursos de aperfeiçoamento, na mesma área, foram dados por especialistas de institutos brasileiros e por técnicos da própria BN a funcionários de outros centros⁵. Os agradecimentos escritos pela diretora-geral, no último parágrafo do seu relatório de 1983, refletem, porém, nas entrelinhas, que o seu trabalho se deu, antes de tudo, à benevolência de pessoas que, nos diversos escalões do Governo, lhe deram mão, uma liberdade de ação e uma flexibilidade suficientes para que tomasse decisões objetivas – o que tem um ar de privilégio pessoal, mais do que de decisão. Nada disso é suficiente. O apoio efetivo a uma Biblioteca Nacional deveria ser uma rotina, sequer precisaria de agradecimentos. A boa gestão da BN não deveria ficar na dependência da boa vontade ou da diligência fortuita de políticos, por mais altos que sejam os seus escalões. A liberdade, já insinuava frei Caneca, não é um dom do Príncipe, é um direito dos povos.

O vaivém continua. A Biblioteca Nacional nunca foi tão humilhada

Esta situação não durou quatro anos, se tanto. Não se sabe muito bem a razão, mas uma nova Lei, esta de nº 7 624, de 5 de

novembro de 1987, Art. 2º, § único, desvinculou a Biblioteca Nacional da Pró-Memória. Para lhe dar mais autonomia? Não. A finalidade desta nova lei era simplesmente atrelar a Biblioteca a uma outra fundação, a Pró-Leitura. Para esses senhores fazedores de leis, uma Biblioteca Nacional era, como qualquer biblioteca, um lugar ao qual se vai procurar um livro para ler, e nada mais. É bem possível que nunca tenham entrado numa biblioteca nacional, daqui, ou de qualquer outra parte do mundo. E estávamos em plena ditadura militar: não se podia reclamar, sequer argumentar. Murmurava-se, apenas, olhando para os lados. Essa lei colocava a Biblioteca por baixo da Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen) e da Fundação Nacional do Cinema (FBC), que, por sua vez, figuravam, no organograma governamental, em pé de igualdade com a Pró-Memória. A Biblioteca não era uma fundação, não podia, portanto, se igualar com as demais instituições, muito menos se sobressair, nesse organograma.

Foi a mais dolorosa queda política da Biblioteca em toda a sua história. Para quem um dia foi a Real Bibliotheca... Saudades dos velhos tempos em que um buraco no teto, feito por um raio, movimentava os ministros que lá vinham, em nome de Sua Majestade o Imperador; saudades dos tempos em que as cadeiras da sala do diretor eram dádivas "paternais" de Sua Alteza Real...

De nada valeu à Biblioteca o fim da ditadura militar. Assumindo a Presidência, o senador José Sarney, por Decreto presidencial nº 95 674, de 27 de janeiro de 1988, aprovava o estatuto da Pró-Leitura, que foi o tiro de misericórdia nas pretensões autonomistas da Biblioteca. No seu capítulo I, sobre as finalidades da Pró-Leitura, assumia esta instituição atribuições antes ligadas diretamente à Biblioteca Nacional: estimular a publicação de obras culturais, programar e dar cursos de biblioteconomia etc. O Artigo 17 resolia que o diretor-geral da Biblioteca passa a ser nomeado pelo ministro da Cultura, porém, "mediante indicação do presidente da Pró-Leitura". O Regimento Interno da Biblioteca, aprovado em 22 de junho de 1989, no capítulo III, Artigo 8º, tirava toda e qualquer pretensão dos diretores-gerais da BN de gerir a instituição, pois submetia cada um dos seus

atos, no que toca a “dirigir, supervisionar, coordenar e orientar as ações institucionais da Biblioteca Nacional, internas e externas” à aprovação explícita da presidência da... Fundação Nacional Pró-Leitura. Isso não era apenas teoria. Era prática. Antes da aprovação desse regimento, talvez para prevenir veleidades de independência, o presidente da Pró-Leitura, o ex-embaixador Wladimir Murtinho, decidiu o muito pouco que o diretor-geral da Biblioteca podia fazer *sem a sua autorização expressa*: designação e dispensa para cargos ou funções de confiança; anotações em carteiras de trabalho; autorização para trabalho extra; aprovação para escala de férias; encaminhamento de licença médica e de maternidade⁶; concessão de dispensa a funcionários, a pedido⁷; constituição de licitações, homologação de seus resultados e adjudicação de fornecimentos⁸. Para fazer isto precisava alguém ser diretor-geral?

O diretor-geral da Biblioteca Nacional passava, deste modo, a ter direitos e autoridade não muito maiores dos que tem um chefe de seção do pessoal e de serviços gerais de qualquer empresa. E nada era mencionado no tocante às atividades culturais.

Um interlúdio estratégico

Façamos agora uma pequena pausa, deixemos de lado as peripécias da autonomia, e voltemos à rotina da Biblioteca.

A década de 1980 teve quatro diretores-gerais: Plínio Doyle (1971-1982), Célia Ribeiro Zaher (1982-1984), Maria Alice Barroso (1984-1989) e Lia Temporal Malcher (1989).

No seu Relatório de Diretoria de 1981⁹, Plínio Doyle declara: “A despeito das dificuldades, todas as divisões e serviços da BN vêm funcionando regularmente, graças sempre à habitual competência e boa vontade dos servidores da Casa.” A luta inútil para completar o quadro de pessoal continuou. Plínio Doyle enviou nada menos do que quatro ofícios à Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC) e mais seis outros ao Departamento do MEC solicitando permissão para o preenchimento de 159 cargos vagos na BN, em maio de 1980, que já eram 175 em junho e cresciam para 190 em agosto, mostrando com detalhes que

completar o quadro de funcionários era “uma das condições essenciais para que a BN pudesse prosseguir no atendimento aos leitores e na rotina... de suas tarefas”. Não foi atendido. Tomando a deixa de sua antecessora, tentou dar prosseguimento à expansão do espaço físico da Biblioteca. Como o prédio tinha sido tombado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e, portanto, o seu conjunto não poderia sofrer qualquer alteração, o diretor procurou levar à frente o projeto da Divisão de Edifícios e Instalações do próprio Ministério da Educação e Cultura, que previa o aproveitamento dos jardins laterais do edifício, construindo “quatro andares subterrâneos” de cada lado, do que resultaria uma nova área útil de 4 500m², e não mexeria em sua planta original, respeitando-se até mesmo os jardins, que seriam em seguida reconstituídos. Aumentava-se o espaço útil da Biblioteca e respeitavam-se as determinações do SPHAN. A firma Concremat Engenharia e Tecnologia S/A, após estudos de sondagem, achou o projeto viável (Processo BN-699/90). Já são passados onze anos, e não se falou mais no assunto. O Governo tem sempre algo de mais importante a fazer do que gastar dinheiro com a cultura.

Outro fato digno de nota nessa gestão foi a conclusão do inventário de obras raras, iniciado em 1976, quando, confrontando-se as fichas do catálogo com as preciosas peças guardadas, verificou-se que haviam desaparecido 246 volumes! Nas páginas 254-56 do vol. 101 dos *Anais*, há uma relação das principais obras sumidas, algumas, valiosíssimas, datadas dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Digna de nota foi também, nessa gestão, a devolução feita ao Arquivo Público do Paraguai, pela Seção de Manuscritos da BN, por ordem da Presidência da República, de numerosos documentos relativos à história daquele país, grande parte catalogada na Coleção Visconde do Rio Branco¹⁰.

Em 1984, assumiu a diretora-geral da Biblioteca Maria Alice Barroso, substituindo Célia Zaher. Já se falava em abertura política, ao cabo de 21 anos de ditadura militar. Já se ouvia falar de “democracia relativa”, o que, no fundo, não deixa de ser sinônimo de ditadura relativa.

Foi um ano que marcou a incorporação, pela BN, do Banco de Teses, antes de responsabilidade da CAPES, que já totalizava

cerca de 8 mil títulos (a Biblioteca guarda hoje mais de 40 mil teses; cerca de 500 teses são enviadas por mês pelas diversas universidades do país); a gestão anterior não teve interrompidas as suas metas, notando-se mesmo uma certa continuidade técnica e administrativa. Apesar dos clássicos problemas financeiros, agravados por um significativo corte orçamentário de 32% em janeiro de 1986, conseguiu-se dar prosseguimento a diversos projetos culturais e administrativos.

O Plano de Cargos e Salários foi outra decisão desastrosa da Pró-Leitura, uma vez que a maioria dos funcionários da Biblioteca teve o desprazer de se ver enquadrada em níveis não condizentes com o seu tipo de tarefa ou com o seu tempo de serviço. O acervo, sempre crescente, amplificava os problemas já prementes do espaço físico da Casa. Tentou-se resolver o grave problema das instalações de luz e força, mas um novo e ainda mais doloroso corte orçamentário (de 64,3%), no exercício de 1987, impediu qualquer avanço. Entretanto, foram publicados todos os volumes da *Bibliografia Brasileira* relativos aos anos de 1984, 85 e 86.

A dependência da Biblioteca em relação à Pró-Leitura, além de tirar da Diretoria-Geral toda e qualquer iniciativa relativamente às atividades-fins, minava, também, a própria autoridade dos dirigentes. Os funcionários se revoltavam com frequência, exigiam melhor enquadramento, melhores salários, condições mais condignas de trabalho, e a Diretoria-Geral, de mãos atadas, nada podia fazer. A distribuição de verba, única para toda a Pró-Leitura, era uma verdadeira guerra por migalhas, por sobras, jamais suficientes. A Associação dos Servidores da Fundação Pró-Leitura (ASPL) – não havia então uma associação de servidores da Biblioteca –, refletindo a angústia dos seus membros, não dava descanso à Diretoria-Geral, nas suas reivindicações. Tentou-se, de todas as maneiras, o enquadramento dos funcionários, mesmo dentro dos moldes férreos da Pró-Leitura, renunciando-se deste modo ao seu próprio *status*, mas nem isto foi possível. Até que, sentindo-se impotente diante das autoridades do país e ao mesmo tempo incomprendida pelos funcionários da Casa, a diretora-geral Maria Alice Barroso, que na prática não passava de uma simples chefe de

seção de pessoal, não por sua culpa, pediu demissão do cargo, em caráter irrevogável.

Em seu lugar ficou a diretora-adjunta Lia Temporal Malcher, que tomou posse em 25 de agosto de 1989. Desde o primeiro dia do seu mandato, Lia Temporal se esforçou por dar continuidade à luta iniciada pelo enquadramento dos funcionários no Plano de Cargos e Salários da Pró-Leitura, sem qualquer êxito. Tentava ela, simplesmente, assim como a sua predecessora, corrigir uma injustiça que já rolava desde 1986 e que se agravara desde 1988. Alegava-se a falta de vagas suficientes para incorporar corretamente o pessoal da Biblioteca naquela Fundação. Em outras palavras, a Pró-Leitura assumia a Biblioteca Nacional e não tinha vagas para os seus funcionários e muito menos competência para administrá-la.

O ápice da crise. Volta a preocupação com a autonomia

A situação acima descrita chegou a um grau tão surrealista e absurdo que, menos de dez anos depois, a reforma do general Ludwig e seus posteriores remendos foram derrubados. Dizem os filósofos que a realidade, assim como os conceitos, são essencialmente dialéticos, no sentido que, ao atingirem o seu ponto máximo, transformam-se nos seus contrários. Em outras palavras, quando uma bola de borracha desce até bater no chão, obrigatoriamente ela sobe. A não ser que já esteja murcha. Neste caso, se arrasta, até se imobilizar e parar, morrer. Nem sempre as intenções diretas das autoridades se cumprem, no jogo da história. Muitas vezes elas atiram em direção a um alvo, e acertam noutro. Foi assim que, no Governo Collor, a Lei nº 8 029, de 12 de abril de 1990 (*Diário Oficial* de 13 de abril) extinguiu, de um só golpe, a Pró-Memória e a Pró-Leitura, devolveu à Biblioteca Nacional "as atribuições, o acervo, as receitas e dotações orçamentárias da Fundação Pró-Leitura" (Art. 3º), e prometeu que o Poder Executivo, em decreto posterior, iria dispor sobre a sua estrutura e o seu quadro de pessoal (§ 4). Por outro lado, o Ministério da Cultura era reduzido a mera Secretaria de Estado, ligada à Presidência da República.

As resoluções posteriores prometidas demoraram a sair. Para a Biblioteca, readquirir pelo menos o seu *status* anterior era um desafogo. Prometia-se, até, a autonomia tão desejada, tão esperada. A princípio, entretanto, tudo não passou de um grande logro. Foram seis meses de uma espera longa e sobretudo terrivelmente dolorosa. A Biblioteca, ainda sem estrutura própria, e sem pertencer mais à Fundação Pró-Leitura, que tinha sido extinta, ficou totalmente indefinida dentro do organograma governamental. Um mês depois da famosa Lei 8 029, foi nomeado um inventariante com a missão de proceder à "reforma administrativa" do órgão. Chegando de Brasília, com plenos poderes, o inventariante tinha ordem, dada pelos mais altos escalões, de reduzir, aleatoriamente, 30% da lotação do seu quadro de pessoal. Ora, como tudo o que é improvisado, esta determinação não tomava em consideração alguns componentes do seu próprio contexto. Um deles é que havia uma Constituição em vigor, que garantia a estabilidade para todos os servidores públicos com mais de cinco anos de serviço. Criava-se um impasse. Com um bom jogo de cintura, porém, tal impasse não demorou a ser resolvido, com a criação de uma nova figura legal que tiraria o Governo do aperto: colocavam-se em disponibilidade os servidores protegidos pela Constituição e demitiam-se sumariamente os demais. Colocar em disponibilidade significava afastar o servidor da instituição em que trabalhava, sem, contudo, demiti-lo: ele ficava em casa, recebendo os seus vencimentos, à espera da aposentadoria ou de que outra instituição pública federal o avocasse para preencher alguma eventual vaga no seu quadro.

Não é fácil descrever o desespero causado por essa situação entre os funcionários da Biblioteca, nem a sensação de perigo que ela trazia para a própria instituição. Vimos, no correr destas páginas, que desde os mais remotos tempos, todos os prefeitos, zeladores, diretores e diretores-gerais reclamavam contra o número insuficiente de servidores. Plínio Doyle, em 1981, apenas nove anos antes, computava a falta, para os serviços essenciais, de pelo menos 190 servidores, número este que aumentava sempre, com as mortes, aposentadorias e demissões, sem que houvesse permissão do Governo para substituí-los. E, de repen-

te, vem uma ordem para afastar 30% do restante. O grande problema da Biblioteca não era o excesso, mas a escassez. Com o objetivo de sensibilizar o Governo, a própria direção da Casa, funcionários e amigos da Biblioteca mobilizaram-se numa luta que pretendia simplesmente mostrar que não se poderia "cortar o que estava faltando". Foram elaborados documentos e estatísticas que mostraram claramente que o corte de 30% do minguado pessoal da Casa a levaria fatalmente a fechar as suas portas, pela primeira vez, em mais de 150 anos, por faltar-lhe condições de atender ao seu público. Esses documentos foram distribuídos à imprensa e a pessoas influentes (parlamentares e representantes de organizações ligadas à cultura) e uma verdadeira campanha começou a se pôr em movimento pela proteção da Biblioteca Nacional. O seu ponto culminante foi um abraço simbólico ao prédio da Biblioteca, que reuniu um impressionante número de pessoas que tentavam, assim, demonstrar a sua preocupação com o futuro de uma instituição que sempre foi um dos maiores orgulhos da cultura brasileira. A imprensa noticiou com destaque esta manifestação. A Biblioteca Nacional, que tinha resistido a um incêndio, à invasão das tropas napoleônicas, a uma perigosa travessia marítima e a tantos contratemplos econômicos e políticos, corria o perigo de soçobrar diante de um Governo inepto.

Acreditando piamente que o motivo desse "enxugamento da máquina administrativa" devia-se realmente à necessidade de uma contenção de despesas, como era propalado pelo Governo, a direção da Casa, junto com a associação de funcionários (ASPL), na pessoa de sua presidente, Fátima Nascimento, apresentaram às autoridades federais uma proposta quase heróica: todos os servidores renunciariam a alguns benefícios, como, por exemplo, o tíquete-restaurante e o vale-transporte, enquanto as chefias abririam mão de suas gratificações, por tempo indeterminado, até que fossem resolvidos os problemas de caixa.

Verificou-se, sem tardar, que o problema não era financeiro. Era político. Tratava-se de uma promessa de campanha eleitoral. O Governo não pensava em reformas estruturais, em melhoramento do pessoal, na eficiência dos serviços. A ordem era, simplesmente, reduzir o número de funcionários, uma vez

que isto tinha sido prometido, de maneira demagógica, durante a campanha e tinha dado votos. Sequer se pensava numa seleção entre aqueles que seriam demitidos ou postos em disponibilidade. O "enxugamento" era e foi aleatório. E nesse "enxugamento" geral cabia à Biblioteca um lote de 30%. Já sob o mandato de um outro inventariante, a resolução governamental assim se desdobrava: devem ser demitidos ou postos em disponibilidade 30% de servidores ligados às atividades-fim e 70% ligados às atividades-meio. Depois de inúmeras reuniões de negociação, o novo inventariante se comprometeu a preservar, ao máximo, a área "fim" da Biblioteca. Isto é, o afastamento passaria a pesar sobretudo entre os funcionários da área administrativa. Não era uma solução, mas evitaria que a Biblioteca fechasse as suas portas, apesar de sufocá-la, de cortar ou reduzir grande parte do seu trabalho técnico e de sustentação estrutural, de segurança e até de limpeza.

Mas nem isto foi respeitado. Em seu pedido de demissão, apresentado no dia 3 de julho de 1990, ao então secretário da Cultura da Presidência da República, o Sr. Ipojuca Pontes, Lia Temporal Malcher lamenta que tenham sido afastados, de roldão, "servidores de altíssimo gabarito", cujo trabalho era essencial nos diversos setores em que agiam, até mesmo pessoas de renome internacional, "enquanto outros permaneciam em seus postos como se estivessem acima do bem e do mal". Foram demitidos ou postos em disponibilidade 163 pessoas de uma força de trabalho já insuficiente. Tudo isso sem que a diretoria fosse consultada ou emitisse qualquer opinião. A diretora-geral lamenta também ter sido limitado todo o seu trabalho à mera "administração de uma crise", sem autoridade, sem a confiança dos subalternos, cujos problemas não podia resolver e sem a confiança dos escalões superiores que agiam sem consultá-la. Em 16 de julho de 1990, o professor Ronaldo Menegaz, antigo funcionário, foi nomeado diretor-geral interino, em lugar de Lia Temporal, ficando igualmente de mãos atadas, sem também nada poder fazer, simplesmente à espera de dias melhores. Em suma, o propalado "enxugamento da máquina administrativa" do Governo, durante a campanha eleitoral do presidente Fernando Collor de Mello, foi aleatório, não pesou as competências,

não olhou para as reais necessidades das repartições públicas, foi simplesmente demagógico, eleitoreiro. E quase destruiu a Biblioteca Nacional. E tirou toda a autoridade dos seus dirigentes.

Enquanto isso, a presidente da ASPL tentava preservar ainda a lotação do quadro pessoal da Fundação Nacional Pró-Leitura, que, apesar de extinta, poderia ter o seu pessoal redistribuído, isto é, aproveitado em outras instituições carentes de servidores. Seria a única solução para não demiti-los.

Em suas idas e vindas a Brasília, para entrar em contato com parlamentares, ela conseguiu convencer alguns deles da importância da Biblioteca Nacional e o quanto valia a sua sobrevivência para a cultura do país. A autonomia administrativa da instituição talvez a livrasse de outras guerras, de outros incêndios, de outras travessias por mares perigosos e traiçoeiros. Retomando o exemplo que demos no início deste item, a bola nunca tinha estado tão perto do chão. E não estava vazia.

Um dos parlamentares que melhor entenderam a situação da Biblioteca foi o deputado Artur da Távola, de um partido que fazia oposição ao Governo Collor. Foi ele quem elaborou a emenda à Medida Provisória nº 151/90, que transformava a Biblioteca Nacional em fundação pública, outorgando-lhe autonomia administrativa e dando ao seu diretor-geral o título de presidente. Essa emenda foi apresentada como proposta do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) e teve sua aprovação por acordo de lideranças. Através do Decreto nº 99 492, de 3 de setembro de 1990, foi então criada a Fundação Biblioteca Nacional, isto é, a Biblioteca Nacional passava a ser fundação pública. O seu presidente não seria mais nomeado por um secretário de Estado, nem por um ministro, mas pelo próprio Presidente da República. Um mês e pouco depois, um novo decreto presidencial, de 13 de outubro (Artigo 1º, § único) traz a confirmação: a Biblioteca Nacional, a partir de então, "gozará de autonomia técnica, administrativa e financeira"; o seu presidente poderá "baixar atos *ad-referendum* de diretoria, nos casos de comprovada urgência" (Art. 12, item VI), "nomear os dirigentes do Gabinete, da Assessoria Jurídica e das Bibliotecas" (it.

IX), "praticar atos relativos a recursos humanos e à administração patrimonial e financeira" (it. III) e "indicar o diretor que o substituirá nas suas faltas ou impedimentos" (it. VII). Só quando se tratar de "convênios, contratos, acordos de ajustes que visem às atividades-fins", o Presidente da FBN solicitará a aprovação do secretário da Cultura (it. IX, § único). Além da Fundação Pró-Leitura, foi também extinto o Instituto Nacional do Livro (INL), passando a Biblioteca a englobar os dois. Em vez do INL, criou-se o Departamento Nacional do Livro (DNL), que passou a ser uma das novas diretorias da Fundação Biblioteca Nacional.

Como fundação, a Biblioteca deixa de ser esta Biblioteca, *neste* prédio, *neste* endereço, para ser a sede de uma instituição muito maior, mais ampla, mais complexa, enfim, uma instituição de âmbito nacional.

Nunca, em toda a sua história, a Biblioteca Nacional teve um *status* oficial tão elevado. Mas foi preciso que ela caísse tão baixo, que se pensou seriamente que tivesse chegado o fim.

Uma nova estrutura. Novas e maiores responsabilidades

No dia 22 de novembro de 1990, o professor Affonso Romano de Sant'Anna foi nomeado o primeiro presidente da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Sua posse foi no dia 6 de dezembro. Ele terá pela frente uma série de problemas que se vêm acumulando há vários anos e a perspectiva de uma Fundação que não é mais uma única biblioteca, porém um vasto esquema que inclui a Biblioteca Nacional, com toda a sua riqueza cultural e histórica, e esse projeto de abertura que envolverá todo o país. Ele terá, também, um grau de autonomia jamais conseguido por nenhum de seus antecessores, apesar do freio de um orçamento que o deixará ainda em estreita dependência em relação ao Poder Executivo e sob as ordens de um secretário de Cultura, com poderes de ministro¹¹ que, espera-se, será sempre uma pessoa plenamente aberta às necessidades culturais do país e dessa instituição extraordinária que é a Fundação Biblioteca Nacional. Trata-se, agora, de duas realidades: uma Biblioteca Nacional, sob o seu honroso aspecto de grande e valioso

Museu Cultural, com o seu invejável acervo de cerca de 9 milhões de peças, fisicamente determinado, delineado, situado em endereço certo e, ao mesmo tempo, uma instituição cultural que transcende a definição clássica da Biblioteca Nacional, de Museu do Livro, e quer ajudar a difundir a cultura num país de mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados e mais de 150 milhões de habitantes.

Esta missão não será fácil. Ao tomar posse, o presidente da Fundação teve de assumir a direção de uma Casa que, tendo cortados 30% do seu já minguado quadro de pessoal, via aumentada nos mesmos 30% a freqüência dos seus leitores e pesquisadores; enorme quantidade de livros e de jornais incorporados quase diariamente ao acervo jazia empilhada pelos corredores do 4º andar do prédio, enquanto milhares de teses recebidas das universidades atravancavam o *hall* do 3º andar; o telhado construído em 1910 deixava passar água de chuva, o que obrigava a cobrir com folhas de plástico arquivos, estantes, livros e máquinas; o sistema automático contra incêndio chega-va a disparar várias vezes por semana com os intermitentes alarmes de curto-círcuito nas instalações elétricas. O próprio prédio sofria as mazelas que lhe sobravam de um período de graves crises. Por sua vez, a situação econômica do país não dava azo para grandes vôos da imaginação criadora. A tudo isso adicionava-se, como escreveu o presidente da FBN, "o fato de a nova Fundação não ter prática nem estrutura para auto-administrar-se. Foi necessário construir todo um sistema praticamente do nada (...). Deste modo, o clima geral é que se estava começando do zero (...). Por isto, pode-se também dizer que o primeiro ano de vida desta Casa (como Fundação) foi não apenas de realizações mas também de aprendizagens"¹².

Toda uma nova estrutura administrativa teve de ser montada, para adaptar a Biblioteca à sua nova situação. Teve-se de pensar na Casa, no seu acervo, na sua parte técnica, na sua deterioração, e, nesse segundo aspecto, que lhe vinha como um presente dos deuses, mas que trazia no seu bojo uma imensa série de perspectivas desconhecidas: a missão cultural que tinha em vista o país inteiro. Como dissemos acima, não se trata mais

de apenas uma casa, de uma biblioteca, com endereço certo, na Cidade do Rio de Janeiro.

A primeira e mais fundamental mudança foi na própria forma de governo da instituição: a FBN passaria a ser dirigida por um órgão colegiado, cujas partes integrantes são a presidência e quatro diretorias, assim discriminadas:

1) Departamento de Planejamento e Administração (DPA), suporte para uma estrutura agora bem mais complexa e ambiciosa, e que parte quase da estaca zero, por ter sido a maior vítima do "enxugamento" do pessoal, e ter de organizar uma instituição praticamente nova.

2) Departamento de Processos Técnicos (DPT), responsável pela conservação e manutenção do acervo, através de:

Núcleos de Depósito Legal e de Projetos Especiais;

Coordenadorias de Preservação e de Serviços Bibliográficos (aquisição, catalogação, classificação, conservação e preservação do acervo documental e bibliográfico, incluindo-se aí todas as atividades de restauração e microrreprodução);

Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros (PLANO);

Plano Nacional de Restauração de Obras Raras (PLANOR);

Catalogação Legível por Computador (CALCO);

Bibliografia Brasileira.

3) Departamento de Referência e Difusão (DRF), base da Biblioteca sob o seu aspecto museu, guarda da cultura escrita, sonora e computadorizada do país, que age através de:

Coordenadoria de Acervo Geral, responsável pelas publicações seriadas, pelas obras gerais e de referência;

Coordenadoria de Acervo Especializado, que se compõe de:

Divisão de Música e Arquivo Sonoro;

Divisão de Obras Raras;

Divisão de Manuscritos.

4) Departamento Nacional do Livro (DNL), que conta com duas Coordenadorias:

Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas;

Coordenadoria de Promoção do Livro.

O DNL pretende ser, de certa maneira, a nova célula da Biblioteca Nacional, aquela a quem caberá o ônus de levar a termo suas atividades culturais externas. Através dessas duas coordenadorias, o DNL pretende promover a difusão do livro, publicando em fac-símile livros e outros documentos raros, necessários à pesquisa em outros centros; editando e publicando a produção cultural da própria Biblioteca; incentivando a criação literária nacional; estimulando a publicação dos grandes autores nacionais caídos em domínio público; apoiando e incentivando a criação, manutenção e aperfeiçoamento técnico de bibliotecas públicas; promovendo atividades culturais e serviços para incentivar o hábito da leitura; tendo presença ativa nas feiras de livros nacionais e estrangeiras, com a finalidade de divulgar e fazer traduzir os grandes autores nacionais. A Universidade brasileira também estará presente na Biblioteca Nacional, através do DNL, com núcleos de pesquisas em Literatura, Lingüística, História e Filosofia, compostos de professores universitários, que passarão a explorar o rico acervo corrente, de obras raras e de manuscritos antigos da Biblioteca¹³.

Por outro lado, a Biblioteca Nacional, que desde o ano de 1972, na gestão de Jannice Monte-Mór, vinha tentando desenvolver um projeto de informatização para os seus diversos serviços, entra agora de cheio nesse processo. Listar, inventariar e catalogar um acervo que se aproxima dos 9 milhões de peças, número este que não cessa de aumentar, somente será possível fazendo-se apelo aos eficientes meios oferecidos pela mais moderna tecnologia. Ao mesmo tempo, sempre pensando nos seus usuários, só com a informática será possível montar uma estrutura de acesso às demais bibliotecas do país e do mundo. Este plano está desenvolvido no apêndice nº 4 deste livro, onde o início e toda a evolução dessa entrada da Biblioteca Nacional na era da informática é mostrado e analisado.

A grande esperança é que se plantem e não morram as novas sementes de uma Biblioteca Nacional apta a entrar de cabeça erguida no ano 2000; e que esse projeto seja a semente de outros projetos que na certa virão; que cada crise seja simplesmente o momento para o encontro de novas soluções. Como sempre foi, no correr destes quase dois séculos.

NOTAS

1. Ver Decreto de 29 de outubro de 1910 - "Com a Rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor" — fac-símile, à página...
2. Borba de Moraes, Relatório, 1946 (datilografado) pp. 29-30.
3. *Anais*, vol. 91 (1971), p. 365.
4. Monte-Mór, Jannice, *op. cit.*, p. 3.
5. *Anais*, vol. 103 (1983), pp. 305-06.
6. *Decisão Executiva* nº 004, de 6 de junho de 1988.
7. *Decisão Executiva* nº 007, de 22 de dezembro de 1988.
8. *Decisão Executiva* nº 003, de 19 de abril de 1989.
9. *Anais*, v. 101 (1981), p. 248.
10. Proc. MEC - 216 454/80.
11. Antes mesmo de terminar de escrever esta página soubemos que, novamente, era criado, pelo presidente Itamar Franco, o Ministério da Cultura, e extinguia-se, consequentemente, a Secretaria de Cultura, que fora criada pelo presidente Fernando Collor de Mello. O primeiro novo ministro da Cultura é o escritor e filólogo Prof. Antônio Houaiss.
12. Sant'Anna, Affonso Romano de. *Relatório da Presidência*, 1991. In: *Anais*, v. 111, 1991.
13. Não tem sido, nem será fácil, o trabalho do DNL, sob esse aspecto de abrir as portas da Biblioteca. Dentro dela (e não é de hoje) continua a haver uma ala que não aceita pacificamente essa grande abertura para o público. Alguns funcionários nunca perderam o ranço de considerar a BN como o protótipo do museu à antiga, fechado e resguardado aos olhares leigos. É a eterna dicotomia que sempre existiu entre conservar e expor, entre guardar e deixar ver. Abrir as suas gavetas, os seus cofres, os seus arcazes, pensam eles, seria uma espécie de defloramento. A virgindade dos documentos raros e inéditos é para ser defendida a todo custo. Na década de 1980-90 aconteceu um fato muito significativo dessa mentalidade. Criou-se até um neologismo que ainda não consta nos dicionários — "inedicidade" — para resumir esse tipo de proteção absoluta aos documentos ainda... inéditos. Foi quando, por ocasião do centenário da abolição da escravatura, se instituiu uma Comissão Nacional, da qual participava a Biblioteca Nacional, a Casa de Rui Barbosa, a Fundação Palmares e outras instituições que possuíam documentos relativos à escravidão, para arranjar verbas e contratar pesquisadores para estudar esses documentos, publicar relatórios, catálogos, estudos especiais etc. sobre o tema. Os líderes daquela mentalidade restritiva tremeram nas suas bases e imediatamente imaginaram uma chusma de pesquisadores a invadir as intimidades da Biblioteca, a cascavilhar pelas gavetas, pelos cofres e pelos velhos arcazes, numa perigosa operação de defloração dos nossos mais esconços e íntimos arcanos. Passando do pensamento à ação, enviaram sem tardar um pedido à diretoria da Biblioteca solicitando uma atitude enérgica da mais alta autoridade da Casa em defesa da "inedicidade" dos documentos tão bem

guardados e escondidos e que jamais deveriam passar por mãos e olhos laicos. O pedido teve uma negativa à altura e nunca mais se falou do assunto. Mas fica o caso aqui registrado como marca de uma mentalidade antiquada que não morreu. Parece que está agonizando, mas, repetimos, não morreu de todo. No início do ano de 1991, a Presidência da FBN aprovou um plano do DNL que consistia em firmar convênios com universidades do Rio de Janeiro, para que professores pudessem fazer pesquisas dentro da Biblioteca. Ganharia a Biblioteca, pois teria um bom material para publicar e ganharia a universidade, que teria à sua disposição um riquíssimo acervo para pesquisar e treinar seus alunos e mestres. O projeto não foi bem aceito por toda uma facção da BN: "Nós sempre tivemos os nossos pesquisadores e nunca precisamos de gente de fora" – foi a reação de uma funcionária. Felizmente, porém, boa parte, talvez a maioria do pessoal não se tem deixado levar por essa mentalidade e a Biblioteca cada vez mais se abre a uma modernidade saudável que preconiza um trabalho de disseminação dos seus tesouros.

V

O Brasil e a Biblioteca Nacional. Por que o Brasil? Um Resumo

Pode parecer muito pouco tempo 180 anos para os países do Velho Mundo. Para nós é muito, é mais de um terço da nossa história. Nesse período, a Biblioteca Nacional viu o Brasil ser colônia de Portugal, viu sua Independência ser proclamada, já estava firme e consolidada quando foi abolida a Escravidão e quando caiu o Império e nasceu o regime republicano. A República – todos nós sabemos – ainda não encontrou o seu rumo certo, ainda tenta acompanhar o país e a nação no esforço por uma definição cultural, social e econômica. A Biblioteca tem, todo esse tempo, resistido, sofrido e... progredido, no mesmo ritmo, com os mesmos altos e baixos. Identificada com a Cidade do Rio de Janeiro, recebeu, do presidente Juscelino, ao transferir a capital do país para Brasília, a promessa solene de que jamais seria transplantada. Quando se diz que o Rio de Janeiro é a capital cultural do país, não há dúvidas de que a Biblioteca, já parte da paisagem, com o seu prédio magnífico, seus pesquisadores, o seu folclore, os seus mistérios, o seu acervo, é um dos motivos que validam essa afirmação.

A Biblioteca que aqui chegou, vinda de Portugal em 1880, era a Biblioteca Real, isto é – dentro dos moldes europeus –, era a biblioteca dos reis e dos nobres. Três anos depois, exatamente no dia 13 de maio de 1811, a pressão popular já obrigava D. João, príncipe regente e futuro rei do Brasil e de Portugal, a abrir as suas portas ao público, se bem que com a exigência elitista de uma permissão especial para cada um que a quisesse freqüentar. Passados mais três anos, caiu essa exigência, e a Biblioteca abriu francamente as suas portas. Não era mais a biblioteca do rei e da nobreza, era a biblioteca da cidade. Diríamos que a cidade democratizou a Biblioteca.

Alguns mitos têm cercado a chegada e a permanência da “Real Bibliotheca” no Brasil. Utilizando documentos fidedignos, já mostramos que sua permanência não foi um dom do príncipe, nem um presente de Portugal, mas uma compra, um ato comercial bem definido. E a sua vinda? Por que veio ela para o Brasil? Era a nobreza lusa, que fugia para cá, tão zelosa pela cultura que não podia ficar longe de sua “Livraria”? Ou já havia no Brasil uma tradição cultural que merecesse a guarda desse acervo, e que o pudesse utilizar com dignidade?

Com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, o Brasil assumia *status* de metrópole, consolidava-se o domínio britânico e, apesar disto, decretava-se a Abertura dos Portos brasileiros. Lisboa era ocupada pelas tropas francesas, enquanto a nobreza de Portugal, refugiada no Rio de Janeiro, deixava, discretamente, transparecer seus pendores e preferências francofilas.

As elites luso-brasileiras do Rio e de outras grandes cidades passaram a viver voltadas para a Europa. Não tanto para Portugal. Sobretudo para a França e bem menos para a Inglaterra. Fizeram vir uma Missão Francesa, sob a chefia de Lebreton, tendo sob suas ordens o arquiteto Grandjean de Montigny, o escultor Taunay e o pintor Debret, que grande influência iriam ter sobre o “academismo” brasileiro. Mas que foi uma generosa semente cultural.

O Brasil, porém, já possuía, há muito tempo, não somente na Corte, como também fora e longe das suas rodas, uma tradição cultural relativamente forte. A Corte portuguesa não encon-

traria aqui uma colônia tão ignorante quanto pensava, ou até mesmo desejava, uma *plebe ignara* simplesmente embasbacada diante de tudo o que chegava de além-mar.

Na música, por exemplo, o primeiro choque não foi dos colonos, mas dos europeus, quando o decadente músico da Corte lusa, Marcos Portugal, teve de passar por desagradáveis humilhações diante do gênio de um negro carioca, o padre José Maurício Nunes Garcia. Depois da humilhação veio a raiva, o ciúme, a perseguição, e o que Salieri nunca fez com Amadeus, Marcos Portugal fez em dobro contra o negro, que lhe era superior em tudo. Quando aqui aportou a Corte portuguesa, José Maurício, já com 41 anos de idade, estava em pleno apogeu e já havia composto as suas obras mais importantes.

Longe do Rio, nos confins das Minas Gerais, o barroco mineiro, florescente desde o século XVIII e ainda vigoroso no século XIX, apesar da inevitável e necessária influência européia, já mostrava um incrível desembaraço nas técnicas musicais e uma assombrosa criatividade. Os mulatos Lobo de Mesquita, Marcos Coelho Netto, Francisco Gomes da Rocha, Ignácio P. Neves e o padre João de Deus Castro Lobo – para só citar os que têm algumas de suas composições gravadas em disco – podem ser chamados sem exagero de gênios musicais. “O que foi escrito e executado na Capitania Geral de Minas Gerais durante o século XIX – no campo da música – alcançou cifras tão vultosas que não cabem na nossa imaginação”, escreveu o musicólogo alemão Curt Lange.

Era o período áureo da mineração e essa música nascia a par com admiráveis monumentos arquitetônicos – essas belíssimas igrejas, conventos, casas de fazendas e palácios barrocos – como um complemento natural. Quando D. João, com a sua nobreza e a “Real Bibliotheca”, desceram no Rio de Janeiro, o Aleijadinho e seus companheiros, mulatos e geniais, já eram artistas famosos, já haviam projetado, construído, pintado e enchido de belas imagens e delicadas talhas os lugares apropriados àquele som. Também já estavam construídos e em pleno funcionamento a Igreja e o Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, obras-primas de arquitetura, de entalhe e de cantaria. A Igreja da Candelária já era um bem público desde o ano de

1773. A monumental e minuciosa arte religiosa de Olinda, patrimônio cultural da humanidade, assim decidido pela UNESCO, já se impunha desde o século XVII. O centro de Salvador e do Recife já estava pronto desde antes. Ouro Preto, outro patrimônio cultural da humanidade, Diamantina, Tiradentes, Mariana... E as Missões ou Reduções, lá no Sul do país, desde 1756 já tinham sido destruídas, mas ainda restavam as suas ruínas com a sua arquitetura, a sua imaginária de fino gosto, feitas sem patrocínio nem de Espanha nem de Portugal, um exemplo que ainda se pode admirar de um povo que soube tirar proveito de técnicas européias e com elas exprimir a sua alma diferente.

Até nas chamadas artes menores, mãos hábeis, às vezes rústicas, às vezes já com incrível domínio técnico, podiam mostrar à Corte o que conseguiam arrancar do ouro, da prata, da madeira, do barro para enfeitar os casarões senhoriais, as igrejas, os conventos e as pequeninas e escondidas capelas das fazendas e dos engenhos.

Música, arquitetura, pintura, cantaria, entalhadura, metallurgia, estatuária, já tinham maioridade, já tinham uma personalidade no Brasil. E, um outro fato que não pode ser explicado por mera casualidade, todos os seus grandes nomes, ou quase todos, eram mulatos. Enquanto os poetas e os jornalistas eram na sua maioria brancos. Talvez porque estes faziam seus estudos na Europa, oriundos que eram de famílias abastadas, descendentes diretos dos colonizadores. Talvez, por essa razão, a cultura literária dessa época era menos livre, mais calcada nos padrões europeus, sem a criatividade ou sem a vitalidade e a força que diferenciavam outras artes. Não tínhamos ainda escritores autenticamente brasileiros.

Eles vieram depois. O primeiro jornal da Corte brasileira, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, quase só dava conta do que acontecia em Lisboa e em Londres, quando não copiava descaradamente, e publicava, as notícias que vinham de lá. As revistas - *O Patriota* e *A Idade de Ouro do Brasil* - não eram muito diferentes do jornal. O único jornal realmente brasileiro, e que fazia oposição - o *Correio Braziliense* - era, por ironia, editado e publicado em Londres!

Os nossos poetas, na verdade, bons poetas, não tinham ainda descoberto o Brasil. Basílio da Gama, frei Santa Rita Durão, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga não podem ser chamados lídimos representantes de uma cultura nacional, apesar de todo o seu valor.*

O que queremos dizer é que, quando a "Real Bibliotheca" foi obrigada a sair de Lisboa, não foi por acaso que ela aportou no Rio de Janeiro, nem aqui chegou como um grito num mundo de surdos. Havia na colônia uma vida cultural sob certos aspectos madura, sob outros aspectos ainda seminal. Se a criação literária não chegava aos pés de outras manifestações artísticas, uma coisa não se pode negar: para uma sociedade de escravos, de índios, de mestiços e libertos na sua maioria analfabeta, lia-se bastante na colônia. Sobretudo os franceses. Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Diderot e D'Alembert passavam de mãos em mãos, eram discutidos, comentados. Sobretudo pelo clero e pelas inúmeras "academias". E isso custou a Portugal muita preocupação, muita censura, no Rio, e mais ainda no Nordeste de Arruda Câmara, dos padres João Ribeiro, Miguelinho, Abreu e Lima (padre Roma) e outras dezenas de sacerdotes "iluminados" pelas "Luzes do Século". Isso terminou por custar a Portugal a própria independência da colônia e aos brasileiros muita luta e muito sangue. No Rio de Janeiro, o simples fato de a "Real Bibliotheca" ter sido levada a abrir as suas portas, por pressão popular, a qualquer um que quisesse freqüentá-la, quando na Europa era apanágio de reis e de nobres, é mais uma prova de que ela veio para o lugar certo, e não foi por acaso.

* Não estamos querendo denegrir poetas e escritores brasileiros desse tempo. Pretendemos, apenas, mostrar que, por formação, eles estavam por demais ligados à metrópole europeia e ainda não tinham encontrado o seu caminho nativo. Eram bons escritores, mas eram mais portugueses do que brasileiros. Coincidemente, porém, era marcante a decadênciça da literatura portuguesa de então. E por terem um estilo e uma mentalidade metropolitana, os nossos escritores faziam sucesso e ocupavam o lugar deixado pelos nativos de lá. Oliveira Martins, referindo-se à inteligência brasileira nos séculos XVIII e XIX, diz, num bom trocadilho: "Brasileiros eram, na maior parte, os sábios e literatos portugueses de então." E cita uma porção deles, os mais conhecidos, começando pelo maior teatrólogo da época, Antônio José da Silva — o Judeu; Basílio da Gama, Alvarenga Peixoto, Cláudio Manuel da Costa, Pereira Caldas, Morais e Silva, o dicionarista, Hipólito da Costa e o bispo Azeredo Coutinho, todos brasileiros e todos muito representativos da literatura "portuguesa".

Em Resumo...

Ao repassar essa história de 180 anos, tem-se muitas vezes a nítida impressão de que não poucos governantes, e até mesmo diretores e funcionários, porfiaram mais pela sua estagnação do que pelo seu progresso; pela sua morte do que pela sua sobrevivência. Mas, como a marcha da história das grandes instituições depende menos dos reis e dos príncipes do que da força, do dinamismo que faz delas um organismo vivo, a Biblioteca Nacional está viva e continua pujante.

Apenas por uma questão de método tentemos, agora, isolar, como conclusão, algumas etapas principais que marcaram essa história. Não iremos marcar datas estanques, uma vez que as etapas por vezes se misturam, nem sempre têm a nitidez exigida pelas ciências exatas. Nem a História é uma ciência exata. Há, contudo, tendências marcantes, que geram outras tendências, existem causas muitas vezes desconhecidas, ou inconscientes, ao olhar dos seus contemporâneos, mas que agem, que fixam uma constante, que são capazes de causar ou abrir caminho para uma etapa subsequente.

Poderíamos então convencionar como sendo a *primeira etapa* da Biblioteca Nacional a sua chegada ao Brasil, o seu "arranjoamento" - como se dizia na época - , o esforço muitas vezes ingente para a *formação e consolidação do seu acervo básico e a procura de espaço*. Os primeiros decênios são famosos por essa grande preocupação de comprar livros, manuscritos, medalhas e estampas. Corre-se atrás de espólios de bibliófilos, freqüentam-se leilões aqui e na Europa, sucedem-se, desde o início, leis, decretos e avisos que reforçam a obrigatoriedade da remessa de publicações para a Biblioteca. Em consequência, o acervo aumenta, se consolida e passa a exigir um espaço físico que possa contê-lo folgada e condignamente. Esta foi uma luta bem mais dura. Entre o primeiro grito de alerta de frei Camillo até a construção do prédio atual se passou mais de meio século. Nesse meio tempo todas as soluções foram meros paliativos. Além da formação do acervo básico, pelejava-se, portanto, pela fixação da Biblioteca. Fixação num prédio e fixação no Brasil, uma vez que o transporte da Biblioteca para o Rio de Janeiro era

provisório. Este último problema só seria resolvido em 1825, quando a Biblioteca foi comprada pelo Império do Brasil.

Muito esquematicamente podemos dizer que, até o fim do século XIX, foram essas as principais metas de seus dirigentes, o que pode ser visto pelo seu primeiro *Resumo Histórico*, publicado nos *Anais* do ano de 1897, que prima pelo detalhado e constante registro de obras e coleções adquiridas e pela demanda por um bom espaço físico. Era tal a ânsia pela formação do acervo que sequer tinha-se tempo para catalogá-lo. O próprio autor desse *Resumo Histórico* confessa: "até 1873 não se havia feito das riquezas da Bibliotheca mais do que inventário sum-marissimo e incompleto, si não mesmo desordenado" (p. 18).

Nessa etapa é justo ressaltar as administrações de frei Camillo de Monserrat e de Ramiz Galvão.

O período entre 1910 e 1947 poderia ser tomado como constituindo uma segunda fase. Em 1905 é lançada a pedra fundamental do atual prédio da Biblioteca e em 1910 se dá a sua inauguração. Por muito tempo cessa a preocupação maior pelo espaço físico e as compras de coleções de livros e de peças não se fazem mais com tanto açodamento. O acervo básico está formado e só precisa crescer, normalmente. A Biblioteca já tem uma personalidade, já conseguiu um equilíbrio suficientemente estável, e o seu novo prédio não é uma adaptação, mas, pelo contrário, foi projetado e construído de acordo com as mais modernas normas técnicas da época. A fase é marcada por um outro tipo de preocupação: a arrumação técnica da Biblioteca e sua organização interna em vista de melhor servir ao usuário. Sucedem-se as chamadas reformas administrativas, a maior parte delas não muito profundas, sempre voltadas, porém, para melhor adequação e modernização interna dos serviços; os velhos administradores são sempre criticados pelos seus sucessores, por não terem muito bem organizado a sua infra-estrutura; são criados os cursos de Biblioteconomia, primeiro para a formação e aperfeiçoamento do seu próprio pessoal e, depois, se estendendo à formação de profissionais de outras bibliotecas.

Os impressos e manuscritos vindos de Portugal e os que tinham sido adquiridos nos primeiros decênios já são raridades

bibliográficas e documentais. Quando Rubens Borba de Moraes inicia os trabalhos de microfilmagem e de restauração de documentos e livros e cria a Divisão de Obras Raras é porque essas obras já são efetivamente raras e, há algum tempo, precisavam de restauração, de duplicação, de um local à parte e de uma técnica especial de conservação e de guarda.

O grande e venerável Museu Cultural está pronto e seguro. O que se tem a fazer é conservá-lo em boas condições, é impedir a sua deterioração, o que nem sempre foi feito. O período que vai do fim da gestão de Borba de Moraes (1947) até a década de 70 foi marcado por graves reviravoltas políticas no país, e também – é bom que se diga – pela gestão de diretores muitas vezes de grande destaque cultural, responsáveis por brilhantes eventos e valiosas publicações, porém bastante falhos no que toca à conservação do acervo e à modernização administrativa. Sob esse ponto de vista a década de 70 encontrou a Casa quase à beira do caos, o que obrigou a diretora-geral, que ocupou o cargo entre 1971 e 1979, a empreender uma quase total reconstrução na organização das rotinas, do planejamento e do sistema de pessoal da Biblioteca. Nem todos os seus projetos puderam chegar a bom termo, mas ficou, como saldo positivo, a reforma dos serviços e a entrada da Biblioteca na era da informática. Foi uma época marcada pela revisão do passado e a tentativa de modernização de técnicas e posturas.

Uma terceira fase histórica da Biblioteca está imbricada nas etapas anteriores, uma vez que quase todos os seus grandes administradores lutaram pela sua realização, ou sofreram pela sua ausência. É a luta pela autonomia da Biblioteca. Manuel Cícero, Borba de Moraes e Jannice Monte-Mór foram, sem dúvida, os seus próceres. Frei Camillo de Monserrat, a maior de suas vítimas.

E chegamos a 1990, que lança as bases do futuro, da esperança. Até esse ano, podemos dizer que a BN se formou, se organizou, montou e preservou, bem ou mal, o seu acervo, preparou os seus bibliotecários, tentou aperfeiçoar os seus serviços, montou a sua estrutura, procurou ser útil aos seus usuários. Foram mais de 180 anos de formação, de organização interna e de esforço para atrair o público às suas salas, pois havia

preparado e guardado algo que lhe poderia ser útil. Nesses anos a Biblioteca viveu para ser fiel à definição que lhe deu o Decreto nº 20 478, de 24 de janeiro de 1946: *Manter, conservar e enriquecer o seu acervo, organizar curso de biblioteconomia, coletar as publicações a ela enviadas por força de lei e promover, por meios ao seu alcance, a divulgação da cultura.* O Museu está pronto, mas isto não basta.

Uma nova etapa surge. É que essa divulgação cultural, como já dissemos, era sempre feita de maneira passiva, no sentido de que a Biblioteca deveria aprontar-se para servir aqueles que a procuravam. A partir de agora, ela terá de sair à procura de mais usuários, fora de suas paredes, terá de irradiar, por todos os meios ao seu alcance, aquilo que com tanto zelo ela formou, guardou e a duras penas conservou. E terá também de fomentar a cultura literária corrente para que, no futuro, nós, de hoje, tenhamos algo a apresentar.

No início da publicação dos *Anais*, em 1876, distribuídos aos principais centros de cultura do país, sentia-se já uma primeira preocupação de abrir a Biblioteca, de levar para fora de seus salões e da própria cidade algo do seu acervo e alguns frutos dos seus estudos. Em 1928, com o início da publicação dos *Documentos Históricos*, outro grande passo foi dado. Agora, porém, a divulgação quer ser institucional. A difusão cultural não pode ser mais um acidente nem apenas uma tentativa. Com a criação do Departamento Nacional do Livro (DNL), os horizontes da Biblioteca têm de ser alargados. Seu plano de publicações é ambicioso; igualmente ambicioso é o seu projeto de pôr em contato mais íntimo o leitor e o livro; prevê-se agressiva a presença da Biblioteca junto às feiras de livros nacionais e internacionais; pensa-se em convênios com diversas universidades para ter e formar futuros pesquisadores e a criação e implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, com a finalidade de incrementar essas bibliotecas, dando-lhes, inclusive, toda a assistência técnica necessária. Numa palavra, fomentar o livro e criar novos leitores.

Resta saber se serão outorgados de agora em diante os meios necessários para desempenhar a contento esse novo projeto. Se, no passado, próximo e longínquo, não foi fácil à Biblioteca cumprir sua missão de guardiã da cultura brasileira,

agora se acrescentam novas atividades e maiores responsabilidades. Alguns problemas de hoje são ainda os mesmos da origem. Quem acha que frei Camillo exagerava, lá pelos meados do século passado, quando reclamava dos baixos salários da Biblioteca, dizendo que um porteiro de secretaria e até mesmo um ajudante de pedreiro eram tão ou mais bem remunerados do que um intelectual da Casa, compare, hoje, mais de um século depois, o salário de um motorista de caminhão da limpeza pública e a remuneração de um pesquisador da Biblioteca, nestas últimas décadas. Há ainda outros problemas institucionais, dos que vimos anotando ao longo destas páginas, que até hoje não foram resolvidos: deficiência de orçamento, sempre insuficiente para a manutenção periódica do prédio, para a restauração, conservação de livros e manuscritos novos e antigos, para ter sempre em dia as publicações seriadas e as avulsas; para que se possa dispor de uma quantidade viável de funcionários e cobrir a sua eterna defasagem salarial. Todo prédio envelhece com o tempo e precisa de reformas periódicas; todo papel se deteriora com o uso e com a idade; todo espaço diminui com o aumento constante do número de peças que recebe. Sempre se encontrou uma solução, e nunca, nesses 180 e tantos anos de existência, a Biblioteca desabou ou teve suas portas fechadas ou foi obrigada a jogar fora o seu acervo. O que se reclama, o que assusta, o que tem levado diretores e usuários à ira e ao pavor, é que as soluções só aparecem quando a situação roça a calamidade. Duas reclamações temos visto se repetirem, incessantemente, nos Relatórios de Diretoria, há quase dois séculos: "os recursos orçamentários são insuficientes"; "relativamente ao pessoal, temos uma carência geral, quantitativamente e qualitativamente". Parece um refrão infindo, que vem ecoando sem interrupção, batendo sempre contra um muro insensível que a ex-diretora-geral Jannice Monte-Mór resume, com precisão, como sendo "a falta de compreensão, no País, dos objetivos de uma Biblioteca Nacional".

Alguns problemas foram contudo resolvidos, outros estão por resolver no curto prazo, outros não passam de uma grande e teimosa esperança. Entre os primeiros, já não podemos reclamar, como Ramiz Galvão, lá pelos idos de 1880, que os funcio-

nários da maior biblioteca do país são quase todos iletrados. Hoje, grande parte deles tem curso superior, muitos deles até com pós-graduação.* Quanto ao espaço físico, já podemos prever um desafogo para o grande prédio atual, a médio prazo: a Fundação Biblioteca Nacional adquiriu, para seu uso, espaçoso armazém, desativado pelo Porto do Rio de Janeiro, que, com algumas reformas, já iniciadas, poderá servir de alojamento para duplicatas, periódicos e depósito de livros para a venda e intercâmbio;** na Rua Debret, já na atual administração, foram cedidos à FBN três andares de um prédio, num total de 30 salas, onde estão alojados os serviços administrativos da Casa. No bairro das Laranjeiras, a FBN recebeu também um belo presente do Governo Federal, um antigo e magnífico solar antigo, vasto, bem colocado, que está sendo preparado para ser a sede do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Por outro lado, sendo agora uma fundação, a Biblioteca adquiriu a capacidade legal de captar recursos financeiros para seu uso, o que poderá vir a ser um reforço para um orçamento governamental tradicionalmente curto.

E, por fim, a partir de Decreto de 13 de outubro de 1990, aqui já citado e comentado, o Governo concede à FBN "autonomia técnica, administrativa e financeira", o que deverá pôr fim ao excesso de intervencionismo que, desde os seus primórdios, vem sendo o maior de todos os obstáculos para o seu desenvolvimento.

A maior lição que a "biografia" da Biblioteca Nacional nos dá é que nenhuma crise a destruiu; que os seus problemas, por mais graves que sejam ou tenham sido, jamais prejudicaram o trabalho dos seus pesquisadores ou chegaram a afetar os seus leitores e visitantes. Foram sempre crises de crescimento.

* Para sermos mais exatos: em setembro de 1991, dos 477 funcionários da Biblioteca Nacional, 338, isto é, 71%, tinham curso superior, dos quais 111, isto é, 33%, com pós-graduação.

** Esse armazém, com 30 000m² de área, foi comprado pela Biblioteca Nacional, na administração de Maria Alice Barroso.

VI

Apêndices

- 1. Lendas e casos pitorescos**
- 2. Dirigentes da Biblioteca Nacional (1810 a 1990)**
- 3. Dirigentes e funcionários da Biblioteca Nacional com posição relevante na vida cultural do Brasil**
- 4. A Biblioteca Nacional na era da informática**
- 5. Um roteiro de visitas**
- 6. Obras consultadas**

1. LENDAS E CASOS PITORESCOS

A Biblioteca Nacional, apesar da seriedade do seu prédio, de suas lutas internas e externas, da casmurrice de muitos dos seus funcionários, dos seus problemas, uns de difícil solução e outros absolutamente sem saída; em que pese a majestade de suas intermináveis prateleiras cheias de toda a sabedoria do mundo, à sua vigilância diuturna contra insetos e fungos que se empanturram com os suportes dessa sabedoria, e contra o tempo, e contra a velhice de coisas que não foram feitas para serem eternas (mas que teimamos em que o sejam); a Biblioteca Nacional tem os seus momentos de riso, de humor, de invencionices, quando muitas vezes a risada corre franca e outras tantas a seriedade pode denotar a crença, o susto ou o medo de que as coisas estranhas sejam ou venham a ser reais. Não custa contar algumas.

Por outro lado, no correr do tempo, muitas coisas reais acontecem e ficam na história, são anotadas e podem divertir. Não custa contar também alguns desses casos, tão cômicos, porém verídicos.

Este capítulo é uma pausa que ajudará o leitor a ver que existe sempre um lado menos sério nos ambientes mais sérios.

O Manuscrito que nunca foi decifrado*

– É incrível – quase gritou o professor Waldirez. Calmo, contido, muito mais do que isso: tímido ao extremo, um pesquisador compenetrado, à maneira antiga. O que atraiu o olhar e a atenção de todos os que estavam naquele belo e vetusto salão de leituras da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional não foi tanto o que poderia haver de incrível no que o professor talvez acabasse de descobrir, mas o seu grito, a sua exclamação

* Dedicamos este capítulo e esta pequena história, *que dizem ser absolutamente verdadeira*, ao professor Waldir da Cunha, que há mais de 40 anos vem sendo o zelador ardoroso e competente dos nossos velhos manuscritos. O professor Waldirez, não sei se existiu; o professor Waldir existe, está vivo e queira Deus continue ainda por muitos anos a nos prestar os seus inestimáveis serviços.

incontida, sobretudo inesperada. O professor Waldirez imediatamente se arrependeu daquela incontinência tão contrária aos seus hábitos e tão fora do contexto daquele ambiente. Suas bochechas se avermelharam, suas orelhas queimaram, o couro cabeludo aparecendo entre os ralos e eriçados cabelos brancos passou do rosado firme ao quase lilás, quando os cinco funcionários da Divisão e os quatro pesquisadores visitantes correram à sua mesa, impelidos pela curiosidade.

- Pessoal... vocês me desculpem. Por favor! Eu... eu...

- O senhor descobriu alguma coisa...? - perguntaram todos, ao mesmo tempo.

- Por favor, vamos trabalhar!

O professor fechou a sua pasta, jogou já sem o costumeiro cuidado a sua enorme lupa na gaveta, passou a chave, levantou-se e, com a pasta debaixo do braço, se retirou, apressado, para o que todos conheciam como o "esconderijo do professor" (um cantinho retirado no meio do complicado labirinto de estantes e arcazes da seção de manuscritos antigos, que, um ao lado do outro, mediriam mais de três quilômetros; lugar onde o venerável professor gostava de se retirar, onde ele guardava sempre uma garrafa de água mineral e alguma fruta, e onde, numa espécie de pacto, ninguém ia, respeitando, assim, aqueles poucos metros de sua absoluta privacidade).

Uma vez a sós, o professor sentou-se, abriu mais um botão da camisa, suspirou, passou o lenço pela testa suada. "Meu Deus!" - exclamou baixinho. No "esconderijo" havia uma antiquíssima e pesada mesa de ferro, de cor verde-escuro, quase preto, três gavetas de cada lado. A cadeira, da mesma cor, era também das mais antigas da Biblioteca, estofada, quase fixa, tal o peso do seu único pé, de ferro, em forma de cálice. "Então é verdade!" E abrindo de novo a pasta, espalhou uns velhíssimos papéis, escuros e quebradiços, pela ação do tempo, uns inteiros, outros picados como um quebra-cabeça, e novamente exclamou: "Meu Deus! Não posso acreditar... É melhor esconder isso... Não precisa... Ninguém vai entender... Não! Vou esconder! Afinal de contas, se esse segredo foi guardado por tanto tempo... mais de duzentos anos... Acho que... Não é possível! Logo ela..."

Seus pensamentos foram cortados por uma repentina e forte dor de cabeça. Uma pontada aguda que o fez fechar os

olhos. Guardou a pasta na gaveta, por duas ou três vezes ("Estou ficando louco? ...") experimentou se a havia fechado bem, tirou as chaves e, humilde, tímido como sempre tinha sido, foi pedir à sua chefe que o dispensasse, que o deixasse sair mais cedo. Não estava se sentindo bem. A chefe deu-lhe a permissão e, aproveitando o ensejo, perguntou, excitadíssima pela enorme curiosidade: - Mas, o que foi que houve, professor? Se eu não conhecesse o senhor há tanto tempo... Não adianta dizer que não foi nada. Sua reação não engana ninguém. - Não foi nada, não - respondeu, com calma. - Estou um pouco doente, deve ser estafa, estresse, como se diz hoje. Veja, na minha idade, com a minha experiência, me deixei levar pelo entusiasmo, um entusiasmo que eu tenho criticado tanto nos mais jovens...

A chefe sabia que o professor não estava dizendo a verdade. Há mais de 40 anos manuseando aqueles velhos manuscritos, exímio paleógrafo, especialista em leitura de papéis do século XII e XIII, mas conseguindo ler com bastante facilidade tudo o que se escrevera até o século XVIII, o professor Waldirez conhecia como ninguém todos os meandros daqueles quilômetros e quilômetros de estantes, de bancadas, de arcazes, de cofres, de gaveteiros. Não era homem de se deixar levar por um nada. Nunca o ouvira falar em voz alta, ninguém jamais o havia visto se exaltar, sair, por pouco que fosse, dos seus padrões de seriedade e de compunção. "Não há dúvida, ele viu alguma coisa de muito estranho" — concluiu ela.

No dia seguinte o professor não foi trabalhar. Sua esposa telefonou. Ele não dormira bem, parece que teve pesadelos, amanheceu com um pouco de febre, se queixando do corpo mole e da garganta seca. Pedia desculpas por não poder comparecer. E assim se passou todo o resto da semana. O professor continuou com febre. Só na segunda-feira seguinte apareceu, trazendo o devido certificado médico, que falava de uma febrezinha atípica, sem maiores consequências. Um começo de estresse que uma semana ou duas de descanso curaria. - Não preciso de descanso nenhum, chefe. Estou muito bem. Curiosa que estava de saber qualquer coisa a mais daquela misteriosa descoberta do professor, a chefe não se fez de rogada: - O senhor é que sabe. Se acha que pode trabalhar, a casa é sua — concluiu brincando, fazendo um largo gesto.

Mas o professor nunca mais foi o mesmo. Se era de poucas palavras, mais calado ficou. Se já era desconfiado, mais desconfiado ficou. Com uma diferença: dava a impressão de ter-se tornado um homem assustado, que olhava para os lados, desconfiado, sem motivo aparente. Uma buzinada de carro na rua, uma sirene de bombeiro ou de ambulância, e ele se assustava, deixava cair da mão o lápis e a lupa.

A "descoberta" do professor tinha sido feita numa terça-feira, à tarde. Ele ficou em casa o resto da semana, mais o sábado e o domingo. Durante todos esses dias, mesmo com febre, o professor Waldirez teve força suficiente para escrever mais de vinte páginas, numa espécie de diário com anotações muito pouco científicas, mas no mesmo estilo conciso, muito seco, sem enfeites. Só escrevia o estritamente essencial. "Deixo os adjetivos para os poetas" – costumava dizer.

Alguns extratos do diário do professor, durante esses cinco dias

"O códice 1358 sempre me preocupou. Faz cinco anos que o vi, pela primeira vez, num pacote de manuscritos com o carimbo da *Real Bibliotheca* de Lisboa. Não tem data. Mas, pelo estilo, pela grafia, é bem anterior ao século XIX. Entretanto, os fatos que relata parecem posteriores, mais recentes... Isso acontece.

"Impossível ler o códice por inteiro. Parece formar uma história, com começo, meio e fim. Algo de muito macabro. Muito erotismo. Mas não se deixa desvendar. No melhor da história, ele é interrompido. Páginas rasgadas. Como não são numeradas, impossível saber quantas faltam. Parecem rasgadas de propósito, pois são destruídas em momentos certos da narração. Parece que alguém leu e não gostou. Ou teve medo. Por que não rasgou tudo e não queimou o que tinha rasgado? Imagino: ia rasgar e queimar tudo, mas alguém entrou na sala, de repente..."

.....

"Interessante: a pessoa que censurou o manuscrito, se é que existiu mesmo censura, não somente rasgou as últimas páginas

do códex, mas as rasgou na vertical, isto é, de cima para baixo, e ainda rasurou todos os nomes próprios. Concluo: a história é verdadeira. Se não fosse, por que ocultar os nomes das personagens principais?

.....

"Eu disse, acima: impossível ler o códex por inteiro. Retifico: acho que um dia vou conseguir. Um nome, muito importante, eu já li. Virão outros. Acho que já encontrei a chave, a pista que vai ajudar a decifração de alguma coisa. Vou testar. O que consegui ler, até agora, não é nada edificante: traições, assassinatos, aparições misteriosas na calada da noite, mulheres sedutoras e irresistíveis, homens enlouquecidos por mulheres fatais, vingança, muita vingança. E, também, palavras e mais palavras que hoje não se usam mais: actinomancia, agromantes, nomânticos, salimancia, ignícolas, ofiolatria, xilólatras, veniagás, logreiros, crodicismo, boquear, tâmbi, guisa, postumárias etc. Sem um bom dicionário...

.....

"Quem?... Quem fez?... Quem traiu?... Quem foi traído? Quem mostrou os caminhos, as pistas?... Qual o contexto de tudo isso?

"Já consegui decifrar (isso eu já disse) o código do nome principal. Mas não posso ter tanta certeza.

.....

"Oh, meu Deus... Depois de cinco anos... ele estava ali, debaixo dos meus olhos e eu não via: amassado, deteriorado, rasgado... Reconstituir o resto vai ser um quase impossível quebra-cabeça. Juntar todos esses pedacinhos... Preciso armar esse quebra-cabeça. Preciso! Só terei certeza de que se trata mesmo dela, quando estiver tudo armado. Ou, pelo menos, o essencial. Até lá, conjecturas, muitas conjecturas. O cientista é como um bom goleiro: precisa de muita técnica e também de muita sorte. Eu tenho tido sorte.

“Muitas citações em latim, holandês e alemão arcaicos. O desenho, bem-feito, de um mostrador de um relógio. Ou será um quadrante esotérico?... Um fragmento de um outro desenho que parece ser de uma peça íntima de vestíário feminino. Pode não ser. Pode até ser um mapa enigmático. Interrogações, interrogações, interrogações...”

“Tenho medo. Muito medo. Um medo que na certa tem a sua causa. Ou não? Essas coisas não têm muita lógica. Explico-me: na terceira folha do códice, vigésima quinta linha, tem uma mensagem que já consegui decifrar. Essa mensagem me tem feito pensar muito. Levou-me, quase, a desistir de tentar decifrar o resto. É o seguinte: “*Será que a verdade salva? Não seria mais prudente olvidá-la, por um bem superior?*” Só isso. Quer dizer, penso eu: devemos dizer sempre a verdade, nunca mentir. Mas, ninguém é obrigado a dizer *toda* a verdade. A verdade inteira pode ferir, pode maltratar, pode matar. Ocultar parte da verdade nem sempre é traí-la; pelo contrário, pode significar a proteção de algo superior. Imagine que alguém tenha descoberto uma equação que destruisse o mundo. Deveria revelá-la, só porque é a verdade? Daí a minha dúvida e o meu medo: essa mensagem não foi escrita à toa nesse códice. Algum motivo, e muito sério, tem de haver. Se eu conseguir decifrar todo o seu conteúdo, deverei publicá-lo? O fato é que pelo menos o nome da principal personagem desse drama, ou dessa tragédia, já consegui desvendar. Ou melhor, creio que sim. E o resto?”

Aí termina o diário do professor Waldirez. Num pequeno pedaço de papel junto ao códice, ele escreveu: “Essa é a pista, é esta a chave do segredo.” Que segredo? É claro que se tratava da chave que decifraria o códice. Mas o professor não diz que pista é essa, que segredo é esse. Resultado: o códice continua a ser um mistério. Depois disso o professor não apareceu mais na

Biblioteca. Sumiu. Morreu? Ninguém sabe. O telefone de sua casa não responde. Um colega foi lá. O porteiro não sabia de nada, a não ser que não morava mais ninguém no apartamento. Alguém encontrou a esposa do professor na rua, por acaso, e quis falar com ela. Ao notar que se tratava de colega da Biblioteca, ela virou a cara, fez-se de surda, apressou os passos e desapareceu na primeira esquina.

O professor morreu? Morreu, sim, afirmam alguns dos seus antigos colegas. Mas, disse um outro, se morreu, não passou desta para melhor, pois muita gente diz, afirma, jura que quase todas as noites ele tem comparecido à Biblioteca. Uns viram, outros não. Uns dizem que o vêm sempre. Mas ficam de longe. Quando alguns mais corajosos tentam se aproximar, ele some, rápido, como um sopro, como uma chama que se apaga. E sempre à noite, quando já não tem quase ninguém na Casa. Ele sobe pelas escadarias, nunca usa o elevador. Leve, util, parece que nem pisa no chão. Abre a porta da sala de manuscritos, entra, fecha por dentro, como se precisasse abrir e fechar, pois há quem diga que já o viu entrar e sair sem abrir porta alguma. É tudo meio confuso. Ao certo, só se sabe que o professor nunca mais veio trabalhar, ninguém comunicou sua morte, nem missa de sétimo dia. Pior: tão cedo não se vai saber o que contém o código 1358. Há quem não acredite em nada disso. Mas há quem diga, e gente muito séria, que não se pode negar um fato bem fora do comum: algumas vezes, ao abrirem a porta do cofre-forte onde estão guardados alguns códices, inclusive o 1358, encontram tudo revirado, papéis fora do lugar, folhas no lugar errado. "Então não foi ele" – retrucam outros –, "o professor nunca deixou nada em desordem".

Esta é uma das inúmeras lendas que transitam livremente pelos velhos corredores na Biblioteca Nacional. O próprio prédio, na sua majestade, nas suas cores sombrias, na sua vetusta seriedade, já é um apelo ao mistério. Na sala de manuscritos são guardados, no texto original, centenas de testamentos, muitos deles com certeza contestáveis, documentos de transações comerciais nem sempre justas, papéis que relacionam bens móveis e imóveis, partilhas de escravos, de riquezas mal divididas ou por dividir, conteúdos de velhos cofres só abertos séculos após

a morte dos seus donos, enfim, segredos e mais segredos para os seus contemporâneos, coisas que até hoje ninguém entende e cuja revelação, na época, poderia destruir impérios financeiros, abalar famílias que sempre tiveram fama de modelares, jogar na lama reputações mais do que sólidas. Dorme nessa sala, também, uma incrível quantidade de cartas de amantes, bilhetes que, com o tempo, já perderam o perfume delicado com que eram brindados, marcas de beijos ocultos, manchas de lágrimas derramadas... mas que escondem histórias de amor, de traições, de desconfianças e, quem sabe, até de sangue.

Na sala de iconografia podemos também manusear uma infinidade de desenhos, de pinturas, de fotografias de belos mancebos, de belíssimas moçoilas, sem data, sem nome, sem autor, sem que ninguém saiba de onde vieram, para onde foram, para quem. Não é difícil imaginar os romances, suspiros e lágrimas furtivas, a passagem velada, de mão em mão, de mensagens e fotografias, a desconfiança de casais traídos, de amantes desejosos de um impossível encontro e sem outro meio de comunicação.

Na sala de obras raras e nos armazéns de livros repousam bibliotecas inteiras que pertenceram a bibliófilos fanáticos que a morte não conseguiu separar desses velhos livros, a coisa que eles mais amavam na vida.

Eis aí o cenário e o ambiente mais do que propício para essas visões, para tantos estranhos barulhos nas altas horas da noite, para as mortes misteriosas nos laboratórios, o piscar de lâmpadas, o acender e o soprar de velas na madrugada, os espelhos repentinamente embaçados nos banheiros, as aparições de vultos etéreos de príncipes, marquesas, condes e condessas, de fazendeiros a pisar com suas botas nada sutis, o tilintar de esporas, o vaivém de escravos e feitores – de velhos escravos à procura de suas cartas de alforria ou de documentos nunca encontrados em vida, que poderiam comprovar torturas, tratamentos desumanos ou promessas de liberdade. É compreensível que humildes faxineiros e guardas de segurança se recusem a entrar em determinadas salas, que mulheres, depois de certa hora, não queiram se servir dos banheiros do 3º andar, onde a defunta imperatriz Amélia costumaria ainda arrumar os

seus cabelos, deixando os vidros embaçados; não se pode condenar os que se recusam a limpar os laboratórios, onde, dizem, tem de morrer pelo menos uma pessoa por ano. A história do professor Waldirez é uma entre centenas. Seria monótono transcrevê-las, uma a uma. Mas há também os casos que os seus protagonistas jamais ousam contar, como o do velho faxineiro que se benze e corre, com a mão tapando a boca, quando alguém pergunta o que foi que aconteceu naquele 2 de novembro dos anos 40, quando, de madrugada, se atrasara e ainda limpava as galerias do 4º andar; ou que instrumento era aquele que tocava melodias tão lindas, na sala dos arquivos de música; ou por que este outro correu, em vez de atender ao chamado da bela princesa que, aos prantos, pedia socorro, com uma folha de papel na mão.

E por falar em cartas de amor, conta-se que alguém viu, certa vez, e depois, enchendo-se de coragem, conseguiu ver outras vezes, uma formosa mulher, de pouca idade, que entrava na sala de manuscritos, a altas horas da noite, e pegava numa gaveta, sem abri-la, uma velha carta amarelecida pelo tempo. Quando segurava o papel e o olhava – sempre o mesmo papel –, o seu corpo se iluminava, tornava-se translúcido e quase transparente. “Ficava fosforescente como um mostrador de relógio”, dizia o vidente. Mas a história não acaba aqui. O chefe da seção jurava que naquela gaveta não havia nada, que estava completamente vazia. Por insistência do vidente, chamou testemunhas, abriu mais uma vez a gaveta, retirou-a do móvel, bateu com ela no chão e... maravilha! – caiu de dentro uma carta, que estava presa numa de suas reentrâncias: uma carta de D. Pedro II a uma de suas amigas. O nome da triste defunta está ilegível.

Mas, não são somente as lendas de humor negro que povam os nossos corredores. Existem relatos fidedignos, documentos, de outra infinidade de casos, estes pitorescos, que permaneceram, nesses dois séculos de existência da velha biblioteca, a mostrar costumes, tradições, defeitos, pendengas e até mesmo legislações que hoje nos parecem ridículos.

Vamos citar alguns exemplos, uns simplesmente pitorescos, outros ridículos, outros que refletem mentalidades felizmente mortas.

Alguém aceitaria, hoje, com os modernos raticidas, com as modernas e bem-aparelhadas empresas especializadas em extermínio de ratos, que até bem pouco tempo a Biblioteca tinha uma verba especial para a alimentação do seu batalhão de gordos e bem-tratados gatos, verdadeiros funcionários públicos, encarregados de comer os ratos que roíam os nossos velhos e preciosos alfarrábios? Pois, podem acreditar, isso existiu e está documentado na contabilidade oficial da Casa. Vejamos outros casos, deixando de lado os problemas de salários, a ingerência absurda das autoridades governamentais na direção da Casa e as reclamações de diretores contra a nomeação de funcionários analfabetos ou quase, de que já tratamos atrás.

Falemos do primeiro roubo de livros havido na Biblioteca. Foi logo no início da sua história e foi relatado pelo bibliotecário Luís Marrocos, em carta de janeiro de 1815. Sir Strangford, Ministro de S. M. Real da Inglaterra, foi o seu autor. Um roubo famoso! Strangford pediu diretamente a D. João VI que lhe emprestasse dois livros raros e preciosos, do acervo da então chamada Real Bibliotheca. D. João, que não gostava muito de Strangford, e que já pedira sua substituição na corte, atendeu mesmo assim ao pedido, mas com certa relutância. Pois bem, no dia 14 de janeiro desse ano, o inglês escafedeu-se para a Inglaterra e, sorrateiramente, levou consigo os ditos livros. Eram eles: *O Cancioneiro* e o *Blasonero geral*. Do primeiro, a Real Bibliotheca possuía dois exemplares; do segundo, apenas o que foi roubado. D. João ficou furioso e encarregou o representante do Brasil em Londres, "de sacar das unhas de Strangford os dous livros, com que elle daqui sahio, abusando da franqueza de S.A.R. em lhos conceder, para os ler". Parece que o esforço do representante brasileiro foi em vão. Os livros nunca foram sacados e nós ficamos sem eles.

E por falar em roubo, valeria recordar o caso do pagamento dos 70 e tantos mil livros que a Biblioteca pagou aos herdeiros

do conde da Barca, quando se sabe que a coleção do conde só tinha 6 mil e poucos volumes – caso este já contado em detalhe no capítulo II desta obra.

O mesmo Luís Marrocos conta também, em carta de 29 de fevereiro de 1812, ano bissexto, três probleminhas que não pensávamos serem tão antigos. O primeiro se refere ao velho tema do aumento salarial, prometido, mas não pago: “A grande intriga que há entre o Conde de Aguiar e o Visconde de Vila Nova da Rainha, sobre jurisdição e governo da Biblioteca, tem embaracado a cobrança do novo aumento de Ordenado, que já estava arbitrado; quando os grandes brigam, padecem os pequenos.” Quatro anos depois, já em 1819, Marrocos reclama não mais do aumento prometido e não pago, mas de coisa pior: “Desde que fui nomeado Oficial de Secretaria, ainda não recebi coisa alguma dos meus ordenados da Livraria.” O terceiro problema dá conta do eterno e indesmalhável novelo das fofocas e perseguições políticas. A carta é ainda de 1819: o visconde acima citado não devia gostar muito de Marrocos, pois um belo dia declarou que o seu cargo na Biblioteca Real estava vago e “tem feito grande força para me esbulhar dele, encaixando no meu lugar os seus afilhados; apesar disso, continuo a exercê-lo”. Sem salário, sem o prometido aumento e lutando contra o nepotismo, Luís Marrocos declara ter uma grande compensação: tinha a insigne honra de, todas as manhãs, poder beijar as mãos de sua majestade o rei. Isto devia compensar todas as demais agruras e, na certa, encher de inveja condes e viscondes! Além do que, morando no palácio, Marrocos devia ter casa e comida, e da boa.

Seria possível escrever todo um capítulo sobre os armários e cofres da Biblioteca Nacional. Pesados e pintados de cores escuras, são tantos, espalhados pelas salas, pelos porões, pelos corredores, que facilmente fazem a imaginação correr solta na avaliação do seu conteúdo. Duas histórias sobre armários e cofres são verdadeiras. E bem recentes. O fato de serem tantos,

elas facilmente passam despercebidos. As pessoas passam e nem mais os vêem, nem se dão conta de sua existência. É compreensível, então, que por mais de 40 anos fosse dado como perdido um velho armário em que o saudoso mestre José Honório Rodrigues guardava preciosa documentação. Um belo dia, a fim de desocupar um porão, teve-se de abrir e esvaziar alguns desses famosos e não reparados armários, pesadões, impossíveis de serem arrastados com todo o seu conteúdo. Um deles não foi fácil abrir. Ninguém tinha a menor idéia de onde poderia ter ficado a sua chave. Numa lata enorme, cheia de velhas chaves, meteu-se a mão, e todas elas, uma a uma, foram experimentadas. Até que uma chave milagrosa conseguiu abrir o velho armário. Dentro dele, a surpresa: estava todo o material deixado pelo augustó historiador, tudo muito bem arrumado e classificado. Umas dessas preciosidades eram quatro imensas pastas com as respostas dadas, entre 1881 e 1886, a um questionário que a Biblioteca tinha enviado a todos os municípios do país, isto é, do Império, descrevendo a situação política, cultural e geográfica de cada cidade. Esse material, pelo seu imenso valor, está sendo publicado, agora, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, para deleite dos historiadores, geógrafos, economistas, sociólogos e lingüistas.

Há ainda o caso de um outro cofre, velho, compacto, atarracado, cuja chave também tinha sido perdida. Depois de muita procura ela foi achada. Mas, se tratava de um cofre, e todo cofre tem um segredo. Teve-se de contratar um especialista em segredos de cofres antigos para conseguir abri-lo. Metade da Biblioteca foi correndo para ver o que continha a misteriosa caixa-forte. Dizia-se muita coisa sobre ela que já começava a ser chamada "o cofre misterioso". O que haveria lá dentro? Nada demais. Apenas um montão de livros pornográficos que alguma alma zelosa tinha escondido por muitos e muitos anos dos olhares de inocentes leitores e da curiosidade de pudicas bibliotecárias. Apenas quatro títulos, que darão ao leitor uma idéia do nível desses livros: *Consolo de viúva; Um marido em apuros; Chifres para todos; A Insaciável*. São, ao todo, mais de 50 livros.

Recordemos também a história do cônego Felisberto Pereira Delgado, que foi diretor da Biblioteca lá pelos idos de 1837.¹⁸³³ Um belo dia ele foi demitido, por Decreto Imperial. Mas o cônego amava o cargo. E, de tanto amá-lo, não quis obedecer às ordens imperiais e se recusou a abandonar a função e a passar a chave da Biblioteca ao seu substituto. Durante três meses foi um ir e vir de cartas, de decretos, de conselhos, de ameaças, e o cônego não se deixava dobrar. Só abandonou a sua sala e sua escrivaninha depois que, com permissão do bispo, o juiz de Direito, junto com o delegado de polícia e uma patrulha armada o arrancou de lá, à força. Mas não entregou a chave ao substituto. Tiveram de mandar fazer outra.

Era um tempo, esse tempo de reis e de rainhas, em que o povo pouco valia por si. Os decretos e resoluções vindas do Império não se assinavam em benefício direto da plebe, mas, sim, do imperador, símbolo da nação, poder e beneficiário absoluto, representante do povo, em tudo e por tudo. Foi assim que, em 22 de novembro de 1822, um decreto de Sua Majestade, assinado por José Bonifácio, resolveu que a Biblioteca Nacional ficaria aberta aos sábados, domingos, dias santos e feriados. Não se dava, como motivo, a necessidade de o povo precisar consultar, estudar, pesquisar. Talvez até fosse este o verdadeiro motivo. Mas, no decreto, consta o seguinte, como de praxe: "Sua Majestade Imperial" pode se dignar ir visitar a Biblioteca da Corte em qualquer dia, e não seria respeitoso encontrá-la fechada! O povo ganhou com isso, mas, por outro lado, não consta que algum dia Sua Majestade tivesse ido ou querido ir visitar essa Casa, menos ainda para pegar livros ou fazer pesquisa. O imperador era D. Pedro I, famoso e conhecido por aventuras bem mais picantes.

Em 9 de julho de 1833, durante a Regência Trina permanente, chegou à Biblioteca o seguinte aviso, assinado pelo marquês

Aviso Imperial determinando que haja um só escravo a serviço da Biblioteca Nacional

Transcrição:

"A Regencia em Nome do Imperador
Há por bem Determinar que d'ora em diante seja empregado um só Escravo no serviço da Biblioteca Pública d'esta Corte, e unicamente nos dias de trabalho: e Recomenda a V.Sa. toda a economia nas outras despezas meudas do Estabelecimento. Deus Guarde a V.Sa. Paço em 9 de Julho de 1833.

Ass. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

A Regencia em Nome do Imperador Há por bem De-
terminar que d'ora em diante seja empregado um só Escravo
no serviço da Biblioteca Pública d'esta Corte, e unicamente
nos dias de trabalho: e Recomenda a V.Sa. toda a eco-
nomia nas outras despezas meudas do Estabelecimento

Deos Guarde a V.Sa. Paço em 9 de Julho de 1833;

Aureliano de Souza Coutinho

Aviso Imperial que anula o aviso anterior e determina a volta de dois escravos para o serviço da Biblioteca Nacional. São também regulamentadas as suas folgas e o seu regime de trabalho

Transcrição:

"A Regencia em Nome do Imperador, tomando em consideração o que, em officio de 14 do corrente, V.Sa. representa sobre os inconvenientes que se tem seguido de excluir-se das despezas da Biblioteca Publica hum dos dous escravos, que pelo Regulamento se devão para o serviço d'ella: Há por bem, que V.Sa. novamente metta em Folha ambos os escravos, com vencimento do competente jornal, sem exceção dos Domingos e Dias Santos; visto que, como V.Sa. pondera em seu dito Officio, hum só não pode bastar ao serviço diario e indispensavel d'aquelle estabelecimento.

Deos guarde a V.Sa. Paço em 18 de Setembro de 1833.

Ass. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (Marquês de Paranaguá).

A Regencia em Nome do Imperador, tomando em consideração o que, em Officio de 14 do corrente, V.Sa. representa sobre os inconvenientes que se tem seguido de excluir-se das despezas da Biblioteca Publica hum dos dous escravos, que pelo Regulamento se devão para o serviço d'ella: Há por bem, que V.Sa. novamente metta em Folha ambos os escravos, com vencimento do competente jornal, sem exceção dos Domingos e Dias Santos; visto que, como V.Sa. pondera em seu dito Officio, hum só não pode bastar ao serviço diario e indispensavel d'aquelle estabelecimento.

Deos Guarde a V.Sa. Paço em 18 de Setembro de 1833;

Aureliano de Souza Coutinho

de Paranaguá, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho: "A Regencia em Nome do Imperador Ha por bem Determinar que d'ora em diante seja empregado um só Escravo no serviço da Biblioteca Publica d'esta Corte, e unicamente nos dias de trabalho." Por medida de economia, diminuía-se a quantidade de escravos da Casa. Mas o diretor não gostou da decisão e fez o marquês voltar atrás. Menos de três meses depois, em 18 de setembro, novo ofício, em nome do imperador, determina que "se metta em Folha (de pagamento)" dois escravos, "com vencimento competente... sem exceção dos Domingos e Dias Santos". Voltam os dois escravos e com salário e folga nos feriados. Seria até o caso de perguntar: é realmente escravo quem recebe salário, inclusive nos dias de folga?

O nosso grande escritor Lima Barreto não gostava do novo prédio da Biblioteca. E sua pinimba ainda cresceu mais quando, na festa da sua inauguração, o diretor Manuel Cícero o chamou de "magnífico palácio". Um "palácio americano!" — gritou o genial mulato, protestando e dando à palavra "americano" um sentido que hoje desconhecemos. E acrescentou: "A minha alma de bandido tímido, quando vejo um desses monumentos, olhos, talvez, um pouco, como um burro; mas, por cima de tudo, como uma pessoa que se estorrece de admiração diante de suntuosidades desnecessárias." Reclama dessas manias do Governo em gastar tanto dinheiro com a construção de um palácio intimidador, que, no fundo, é destinado a pobres-diabos que não têm onde cair mortos. "Ninguém comprehende que se subam as escadas de Versalhes senão de calção, espadim e meias de seda (...). Como é que o Estado quer que os malvestidos, os tristes, os que não têm livros caros, os maltrapilhos avancem por escadarias suntuosas, para consultar uma obra rara, com cujo manuseio, num dizer aí das ruas, se tem a sensação de estar pegando à mulher do seu amor? A velha biblioteca era melhor e não tinha a empáfia da atual. Mas, assim mesmo, amo a biblioteca e, se não vou lá, leio-lhe as notícias."

Lima Barreto, como prova desse amor, gostava de ler sobretudo as estatísticas publicadas pela Biblioteca. E é lendo as estatísticas que ele acha ocasião para lançar as suas setas envenenadas:

"Hoje, diz a notícia que treze pessoas consultaram obras de ocultismo. Quem serão elas? Não acredito que seja o Múcio.* O velho poeta é por demais sabido, para consultar obras de sua profissão. Quero crer que sejam tristes homens desempregados, que fossem procurar no invisível sinais certos de sua infelicidade, para liquidar a sua dolorosa vida.

Leio mais que houve quatro pessoas a consultar obras em holandês. Para mim, são doentes de manias (...).

~~Achou~~ O *Guarani* foi procurado por duas pessoas. Será a dona Deolinda Daltro?* Será algum abnegado funcionário da inspetoria dos caboclos? É de causar aborrecimento aos velhos patriotas que só duas pessoas procurassem ler obras na língua que, no entender deles, é a dos verdadeiros brasileiros. Decididamente este país está perdido...

Em grego, as obras consultadas foram unicamente duas, tal e qual como *O Guarani*; e certamente esses dois leitores não foram os nossos professores de grego, porque, desde muito, eles não lêem mais grego..." (Crônica publicada em *Correio da Noite*, Rio de Janeiro, 13-1-1915).

Vale a pena contar como foi montada a primeira tipografia da Biblioteca, sem que a Casa gastasse um só tostão, pois, mesmo que o quisesse, não tinha. Naquele tempo o Rio de Janeiro era iluminado a gás e só a Biblioteca tinha o privilégio da luz elétrica, gerada por uma máquina a vapor que puxava

* Provavelmente Lima Barreto se refere ao poeta e teatrólogo Múcio S. Lopes Teixeira, que era também quiromante e astrólogo profissional. Publicou mais de 20 livros de poesia.

** D. Deolinda era uma famosa professora de língua indígena, na época (N. do A.).

um gerador, ambos instalados nos fundos do antigo prédio, na Rua do Passeio. Por trás, como ainda hoje, estava o Comando Geral da Polícia Militar, chamada então de Brigada Policial. O seu comandante, o general Hermes da Fonseca, que depois seria presidente da República, se encantou com o brilho daquelas lâmpadas. Um belo dia foi falar com o diretor da Biblioteca, ver se não seria possível puxar uns fiozinhos para o quartel... Já sabia que o gerador tinha potência suficiente para iluminar as duas casas. O diretor da BN, Manuel Cícero, propôs uma barganha, que logo foi aceita: o quartel puxava os fiozinhos e, em pagamento, a Brigada mandava comprar, na Alemanha, duas impressoras Alauzet, uma grande e uma pequena, mais um completo sortimento de tipos. O futuro presidente topou. O contrato foi assinado, e ambas as partes cumpriram religiosamente o combinado. Com essas máquinas a Biblioteca passou a imprimir os *Anais da Biblioteca Nacional* e o *Boletim Bibliográfico* e o quartel se encheu de luz. (Bettencourt, Feijó, *Op. cit.*, p. 40.)

Já no final do século passado trabalhava na Biblioteca o pai do grande músico Villa-Lobos, Raul Villa-Lobos. Especialista em iconografia antiga, historiador, geógrafo, nas horas vagas também músico, Raul Villa-Lobos deixou escritos alguns trabalhos de valor. Um dia Raul Villa-Lobos comprou vários livros na cidade e, como eram muitos, os escondeu num canto, por baixo de uma das escadarias do prédio. Toda tarde, ao findar o expediente, retirava um certo número desses livros e os levava para casa. Um dos guardas da Biblioteca notou e passou a observar. Desconfiou daquele funcionário que escondia livros pelos cantos e os levava sorrateiramente para casa. Armou o flagrante, chamou testemunhas, e Raul Villa-Lobos, que não tinha a nota fiscal das compras, foi parar na cadeia, por furto de livros da Biblioteca Nacional. Teve de contratar advogado. Não foi fácil livrar-se da acusação. Mas livrou-se, provou a sua inocência e voltou ao seu trabalho. Faleceu no dia 18 de julho de 1899, como funcionário da Casa.

Não precisa mais repetir: uma biblioteca nacional é feita, antes de tudo, para guardar a cultura literária de um país. Mas, de vez em quando, aparecem, junto com edições originais, fotos, desenhos e manuscritos valiosos, pequenos objetos que não fazem parte propriamente da cultura literária. Por exemplo, no meio da enorme e valiosíssima coleção de livros, manuscritos e fotografias de D. Pedro II, surgiu uma mimoso e rica caixinha, coisa de estimação, contendo uns fios de cabelo da leonina cabeleira da avó do imperador, D. Maria, a Louca. Fazer o quê? Jogar fora? É claro que não. Não custa guardar nalgum lugar. Afinal de contas, uns fios de cabelo não vão ocupar tanto espaço lá onde se podem guardar 9 milhões de peças. E assim por diante. Resultado: a Biblioteca Nacional tem hoje uma porção dessas curiosas peças, bem-guardadas, bem-conservadas, pois tudo o que cai aqui é bem-guardado e bem-conservado. Citemos mais algumas, para deliciar o leitor: além da citada real madeixa de D. Maria I, podemos também admirar um fio de cabelo de Inês de Castro, aquela do "É tarde, Inês é morta", uns cachinhos da escritora Clarice Lispector e – pasmem! –, colados numa carta impublicável de D. Pedro I à marquesa de Santos, um punhado de pêlos pubianos do travesso imperador.

O caso que se segue é pitoresco. Ou será triste? Talvez as duas coisas. Em todo o caso é curioso, nem que seja por envolver duas personalidades marcantes da nossa literatura.

Em 1895 era diretor da Biblioteca Nacional o grande romancista Raul Pompéia, ou melhor, o Dr. Raul D'Avila Pompéia. Estava em pleno apogeu o crítico literário José Veríssimo, também famoso por sua afiadíssima língua. Foi quando, no volume XVII dos *Anais da Biblioteca* saiu publicado o *Catalogo por Ordem Chronologica das Biblias, Concordancias e Commentarios Existentes na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, com 337 páginas e centenas de verbetes, dando conta de tudo o quanto se pode imaginar em termos de Bíblias e assuntos bíblicos, passando por incunábulos, pela famosíssima Bíblia de Mogúncia, editada em 1462 por sócios de Gutenberg, até as mais recentes edições da época, e numa incrível variedade de línguas antigas

e modernas. Não se sabe o que mais admirar nesse catálogo, se a técnica e a paciência dos pesquisadores, se a riqueza do acervo bibliográfico especializado da Biblioteca. Mas... José Veríssimo começa a ler o catálogo, página por página, verbete por verbete, à procura de uma falha. E achou! Várias. E na *Revista Brazileira* (1895, ano I, tomo II, pp. 254/5) abriu a boca. Primeiro, esses *Anais*, que deveriam ser publicados todos os anos, estão atrasados, já havia dois anos não eram publicados; e o volume tem muitos erros de revisão; e... eis o mais grave, cita, à página 217, a *Bible de l'Humanité*, de J. Michelet (1874), que, apesar do nome, nada tem a ver com a Bíblia, e, à página 219, cita a *Histoire Ancienne des Peuples de l'Orient*, de G. Maspero (1878), que só muito indiretamente tem a ver com o tema do catálogo. Além do mais, o catálogo bíblico da Biblioteca não contém Bíblias e estudos bíblicos mais recentes, "obras que na espécie são capitais e ela (a Biblioteca) não poderia deixar de ter". E conclui, agressivo: "... pode-se dizer, sem exagero, que o Catálogo vem provar a pobreza de nossa Biblioteca no que de melhor e mais moderno existe na ciência dos Estudos Bíblicos" (p. 255).

Raul Pompéia não gostou e, em carta à redação da revista, datada de 23 de maio e publicada nas páginas 377 e seguintes, acusa José Veríssimo de ter escrito "uma obra-prima de injustiça e inesperado rigor"; que a enorme riqueza do acervo da Biblioteca em livros antigos e raros, basta para compensar "qualquer deficiência de obras modernas"; sem contar que todo mundo sabe que "a Biblioteca não dispõe de recursos pecuniários para adquirir tudo quanto devia ter, e mesmo muita coisa que não pode deixar de ter"; que há muito de Bíblia na *Bible de l'Humanité* - é só olhar o índice, onde se fala de Jesus, do seu tempo e de diversos livros da Bíblia; *idem* quanto ao livro de Maspero, que, na maioria dos seus capítulos, traz estudos interessantes sobre os povos bíblicos. E conclui, com luvas de pelica: "a crítica inexorável nada perdoou, nem os erros tipográficos (...). Apesar de tudo, porque a própria hostilidade é um estímulo, eu venho agradecer a atenção e o cuidado que à *Revista Brazileira* mereceu a Biblioteca Nacional".

José Veríssimo não ficou calado. Em nova matéria, faz a sua tréplica: diz que não houve de sua parte nenhuma hostilidade; que Raul Pompéia "nos magoou por ser [a sua reação] clamoro-

samente injusta. Ninguém podia ver em nossa notícia senão estima e apreço pela instituição [da Biblioteca], pelos seus trabalhos e pelos seus funcionários, principalmente pelo principal colaborador do citado volume [dos *Anais*]". José Veríssimo passa então a expor tudo o que anteriormente já havia escrito em louvor da Biblioteca e dos seus trabalhos, como prova desse apreço. Mesmo assim, confirma a sua crítica em relação aos atrasos, aos erros de revisão e aos dois livros citados que, repisa, não deveriam estar no Catálogo: eles podem falar de Jesus, dos povos bíblicos, mas, conforme diz o próprio título do Catálogo, "eles não são Bíblia, nem Corpo de Bíblia, nem Concordancia, nem Commentario". E, se o problema é falar de Jesus e do seu povo, "por que não colocar no Catálogo o *Evangelho nas Selvas do nosso Varela?*"

Raul Pompéia ainda enviou outra carta à *Revista Brazileira*, em que dizia que o seu ataque a José Veríssimo não era pessoal, mas apenas literário, mas a revista não a publicou, fazendo-lhe apenas uma pequena referência em pé de página. Afinal de contas, José Veríssimo era o diretor da revista.

E assim a discussão foi encerrada. Já passava do meio do ano. Raul Pompéia começava a sofrer forte perseguição política, pois era ardente florianista, e o florianismo caía em desgraça; por razões políticas, foi demitido da direção da Biblioteca; alguém, usando o pseudônimo de Olavo Bilac, de quem Pompéia era grande amigo, publicou no jornal *Cidade do Rio* um violento ataque contra o romancista, atingindo a sua vida pessoal e revelando rumores desabonadores de sua vida sexual. Pompéia não aceitou as desculpas de Bilac, que jurava não haver escrito aquele artigo, e o desafiou para um duelo. O duelo não aconteceu, por interferência da polícia e de amigos dos dois escritores. Pompéia, que já passava por uma profunda crise de depressão, causada por alguns problemas íntimos somados à perseguição política, entrou em completo desespero, sentindo-se enxovalhado e desonrado. Retirou-se para Angra dos Reis, sua cidade natal, onde pretendia descansar e se esquecer de tudo, em companhia de sua mãe e de suas três irmãs. Mas, no dia 25 de dezembro, noite de Natal desse mesmo ano de 1895, não resistiu. Deu um tiro no coração.

Esta, agora, é bem mais recente e se reporta aos nossos tempos, quando se pensava que os comunistas eram o pior mal da humanidade, esses homens horrorosos que comiam criancinhas vivas. Em 1935, no auge do "perigo vermelho", o escritor comunista Mário Pedrosa era procurado como inimigo da pátria, em toda a cidade, rua por rua, beco por beco, casa por casa. E ele, simplesmente, passava os dias na Biblioteca Nacional, em pleno centro do Rio de Janeiro, portas e janelas abertas, sem medo de ser encontrado. Coragem? Imprudência? Não, dizia ele. E que "na Biblioteca nenhum tira se lembrará jamais de ir".

2. DIRIGENTES DA BIBLIOTECA NACIONAL (1810 a 1990)

ENCARREGADOS DO ARRANJAMENTO E CONSERVAÇÃO OU PREFEITOS	EXERCÍCIO	
	Inicio	Término
Frei Gregório José Viegas (1753-1840)	1810	22.03.1821
Padre Joaquim Dámaso (1777-1833)	1810	1822
Luís Joaquim dos Santos Marrocos (1781-1838)	22.03.1821	14.07.1825

BIBLIOTECÁRIOS ¹	AJUDANTES SUBSTITUTOS (vice-bibliotecários)	EXERCÍCIO	
		Inicio	Término
Frei Antônio de Arrábida (1771-1850)		23.10.1822	16.08.1831
	Cônego Felisberto Antônio Pereira Delgado	16.08.1831	12.08.1833

¹ A partir de Frei A. de Arrábida a autoridade maior da Biblioteca passou a chamar-se Bibliotecário.

BIBLIOTECÁRIOS	AJUDANTES SUBSTITUTOS (vice-bibliotecários)	EXERCÍCIO	
		Ínicio	Término
Cônego Francisco Vieira Goulart (? -1839)		11.01.1837	21.08.1839
	Cônego Antônio Fernandes da Silveira	30.10.1837	05.11.1839
Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846)		05.11.1839	22.02.1846
	José Ventura Boscoli (1806-1874)		
José de Assis Alves Branco Muniz Barreto (1819-1853)		05.03.1846	17.03.1853
	José Ventura Boscoli (1806-1874)		
Frei Camillo de Monserrat (1818-1870)		23.04.1853	19.11.1870
	João Cesário da Silva (? - 1882)		
Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Barão de Ramiz Galvão (1846-1938)		22.12.1870	22.07.1882
	João Cesário da Silva		
	João Saldanha da Gama		
João Saldanha da Gama (1835-1899)		31.10.1882	12.12.1889
	José Alexandre Teixeira de Mello (1833-1907)		

DIRETORES ²	INTERINOS E SUBSTITUTOS	EXERCÍCIO	
		Ínicio	Término
Francisco Leite Bittencourt Sampaio (1836-1895)		14.12.1889	25.10.1892
	João Carlos de Carvalho (1857-1921)		
Francisco Mendes da Rocha (1862-1894)		14.11.1892	31.07.1894
Raul d'Ávila Pompéia (1863-1895)		31.07.1894	30.09.1895
José Alexandre Teixeira de Mello (1833-1907)		30.09.1895	23.04.1900
	João Carlos de Carvalho		
	Antônio Jansen do Paço		
Manoel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956)		13.07.1900	09.02.1924
	Antônio Jansen do Paço (1859-1918)		
	Aurélio Lopes de Sousa (1866-1934)		
	Basílio de Magalhães (1874-1957)		

² A partir de Francisco Leite Bittencourt Sampaio a autoridade maior da Biblioteca passou a chamar-se *Diretor*.

DIRETORES	INTERINOS E SUBSTITUTOS	EXERCÍCIO	
		Ínicio	Término
	Aurélio Lopes de Sousa (1866-1934)		
	Mário Marinho de Carvalho Behring		
Mário Marinho de Carvalho Behring (1876-1933)		28.02.1924	17.11.1932
	João Gomes do Rego (1861-19 ?)		
	Manuel Cassius Berlinck (1880-1938)		
	Aurélio Lopes de Sousa (1866-1934)		
Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949)		21.11.1932	17.12.1945
	Carlos Mariani (1883-1937)		
	José Bartholo da Silva (1890- ?)		
	Sérgio Buarque de Hollanda (1902-1982)		

DIRETORES-GERAIS ³	INTERINOS E SUBSTITUTOS	EXERCÍCIO	
		Ínicio	Término
Rubens Borba Alves de Morais (1899-1986)		21.12.1945	15.12.1947
	Cláudio Sinfrônio de Medeiros Lima (1916-1976)		
Josué de Sousa Montello (1917-)		14.01.1948	01.03.1951
	José Honório Rodrigues (1913-1987)		
Eugenio Gomes (1897-1972)		08.03.1951	08.02.1956
	José Honório Rodrigues		
	Cláudio Sinfrônio de Medeiros Lima		
Celso Ferreira da Cunha (1917-1989)		08.02.1956 23.01.1961	07.07.1960 20.02.1961
	Cláudio Sinfrônio de Medeiros Lima		
	Marina Monteiro de Barros Roxo (1910-1989)		

³ A partir de Rubens Borba Alves de Morais a autoridade maior da Biblioteca passou a chamar-se *Diretor-Geral*.

DIRETORES-GERAIS	INTERINOS E SUBSTITUTOS	EXERCÍCIO	
		Ínicio	Término
José Elísio Condé (1907-)		21.07.1960	16.11.1960
	Antônio Caetano Dias (1919-1985)		
Adonias Aguiar Filho (1915-1990)		20.02.1961	29.04.1971
	Paulo Mendes Campos (1922-1991)		
	Francisco das Chagas Pereira da Silva (1918-1985)		
Jannice de Melo Monte- Mór (1927-)		12.05.1971	21.04.1979
	Marina Monteiro de Barros Roxo		
	Francisco das Chagas Pereira da Silva		
Plínio Doyle da Silva (1906-)		10.05.1979	06.01.1982
	Mário Ferreira da Luz (1930-)		
Célia Ribeiro Zaher (1931-)		01.02.1982	01.03.1984
	Alice Barros Maia (1927-)		
Maria Alice Giudice Barroso Soares (1926-)		01.03.1984	22.04.1989
	Lia Temporal Malcher (1931-)		

DIRETORES-GERAIS	INTERINOS E SUBSTITUTOS	EXERCÍCIO	
		Ínicio	Término
	Ronaldo Menegaz (1934-)		
	Lia Temporal Malcher*	25.08.1989	06.07.1990
	Ronaldo Menegaz**	06.07.1990	06.12.1990

PRESIDENTE ⁴	INTERINOS E SUBSTITUTOS	EXERCÍCIO
Affonso Romano de Sant'Anna (1937-)		<p>Nomeação: 22.11.1990</p> <p>Posse: 06.12.1990</p>

* Nomeada para responder pela Direção da Biblioteca Nacional.

** Nomeado para responder pela Direção da Biblioteca Nacional.

4 A partir de Affonso Romano de Sant'Anna a autoridade maior da Biblioteca passou a chamar-se *Presidente*.

3. DIRIGENTES E FUNCIONÁRIOS DA BIBLIOTECA NACIONAL COM POSIÇÃO RELEVANTE NA VIDA CULTURAL DO BRASIL*

Dirigentes:

ADONIAS FILHO, 1915-1990 (*Diretor-Geral de 20.02.1961 a 29.04.1971*) – Jornalista, crítico, ensaísta, romancista e tradutor. Membro da Academia Brasileira de Letras. Foi crítico literário em diversos jornais e revistas. Além de diretor da Biblioteca Nacional, foi diretor do Serviço Nacional do Teatro, do Instituto Nacional do Livro e membro do Conselho Federal de Educação. Seus romances principais: *Os Servos da Morte* (1946); *Memórias de Lázaro* (1952); *Corpo Vivo* (1969). Como crítico, escreveu *Moderne Ficcionistas Brasileiros* (1958).

AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA, 1937- (*Presidente desde 22.11.1990*) – Poeta, jornalista, professor universitário e teórico da literatura, com obras consideradas básicas para a reflexão cultural brasileira, como *O Canibalismo Amoroso* (1984) e *Análise Estrutural de Romances Brasileiros* (1974). Seu livro *Que País É Este?* (1980) é considerado um clássico da moderna poesia brasileira.

BENJAMIN FRANKLIN RAMIZ GALVÃO, 1846-1938 (*Bibliotecário de 22.12.1870 a 22.07.1882*) – Historiador, educador e médico. Lecionou grego, retórica, poética e literatura nacional no Colégio Pedro II (1869-1870). Foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, desde 1882, preceptor dos príncipes filhos da princesa Isabel, D. Pedro e D. Luís, função que manteve até 1889. Em 1928 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, onde mais tarde chegou a presidente. Sua bibliografia inclui, entre outras: *Bibliotecas Públicas da Europa* (1875), *Galeria Histórica Brasileira* (1900) e *Vocabulário Etimológico, Ortográfico e Prosódico das Palavras Portuguesas Derivadas da Língua Grega* (1909).

* Pela ordem alfabética.

CELSO FERREIRA DA CUNHA, 1917-1989 (*Diretor-Geral de 08.02.1956 a 07.07.1960 e de 23.01.1961 a 20.02.1961*) – Filólogo, doutor em Letras, professor catedrático de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre 1952 e 1955, foi professor de Estudos Brasileiros na Universidade de Paris (Sorbonne). Dirigiu com A. Houaiss e I. S. Révah a revista *Ibérica*, especializada em filologia hispânica. Publicou: *A Margem da Poética Trovadoresca* (1950); *O Cancioneiro de Martin Codax* (1956); *Estudos de Poética Trovadoresca* (1961); *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira* (1968) etc.

EUGÉNIO GOMES, 1897-1972 (*Diretor-Geral de 08.03.1951 a 08.02.1956*) – Ensaísta, poeta, crítico e jornalista. Em seu estado natal, praticou o jornalismo. Foi redator brasileiro da revista *Seleções do Readers Digest* em Nova Iorque (1956), diretor do Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa e adido cultural junto à Embaixada do Brasil em Madri. É o mais destacado especialista de literatura comparada do Brasil e autor de importante estudo sobre as influências inglesas na obra de Machado de Assis. Ganhou, em 1959, pelo conjunto de suas obras, o Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras. Algumas de suas obras: *Moema* (1928); *Espelho contra Espelho* (1949); *Vieira* (1957); *Machado de Assis* (1958); *O Enigma de Capitu* (1968).

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA, 1918-1985 (*Diretor Interino na Gestão de ADONIAS FILHO*) – Com ele a dramaturgia brasileira avançou do puro regionalismo para uma perspectiva crítica. Sua obra foi para o teatro o que o romance de Graciliano Ramos foi para a literatura. Muito bem recebido pela crítica, encenado por grandes nomes do teatro brasileiro dos anos 50 e 60, Francisco Pereira da Silva produziu uma dramaturgia que refletiu também o amadurecimento das encenações brasileiras num dos instantes mais críticos da arte nacional. O declínio do teatro brasileiro nos anos 60, ressentido pela censura e pela crise econômica, coincide com o afastamento do autor dos palcos nacionais. Seus textos mais importantes: *Chapéu de Sebo* (1966) e *O Vaso Suspirado* (1973).

JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA, *Cônego, 1780-1846* (*Bibliotecário de 05.11.1839 a 22.02.1846*) – Jornalista, orador sacro famoso, professor, historiador e político. Lutando pela independência do Brasil, fundou o jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*. Após a Independência começou a luta pela República, tendo sido preso e deportado. De volta ao Brasil, elegeu-se deputado pelos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou diversos livros de crônicas, de teatro e de poesias, além de inúmeros artigos em jornais.

JOSÉ ELÍSIO CONDÉ, 1907- (*Diretor-Geral de 21.07.1960 a 16.11.1960*) – Escritor e jornalista, fundador, com seus irmãos, também escritores, João e José, do *Jornal de Letras*, mensário de literatura e artes. Representante do Brasil em congressos internacionais (Chile, Argentina etc.) e nacionais (Rio de Janeiro, Recife e Bahia) com teses e comunicações próprias. Recebeu vários prêmios, tais como: da Prefeitura, Estado de São Paulo (em conjunto com João e José Condé), 1955; *Jornal do Commercio*, Rio, 1958; Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, 1959.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, 1913-1987 (*Diretor Interino na Gestão de JOSUÉ MONTELLO e de EUGÊNIO GOMES*) – Historiador. Em 1937, com seu trabalho *Civilização Holandesa no Brasil*, conquistou o primeiro Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito em 1969. Foi diretor do Arquivo Nacional e da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional. Lecionou em universidades americanas e europeias, na qualidade de professor visitante. Foi membro da Comissão de Estudos de Textos da História do Brasil, do Itamaraty; do Seminário de Estudos Americanos, de Madri; do Comitê de Redatores da *Revista de História da América* e da Comissão Internacional de História (UNESCO). Pertenceu, entre outras sociedades de história, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Sociedade Capistrano de Abreu e às Academias de Washington e de Utrecht (Holanda). Publicou, especialmente sobre História do Brasil, livros, opúsculos, ensaios, artigos e edições críticas,

tais como: *Teoria da História do Brasil* (1949, 1957, 2^a ed., 2 v.); *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil* (1949); *A Pesquisa Histórica no Brasil* (1951); *História e Historiografia* (1970); *Independência: Revolução e Contra-Revolução* (1975-76, 6v.) etc.

JOSUÉ MONTELLO, 1917- (*Diretor-Geral de 14.01.1948 a 01.03.1951*) – Jornalista, novelista, contista, romancista, crítico, cronista, ensaísta, professor e historiador da literatura. Em 1936, no Rio de Janeiro, passou a integrar o grupo de escritores e intelectuais que fundou a revista *D. Casmurro*. Em 1944, planejou a reforma da Biblioteca Nacional a convite de Rodolfo Garcia e estruturou em bases modernas os cursos de Biblioteconomia, dos quais foi coordenador e logo diretor. Inaugurou e regeu os Estudos Brasileiros no Peru, Portugal e Espanha. Foi diretor do Museu da República e do Serviço Nacional de Teatro. É membro da Academia Brasileira de Letras, conselheiro cultural em Paris, membro e ex-presidente do Conselho Federal de Cultura. Entre seus inúmeros romances, os mais famosos são: *Tambores de São Luís* (1975); *Pedra Viva* (1983) e *Perto da Meia-Noite* (1985).

MARIA ALICE BARROSO, 1926- (*Diretora-Geral de 01.03.1984 a 24.08.1989*) – Romancista, cronista e bibliotecária. Membro do Conselho Regional de Biblioteconomia, da Associação Brasileira de Normas Técnicas e do Conselho Federal de Cultura. Recebeu em 1967 o Prêmio Walmap de Literatura. Publicou vários romances: *Os Posseiros* (1955); *Um Nome para Matar* (1967); *Um Dia Vamos Rir de Tudo* (1976); *O Globo da Morte* (1981) etc.

PAULO MENDES CAMPOS, 1922-1991 (*Diretor Interino na Gestão de ADONIAS FILHO*) – Poeta, jornalista e cronista. Um dos principais representantes da geração de 1945, mas não é um poeta rígido, nem formal como outros do grupo. Foi diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Recebeu o Prêmio Alphonsus de Guimaraens do Instituto Nacional do Livro. Publicou várias obras, entre elas: *A Palavra Escrita* (1951) e *O Domingo Azul do Mar* (1958).

PLÍNIO DOYLE, 1906- (*Diretor-Geral de 10.05.1979 a 06.11.1982*) – Bibliófilo. Publicou diversos estudos sobre a história do livro e de jornais literários. Sua biblioteca é considerada uma das mais completas do Brasil. É conhecido como grande amigo e incentivador dos escritores brasileiros. Publicou na *Revista do Livro* estudos sobre a história de revistas e jornais literários.

RAUL POMPEIA, 1863-1895 (*Diretor de 31.07.1894 a 30.09.1895*) – Romancista famoso, jornalista e professor de Mitologia na Escola Nacional de Belas-Artes. Escreveu e lutou, junto com José do Patrocínio, pela abolição da escravatura e pela República. Publicou diversos romances, dos quais o mais importante é *O Ateneu* (1888), sua obra-prima, expressão lídima do realismo e naturalismo na literatura brasileira.

RODOLFO AUGUSTO DE AMORIM GARCIA, 1873-1949 (*Diretor de 21.11.1932 a 17.12.1945*) – Historiador, jornalista, diplomado em Direito (1908), professor, funcionário público, diretor do Museu Histórico e da Biblioteca Nacional, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Filologia e da Academia Brasileira de Letras. Algumas de suas obras: *Nomes de Aves em Língua Tupi* (1913); *Dicionário de Brasileirismos* (1915); *Escritos Avulsos* (1973). Anotou e prefaciou obras de Pero de Magalhães Gondavo, Fernão Cardim, D. Francisco Manuel de Melo, José Basílio da Gama etc.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLLANDA, 1902-1982 (*Diretor Interino na Gestão de RODOLFO GARCIA*) – Exerceu a crítica literária em jornais de São Paulo e Rio de Janeiro; lecionou nas Universidades do Rio de Janeiro, Roma, Yale e Nova Iorque. Diretor de publicações do Instituto Nacional do Livro e do Museu Paulista. O mais conhecido de seus inúmeros livros é *Raízes do Brasil* (1936), sempre reeditado, por ser básico no tema. Sua obra é muito extensa: *Monções* (1945); *Primórdios da Expansão Paulista no Fim do Século XVII* (1948); *Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil* (1959); *O Brasil Monárquico* (3 v. 1962/64/67) etc.

Funcionários:

AFRÂNIO COUTINHO, 1911- – Jornalista, crítico literário e professor de Literatura, História e Filosofia. Foi funcionário da Biblioteca Nacional de 1953 a 1964, atuando como professor responsável pela disciplina História do Livro e das Bibliotecas do curso de Biblioteconomia. É membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Fundador da Oficina Literária Afrânio Coutinho, centro de estudos e pesquisas literárias. Em sua seção “Correntes cruzadas”, no jornal *Diário de Notícias*, desencadeou, a partir de 1948, uma campanha de renovação – a Nova Crítica. Suas principais obras são: *A Filosofia de Machado de Assis* (1940); *Aspectos da Literatura Barroca* (1950); *Machado de Assis na Literatura Brasileira* (1960); *Crítica e Poética* (1968); *O Erotismo na Literatura* (1979) e *O Processo da Descolonização Literária* (1983).

ARMANDO FREITAS FILHO, 1940- – Funcionário da Biblioteca Nacional desde 1990. Foi pesquisador na Fundação Casa de Rui Barbosa, secretário da Câmara de Artes do Conselho Federal de Cultura, assessor de imprensa, na agência Rio, do antigo Instituto Nacional do Livro. Tem doze livros de poemas publicados, entre eles, *Palavras* (1963); *À Mão Livre* (1979) e *De cor* (1988). Em 1986, ganhou o Prêmio Jabuti de poesia, com a obra *3 x 4* (1985).

CAPISTRANO DE ABREU, 1853-1927 – Historiador e jornalista. Em 1879 tornou-se, por concurso, funcionário da Biblioteca Nacional. Foi nomeado professor de História do Brasil no Colégio Pedro II e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Colaborou no grande *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, da Biblioteca Nacional. Restabeleceu textos de Fernão Cardim, padre Manuel da Nóbrega, Antonil e outros. Suas principais obras: *Ensaios e Estudos* (1875); *O Brasil no Século XVI* (1883); *Capítulos da História Colonial* (1907); *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil* (1930). Fez a edição crítica da obra histórica de Varnhagen (1907), da *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador etc.

CECÍLIA MEIRELLES, 1901-1964 – Poeta. Dedicou-se ao magistério primário, à atividade literária e ao jornalismo. Na Universidade do Distrito Federal, lecionou Literatura Luso-Brasileira e depois Técnica e Crítica Literária. Pode ser considerada herdeira do simbolismo na poesia modernista brasileira e é, sem dúvida, um dos grandes nomes da poesia brasileira. Entre as suas inúmeras obras, destacamos: *Poema dos Poemas* (1923); *Baladas para El-Rei* (1925); *Canções* (1956); *Antologia Poética* (1963) e *Romanceiro da Inconfidência* (1953).

CONSTÂNCIO ANTÔNIO ALVES, 1862-1933 – Jornalista, humorista, ensaísta, conferencista. Abandonou o curso de Direito que iniciara em Recife (1880) e, na Bahia, se formou em Medicina (1885). Passou-se depois para o Rio de Janeiro, onde se dedicou ao jornalismo e foi funcionário da Biblioteca Nacional (1899), chegando a chefe de seção (1913). Em 1992 foi eleito para a cadeira nº 26 (Laurindo Rabelo) da Academia Brasileira de Letras. Bibliografia: *Da Cremação e Inumação perante a Higiene* (1885), tese; *Figuras* (1921), perfis; *A Sensibilidade Romântica*, Rev. ABL, 26 (73); 501-27, (1928), confer.; *Memórias de Antônio Ipiranga* (rom. com outros, cap. 4, na Rev. ABL, 27 (77), maio (1928); *Gregório de Matos*, In: Matos, Gregório de, Obras. IV Satírica, vol. I, Rio de Janeiro, 1930, p. 9-40; *Literatura na Bahia*, In: *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*, vol. 16, Rio de Janeiro, s.d., pp. 8201-14.

DARCI DAMASCENO DOS SANTOS, 1922-1988 – Poeta da Geração de 45. Era licenciado em línguas neolatinas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi Chefe da Seção de Manuscritos. Publicou: *Poemas* (1946); *Jogral Caçurro e Outros Poemas* (1958); *Trigésimas* (1967) e *Poesia* (1967). Traduziu *O Cemitério Marinho* (1949), de Paul Valéry. Demonstrou seus dons de crítico em Cecília Meirelles: *O Mundo Contemplado* (1967).

DIRCEU LINDOSO, 1932- – Antropólogo e historiador. Nomeado para a Fundação Biblioteca Nacional em 1990 como Técnico em Pesquisas do Departamento Nacional do Livro. Foi coordenador de cultura do Ministério da Educação e Cultura e chefe

de documentação histórica do Museu Imperial. Suas principais obras: *Póvoa-Mundo* (Prêmio Nacional José Lins do Rego, 1981); *A Utopia Armada – Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real* (1983); *A Diferença Selvagem* (1983).

FERNANDO SABINO, 1923- – Escritor e jornalista, formado em Direito, iniciou-se no jornalismo na revista *Argus*, de Minas Gerais. Foi funcionário da Biblioteca Nacional durante o período de 1964 a 1972, lotado na Divisão de Obras Raras e Publicações, ficando de 1964 a 1966 à disposição do Ministério das Relações Exteriores como adido cultural da Embaixada do Brasil em Londres. Em 1967, juntamente com Rubem Braga, deixou a direção da Editora do Autor, de que foi um dos criadores, e fundou a Editora Sabiá. Notável romancista, é mestre da dialogação e um dos grandes cronistas brasileiros. Publicou, entre outras: *A Cidade Vazia* (1950); *O Encontro Marcado* (1957); *A Companheira de Viagem* (1965); *O Grande Mentecapto* (1979 – 3^a ed.).

JAIRO CORTESEN, 1884-1960 – Professor, historiador e escritor português. Lecionou no Porto de 1911 a 1915; em 1919, foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa. Em 1940, veio para o Brasil, onde lecionou história da formação territorial do Brasil no curso de aperfeiçoamento de diplomatas no Ministério das Relações Exteriores. Iniciou seus serviços à Biblioteca Nacional como tarefeiro e em 1954 foi admitido como pesquisador em manuscritos históricos. Foi da Academia de Ciências de Lisboa. Entre suas principais obras, destacamos: *Memórias da Grande Guerra* (1919); *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil* (1922); *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses* (1940); *Cabral e as Origens do Brasil* (1944); *Introdução à História das Bandeiras* (1964, 2 v.).

JOÃO RIBEIRO, 1860-1934 – Polígrafo. Formou-se em ciências jurídicas e sociais. Nomeado, por concurso, para a Biblioteca Nacional em 1885. Foi professor de História Universal do Colégio Pedro II e posteriormente seu diretor. Iniciou sua colaboração na imprensa em Sergipe, escrevendo em *O Laranjeirense*. Em 1898, tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras. Sua

produção literária é intensa; algumas de suas obras: *Estudos Filológicos* (1902); *História do Brasil* (1900); *O Fabordão* (1910); *O Folclore* (1919) e *Floresta de Exemplos* (1931). Pela formação diferente (em parte germânica), pelo rigor científico da filologia e pelo progressismo literário e político, pode-se afirmar que João Ribeiro teve uma influência ímpar na literatura brasileira.

LÍGIA CUNHA, 1922 - – Bibliotecária e museóloga. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi chefe da Divisão de Iconografia (1976 a 1990). Algumas de suas obras: *Gravuras do Rio Antigo* (1951); *Atlas Cartográfico do Rio de Janeiro – Séc. XVII e XIX* (1970) e *A Política do Livro Antigo, no Exterior e no Brasil, In: Biblos*, Rio Grande do Sul (1987)..

MÁRCIO SOUZA, 1946- – Atual diretor do Departamento Nacional do Livro da Biblioteca Nacional, nomeado em fevereiro de 1991. Romancista, teatrólogo, ensaísta, nascido em Manaus, Amazonas. Como escritor, é considerado um dos expoentes da moderna literatura brasileira. *Galvez – o Imperador do Acre* (1976) é o seu romance mais conhecido, já traduzido em pelo menos dez idiomas.

MERCEDES REIS PEQUENO, 1921- – Musicóloga e bibliotecária, criou em 1952 e chefiou até 1990 a atual Divisão de Música e Arquivo Sonoro da Biblioteca Nacional. Recebeu, entre outros, o Prêmio Estácio de Sá (Música Erudita – 1977), foi vice-presidente da Association Internationale des Bibliothèques, Archives et Centres de Documentation Musicaux – AIBM (1965-1974) (França). Suas principais obras: *Bibliografia Musical Brasileira de 1820-1950* (1952); *Impressão Musical no Brasil* (1977) e *Música no Nordeste até os 800* (1982).

SUZANA VARGAS, 1955- (Funcionária do Departamento Nacional do Livro da Biblioteca Nacional). Poeta, autora de Literatura Infantil, professora universitária, mestre em Teoria Literária e tradutora. Entre seus livros de poesia destacam-se *Sem Recreio* (1983), *Sempre-Noiva* (1984) e *Sombras Chinesas* (1990). Entre seus livros para o público infantil, os mais conhecidos são: *Doce de Casa* (1985), *Cochicho* (1990) e *De Olho no Piolho* (1990).

4. A BIBLIOTECA NACIONAL NA ERA DA INFORMÁTICA

Contribuição da Bibliotecária
ANA FANFA

A Biblioteca Nacional, a partir de 1972, começou a desenvolver estudos visando ao estabelecimento de um formato padrão que permitisse o intercâmbio de informações bibliográficas gravadas em suporte magnético. Optou-se pela adoção do Formato CALCO (Catalogação Legível por Computador), por ser adaptação do formato MARC, da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, e já contar com a compatibilidade de vários outros formatos.

Em 1975, durante a administração da Dra. Jannice de Mello Monte-Mór, constatou-se a necessidade de ser inventariado e publicado o catálogo geral do acervo da Biblioteca Nacional, que na época era estimado em cerca de 3 milhões de peças. Para isso foi desenvolvido o projeto Controle do Acervo da Biblioteca Nacional. Devido a sua amplitude e a fim de torná-lo mais viável, optou-se por desmembrá-lo em cinco subprojetos distintos: (I) Aquisição planificada; (II) Restauração das obras do depósito; (III) Processamento técnico das obras do depósito; (IV) Inventário do acervo e (V) Plano do catálogo geral.

No subprojeto Plano do catálogo geral, ficou evidenciada a importância da informatização para a Biblioteca Nacional. Esse subprojeto foi dividido em fases distintas, com metas definidas, representando uma unidade independente dentro do objetivo geral. Como fase inicial, optou-se pela confecção do catálogo de periódicos, concomitantemente com o inventário dos mesmos (na época, cerca de 17 mil títulos), fundindo-o assim como parte do subprojeto Inventário do acervo.

Somente através da informática poderia ser realizada a árdua missão de listar e inventariar todo o acervo de periódicos da Biblioteca Nacional e fixar, como rotina de procedimento, uma sistemática de controle de periódicos. Hoje encontram-se

cadastrados cerca de 45 mil títulos, correspondentes a cerca de 3 500 000 fascículos.

Para a sua execução, a Biblioteca Nacional firmou em 1975 convênio com a SEPLAN/FINEP/MEC*, e, após entendimentos, constituiu-se um grupo de trabalho que, contando com a participação de seis estagiários (estudantes de Biblioteconomia), a supervisão de dois analistas (representantes do CIMEC**) e duas bibliotecárias, como elementos de ligação entre a Biblioteca Nacional e o referido pessoal, deu-se início aos trabalhos.

A Biblioteca Nacional, com o auxílio de técnicos do CIMEC, desenvolveu estudos para a criação de seu Sistema de Automação. Em 1977, publicou a 1^a edição do manual *Formato CALCO, monografias e publicações seriadas*, e nesse mesmo ano o Boletim Bibliográfico foi impresso por meios automatizados.

Em 1979, a Biblioteca Nacional interligou-se ao Congresso Nacional/Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal através da base de dados SICON/PRODASEN, que dispõe de 17 bancos de dados, quais sejam:

- NORMAS JURÍDICAS (NJUR) – Referências de todas as normas jurídicas (leis, decretos-leis, decretos, atos, resoluções, portarias etc.) editadas no Brasil desde 1946.
- JURISPRUDÊNCIA (JURI) – Referências a acórdãos, decisões e súmulas adotadas pelos Tribunais Superiores.
- DISCURSOS (DISC) – Referências e resumos dos pronunciamentos proferidos pelos senadores, deputados e autoridades, com indicação dos aparteantes.
- BIOGRAFIAS DE SENADORES (BSEN) – Informações sobre as biografias dos senadores desde o Império até os dias de hoje.
- MATÉRIAS LEGISLATIVAS (MATE) – Informações sobre as matérias legislativas que tramitaram no Congresso Nacional a partir de 1973.
- CONSTITUIÇÕES (CONS) – Textos integrais de todas as constituições brasileiras e das constituições de diversos países.

* SEPLAN/FINEP/MEC - Secretaria de Planejamento/Financiadora de Estudos e Projetos/Ministério da Educação e Cultura.

** CIMEC - Centro de Informática do Ministério da Educação e Cultura.

- ANTEPROJETOS, PROJETOS E EMENDAS (APEM) – Textos integrais de todos os anteprojetos, substitutivos e projetos de constituição, elaborados respectivamente nas subcomissões temáticas e comissões de sistematização, armazenados artigo por artigo, além das emendas apresentadas em todas as fases de elaboração constitucional.
- SUGESTÕES DOS CONSTITUINTES (SGCO) – Sugestões apresentadas pelos constituintes às subcomissões de acordo com o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.
- SUGESTÕES DO CIDADÃO (SAIC) – Sugestões enviadas pela sociedade brasileira à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, de março de 1986 até julho de 1987.
- LIVROS, PERIÓDICOS E AUTORES (BIPE) – Referências a autores, livros, folhetos, artigos e títulos de periódicos que constituem os acervos das Bibliotecas do Senado Federal, do Estado-Maior das Forças Armadas, dos Ministérios da Justiça, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, do Trabalho, do Governo do Distrito Federal, da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) e do PRODASEN.
- JORNAIS (JORN) – Referências às informações veiculadas na imprensa brasileira sobre a Assembléia Nacional Constituinte.
- THESAURUS OU DICIONÁRIOS DE TERMOS CONTROLADOS (THES)
- MACROTHESAURUS BRASILEIROS DE DIREITO CONSTITUCIONAL (TDIC)
- VOCABULÁRIO CONTROLADO BÁSICO (VCBS)
- CADASTRO DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (MEMO) – Informações sobre a organização formal da administração direta, indireta e fundações, com dados sobre a natureza, composição, estrutura, finalidade, atuação, legislação, titulares e endereços.
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES ELEITORAIS (SIEL) – Inclui o Subsistema de Eleições-set. 78, o Subsistema de Eleições-set. 82 e o Subsistema de Eleições-set. 85.
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (SIOR) – Inclui o Subsistema de Acompanhamento Orçamentário – ACOR, o Subsistema de Orçamento – ORCA e o Subsistema de Cadastro-Projetos e Atividades – COPA.

Em 1982, notando que o sistema do futuro se caracterizará pela produção sinergética e utilização compartilhada de bens produzidos, a Biblioteca Nacional, sob a direção da Dra. Célia Ribeiro Zaher, firmou convênio com a Fundação Getúlio Vargas (instituição criada em 1938, conhecida pelo pioneirismo de suas realizações nas áreas de administração, economia, ensino, pesquisa e informação) para o uso do Sistema BIBLIODATA/CALCO e, consequentemente, sua integração à rede BIBLIODATA.

O BIBLIODATA/CALCO tem como objetivo estabelecer infraestrutura para que todas as bibliotecas do Brasil venham a unir-se através de uma rede de cooperação, possibilitando a agilização no processamento técnico, evitando a duplicação de serviços e auxiliando na normalização dos registros bibliográficos e documentários e, consequentemente, melhorando o atendimento às necessidades de rapidez e eficiência na busca de um documento.

Com a incorporação da Biblioteca Nacional à rede BIBLIODATA, o Sistema BIBLIODATA/CALCO passou a possuir uma base de dados bibliográficos que pode ser considerada a "Base de Dados Nacional", uma vez que, pelo Depósito Legal (obrigatoriedade do envio à Biblioteca Nacional de toda a produção literária brasileira), a Biblioteca é o pólo natural do controle bibliográfico do país.

Em 1990, a rede BIBLIODATA era composta por 220 bibliotecas (pertencentes a 62 instituições) e possuía um total de 400 mil títulos de documentos, dos quais 131 809 integravam o acervo da Biblioteca Nacional.

Vários são os sistemas que integram o BIBLIODATA/CALCO, a saber:

a) *Cabeçalhos de assuntos* – contêm listas de termos utilizados para determinação das matérias a que se referem os documentos catalogados e/ou indexados, a fim de que sejam normalizados;

b) *Catalogação* – contém o registro sistemático dos dados bibliográficos relativos a determinado documento;

c) *Cooperação* – constitui a extensão do sistema, permitindo às bibliotecas participantes um aproveitamento comum dos dados registrados;

d) *Indexação (catalogação analítica)* – programa especial para registro dos trabalhos contidos em seriados ou em obras de autoria coletiva;

e) *Aquisição* – controla obras encomendadas e recém-adquiridas, que facilitam, sobremaneira, programas de aquisição planificada;

f) *Emissão de fichas e etiquetas* – imprime fichas que deverão compor os catálogos destinados ao público, bem como o catálogo topográfico. Nessa mesma oportunidade, são produzidas as etiquetas para os cartões dos livros e para identificação dos seus números de chamada nas lombadas dos livros;

g) *Emissão de catálogos e índices* – fornece às bibliotecas participantes, em forma de listagens, em microfichas e, quando desejado, em fitas magnéticas;

h) *Compilação de bibliografias*;

i) *Busca de retrospectivas*;

j) *Leitura das fitas magnéticas MARC* – adapta fitas magnéticas do formato MARC para o formato CALCO, permitindo assim um fornecimento de listagens ou fichas para composição de catálogos da Biblioteca do Congresso dos EUA a serem utilizadas como obra de referência pelas bibliotecas participantes.

Através do Sistema BIBLIODATA/CALCO, a Biblioteca Nacional obtém os seguintes produtos/serviços:

- emissão de fichas catalográficas e seus desdobramentos, inclusive as fichas topográficas;
- emissão de bibliografias por meio da seleção por data, área de interesse etc.;
- fornecimento de dados, em fita magnética, no formato CALCO-Intercâmbio, padrão nacional, compatível com o padrão MARC e de acordo com a norma ISO-2709;
- consulta *on-line* via RENPAC (Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes), permitindo o acesso completo à base de dados. A recuperação pode ser feita por autor, título e assunto restringindo por data, idioma, biblioteca, tipo de material etc.;
- microfichas do catálogo de autoridades (autores individuais e coletivos);

- microfichas da lista de cabeçalho de assunto;
- microfichas do catálogo geral das obras cadastradas no BI-BLIODATA (periodicidade mensal);
- conversão, para o formato CALCO, das fichas magnéticas recebidas da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos;
- emissão da *Bibliografia Brasileira* que, ordenada pela Classificação Decimal de Dewey - 19^a edição, inclui índices de autor, título e assunto e divulga documentos recebidos por depósito legal, além de obras de autores brasileiros editadas no exterior.

A Biblioteca Nacional também tem acesso à base de dados numéricos "RESETE", a qual contém séries temporais sobre comportamentos da economia brasileira e algumas séries demográficas. São encontrados na base RESETE todos os índices econômicos e de preços produzidos pela Fundação Getúlio Vargas, indicadores referentes à produção industrial e comercial, totalizando aproximadamente 3 mil séries temporais.

Além do sistema "Inventário de periódicos", implantado em 1976 na ocasião do subprojeto "Plano do catálogo geral", foram desenvolvidos os seguintes sistemas:

- Cadastro de editoras – cadastrá e divulga as editoras brasileiras (oficiais e comerciais) contribuintes do depósito legal.
- ISBN – mantém um cadastro de editores vinculados ao ISBN. Emite etiquetas de número de ISBN das obras e atribui dígitos de controle do número de ISBN.
- Cadastro de escritores – cadastrá os principais escritores com as respectivas datas de nascimento e falecimento.
- PERIOD – emite o relatório dos periódicos recebidos por depósito legal para publicação em anexo à *Bibliografia Brasileira*.
- Cadastro de Instituições/SIN – cadastrá as instituições que deverão receber a *Bibliografia Brasileira*. Emite as etiquetas de endereçamento.
- Intercâmbio – cadastrá as instituições com as quais a Biblioteca Nacional mantém intercâmbio.

- SOLVEN - gera as tabelas de combinações de solventes químicos utilizados em restauração de documentos.
- Mala Direta - cadastrava pessoas físicas e jurídicas com as quais os setores de Informação e Divulgação mantêm correspondência.

Dentre os projetos relativos à Informática na Biblioteca Nacional, destacam-se:

- instalação de uma rede local em microcomputadores (Rede Novel) que, utilizando MICROISIS, contemplará, inicialmente, a Divisão de Referência e Informação Documental, com a informatização de pesquisas, tais como levantamentos bibliográficos, indexação de jornais etc.; a Divisão de Obras com um sistema de controle de estatística de atendimento ao usuário e a Divisão de Obras Raras e Documentos Iconográficos com um sistema para catalogação de fotografias;
- transferência imediata de dados no sistema BIBLIODATA/CALCO;
- transferência imediata de dados relativos ao controle de periódicos, com instalação de computador de médio porte UNISYS B6910;
- constituição de um banco de imagens que atenderá à iconografia, manuscritos e obras raras, permitindo a recuperação da informação através da imagem digitalizada;
- tornar possível a qualquer biblioteca do país o acesso ao computador da Biblioteca Nacional através da rede de telefonia.

Obras consultadas

1. ARONOVICH, Giselda Brasil. Processos de automação na Biblioteca Nacional. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, 13(2) : 195-204, Jul./Dez. 1985.
2. FANFA, Ana. *Sistema BIBLIODATA/CALCO e metodologia para avaliação de sistemas*. 1987. 31 pp. mimeog.
3. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Sistema BIBLIODATA/CALCO*. Rio de Janeiro, 1982. 42 pp.

4. RELATÓRIO da diretoria-geral da Biblioteca Nacional - 1982. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 102: 235-58, 1982.

5. WANDERLEY, M. A. Utilização de processos de automação na Biblioteca Nacional. *Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, 2 (1): 41-54, 1973.

6. WANDERLEY, M. A. Utilização de processos de automação na Biblioteca Nacional. In: *Trabalhos de informáticos brasileiros*, Rio de Janeiro, 1973.

7. WANDERLEY, M. A. Utilização de processos de automação na Biblioteca Nacional. In: *Trabalhos de informáticos brasileiros*, Rio de Janeiro, 1973.

8. WANDERLEY, M. A. Utilização de processos de automação na Biblioteca Nacional. In: *Trabalhos de informáticos brasileiros*, Rio de Janeiro, 1973.

9. WANDERLEY, M. A. Utilização de processos de automação na Biblioteca Nacional. In: *Trabalhos de informáticos brasileiros*, Rio de Janeiro, 1973.

10. WANDERLEY, M. A. Utilização de processos de automação na Biblioteca Nacional. In: *Trabalhos de informáticos brasileiros*, Rio de Janeiro, 1973.

11. WANDERLEY, M. A. Utilização de processos de automação na Biblioteca Nacional. In: *Trabalhos de informáticos brasileiros*, Rio de Janeiro, 1973.

5. UM ROTEIRO DE VISITAS*

A Fachada

Recomendamos ao visitante que, antes de entrar na Biblioteca Nacional, contemple a sua fachada a partir da calçada fronteira, na Cinelândia. Verá que o edifício, com cinco andares, tem um aspecto geral imponente e majestoso, de grande solidez e elegância, com suas linhas fortes, suas escadarias, suas colunas, suas cúpulas, seus 103 metros de frente, 70 de fundo e pouco mais de 32 de altura. Verá, no centro da fachada principal, um grande pórtico, sustentado por seis colunas coríntias e encimado por um frontão triangular de bronze, com a figura da República ladeada pelas alegorias da *Imprensa*, da *Bibliografia*, da *Paleografia*, da *Cartografia*, da *Iconografia* e da *Numismática*. O conjunto, em relevo, foi executado segundo maquete de Modesto Brocos**. Na parte superior da fachada, poderá ver, também, as datas da fundação da Biblioteca e da inauguração do prédio, em algarismos romanos: fundação, MDCCCX; inauguração, MCMX.

O estilo arquitetônico do prédio é eclético – como era de praxe na época – onde se misturam, harmoniosamente, elementos neoclássicos e *art nouveau*. O projeto é do engenheiro general Francisco Marcelino de Souza Aguiar e sua construção foi dirigida pelos engenheiros Napoleão Muniz Freire e Alberto de Faria. A pedra fundamental foi lançada em 1905 e sua inauguração foi em 29 de outubro de 1910, exatamente cem anos depois do decreto real de 29 de outubro de 1810, data oficial da fundação da Biblioteca Nacional no Brasil. O prédio da Biblioteca Nacional não é um prédio aproveitado ou adaptado. Ele foi

* Agradeço a eficiente ajuda das bibliotecárias Lícia Carvalho e Evany Veras da Silva na elaboração deste Roteiro.

** Modesto Brocos Y Gomes, pintor espanhol, nasceu em 1825 e faleceu no Rio de Janeiro em 1936. Veio para o Rio em 1872 e foi membro da Academia de Belas-Artes. Existem na Biblioteca diversos trabalhos seus.

idealizado e construído para conter exatamente uma biblioteca e, para isso, foi utilizado o que de melhor e mais moderno existia na época, em termos de materiais e de tecnologia.

Depois de subir sua imponente escadaria, o visitante, antes de entrar, deverá, ainda, olhar os dois lados da portaria. Ao seu lado esquerdo, verá uma estátua de bronze, representando a *Inteligência*, escultura de José Corrêa Lima*; do outro lado, à sua direita, uma outra estátua, esta de Rodolfo Bernardelli **, representando o *Estudo*, ambas inauguradas em dezembro de 1911.

A Entrada

Aí, onde o visitante está, na porta fronteira à Cinelândia, fica o 2º andar da Biblioteca. O 1º andar tem o seu acesso pela Rua México, destinado a serviços e movimentação dos funcionários.

São três portas monumentais, exatamente iguais, todas de bronze genuíno, que se abrem para um majestoso vestíbulo, de mais de 180 metros quadrados, onde, além da beleza arquitetônica, pode-se admirar a amplidão, a generosidade e a prodigalidade com que, ao contrário das construções mais recentes, os espaços são divididos e aproveitados.

Entrando pela porta central, o visitante vai defrontar-se, olhando para o fundo do vestíbulo, com escadarias de mármore com gradis de proteção em bronze, com tratamento em pátina artificial preta, e corrimão em latão dourado. Note o belo desenho feito pelos próprios gradis, que levam do 2º ao 3º andar. A meio caminho, sob um nicho ladeado por duas colunas, acha-se o busto de D. João VI, fundador da Biblioteca Nacional, esculpido em mármore por Leão Biglioschi, em Roma, em 1814.

* José Corrêa Lima, escultor, nasceu em São Marcos, interior do Rio de Janeiro, em 1883. Foi professor de escultura da Escola Nacional de Belas-Artes, substituindo Rodolfo Bernardelli, entre 1910 e 1946.

** Rodolfo Bernardelli, escultor e professor, nasceu no México (1852) e faleceu no Rio de Janeiro (1931). Naturalizou-se brasileiro desde cedo, quando seus pais para aqui vieram, a pedido de D. Pedro II, como preceptor das princesas imperiais. Estudou e trabalhou em Roma. De volta ao Brasil, reformou o nosso ensino artístico e tornou-se o mestre da escultura monumental, deixando numerosas estátuas, parte delas eqüestres, em diversas praças públicas do Rio de Janeiro e de outras cidades. Era irmão do pintor Henrique Bernardelli.

Admire o equilíbrio das escadarias, e de todo o conjunto, mas não entre ainda. Dirija-se, primeiro, à chapelaria, à sua esquerda, e solicite o crachá de visitante.

Para recebê-lo você vai ter de se submeter a algumas pequenas normas, muito simples, que uma biblioteca nacional não pode deixar de estabelecer.

Uma Biblioteca Nacional é antes de tudo a depositária da memória literária do país. Ela é a base de sua história cultural. Ela guarda e conserva aquilo que nos ficou do passado. Ela guarda e conserva também o que se escreve no presente, visando às gerações futuras. O acervo da Biblioteca Nacional é constituído de livros, jornais, revistas, panfletos, manuscritos avulsos, códices, peças iconográficas (estampas, gravuras, desenhos, mapas), partituras musicais, discos antigos e modernos, fitas cassete etc. Para que se tenha uma idéia do valor incalculável desse acervo, que em 1992 contava com cerca de 9 milhões de peças, basta dizer que ele é tido, oficialmente, como o oitavo maior do mundo, não apenas pela quantidade de peças, mas sobretudo pelo seu valor histórico.

A grandeza da Biblioteca Nacional é também a sua fraqueza, e isso a coloca num grande dilema: guardar um tesouro muito frágil (basicamente papéis) e, ao mesmo tempo, arcar com a obrigação de mostrá-lo ao público. Sua missão, em outras palavras, é conservar e, ao mesmo tempo, deixar olhar e manusear - o que, geralmente, não condiz muito com conservação, máxime quando se trata de documentos com mais de cem, duzentos, quinhentos anos.

As normas que passaremos a expor decorrem dessa definição e desse dilema. Você logo verá que elas são menos imposições legais do que meras exigências de segurança e preservação.

1º - Como visitante você só terá direito a ver aquilo que o guia lhe mostrar. E que nem todo documento pode ser visto ou manuseado, sem correr grave risco de deterioração. Algumas peças são guardadas em cofres-fortes, não apenas pelo seu valor, mas também para não sofrerem o constante ataque de fungos, do mofo, da luz e da umidade do ar que, no Rio de Janeiro, pode chegar a 90%, enquanto a medida padrão, para a conservação desse tipo de material, não deve estar abaixo de 40%, nem ultrapassar os 60%.

2º – Nem sempre vai ser possível levá-lo a visitar os locais de trabalho, como a grande galeria onde fica a Presidência da Biblioteca e os grandes e impressionantes armazéns de livros do 3º andar.

3º – Deixe na chapelaria bolsas, pastas, sacolas, envelopes, livros, revistas, jornais e qualquer material impresso que porventura tenha trazido. Por medida de prudência, dificilmente os guardas o deixarão sair da Biblioteca Nacional portando material impresso. Se você tem necessidade premente de entrar com qualquer material dessa espécie, solicite, antes, uma relação minuciosa do mesmo, e mostre-a aos guardas para conferência, à sua saída.

4º – Lembre-se de que as obras, os móveis, os equipamentos e o próprio prédio da Biblioteca Nacional constituem Patrimônio Nacional: cuide para que nada seja desviado, mudado de lugar ou danificado.

5º – A segurança do acervo exige que ninguém fume ou acenda fósforos ou isqueiros no interior dos salões de leitura. Os próprios funcionários da Casa cumprem religiosamente essa exigência.

6º – Se a visita é feita em grupo, jamais se afaste dele.

Enquanto recebe o seu crachá e entrega os seus pertences à guarda, observe, por trás das prateleiras da chapelaria um grande painel, no alto da parede, intitulado *A Ignorância*, de autoria do pintor norte-americano George Biddle, e, sob ele, um baixo-relevo, em bronze, intitulado *A Violência*, de autoria de sua esposa, a escultora Helene Biddle. No extremo oposto, de frente para a chapelaria, onde fica um pequeno balcão de vendas e de serviço de reprografia, existe outro grande painel e outro baixo-relevo, intitulados, respectivamente, *A Inteligência* e *A Solidariedade*, dos mesmos artistas. As quatro obras de arte foram doadas pelo governo dos EUA, e inauguradas, no local, em dezembro de 1942.

Saguão, área de exposições

Uma vez de posse do crachá de visitante, prenda-o em lugar bem visível, na sua roupa, e siga até o centro do saguão. Daí você poderá apreciar a beleza e o equilíbrio dos quatro candelabros que enquadram o busto de D. João VI – os de baixo representando duas cariatides em bronze, postadas sobre colu-

nas toscanas de mármore. Em seguida, acompanhe com o olhar, num giro de 360 graus, os quatro andares internos do edifício, com suas colunas, suas arandelas, seus balaustres em mármore, até o alto, com sua grande clarabóia em vitral colorido. Essa clarabóia parece sustentada por 12 cariatides em gesso, três em cada ângulo.

Esse saguão e os corredores que o cercam constituem o espaço onde a Biblioteca, periodicamente, organiza suas exposições.

Uma exposição da Biblioteca Nacional nunca é uma exposição qualquer. Se alguma delas estiver em curso, não deixe de visitá-la. Sua finalidade principal é mostrar ao público - a título de curiosidade e, igualmente, para fins científicos - o máximo de peças do seu acervo em torno de um determinado tema. Essas peças - livros, manuscritos, bibliografia, depoimentos escritos, fotografias, estampas, desenhos, curiosidades - são normalmente guardadas em diferentes seções da Casa, conforme o seu tipo e idade, e não é fácil o acesso a cada uma delas. A exposição as reúne todas, de maneira orgânica, lógica e cronológica, de modo a dar ao público uma idéia completa sobre o tema em pauta. Ao fim de cada exposição são publicados catálogos, com textos explicativos, ilustrações e a localização de cada peça na Biblioteca, que têm sua utilidade para os pesquisadores, por constituírem verdadeiras peças bibliográficas. Os catálogos são vendidos na livraria da Casa.

Sala Ramiz Galvão*

A sua direita você encontrará a primeira grande sala de atendimento ao leitor, dedicada às obras gerais. É um belo e amplo salão,

* Ramiz Galvão (Barão Benjamin Franklin Ramiz Galvão) foi historiador, educador, jornalista, escritor e médico. Nasceu no Rio Grande do Sul, em 1846, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1938. Foi um dos grandes diretores da Biblioteca Nacional (1870-1882), na qual promoveu importantes reformas administrativas, iniciou a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* e realizou as suas duas primeiras exposições: a *Camonianiana*, em 1880, e a de *História do Brasil*, em 1881. Desta última restou um grande catálogo, em três volumes e quase 2 mil páginas, até hoje consultado, "o maior monumento bibliográfico já realizado no Brasil e até hoje não superado" (*Delta Larousse*).

onde o leitor é atendido por bibliotecários especializados que lhe dão todas as indicações para a leitura, e que outras salas o leitor ou pesquisador deverá procurar, de acordo com suas necessidades.

Na Sala Ramiz Galvão, está o catálogo geral da Biblioteca, por título e por autor, e ainda a localização dos livros. Em poucos minutos o leitor terá a obra solicitada. Ele deve ocupar uma mesa de leitura, preencher uma Ficha de Solicitação e esperar.

Nessa mesma sala estão os terminais *on-line* do Sistema Bibliodata/CALCO (Catálogo Legível por Computador), com acesso a informações sobre o acervo da Biblioteca Nacional e várias das principais bibliotecas do país. O acervo dessa seção da Biblioteca contém mais de 4 milhões de livros.

No fundo da sala estão os bustos de Rui Barbosa e do general engenheiro Francisco M. de Souza Aguiar, projetista e construtor do prédio da Biblioteca Nacional.

Sala Rodolfo Garcia*

Saindo da Sala Ramiz Galvão, o visitante atravessará mais uma vez o saguão, passando pelo busto de D. João VI, e encontrará, em frente, a segunda sala de atendimento ao leitor. Essa sala comporta diversos serviços:

- *Referência Geral*: presta informações sobre temas gerais através da consulta direta em encyclopédias, dicionários, guias e manuais. Possui um acervo de cerca de 8 mil títulos. Atende também ao público externo através de correspondência e telefonemas.
- *Periódicos*: o leitor tem aí, à sua disposição, para consultas, mais de 43 mil títulos, entre jornais e revistas, tanto nacionais

* Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, patrono desta sala, era lingüista e historiador. Nasceu no Ceará-Mirim (R. G. do Norte), em 1873, e morreu no Rio de Janeiro, em 1949. Foi diretor da Biblioteca Nacional de 1932 a 1945. É vasta a sua obra como documentarista e historiador. Na Biblioteca Nacional editou 50 volumes de *Documentos Históricos* e 15 dos *Anais*.

como estrangeiros. As consultas podem ser feitas diretamente ou através da leitura de microfilmes (quando se tratar de obra antiga).

- *Informação bibliográfica*: o pesquisador poderá solicitar levantamentos bibliográficos, reprodução de documentos e outras informações sobre bibliografia.
- *Terminais on-line* (SICON/PRODASEN): através desse serviço a seção fornece informações jurídicas e legislativas através do acesso direto aos bancos de dados do Congresso Nacional, em Brasília, assim como informações sobre normas jurídicas, biografias e discursos de parlamentares, constituições brasileiras, anteprojetos, projetos e emendas etc.

Nesta sala, o visitante encontrará, ainda, o busto de outro grande diretor da Biblioteca Nacional, o monge beneditino frei Camillo de Monserrat, esculpido por L. Rochet, em 1872. Nascido em Paris, em 1818, Jorge Camillo Cléau mudou-se ainda muito moço para o Rio de Janeiro, ingressando alguns anos depois no Mosteiro Beneditino. Durante 17 anos dirigiu a Biblioteca Nacional, onde se distinguiu pelo seu senso de organização. Helenista e arqueólogo, publicou diversos ensaios nos *Anais* da própria Biblioteca, além de livros especializados, onde às vezes usava o pseudônimo de Guido Malatesta, que era o sobrenome de sua mãe. Faleceu na Ilha do Governador, Rio de Janeiro, em 1870.

As três salas que passaremos a descrever (Salas de Iconografia, de Obras Raras e de Manuscritos) são com certeza as mais importantes da Biblioteca, uma vez que nelas estão guardados os seus mais preciosos tesouros, basicamente compostos de antigüidades. É impossível mostrar ao visitante todo esse imenso acervo. É possível, porém, em se tratando de visitas em grupo, solicitar, com antecedência, pequenas exposições de determinadas peças em torno de temas previamente escolhidos. Os chefes das diversas seções poderão até sugerir temas que possam interessar às escolas, associações, comunidades, grupos de estudos etc.

Iconografia – Sala Aloísio Magalhães*

Aqui fica o acervo iconográfico da Biblioteca Nacional. Preste bem atenção a essa sala: para ela convergiram todos os móveis originais existentes na Biblioteca, o que lhe valeu o nome de Sala-Museu. Observe as grandes mesas de aço, as robustas e pesadíssimas cadeiras de aço esmaltado e um único pé, as graciosas mesinhas para consulta individual.

O acervo aí contido representa uma riqueza artística e histórica de valor inestimável: 25 mil mapas, grande parte dos séculos XVI e XVII, peças raríssimas, algumas delas únicas no mundo; 30 mil obras impressas, contendo estampas raras e belíssimas; 20 mil peças de documentos iconográficos; mais de 40 mil fotografias, das quais cerca de 20 mil feitas entre 1840 e 1889, originárias da biblioteca particular do imperador D. Pedro II e por ele mesmo doadas à Biblioteca.

3º Andar

A mais bela maneira de subir do 2º para o 3º andar seria pelas monumentais escadarias de mármore e bronze que la-deiam o busto de D. João VI. O que, infelizmente, nem sempre é possível, uma vez que o seu acesso só é permitido em dias de grande solenidade. Restam os elevadores.

No 3º andar existem três grandes salas a serem visitadas: a Sala dos Manuscritos, a sala de Obras Raras e a sala da Coordenadoria de Serviços Bibliográficos. Antes, porém, de entrar em qualquer delas, vá até os janelões que se abrem para o pórtico monumental que você avistou quando, da Cinelândia, contem-

* Aloísio Magalhães, pintor, nasceu no Recife em 1927. Formado em Direito, logo passou a dedicar-se às artes plásticas e, em particular, às artes gráficas. No Recife, foi um dos fundadores de *O Gráfico Amador*, tipografia experimental, e lecionou cenografia na Escola de Belas-Artes dessa cidade. Mudou-se para o Rio de Janeiro, colaborou na organização da Escola Superior de Desenho Industrial e foi um de seus professores. Participou de inúmeras coletivas, inclusive Bienais, no Brasil e no exterior. Dirigiu a concepção e realização do papel-moeda que circulou em 1970. Faleceu repentinamente em Pádua, na Itália, em 1982.

plava a fachada da Biblioteca. Observe a amplidão, a perfeição das formas, a altura e a robustez das seis colunas.

Sala João Antonio Marques – Obras Raras

Essa sala, que já foi salão de leitura e, em 1922, abrigou provisoriamente a Câmara dos Deputados, encerra hoje o valiosíssimo conjunto de Obras Raras da Biblioteca. Ela é cercada por treliças de madeira que escondem cofres e prateleiras onde estão depositados cerca de 50 mil monografias, periódicos e coleções raras e preciosas. São tantas as raridades bibliográficas aí guardadas, que seria impossível enumerá-las. Apenas alguns exemplos: a famosa Bíblia de Mogúncia, impressa em 1462, a mais famosa obra guardada na Biblioteca. Em pergaminho, é um dos primeiros e mais belos exemplares de livro impresso e a trazer data, lugar de impressão e nome do editor (colofão). Seus editores e impressores foram Fust & Schoeffer, herdeiros e alunos do próprio Gutenberg, o inventor da imprensa.

Outra obra raríssima é a 1^a edição da *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, de 1595, da autoria do padre Anchieta. Citemos ainda a 1^a edição de *Os Lusiadas* (1572), a *Historia da prouincia da sãcta Cruz* (1576), de P. de M. Gândavo, o *Rerum per octennivm... in Brasília*, de Baerle (1647), com 55 pranchas originais em cores desenhadas por Frans Post e quase com certeza coloridas a mão pelo próprio, e milhares de obras não menos valiosas e raras.

Dessa sala, também coberta por uma imponente clarabóia em vidro colorido, pode-se ter uma bela visão das galerias do 4º andar, onde trabalham os diretores e o presidente da Biblioteca.

Quatro painéis e dois quadros adornam essa sala. Por trás das treliças, estão os quatro painéis, intitulados *A Memória* e *A Reflexão*, ambos de Rodolfo Amoedo*, *A Imaginação* e *A Observa-*

* Rodolfo Amoedo nasceu em Salvador em 1857 e faleceu no Rio de Janeiro em 1941. Aluno de Vitor Meirelles, conquistou importantes prêmios, como pintor, no Brasil e no exterior.

ção, estes de Modesto Brocos. Os quadros retratam João Antonio Marques, patrono da sala, e Diogo Barbosa Machado, este de autoria de Decio Villares*.

Diogo Barbosa Machado foi um famoso padre português que, entre 1770 e 1773, doou ao rei de Portugal uma valiosíssima coleção de 5 764 volumes, entre livros, estampas, incunábulos e manuscritos, alguns já raros na época, e hoje todos eles raríssimos, que, vindos para o Brasil com D. João VI, constituem a base da nossa Biblioteca.

Sala de Manuscritos**

Manuscritos que vão do século XI até o século XX, em grego, latim, japonês, persa, em português arcaico, clássico e contemporâneo, com os seus mais variados tipos de escrita e linguagem; escritos sobre pergaminho, sobre papel de arroz, sobre papéis contemporâneos; correspondências de reis de Portugal, bulas papais do século XIII, famosos "Livros de Horas" do século XV, letras góticas, "iluminadas" em cores e em ouro, copiadas por antigos monges medievais; cartas jesuíticas do século XVI, documentos autografados do padre Vieira, de reis da França, de D. João VI, dos nossos imperadores e princesas; cartas de Maria Graham, já no século XIX, e de Rui Barbosa; uma longa coleção de autógrafos de homens e mulheres famosos. Ao todo são 4 761 códices, 670 944 manuscritos, 259 fac-símiles de manuscritos, 2 924 obras impressas para referência e mais de 20 mil peças do Arquivo Histórico da própria Biblioteca Nacional: A própria Sala de Manuscritos vale a pena ser vista pela sua arquitetura e pela bela visão que se tem, olhando-se para o alto: sua colorida clarabóia e os diversos lances de estantes que contêm o acervo de periódicos da Biblioteca.

* Decio Villares Rodrigues nasceu em 1851, no Rio de Janeiro, e aí mesmo faleceu em 1931. Aluno de Pedro Américo, foi pintor, escultor e caricaturista, tendo colaborado com o mesmo Pedro Américo nos periódicos *Comédia Social* (1870-71) e *Rata Plan*.

** Esta sala é a única da Biblioteca que continua sem patrono.

Sala da Coordenadoria de Serviços Bibliográficos

Essa sala é um local de trabalho puramente técnico e por este motivo nem sempre é franqueada à visitação pública.

Aí são recebidos os livros e publicações seriadas enviados à Biblioteca, numa média mensal de 1 500 monografias e 5 mil publicações seriadas; é catalogado, classificado e tombado o acervo de novas aquisições, e decidido o que ficará ou não disponível para o público; é operado o Sistema Bibliodata/CALCO; é preparada a *Bibliografia Brasileira*, que divulga as obras editadas no país e que entram na Biblioteca; e é elaborado o *Catálogo de Teses*, cujo objetivo é publicar os dados contidos no Banco de Teses, que arrola e classifica as teses produzidas nos diversos centros de pesquisa acadêmica do Brasil.

Ao visitante poderá interessar, nessa sala, a impressionante visão dos seis andares dos imensos armazéns onde são guardados os livros destinados à consulta pública. O amplo vão central da sala é coberto por uma clarabóia em vidro colorido.

4º Andar

Do 3º para o 4º andar, apesar de haver elevadores, prefira mais uma vez subir pelas escadarias: é mais bonito, lhe dará impressão mais viva da amplidão do prédio e lhe permite ver de mais perto as 12 cariatides junto à clarabóia (de que já falamos quando descrevemos o saguão da entrada).

Nesse andar ficam a Diretoria e a Presidência da Biblioteca. É com certeza o mais belo conjunto arquitetônico da Casa, com suas colunas, seus brasões, sua cúpula em vidro colorido, suas balaustradas em bronze negro e latão polido, sua vista sobre a sala das Obras Raras. Normalmente não é permitida a visita a esse recinto. O guia poderá, entretanto, conseguir, em casos especiais, uma breve entrada para uma rápida visão do conjunto.

Quatro grandes painéis fixos enfeitam suas paredes, todos eles, ao fundo, dando para a Rua México. Do lado esquerdo de

quem entra, está, em primeiro lugar, o painel de Eliseo Visconti representando *O Progresso*; em seguida um outro, de Henrique Bernardelli*, intitulado *O Domínio do Homem Sobre as Forças da Natureza*. Do lado direito, dentro do Gabinete do Presidente da Biblioteca, encontram-se os dois últimos: *A Luta Pela Liberdade*, de Henrique Bernardelli, e *Solidariedade Humana*, de Eliseo Visconti.

Horários de visita:

de 2^a a 6^a-feira, às 11 e às 15 horas.

Para visitantes em grupos (máximo de 20 pessoas),
combinar com antecedência.

Pedimos evitar trazer crianças de menos de 10 anos.

* Eliseo D'Angelo Visconti, pintor e desenhista. Nasceu na Itália, mas veio para o Rio de Janeiro com menos de um ano de idade. Aqui teve como mestres Vitor Meirelles, Rodolfo Amoedo e Henrique Bernardelli, que veio a substituir na 1^a cadeira de pintura na Escola Nacional de Belas-Artes. Participou de importantes salões no Brasil e no exterior e introduziu o impressionismo na pintura brasileira. Além da Biblioteca Nacional, tem obras suas no Teatro Municipal e na Assembléia Legislativa. Faleceu no Rio de Janeiro em 1944.

** Henrique Bernardelli, irmão do escultor Rodolfo Bernardelli, nasceu no Chile, mas, logo cedo, a exemplo do irmão, naturalizou-se brasileiro. Nasceu em 1858 e morreu no Rio de Janeiro em 1936. Estudou pintura histórica, desenho figurado e modelo vivo, gênero nos quais se notabilizou. Estudou em Roma, junto com o seu irmão. De volta ao Rio de Janeiro foi professor na Escola de Belas-Artes. Há diversos painéis de sua autoria na Biblioteca Nacional, no Teatro Municipal e no Museu Nacional de Belas-Artes.

Alguns 'Catálogos de Exposição' que poderão ajudar a melhor conhecer a Biblioteca (à venda no saguão):

Iconografia:

Gravuras e desenhos da Coleção Albertina de Viena. 23 pp., ilustrado.

Albrecht Dürer (1471 - 1528) - Estampas originais. 1964. 29 pp., ilustrado.

Albrecht Dürer; estampas originais. 1971. 16, ilustrado.

Exposição comemorativa do centenário de morte de Karl Fried. Ph. Von Martius, 1868-1968. 46 pp., ilustrado.

Exposição de desenhos italianos (Séc. XVI-XVII-XVIII) - 1953. 19 pp., ilustrado.

A moderna gravura brasileira. 1974. 20 pp., ilustrado.

Fotografias - "Coleção D. Thereza Christina Maria." 36 pp., ilustrado.

Vinte e cinco anos de enriquecimento do acervo, 1950. Seção de Iconografia. 1975, ilustrado.

Impressos Quinhentistas Portugueses. 1 cartaz. 1982.

Imagens e documentos: Iconografia. 1976. 26 pp., ilustrado.

Estampas antigas. Sécs. XVI-XIX. 1954. 19 pp., ilustrado.

Catálogo da exposição de mapas antigos - Sécs. XVI-XVIII, 51 pp., ilustrado.

Obras Raras:

Edições raras de obras musicais. 1955. 24 pp., ilustrado.

Exposição Coleção Barbosa Machado. 1967. 60 pp., ilustrado.

O livro raro em seus diversos aspectos. 1972. 58 pp. ilustrado.

Exposição de incunábulos da Biblioteca Nacional. 1961. 26 pp., ilustrado.

Manuscritos:

Exposição de autógrafos preciosos. 1953. 13 pp., ilustrado.

Manuscritos: Sécs. XII-XVIII, pergaminhos iluminados e documentos preciosos. 1973. 32 pp., ilustrado.

Catálogos Gerais:

Documentos que escreveram a História do Brasil. 1985. 45 pp., ilustrado.

Biblioteca Nacional - Memória e Informação. 1990. 60 pp., ilustrado.
Sesquicentenário (1810-1960) — Exposição Comemorativa — 1960. 50 pp., ilustrado.

Biblioteca Nacional - Catálogo da Exposição Comemorativa dos 170 anos de existência da BN e 70 anos de sua atual sede. 1980. 75 pp., ilustrado.

Guia da Biblioteca Nacional. 1960. 70 pp., ilustrado.

Para visitantes em grupos (máximo de 20 pessoas) o desconto é de 20% (pp.).
A compra é feita no balcão de bilheteria — Catálogo D: *Exposição Comemorativa dos 170 anos de existência da Biblioteca Nacional e 70 anos de sua atual sede*, 1980. 75 pp., ilustrado.

O desconto é de 10% (pp.) para grupos com mais de 30 pessoas.

O desconto é de 10% (pp.) para grupos com mais de 30 pessoas.

O desconto é de 10% (pp.) para grupos com mais de 30 pessoas.

6. OBRAS CONSULTADAS

ACULAR, Francisco Marcelino de, General - *Especificações para a construção do edifício que será levantado na Avenida Central désta cidade com destino a BIBLIOTHECA NACIONAL*. Rio de Janeiro, junho de 1905. Texto datilografado. 13 laudas. Cópia xerox guardada na Divisão de Manuscritos. Original do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, SPE - Ij² - 301.

Anais da Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, anos 1876 a 1991.

Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional.

- Avisos;
- Correspondências expedidas;
- Correspondências recebidas;
- Folhas de pagamento;
- Portarias.

Arquivo Intermediário da Biblioteca Nacional.

Arquivo da Secretaria do Império.

CONDÉ, Elísio. *Guia da Biblioteca Nacional: Sesquicentenário - 1810-1960*. Rio de Janeiro (para os resumos biográficos dos Diretores, até 1960).

CUNHA, Lygia da Fonseca F. da. *O acervo da Biblioteca Nacional. In: BRASIL 1900-1910*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.

Subsídios para a história da Biblioteca Nacional. In: Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 101 (1981), pp. 122-146.

CUNHA, Waldir da. *Diretores da Biblioteca Nacional, 1810-1984. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. 104 (1984), pp. 247 - 52.

Divisão de Manuscritos da BN - Diversas consultas, sob a direção do Prof. Waldir da Cunha.

MARTINS, Wilson. *A Palavra Escrita* – São Paulo, Editora Anhembi, 1957, 549 páginas, ilustrado.

MONTE-MÓR, Jannice. *Patrimônio bibliográfico e a problemática das Bibliotecas Nacionais*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 22, pp. 163-70. 1987.

Relatórios de Diretoria da Biblioteca Nacional – 1885 a 1987.

Resumo histórico. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 19, 1987.

CHAVES, Wilson. *Obras da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980. 100 p.

CHAVES, Wilson. *Brasil e o Brasil: a história da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1981. 101 p.

CHAVES, Wilson. *Brasil e o Brasil: a história da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1982. 102 p.

CHAVES, Wilson. *Brasil e o Brasil: a história da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1983. 103 p.

CHAVES, Wilson. *Brasil e o Brasil: a história da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 104 p.

CHAVES, Wilson. *Brasil e o Brasil: a história da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1985. 105 p.

MARTINS, Wilson. *A Palavra Escrita* - São Paulo, Editora Atheneu, 1957, 549 páginas, ilustrado.

MONTZ-MCCKEE, Janice. *Patrimônio bibliográfico e a problemática das Bibliotecas Nacionais*. In: *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, vº 22, pp. 363-70, 1987.

Relatórios da Diretoria da Biblioteca Nacional - 1980 a 1987.

Resumo Histórico. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 19, 1987.

Biografia da Biblioteca Nacional



1.229.521

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Erreqe

EDITORA GRÁFICA LTDA
Rua Sargento Silva Nunes, 154
Ramos - Tel.: 270-3946 - RJ

ilumina outros segmentos da cultura, especialmente quanto à história do livro e ao progresso das técnicas biblioteconômicas no país.

Da mesma forma que a existência de uma Biblioteca Nacional como a nossa nos enche de orgulho, é o caso de afirmar que não deixa de ser uma honra para esta mesma instituição que o seu primeiro historiador seja um autor de tantos méritos.

GILBERTO VILAR DE CARVALHO é, apesar de sua modéstia, um intelectual de formação clássica, espécime raro neste Brasil de melancólica desespecialização. Ele pode transitar com desenvoltura pelas páginas de autores latinos e filósofos medievais. Por isso mesmo se mostrou capaz de dar vida a esses alfarrábios magníficos que dormem nas belas estantes da Biblioteca Nacional.

MARCIO SOUZA

BIOGRAFIA DA BIBLIOTECA NACIONAL

A Biblioteca Nacional do Brasil, a nossa *biblioteca-mãe*, é, atualmente, a oitava maior biblioteca nacional do mundo, em valor histórico e em quantidade de peças. O seu acervo, entre livros, manuscritos antigos, mapas, partituras musicais e periódicos, é de cerca de 9 milhões de volumes, número este que aumenta dia a dia, através do "depósito legal", de compras e de doações. Além do seu grande acervo de literatura corrente, sua maior riqueza está na coleção de obras raras, manancial único para o estudo da história, nossa e da cultura ocidental, bem como o seu próprio prédio, verdadeira obra de arte neoclássica.

A Biblioteca Nacional do Brasil cumpre, assim, a sua vocação de ser o repertório e uma guardiã da cultura escrita do país.

Trazida para o Rio de Janeiro por D. João VI, quando de sua fuga de Lisboa, premido pelas tropas de Napoleão Bonaparte, ela teve, até hoje, em quase 200 anos de vida em nosso solo, uma história acidentada, cheia de aventuras, de derrotas e de vitórias, e não são poucos os casos pitorescos e até lendários que a acompanham nesse quase um terço de nossa história pátria. Tudo isso faz com que a leitura desta "biografia" seja muitas vezes tão interessante como a leitura de um romance.



ISBN 85-85677-01-5